

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**NO REENCANTAMENTO DE MUNDO, O ENCANTAMENTO PELA
POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES DO
CATOLICISMO NA POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO.**

JOAQUIM ALVES FERREIRA FILHO

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**NO REENCANTAMENTO DE MUNDO, O ENCANTAMENTO PELA
POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES DO
CATOLICISMO NA POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO.**

JOAQUIM ALVES FERREIRA FILHO

Sob a Orientação do Professora

Naara Lúcia de Albuquerque Luna

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
Junho de 2014

261.70981

F383n

T

Ferreira Filho, Joaquim Alves, 1961-

No reencantamento de mundo, o encantamento pela política: um estudo sobre representações do catolicismo na política no Rio de Janeiro / Joaquim Alves Ferreira Filho – 2014.

194 f. : il.

Orientador: Naara Lúcia de Albuquerque Luna.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Bibliografia: f. 156-163.

1. Religião e política – Brasil – Teses. 2. Catolicismo – Brasil – Teses. 3. Religião e sociologia – Brasil – Teses. I. Luna, Naara Lúcia de Albuquerque, 1966-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
INSTITUTO DE TRÊS RIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOAQUIM ALVES FERREIRA FILHO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências, Sociais** no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 06/06/2014

Naara Lúcia de Albuquerque Luna, Ph.D UFRRJ
(Orientadora)

Silvia Regina Alves Fernandes, Dr^a UFRRJ.

Cecília Loreto Mariz, Ph.D UERJ

Aos meus pais.

" A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica popular, sua dignidade espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua razão geral de consolo e de justificação. É a realização fantástica da essência humana por que a essência humana carece de realidade concreta." (Karl Marx, 1843)

RESUMO

FERREIRA FILHO, Joaquim Alves. **No reencantamento de mundo, o encantamento pela política: um estudo sobre representações do catolicismo na política no Rio de Janeiro.** 2014. 195 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Instituto de Três Rios. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ. 2014.

Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar aspectos da identidade católica reivindicada e usada como recurso político por parlamentares e militantes partidários na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a pesquisa oferece dados empíricos de atores católicos envolvidos no mundo da política. A pesquisa buscou também responder se as constantes intervenções políticas, partidárias e eleitorais da Renovação Carismática Católica (RCC) são reações ao avanço do neopentecostalismo na esfera pública. Para isso, investigou a influência dos valores religiosos católicos na interpretação da questão social no Brasil pela tramitação dos projetos de lei e execução de políticas públicas vinculadas à união civil homoafetiva, ao aborto, à eutanásia, à pesquisa com células-tronco embrionárias humanas e ao ensino religioso em escolas públicas.

Palavras-chave: Representações, Catolicismo, Política, Renovação Carismática Católica.

ABSTRACT

FERREIRA FILHO, Joaquim Alves. **In the reenchantment of the world, the enchantment with politics: a study of representations of Catholicism in politics in Rio de Janeiro.** 2014. 195 p. Dissertation (Master in Social Sciences). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Instituto de Três Rios. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ. 2014.

This research aimed to analyze aspects of Catholic identity claimed and used as political resource by parliamentarians and activists supporters in the city and in the state of Rio de Janeiro. In this sense, the research provides empirical data of actors Catholics involved in the world of politics. The study sought to also respond to the constant political interventions, partisan and electoral of the Catholic Charismatic Renewal (RCC) are reactions to the progress of the Pentecostalism in the public sphere. For this reason, we investigated the influence of religious values in Catholic interpretation of the social question in Brazil by conduct of law projects and implementation of public policies related to civil union homoafetiva, on abortion, euthanasia, embryonic stem cell research human and religious teaching in public schools.

Keywords: Representations, Catholicism, Politics, Catholic Charismatic Renewal,

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1.1) Significados Clássicos de Religião:	8
1.2 A Religião nas Teorias Sociológicas Clássicas : Marx, Durkheim e Weber :	11
1.3) Os Novos Clássicos ou "Quase Clássicos": Geertz, Berger, Luckamnn e Casanova.	18
1.4) O Encantamento pela Política:	25
1.5 Atualização do Paradigma Weberiano da Secularização:	29
1.5.1 Habermas e o espaço público:	30
II TRANSFORMAÇÕES DO CATOLICISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: .	35
2.1 Direções do Catolicismo Atual:	35
2.2 O Catolicismo Brasileiro Contemporâneo: Os Progressistas Fazem Política e os Carismáticos Rezam?	43
2.2.1 As Comunidades eclesiais de base: a política e o novo jeito de ser igreja.	43
2.2.2 A Renovação carismática católica: histórico, inserção política e impasses religiosos.	46
2.2.3 Razão comunicativa e análise do discurso católico :	52
2.3 As CEBs e a RCC: Que Catolicismo Temos Hoje?	53
III VALORES RELIGIOSOS E LEGISLAÇÃO: PROPOSTAS, TENSÕES E IMPASSES:	57
3.1 Valores Morais, Catolicismo e Movimentos Sociais:	57
3.2 O Discurso Católico no Debate Público sobre o Direito à Vida : Aborto, Eutanásia e Pesquisas com Células-Tronco:	64
3.2.1 O debate público sobre a eutanásia:	79
3.3 A União Civil Homoafetiva:	81
3.4 O Ensino Religioso e a Educação Pública	85
IV CATOLICISMO E POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO: TENSÕES, CONSENSOS E SUPERAÇÕES:	95
4.1) Introdução:	95
4.2 Representações:	96
4.2.1 Representações sociais:	96
4.2.2 Cenários :	98
4.2.3 Atores:	107
4.2.4 Discursos:	119
V CONCLUSÕES	152
VI REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
ANEXOS	163
ANEXO-A: QUADRO DOS PARTIDOS POLÍTICOS REGISTRADOS	164
ANEXO-B:LEI Nº 3459, DE 14 DE SETEMBRO DE 2000	166
ANEXO -C:PROJETO DE LEI Nº 1840/2000	167
ANEXO-D:	168
ANEXO-E:	169
ANEXO-F:	170
ANEXO-G:	171
ANEXO-H:	172
ANEXO-I:	173
ANEXO J-	174
ANEXO-L:	175
ANEXO -M:	176
ANEXO-N	177

ANEXO O.....	178
ANEXO P:	179
ANEXO Q:	180
ANEXO R.....	181
ANEXO S:	182
ANEXO T:.....	183
ANEXO U:	184
ANEXO-V:	185
ANEXO- W:	186
ANEXO X.....	187
ANEXO-Y:	188
ANEXO-Z:	189
APÊNDICES	190
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	191

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui proposta quer investigar como os valores religiosos influenciam a política tomando como objeto a reivindicação e uso da identidade católica como recurso político na cidade e no estado do Rio de Janeiro.

Para isso, a presente dissertação conta com quatro capítulos.

O primeiro capítulo mostra os significados clássicos da religião com o objetivo de relacioná-los as configurações e as expressões religiosas do mundo atual. As contribuições clássicas da sociologia da religião propriamente ditas são divididas em duas seções.

A primeira expõe as contribuições mais clássicas da sociologia religiosa e constantes nas teorias de Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber. As teorias clássicas, além de vinculadas ao próprio nascimento da Sociologia, são produtos de uma modernidade mais sólida, ou seja, aquela que é depositária dos padrões iluministas.

A segunda parte, por outro lado, considera autores mais contemporâneos, como Clifford Geertz, Peter Berger, Thomas Luckmann e José Casanova, vinculados ao estágio da modernidade atual. São qualificados no caso desta dissertação como os novos clássicos.

Articulando esses dois grupos de autores, basicamente o capítulo enfatiza elementos teóricos para a compreensão do fenômeno religioso que se depara com uma crise de institucionalização, ao mesmo tempo em que o sentimento individual de religiosidade cresce no mundo atual. Assim, esses elementos teóricos expostos ao longo do presente capítulo revelam um movimento de reinstitucionalização e de reposicionamento religiosos.

A seção seguinte justifica a expressão do título desta dissertação, o encantamento pela política, partindo das análises sobre o desencantamento de mundo articulado à peculiar formação do catolicismo brasileiro.

No segundo capítulo, a idéia é apresentar as transformações mais substanciais do catolicismo no mundo contemporâneo, apontar suas direções em meio a sua crise de institucionalização e os reflexos desse movimento para o catolicismo brasileiro atual, especialmente ao propormos uma comparação da conformação histórica e das características religiosas e políticas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Renovação Carismática Católica (RCC). Nesse sentido, o referido capítulo quer analisar também como a RCC e, por extensão, o catolicismo brasileiro, reagem ao avanço do neopentecostalismo na esfera pública no movimento de apropriação da política. O capítulo ainda mostra a validade da teoria habermasiana da razão comunicativa no sentido de recompor a compreensão do discurso católico

No terceiro capítulo, com base em pesquisa documental, abordamos as propostas contidas na interpretação política de valores morais do catolicismo ligados ao direito a vida, como a condenação do aborto, da eutanásia e das pesquisas com células-tronco embrionárias, assim como a união civil homoafetiva e também o debate sobre o ensino religioso na educação pública. Assim, o capítulo mostra a interpretação da questão social ligada a esses temas pela perspectiva católica imbricadas nos espaços da política.

No quarto e último capítulo, são analisadas as relações entre atores católicos ligados ao mundo da política partidária e parlamentar com suas respectivas percepções sobre os valores morais listados revelam, através de depoimentos e cruzamento de dados empíricos com a teoria exposta ao longo da dissertação, as tensões, os consensos e as divergências existentes no campo católico sobre questões sociais.

I ATUALIDADES DA SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO:

1.1) Significados Clássicos de Religião:

“Uma ciência hesitante quanto a esquecer seus fundadores é uma ciência perdida” (WHITEHEAD, *apud* ALEXANDER, 1999, p. 25).

A religião é uma das atividades sociais mais remotas e significativas da história humana e inseparável da cultura de cada indivíduo. Há milhares de anos, a religião exerce forte influência sobre a vida dos indivíduos na ação de construção de mundo.

O vocábulo latino *relig*, do latim *religio*¹ denota o sentido de uma ação perante a algo desconhecido que se faz sentir cotidianamente: a (re) ligação do ser humano com o transcendental. A religião, no entanto, não é só crença no sobre-humano. Ela é também a existência de idéias e práticas sociais que regulam ética e moralmente a vida dos indivíduos.

Conceituar religião, assim como diversos conjuntos epistemológicos, não é uma tarefa fácil! Corremos o risco de limitar seu sentido e importância sociais, sobretudo pelas características do mundo atual e suas denominações, os conceitos de *modernidade* e *pós-modernidade*. Ambos possuem diferenças fundamentais para o entendimento do objeto de nosso estudo. Por isso, apurar a análise dos termos e opô-los sem demarcá-los em termos puramente cronológicos são fundamentais. A finalidade é que a análise desses termos seja feita na perspectiva de uma construção dialética.

O sentido da pós-modernidade representa uma forma de reação a um mundo crente no progresso linear e no estabelecimento das verdades, uma vez que representa uma ruptura radical com a modernidade e a todas as modalidades de razão iluminista. É a presença do

¹ "Antepositivo, do latim. *religio*, religião, culto prestado aos deuses, prática religiosa; escrúpulo religioso, receio religioso, sentimento religioso, superstição; santidade, caráter sagrado; objeto de um culto, objeto sagrado; uma divindade, um oráculo; profanação, sacrilégio, impiedade; lealdade, consciência, exato cumprimento do dever, pontualidade; cuidado minucioso, escrúpulo excessivo'; us. em todas as épocas; "o prefixo é *re-*, *red-* (cf. *reliquiae*, *reliquiae*). Os latinos ligam-no a *relegere* (...), etimologia defendida por Cícero (...). Outros autores [Lactâncio e Sérvio] associam *religio* a *religare*: seria propriamente 'o fato de se ligar com relação aos deuses', (...). O sentido seria portanto: 'obrigação assumida para com a divindade; vínculo ou escrúpulo religioso' (cf. *mihi religio est* 'tenho o escrúpulo de'); depois 'culto prestado aos deuses" (Cf. HOUAISS, Antônio. Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa. [S.I]: Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.1 Versão 1.0 1- CD-ROM

efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico: é a lógica cultural do capitalismo na sua fase globalizada, pós-industrial.

Entender a natureza dessas discontinuidades em se tratando de religião é fundamental.

Mas por causa das indefinições advindas das controvérsias conceituais e epistemológicas sobre as "muitas modernidades"² existentes na contemporaneidade", não caberia neste texto discutir profundamente o significado dos termos. Para efeitos metodológicos, optamos por utilizar o termo estágio atual da modernidade toda vez que referirmo-nos ao mundo atual.

Contudo como Anthony Giddens explica,

Não basta meramente inventar novos termos, como estágio atual da modernidade (...) temos que olhar novamente para a natureza da própria modernidade (...) suas consequências estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. (1991, p.13).

A condição do estágio atual da modernidade é caracterizada

Por uma evaporação da grand narrative- 'o enredo' dominante por meio do qual somos inseridos na história. (...) A perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado. (GIDDENS, 1991, pp.10-12).

Com isso, a religião deve ser inserida, em termos históricos, na realidade da própria "invenção" da modernidade, entendida como a visão de mundo inclusa no projeto do Iluminismo e de consolidação do capitalismo entre os séculos XVII e XIX. Deste modo, a afirmação da autonomia da razão rompeu com a tradição herdada do pensamento medieval, e a religião, que integrava todas as esferas da vida social, passou, na modernidade, a exercer um domínio isolado. Na modernidade, portanto, "a religião deixaria de ser a instância integradora da sociedade, perdendo funções e poder." (GIUMBELLI, 2002, p.28).

O isolamento da religião em seu próprio domínio abriu espaço e acarretou a construção de uma atitude antitética, a secularização, importante pilar da modernidade. Fundamentalmente a secularização é o processo pelo qual outros domínios da sociedade e também da cultura são subtraídos à dominação institucional e simbólica da religião (Cf.

² Esse termo é usado por Maria das Dores Campos Machado. Ver MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p.26, 2012.

BERGER, 1985). A secularização do Ocidente é mais que um processo socioestrutural. Ela também é uma secularização da consciência, que corresponde a "(...) um número crescente de indivíduos que encaram o mundo e suas próprias vidas sem o recurso às interpretações religiosas" (BERGER, 1985, pp.199 -120). Isto equivale a afirmar que as subjetividades são secularizadas também abrindo espaço a opções individuais como outras religiões diversas.

Ao produzir domínios sem influência do religioso, o movimento da secularização, cria e reforça outros espaços institucionais (a política e a educação laica, por exemplos) que contribuam para autonomia do indivíduo. Essa autonomia individual, curiosamente, cria e desenvolve categorias adjuntas à secularização que incidem também sobre a religião: a liberdade religiosa e o pluralismo confessional (Cf. GIUMBELLI, 2000). Os aspectos religiosos existentes no estágio atual da modernidade são compreendidos se levarmos em conta essas categorias destacadas por Giumbelli. Assim,

A religião passaria a ter sua plausibilidade sustentada sobre as consciências individuais - daí a liberdade religiosa (...) e desprovida de suas antigas atribuições e capacidades, a religião sofreria um processo incessante de divisão institucional - daí o pluralismo confessional. (2002.p.28).

Enfim, a modernidade com respeito à religião significaria

uma mudança no estatuto e na configuração desse domínio: antes, dimensão estruturante e constitutiva da vida social; depois, esfera subordinada, ela mesma fragmentada institucionalmente e dependente da crença que funda as adesões individuais. (GIUMBELLI, 2002, p.28).

A religião estaria deste modo em conformidade com as atuais reivindicações heterogêneas de conhecimento e da percepção social. Ela inscreve-se nessa realidade, pois é um importantíssimo espaço de agregação social devido aos seus simbolismos e códigos de interpretações da realidade de mundo, justificando assim as relações ocorridas entre ela e as várias esferas da sociedade. Por isso, o conceito de religião tem que ser cuidadosamente examinado para que qualquer estudo sobre ela seja inscrito devidamente nesse estágio de indefinição e fluidez da modernidade atual.

Pesquisar e entender grupos e tendências religiosas e suas imbricações com a sociedade mostra uma realidade mais insólita do que fixa, em grande parte imprevisível e que supera a simples oposição de tradição com modernidade. Esse movimento diverso e difuso constrói uma religiosidade que existe em toda parte

1.2 A Religião nas Teorias Sociológicas Clássicas : Marx, Durkheim e Weber :

Na proposta de apresentar os três autores clássicos, a sociologia dos conflitos de Karl Marx e também Friedrich Engels merece destaque.

Mesmo não sendo considerado um sociólogo da religião propriamente dito, Marx, de início, contribui para a compreensão do fenômeno religioso a partir da relação que faz entre a alienação e a religião. Nesse sentido, a expressão "*a religião é o ópio do povo*" é marcante. Retirada do texto de Marx, *Sobre a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1844), a expressão leva em conta o caráter dual do fenômeno religioso.

Assim, “a miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra ela. A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo”. (MARX, 1844). O ponto de vista de Marx sobre a alienação religiosa é antes incluído numa fase da própria construção do marxismo com aspectos acentuadamente filosóficos e derivados do idealismo de Hegel.

Nesse sentido, são as considerações de Engels que desnaturalizam em grande parte a face alienadora da religião.

Sobre a importância de Engels, Hervieu-Léger e Willaime afirmam que

Conhecemos melhor Marx e Engels como críticos filosóficos e políticos da religião (...) do que como sociólogos dos fatos religiosos. Se for verdade que elementos de análise do fato religioso que encontramos em Marx e Engels – em Engels mais que em Marx – estão englobados em uma crítica de conjunto da religião, não será menos verdade que Marx e Engels forneceram elementos essenciais de análise e colocaram questões que pertencem sem dúvida à abordagem sociológica (...): a religião como alienação que obscurece a percepção do mundo social, a religião como legitimação da dominação, a religião atravessada pelos conflitos de classes. (2009, p. 17).

Para Engels então são evidentes os pontos semelhantes entre o socialismo marxista e o cristianismo primitivo, ambos considerados como formas de transformação. Afinal, o cristianismo foi em suas origens um movimento de homens e mulheres oprimidos.

Tanto o cristianismo como o socialismo dos operários pregam a próxima salvação da miséria e da escravidão; o cristianismo situa esta salvação numa vida futura, depois da morte, no céu. O socialismo a situa neste mundo, numa transformação da sociedade. Ambos são perseguidos e acudados, seus adeptos são desprezados e convertidos em objetos de lei exclusivas, os

primeiros como inimigos da raça humana, os últimos como inimigos do Estado, inimigos da religião, da família, da ordem social. Entre que tipo de gente se recrutava os primeiros cristãos? Principalmente entre os 'laboriosos e os fatigados', pertencendo às mais baixas camadas do povo; tal como convém a um elemento revolucionário". (ENGELS, 1895)

Portanto, a origem social dos respectivos adeptos, suas mensagens de libertação e o incômodo deixado para as classes dominantes destacados pelo socialismo marxista são pontos de convergência nas relações entre esferas religiosas e políticas, fundamentais para o desenvolvimento dessa dissertação.

Segundo Michael Löwy, essa análise Marx sobre a religião

Era (...), "pré-marxista", sem referência a classes e a-histórica. Mas tinha uma qualidade dialética, cobiçando o caráter contraditório da "angústia" religiosa: ambas uma legitimação de condições existentes e um protesto contra estas. (2007)

Com *A Ideologia Alemã* (1846), Marx se aproxima da inscrição da religião na realidade social e histórica e aborda o fenômeno religioso como uma das diversas formas de ideologia.

Contudo, conforme indicação de Löwy, foi com o primeiro volume de *O Capital* que determinadas observações metodológicas, como a da importância da política na Antiguidade e da religião na Idade Média, revelam um vínculo da interpretação materialista da história com a religião. Esta passagem é importante porque reconhece que, sob certas condições históricas, a religião pode de fato desempenhar um papel *dominante* na vida de uma sociedade: "Nem a Idade Média não podia viver do Catolicismo nem o mundo antigo da política. A forma e o modo como eles ganhavam a vida explica, ao contrario, por que lá a política, aqui o catolicismo, desempenhava o papel principal." (MARX, 1985.p.77).

Assim, aspectos como dominação e conflito entre classes sociais são fundamentais também para a percepção da religião no mundo atual pela perspectiva do marxismo, ao incluir esses elementos distintos da questão filosófica e que correspondem ao próprio amadurecimento do marxismo como teoria social importante.

Apesar do pouco interesse pela religião, Marx prestou atenção à relação entre e capitalismo e protestantismo e à contribuição deste para a acumulação primitiva de capital, por exemplo, por meio do estímulo à expropriação de propriedades da Igreja e campos comunais.

Nos *Grundrisse*³ formula – meio século antes do famoso ensaio de Max Weber! – o seguinte comentário significativo e revelador sobre a íntima associação entre protestantismo e capitalismo: O culto do dinheiro tem seu ascetismo, sua auto-abnegação, seu auto-sacrifício – a economia e a frugalidade, desprezo pelo mundano, prazeres temporários, efêmeros e fugazes; o correr atrás do eterno tesouro. Daqui a conexão entre o Puritanismo inglês ou o Protestantismo holandês e o fazer dinheiro. A semelhança – não a identidade – com a tese do Weber é surpreendente. (MARX *apud* LÖWY, 2007, p. 4)

Em se tratando de trabalhar com as teorias clássicas, é importante enfatizar essa semelhança considerando-a como complementaridade, pois

Tem-se afirmado muitas vezes que Weber procurou refutar o materialismo histórico e explicar o comportamento econômico pelas religiões, em vez de postular que estas são apenas a superestrutura de uma sociedade cuja infra-estrutura seria constituída pelas relações de produção. (...) Ele quis demonstrar que a conduta dos homens nas diversas sociedades só pode ser compreendida dentro do quadro de concepção geral que esses homens têm da existência. (...) Weber quis provar que as concepções religiosas são, efetivamente, um determinante da conduta econômica e, em consequência, um das causas das transformações econômicas das sociedades. (ARON, 2003, pp.771-772).

A religião quando se relaciona a aspectos que observam e querem transformar a realidade pelo instrumental da ação política, é um complexo que permite a luta contra os poderes instituídos. “Se por um lado na religião há a face opíaca do conformismo, há por outro lado, a face combativa dos que usam o saber religioso contra as instituições legitimadas pelo poder teológico-político” (CHAUÍ, 2000, p.310).

Os componentes transformadores na religião em termos de sociedade são importantes, portanto, para a compreensão e a articulação com os capítulos seguintes sobre o catolicismo atual, sobretudo a partir da formação da Teologia da Libertação e sua oposição à Renovação Carismática Católica.

Por isso, ao consideramos o marxismo, ele também é uma opção pela visão de totalidade social que serve para a (re)composição da modernidade fragmentada.

³ Os *Grundrisse* são anotações e estudos que Marx fez entre 1857 e 1858 e se constituem em notas e indicações que depois vão aparecer em uma exposição mais sistemática e volumosa na sua obra maior que é *O Capital*. A importância dos *Grundrisse* está no fato de que esse livro traz várias indicações, muitas das quais não foram incluídas depois em *O Capital*. Esses cadernos, por condensarem uma primeira síntese de pesquisa, constituem um material que mostra, conforme a qualificação de Eric Hobsbawm, “o pensamento de Marx no seu apogeu” e “uma introdução única à metodologia do Marx mais maduro”. Disponível em <<http://blogdaboitempo.com.br/2011/09/01/eric-hobsbawm-sobre-grundrisse>> .Acesso em: 11 Jan. 2014

A sociologia marxista oferece elementos para a recomposição da categoria totalidade social, fundamental para o marxismo: uma totalidade interativa, dialética, em construção e não monista.

Por outro lado, as definições mais substantivas consideram a religião como um reduto de crenças e ações que enfocam a ação religiosa *per si*: é a questão do sagrado, elemento fundamental na Sociologia durkheimiana para a conceituação de religião. Aparentemente a questão do sagrado é *per si*, no entanto, é a magia o elemento *per si* e a definição de Durkheim do sagrado vincula-o a religião, na realidade à exterioridade do fato social que é a base de sua Sociologia.

Conforme Durkheim, a religião é um fato social presente em todas as sociedades. Ela é "um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas; crenças e práticas que unem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que a elas aderem" (p.32).

Ao tomar como objeto a religião, Durkheim estabelece que ela não seja vinculada obrigatoriamente à crença em um Deus transcendente.

A religião é um fenômeno coletivo no qual as crenças morais correspondentes são dotadas de um caráter sagrado. Modelos importantes são os das cerimônias religiosas que têm na sua dinâmica própria a função de colocarem a coletividade em movimento para sua celebração: ao aproximar os indivíduos, multiplicam os contatos entre as subjetividades, por isso fortalecendo a consciência coletiva.

Durkheim tem interesse pela religião porque ela relaciona símbolos e rituais para a construção de laços subjetivos entre indivíduos e que formam uma base de representações coletivas.

Por outro lado, a sociologia durkheimiana original oscila entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, entre as requisições individuais e a força da coletividade.

No meio dessa oscilação temos a noção de sagrado e sua relação com as novas religiosidades contemporâneas. O sagrado nesse caso é enfraquecido mas não desaparece. Ele coexiste com novas configurações do religioso que conteriam fortes características de (re)magificação, um processo pendular, indefinido e que opõe a magia ao sagrado.

Sobre isso Antonio Flávio Pieruci afirma que

Formações religiosas e seus motivados profissionais oferecem um tipo de religiosidade "experencial", digamos assim, que é muito pouco exigente eticamente, mas muito eficiente misticamente. Ou seja, as religiões mais bem-sucedidas são aquelas que, à maneira das religiões classicamente

mágicas, como o candomblé, a umbanda e as outras afro-brasileiras ou o próprio catolicismo popular, estão deixando de inculcar nos fiéis uma pauta coerente de conduta ética metódica e, escusado dizer, duradoura. (...) na linguagem das ciências sociais da religião desde os clássicos (Frazer, Mauss, Durkheim, Weber, Troeltsch) são definidos como vias de salvação mágicas ou mágico-místicas. (2000)

E conclui afirmando que: "(...) posso até mesmo falar em reencantamento – não o retorno a um mundo encantado, cujo sentido unitário a ciência moderna dissipou de uma vez por todas, mas sim e tão – só a remagificação do campo religioso, da oferta religiosa." (PIERUCCI,2000)

Durkheim, quando relaciona religião à coesão social, fundamenta também a importância do sagrado para uma recomposição social por causa da fragmentação produzida pela modernidade atual. A recomposição social se insere no equilíbrio de indivíduo e sociedade, dois níveis no processo de socialização.

Por outro lado, e tão importante quando Durkheim e Marx, na sociologia de Weber é a própria concepção de ação e sua significação.

A ação social em Weber é significativa para os atores, os observados e os observadores: o ponto de vista do ator que, em última análise, é a concretização da subjetividade, metodológica e teoricamente fundamental para compreender a dinâmica religiosa atual. Afinal, a conduta humana para a sociologia weberiana é dotada de sentido e é elaborada subjetivamente.

A ação social weberiana dimensiona o indivíduo em termos de significado e de especificidade. Ao contrário de Durkheim, a oposição entre *indivíduo* e *sociedade* para Weber é secundária. Antes da *exterioridade*, vem a interioridade. Não se trata, entretanto de valorizar aspectos meramente psicológicos. A especificidade da ação social do indivíduo weberiano é fruto da sua relação com o conjunto da sociedade. A ação social é sempre racional, mesmo que destoe das regras de racionalização especialmente aquelas vinculadas à totalidade iluminista. Então, a ação humana racional também é válida para a religião, nesse caso uma ação racional relativa a valores.

A religião é, para Weber, a chave de interpretação para o entendimento de processos culturais mais amplos. Ele atribuiu às crenças e valores religiosos um papel importante na conduta dos indivíduos em sociedade. Mas, ao contrário de Durkheim, não forneceu uma definição precisa da religião. Na verdade, Weber "nem chega a defini-la" (COSTA, 2009, p.61), ou pelo menos, não uma definição da "essência da religião". (2009, p.61).

Para uns, a razão estaria "na opção weberiana em favor da neutralidade científica" (CIPRIANI, 2007, p.9). De fato, Weber defende uma ciência livre de valores (*wertfreiheit*⁴).

Para outros, conforme Willaime (2009), a religião em Weber "é uma espécie particular de modo de agir em comunidade" (p. 82). E por isso, ele "(...) permanece muito prudente em sua definição liminar do fenômeno religioso". (p. 83).

Ao considerar as religiões sem a prioridade de um sistema de crenças, Weber se preocupa com os comportamentos práticos dos indivíduos e pelo sentido de suas condutas e conseqüências advindas da religião.

Entretanto, em relação à religião em Weber, podemos, "conseguir alguns indícios significativos dela, dispersos em suas obras. Por exemplo, ele fala de sistemas de regulação de existências" (CIPRIANI, 2007, p. 8). Essas regulações não ocorrem por mediações institucionais. A religião ocorre sim, pela mediação de valores introjetados nos indivíduos e que são posteriormente transformados em ação social.

Conforme o próprio Weber:

Uma definição daquilo que "é" religião é impossível no início de uma consideração como a que segue, e, quando muito, poderia ser dada no seu final. Mas não é da "essência" da religião que nos ocuparemos, e sim das condições e efeitos de determinado tipo de ação comunitária cuja compreensão também aqui só pode ser alcançada partir das vivências, representações e fins subjetivos dos indivíduos - a partir do "sentido" -, uma vez que o decurso externo é extremamente multiforme. A ação religiosa ou magicamente motivada, em sua existência primordial, está orientada para este mundo. As ações religiosas ou magicamente exigidas devem ser realizadas "para que vás muito bem e vivas muitos e muitos anos sobre a face da Terra". (...) A ação religiosa ou magicamente motivada é, ademais, precisamente em sua forma primordial, uma ação racional, pelo menos relativamente: ainda que não seja necessariamente uma ação orientada por meios e fins, orienta-se, pelo menos, pelas regras da experiência. (WEBER, 2009 p.281)

Tão importante quanto *Economia e Sociedade*, outra investigação sobre o fenômeno religioso da vasta produção weberiana é *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. O texto mostra como uma determinada formação religiosa, o protestantismo, contribui decisivamente para a formação de um comportamento típico do capitalismo ocidental moderno. Weber analisa e compara os valores do catolicismo com os do protestantismo e expõe sua metodologia weberiana pela construção do tipo ideal do capitalismo. Assim, ele

⁴ *Wertfreiheit* significa, literalmente, "liberdade em relação aos valores".

mostra a formação de um *ethos*, baseado no lucro e na racionalização do trabalho, aspectos favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo ocidental (WEBER, 1987).

Na realidade, Weber fala de certo capitalismo, fenômeno único a partir das realidades históricas que investigou. E o recurso sistemático de recorrer à História e às formações culturais distintas é o que enfatiza a importância dos referenciais weberianos na análise do fenômeno religioso, de uma forma ou de outra.

Se, por um lado, o mundo racionalizado contribuiu para a formação de certa realidade secularizada do mundo atual, por outro lado, a própria secularização é relativizada para efeitos desta dissertação que tem como objeto principal de estudos o catolicismo.

Por um lado, o processo de racionalização religiosa ou de desencantamento do mundo culminou em certo tipo de capitalismo com *ethos* calvinista do século XVII. Desse momento em diante, procurou-se assegurar a salvação não por recurso a ritos, escapismo místico, magia ou ainda um ascetismo transcendente, mas com crença no mundo pelo trabalho e pela vocação.

Entretanto Weber não teve tempo de considerar com mais profundidade as formações capitalistas no mundo americano como efeito do próprio capitalismo ocidental investigado por ele.

Com a Contrarreforma Religiosa, a Igreja Católica resguardou para si as áreas coloniais americanas. O catolicismo ibérico reagiu ao avanço do protestantismo, base da investigação weberiana e contribuiu para a formação de um capitalismo típico, diferente daquele investigado por Weber, mas contendo nas suas raízes as contradições de um sistema que por natureza precisa da desigualdade.

A realidade formada então, ao longo dos séculos e com todas as particularidades históricas e culturais, não possibilitou na América Ibérica a realidade da racionalização burocrática, do trabalho como virtude e do desenvolvimento tal qual a Europa.

Weber se perguntou (...) em que medida uma atitude particular em relação ao trabalho, determinada por crenças religiosas, teria constituído o fato diferencial, presente no Ocidente e inexistente em outras regiões, capaz de explicar o rumo singular da história do Ocidente (ARON, 2003, p.781).

Em sua interrogação, Weber considerava o desencantamento como elemento de superação de uma realidade em que os aspectos sociais, políticos e religiosos estavam imbricados no cotidiano dos indivíduos. Se tais aspectos não se imbricassem como acontece

na realidade brasileira o processo de secularização e de racionalização do religioso e do desencantamento de mundo efetivamente se desenvolveria na sociedade.

Nesse sentido e nos dois próximos capítulos, o paradigma weberiano da secularização será devidamente aprofundado em termos da formação católica brasileira..

1.3) Os Novos Clássicos ou "Quase Clássicos": Geertz, Berger, Luckmann e Casanova.

Outros conceitos e significados de religião consagrados por teorias sociais clássicas, os *novos clássicos, ou melhor, "que podem ser considerados quase 'clássicos'"* (Negrão, 2005, p.24) enfatizam a religião como *socialmente interessante*. É o caso de Geertz que afirma a religião ser

Socialmente interessante não porque, como o positivismo vulgar a colocaria, ela descreve a ordem social (...) mas porque ela – a religião – a modela, tal como o fazem o ambiente, o poder político a riqueza, a obrigação jurídica, a afeição pessoal e um sentido de beleza. (1989, p.87).

Assim, a crítica de Geertz à descrição da ordem social de *viés positivista* cria um posicionamento mais amplo sobre o significado da religião. Ele próprio conceitua religião como

(1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas. (1989, p.67).

Na realidade ao conceituar religião Geertz sintetiza conceitos basilares das teorias, como a questão do sagrado presente em Durkheim e os fundamentos da sociologia compreensiva de Weber, tudo vinculado à presença da sociedade. Além disso, também destaca a questão simbólica importante para o funcionamento da religião contemporânea. Nesse sentido, fundindo seus aspectos funcionais e substantivos, a religião ganha contornos mais definidos para análises apropriadas ao estágio atual da modernidade.

Em termos funcionais, interessa saber os efeitos da religião sobre a existência humana ao efetivar valores no controle moral e na coesão social.

Na sequência que apresenta outros estudiosos que utilizam e atualizam a religião a partir dos autores clássicos, Peter Berger é, a nosso ver, o que mais equilibra as apropriações

das sociologias de Marx, Durkheim e Weber em torno da realidade empírica, construindo assim uma sociologia toda própria.

Tal qual Marx, enfatiza que a sociedade é feita pelos seres humanos.

Na sociologia de Berger a construção da sociedade é "um fenômeno dialético por ser um produto humano, e nada mais que um produto humano" (p.15). O termo dialético em Berger "(...) é entendido aqui essencialmente em seu sentido marxista, em particular, como foi desenvolvido nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844" (p.15).

Berger também se apropria de elementos das sociologias de Durkheim e de Weber.

Tal qual o primeiro, avalia que a objetividade do social contrasta com a esfera individual. Berger afirma que "(...) que o homem é um produto da sociedade e (...) não pode existir independentemente da sociedade" (p.15).

Já as apropriações das teorias de Weber passam pela consideração de que a realidade social é constituída de significações humanas. Quando Berger trata o processo dialético que constitui a sociedade, considera nele elementos de interiorização da realidade que, após um processo de objetivação, apropria o mundo objetivo em estruturas de consciência subjetiva: é a ação social weberiana.

Com isso a conjunção teórica sutil entre Marx, Durkheim e Weber que Berger faz torna-se equilibrada quando afirma ele que "é através da exteriorização que a sociedade é um produto humano. É através da objetivação que a sociedade se torna uma realidade sui generis. É através da interiorização que o homem é um produto da sociedade". (p. 16).

Portanto, a religião é uma construção humana. Berger assim define religião:

É ponto máximo da auto-exterioridade do homem pela infusão, dos seus próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo. (1985, p.41).

São apropriações sutis, mas não mecânicas. Ao buscar certa autonomia teórica, o próprio Berger, ao comentar sobre a síntese teórica das abordagens das teorias clássicas de Weber e Durkheim, afirma que

Não queremos dizer que essa síntese dialética agradaria a esses dois autores. Nosso interesse é sistemático, e não exegético, e permite uma atitude eclética com relação a construções teóricas anteriores. Quando dizemos, pois, que essas construções "têm em vista" uma síntese desse tipo, o fazemos no

sentido da lógica teórica intrínseca, e não no das intenções históricas dos autores (p.16).

Mais tarde, em *O Dossel Sagrado*, Berger se aproxima mais de Weber ao tratar da questão da secularização, do desencantamento do mundo e do sentido do processo de racionalização característico do Ocidente. Ao analisar o fenômeno da secularização, Berger retrocede quanto ao tempo histórico da modernidade e afirma que as raízes da secularização estariam bem fincadas nas "mais antigas fontes disponíveis da religião de Israel" (p.125, 1985). O efeito do desencantamento de mundo produzido pela secularização começaria, na realidade no Antigo Testamento. Berger reconsidera a Reforma Protestante e a enfatiza como um processo de poderosa reemergência de forças secularizantes contidas pelo catolicismo antes da própria modernidade histórica, enfim redimensiona o paradigma weberiano.

O aprofundamento dessas temáticas será apresentado nos capítulos seguintes, fundamentais na análise do objeto de estudo dessa dissertação, o catolicismo brasileiro.

Para encerrar essa seção, outros dois importantes autores são destacados para compor o quadro geral proposto da importância da religião no mundo atual: Thomas Luckmann e José Casanova.

Acima, no presente texto, enfatizamos que a religião, para Durkheim "parecia destinada a se transformar antes que a desaparecer" (p. 232). Durkheim foi mais premonitório do que cientista. Mas o próprio pesquisador precisa, conforme os princípios de Frederik Barth (2000), ter um grau de *insight* que, junto à teoria bem solidificada e a experiência pessoal, lhe permita perceber sinais e propor reflexões. Por isso, empiricamente falando, a atualização da religião, sua presença, importância e eficácia, no mundo atual são recorrentes. Os dois autores a seguir, acreditamos, aproximam muito o universo teórico da realidade empírica que pesquisamos.

Luckmann frequentemente é ligado a Peter Berger. Mas desta feita ele contribui com uma concepção teórica interessante e que, acreditamos, contribui sobremaneira para o ciclo de análises de uma religião mais individualizada: a "religião invisível" (LUCKMANN, 1973).

Empregando o delineamento clássico de uma "construção social da realidade" (BERGER e LUCKMANN, 2008) que é um modelo válido também de concepção de mundo, Luckmann baseia sua análise na relação funcional entre Eu e sociedade e os processos que levaram à construção do Eu. Conforme o autor, "O indivíduo constrói não só a identidade

peçoal, mas também o seu sistema individual de significado"⁵ (LUCKMANN,1973, p. 110, tradução nossa).

Assim, ocorrendo um processo de individualização maior, a relação de subjetivação concorre para uma autonomia, logo uma tendência para opções mais livres dentro da oferta religiosa e que se relacionem ao Eu. A construção do Eu para Luckmann, é uma construção biunívoca por comportar também a objetivação. Não é um processo mecânico e, tal qual a dialética apropriada e desenvolvida por Berger se constitui num processo pelo qual um terceiro elemento é destacado: o indivíduo em si. Daí, Luckmann, propõe a categoria da "religião invisível", " uma forma radicalmente subjetiva de religiosidade que se caracteriza por um cosmos sagrado inconsistente , não obrigatório, e um baixo nível de significância em comparação com as formas tradicionais de religião " ⁶. (1973, p.129, tradução nossa)

Essa invisibilidade obviamente, não corresponde a desimportância, mas a uma necessidade de visibilidade dentro as condições atuais do trânsito social e religioso. São as identidades religiosas que não se percebem, ou não querem se perceber, institucionalmente vinculadas, mas se percebem cotidianamente representadas em outros domínios, como os movimentos sociais, a política partidária, os coletivos LGBTTTS⁷ e de mulheres, e mesmo a política institucional, por exemplo.

É uma religião que não desaparece, mas que se retira para a esfera privada. Afinal, como Berger, Luckmann também considera que o simples desaparecimento da religião implicaria problemas para a própria existência humana.

Então, conforme o próprio Luckmann,

Os principais temas da autonomia individual, a auto-expressão, auto-realização, o ethos da mobilidade, sexualidade e familismo, são cercados por uma multidão de argumentos menos importantes que ter alguma reivindicação a um status sagrado. Tais argumentos, é claro, também estão disponíveis para o indivíduo autônomo na variedade de representações religiosas. (1973, p. 125, tradução nossa) ⁸

⁵ " El individuo tiene no sólo la identidad personal , sino también su sistema individual de significado "

⁶ "Se trata de una forma radicalmente subjetiva de religiosidad que se caracteriza por un cosmos sagrado poco coherente, no obligatorio, y con un bajo nivel de transcendencia en comparación con las formas tradicionales de religión"

⁷ LGBTTTS é a sigla de Lésbicas,Gays,Bisexuais,Travestis,Transexuais e Transgêneros.A letra S é relativa aos simpatizantes. A sigla é utilizada para identificar as orientações sexuais existentes e as manifestações de identidades de gênero.

⁸ " Los temas principales de la autonomía del individuo, la autoexpresión, la autorrealización, el ethos de la movilidad, la sexualidad y el familismo, están circundadas por una multitud de argumentos menos importantes

Para Luckmann, a religião ainda tem uma importância extraordinária na vida cotidiana, no dia-a-dia das pessoas. Contudo suas manifestações religiosas mais centrais deixam de ser a frequência a uma igreja ou a um templo, dando lugar a uma demonstração cada vez mais pessoal e individualizada da religião.

Portanto, as representações da "religião invisível" estão no mundo e contrapostas à visibilidade das práticas religiosas mais institucionalizadas ou com maior visibilidade.

O segundo autor é o espanhol José Casanova. Ao analisar as configurações religiosas atuais três pontos são fundamentais na sua reflexão.

O primeiro deles é seu reconhecimento, tal qual Luckmann, das elaborações mais individualizadas da religião pelas quais os indivíduos "tomando daqui e dali" (CASANOVA, 2008) elaboram a sua própria religião.

As duas últimas questões, em torno do catolicismo, são mais complexas e giram em torno do impacto da secularização, ou *secularizações* para Casanova, no mundo atual e as imbricações entre os espaços públicos e privados e seus efeitos para a religião. Essas questões afetam diretamente a presente dissertação por se tratarem de análises sobre o catolicismo, que serão mais aprofundadas nos capítulos seguintes.

Segundo Casanova (2012), o conceito de secularização é muito ambíguo. Por isso o autor classifica o processo de secularização a partir de três significados.

O primeiro é o mais clássico: é a secularização como distinção das esferas no processo geral da modernização ocidental. O segundo significado é o da secularização com o declínio e a perda de crenças e práticas religiosas. E por fim, o terceiro significado concebe a secularização como privatização e individualização, o que cria a necessidade de uma sintonia fina da religião perante a sociedade.

Casanova considera o primeiro significado de secularização como um aspecto que "é compatível e até ajuda no crescimento das religiões. Ou seja, diferenciação não significa necessariamente perda ou queda das religiões" (2012), subentendido nessa consideração a existência da liberdade religiosa no sentido da liberdade de consciência. E mais: para Casanova a liberdade de consciência é fundamento da privatização mencionada.

A liberdade religiosa, no sentido de liberdade de consciência, é cronologicamente 'a primeira liberdade', bem como pré-condição de uma das

que tienen sin embargo alguna pretensión a un status sagrado. Tales argumentos, naturalmente, están igualmente a disposición del individuo autónomo en el surtido de representaciones religiosas."

liberdades modernas. (...) Como a liberdade de consciência está intrinsecamente relacionada com 'o direito à privacidade' e da institucionalização moderna de uma esfera privada livre de intrusões governamentais, assim como livre do controle eclesiástico, na medida em que o 'direito à privacidade' serve como o próprio fundamento do liberalismo moderno e do individualismo moderno, na verdade a privatização da 'religião é essencial para a modernidade.(1994, p.25, tradução nossa.)⁹

E o processo de privatização das últimas três décadas teve uma consequência paradoxal: "a condição para que igrejas e religiões voltassem à esfera pública, já não como interlocutores privilegiados do Estado", mas como "uma voz na esfera pública das sociedades, com direito a apresentar os seus valores e idéias, mas em que a sua voz é contrastada por outras vozes". (CASANOVA, 2008)

Mas a importância da análise de Casanova, para a presente dissertação, reside na reação da Igreja Católica a esse processo que, segundo o autor, "não aceitou nem aceitará nunca ser uma coisa privada, porque a moral é intersubjetiva. Aceitou perder a posição de confissão de Estado, aceitou não mobilizar partidos, mas nunca aceitaria perder o direito a ter uma voz pública." (2008).

Em um estudo de mais profundidade, Casanova analisa as imbricações dos espaços público e privado pela perspectiva da religião e conclui que o processo de privatização da religião corresponde também a uma desprivatização.

O autor ao examinar os significados das distinções entre as religiões privadas e públicas justifica essa desprivatização a partir de três observações:

A desprivatização da religião pode ser justificada em pelo menos três casos:
 a) Quando a religião entra na esfera pública para proteger não só a sua própria liberdade de religião, mas as liberdades e os direitos modernos, e o próprio direito de uma sociedade civil democrática de existir contra um Estado autoritário ou absolutista, (...).
 b) Quando a religião entra na esfera pública a questionar e contestar a absoluta autonomia legítima das esferas seculares e suas reivindicações para ser organizado de acordo com os princípios de diferenciação funcional sem levar em conta considerações éticas ou morais estranhas (...).
 c) Quando a religião entra na esfera pública para proteger o mundo da vida tradicional da interferência administrativa ou jurídica do Estado, e no processo abre questões da norma e formação de vontade à auto-reflexão pública e coletiva da moderna discursiva ética. (...)

⁹ " (...) religious freedom, in the sense of freedom of conscience, is chronologically "the first freedom" as well as the precondition of a modern freedoms.(...) as freedom of conscience is intrinsically related to "the right to privacy"—to the modern institutionalization of a private sphere free from governmental intrusion as well as free from ecclesiastical control—and inasmuch as "the right to privacy" serves as the very foundation of modern liberalism and of modern individualism,then indeed the privatization of religion is essential to modernity"

A posição pública católica sobre o aborto em apoio do "direito à vida" são exemplos dessa terceira instância (CASANOVA,1994, pp.57-58, tradução nossa)¹⁰

Assim, Casanova também oferece argumentos para que análises posteriores que faremos nessa dissertação tenham o nível necessário de reflexão para compreender o posicionamento da Igreja Católica diante das requisições da sociedade brasileira atual.

Casanova deixa algumas pistas. Uma delas considera a religião na esfera pública como uma "proteção" ao mundo de vida tradicional contra a penetração do Estado em termos jurídicos. A posição pública católica sobre o aborto em apoio do "direito à vida" é um desses exemplos. (CASANOVA, 1994)

¹⁰ "the unprivatizing of religion can be justified in at least three instances: a) When religion enters the public sphere to protect not only its own freedom of religion but modern freedoms and rights, and the very right of a democratic civil society to exist against an absolutist, authoritarian state (...).b) When religion enters the public sphere to question and contest the absolute lawful autonomy of the secular spheres and their claims to be organized in accordance with principles of functional differentiation without regard to extraneous ethical or moral considerations. (...) c) When religion enters the public sphere to protect the traditional life-world from administrative or juridical state penetration, and in the process opens up issues of norm and will formation to the public and collective self-reflection of modern discursive ethics. (...) the Catholic public stand on abortion in support of "the right to life" are examples of this third instance."

1.4) O Encantamento pela Política:

O *encantamento pela política*, mais que um jogo de palavras, é o próprio sentido da articulação e participação de atores religiosos, especificamente os católicos, nos domínios da política brasileira.

Na política, essas relações vão desde a prática militante partidária, passando pelos processos eleitorais até a sua institucionalização e conseqüentes relações com o Estado.

Contudo, para que os aspectos metodológicos deste texto estejam de acordo com o objeto é fundamental apresentar justificativas teóricas para que o movimento do *encantamento* proposto seja considerado com o seu viés político originado na religião. Empiricamente a religiosidade não diminuiu. O que diminuiu foi a centralidade e o alcance da hierarquização católica no nosso caso e, conforme visto na seção anterior, ocorreu o crescimento da individualização e da oferta religiosa.

Por isso também esta seção destaca a teoria de Antonio Flávio Pierucci (2005) sobre o *desencantamento de mundo* e quer refletir sobre sua real dimensão em termos da religiosidade no mundo atual, especialmente no Brasil. Derivada da expressão weberiana original – *Entzauberung der Welt* –, o desencantamento de mundo – considerado por Pierucci "talvez o mais essencial aspecto da modernidade" (PIERUCCI, 2005, p.8). Esse conceito leva o autor a concluir sobre um esvaziamento da religiosidade no mundo atual. Para tal conclusão, Pierucci analisou minuciosamente todas as aparições da expressão *desencantamento de mundo* nos textos de Weber, utilizando critérios etimológicos e investigação sintagmática rigorosa, além de aprofundamento das traduções do termo em português para outras línguas que publicaram os textos weberianos relacionados à religião.

O autor afirma que na sociologia weberiana existem dois empregos relativos à expressão. O primeiro, o desencantamento religioso do mundo, é entendido como desmagificação, eliminação da magia como meio de salvação, ou "nos termos do próprio Weber, o desencantamento do mundo pela religião" (PIERUCCI, 2005, p. 219), e no segundo, é o significado do mundo, não o do divino, que engloba toda a existência humana. Trata-se do "desencantamento do mundo pela ciência" (2005, p. 219).

Contudo, no Brasil, as relações entre o catolicismo e a sociedade derivaram de uma relação que está distante das categorias de Weber enunciadas por Pierucci (2005), ou seja, não há *desencantamento*, pois a sociedade brasileira é em grande parte ainda encantada. As variações do catolicismo brasileiro junto com as religiões de matriz africana basicamente criaram no país uma religiosidade distinta

Conforme Lísias Nogueira Negrão,

A sociedade brasileira, com sua religiosidade que permanece em parte encantada, pois que renitentemente mágica é um caso particular da realidade em que a generalidade típico-ideal do método weberiano não é capaz de abarcar plenamente. E isso nenhuma surpresa deveria causar, pois, é sabido, ou deveria sê-lo, que os tipos ideais não são fins em si mesmos, são instrumentais. Devem ser construídos com base na realidade, mas não a esgotam nem a substituem. E a realidade concreta, à qual o tipo é usado como instrumento heurístico, não necessita reproduzi-lo, pode dele distanciar-se, diferir, pois não são tipos empíricos, nem muito menos de abrangência universal. Cada sociedade, cada momento histórico, tem a sua fisionomia própria, que cabe ao pesquisador captar. (NEGRÃO, 2005, p.35)

Nossa formação religiosa tem raízes na matriz do catolicismo ibérico e assim

Nada houve de semelhante à ética protestante, no campo religioso, desde seus primórdios. O país foi inicialmente povoado por aldeões portugueses e degredados que trouxeram consigo seus santos e demônios, seu culto às almas. Formou-se a partir daí um catolicismo popular acentuadamente mágico, voltado ao controle dos males deste mundo, centrado no ato devocional. Trata-se do conhecido "catolicismo rústico" ¹¹.(NEGRÃO. p.33). que (...) conviveu aqui com religiões afrobrasileiras e indígenas, com as quais trocou deuses, crenças e rituais, formando uma mentalidade religiosa híbrida e sincrética, densamente mágica e encantada. Não se quebrou o feitiço, nem sua influência sobre a mentalidade popular. (NEGRÃO. p. 34)

Esse processo histórico brasileiro desenvolveu os tipos do nosso catolicismo: o catolicismo popular tradicional, o catolicismo romanizado, o catolicismo de massas e o catolicismo da libertação. (Cf.. OLIVEIRA, 1997).

O sentimento religioso, portanto, vem crescendo com um formato de reação e resposta às indefinições da modernidade atual (Cf. BERGER, 2001). A própria ascensão do neopentecostalismo ilustraria bem a tendência crescente da ressurgência da religião, apontando movimentos de *contra-secularização* e/ou *dessecularização*.

¹¹ Lísias Negrão recorre a historiografia brasileira (Antonio Candido de Mello e Souza (1972), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965, 1968) e Duglas Teixeira Monteiro (1974). para compor o quadro do aparecimento do que ele classifica como "catolicismo rústico".O termo é correlato ao catolicismo popular que no campo das Ciências Sociais e, especificamente no da Sociologia da Religião brasileira, inclui as tipologias de Pedro Ribeiro de Oliveira(1997) que consideramos mais adequadas para essa dissertação.Essas tipologias indicam as relações entre o catolicismo popular com o catolicismo romanizado e também suas reações ao catolicismo da libertação. Cecília Mariz (2003) completa esse quadro ao incluir nesse processo o catolicismo ligado a Renovação Carismática Católica .

Contudo, considerações menos aprofundadas e mais próximas de oposições binárias poderiam criar uma oposição epistemológica superficial entre secularização e dessecularização. Na realidade os processos de secularização, de contra-secularização e dessecularização são diacrônicos e desiguais. (Cf. CASANOVA, 1995). Nesse sentido, Berger também aponta saídas para esse *imbróglío* ao considerar que "*a secularização a nível societal não está necessariamente vinculada à secularização a nível da consciência individual*" (2001, p. 10).

O próprio Pierucci aponta saídas ao afirmar que

A primeira vez que a palavra secularização foi enunciada fora dos muros e dos textos da igreja católica, (...), foi para nomear o processo jurídico-político de desapropriação dos bens eclesiásticos em favor dos poderes seculares. Uma volta às fontes do conceito de secularização pode ser de grande ajuda no debate atual em torno da contemporânea fermentação de religiosidades. A meu ver, ajuda bastante. Antes de mais nada, pela simples razão de que, colocada a questão na esfera jurídico-política, *comme il faut*, não há como tergiversar quanto à factualidade do processo: nem quanto aos fatos passados (isto é, aos casos de secularização ocorridos e ao desenvolvimento efetivo de processos de secularização, gerais e específicos, sucedidos no bojo do processo geral de formação de todo e qualquer Estado nacional moderno) e nem mesmo quanto aos fatos presentes, de progressiva secularização das instituições públicas em sociedades cada vez mais pluralistas em matéria de religiosidade. O Brasil é um caso exemplar. Idem os Estados Unidos. Lá e aqui, o disestablishment da religião só faz se aprofundar ano a ano. (...) doa a quem doer, não resta a menor dúvida de que a secularização é um fenômeno historicamente verificável e incontroverso (PIERUCCI, 1998).

Avaliamos também que nas sociedades contemporâneas os movimentos reagentes à secularização constroem importantes subjetividades religiosas e, para o objeto desta dissertação, trata-se de subjetividades baseadas no resgate da grande tradição do catolicismo que tensiona os valores da Igreja Católica com a pós-modernidade ao contrário do protestantismo pentecostal.

Berger (1985) afirma que a apropriação de algumas práticas seculares pelos evangélicos pentecostais, no que se refere à intervenção nos espaços públicos e institucionais do Estado justifica-se pela racionalização presente entre as religiões protestantes que permite um diálogo maior, mais “informal”, sem muitas mediações entre as esferas pública e privada. O católico “vive num mundo no qual o sagrado é mediado por uma série de canais – os sacramentos da Igreja, a intercessão dos santos, a erupção recorrente do 'sobrenatural' em milagres – uma vasta continuidade de ser entre o que se vê e o que não se vê” (p. 124).

O desencantamento de mundo, a racionalização e a secularização ocorreram entre as Igrejas Protestantes consideradas históricas¹². As igrejas protestantes de ondas posteriores¹³ se apropriaram de, alguns elementos mais racionalizados. Mas, no todo, são práticas encantadas.

Além disso, a lógica dentro do mercado religioso mostra a reação católica ao avanço neo-pentecostal. É o caso da efusão religiosa, da erupção do sagrado, dos grupos de oração da Renovação Carismática Católica, assim como, a pluralidade de opções que a mídia religiosa católica produtora de sentidos, proporciona. A classificação da RCC como pentecostalismo católico desagrada a muitos, mas o movimento funciona como importante reestruturação católica em meio a indefinições da religião no mundo atual.

Assim, o *encantamento* pela política é o gosto político da modernidade atual criado pelo confronto do sagrado com profano, do cotejo do laico com o religioso, das misturas entre as esferas privadas com as públicas e dos valores morais com a legislação. Enfim são as imbricações da política com a religião. Afinal, este é o principal objeto de estudo dessa dissertação

¹² Segundo a nomenclatura adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde o censo demográfico de 2000, os protestantes históricos ou protestantes tradicionais ou evangélicos tradicionais passaram a ser denominados de evangélicos de missão. As principais são: Batista, Adventista, Luterana, Presbiteriana, Metodista, Congregacional, Menonita e Anglicana. (JACOB, César Romero e outros. Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil. Rio de Janeiro Edições Loyola- PUC/RJ, 2003.) Por outro lado, o IBGE classifica outro grupo de protestantes como religiões evangélicas de origem pentecostal.

¹³ Segundo Paul Freston, citado por Mariano (2005) "O pentecostalismo brasileiro pode ser compreendido como a história de três ondas de implantação de igrejas, A primeira onda é a década de 1910, (...) A segunda onda pentecostal é a dos anos 50 e início de 60(...) A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. Seus principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1990)". A tipologia de Mariano (2005, p. 23) estabelece na mesma sequência, "o pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo (MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: Sociologia no novo pentecostalismo no Brasil, Loyola, São Paulo, SP, 2005).

1.5 Atualização do Paradigma Weberiano da Secularização:

Esta seção aborda importantes aspectos da Teoria do *Razão comunicativa* desenvolvida por Jürgen Habermas e que são relacionados aos espaços de discussão e de deliberação da política, enfim ao significado de espaço público.

Não é a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo que pode ser representado e manipulado, mas a relação intersubjetiva, que sujeitos que falam e atuam, assumem quando buscam o entendimento entre si, sobre algo. Ao fazer isto, os atores comunicativos movem-se por meio de uma linguagem natural, valendo-se de interpretações culturalmente transmitidas e referem-se a algo simultaneamente em um mundo objetivo, em seu mundo social comum e em seu próprio mundo subjetivo (HABERMAS 1984, p. 392).

Consideramos fundamental também, por conta da atualização necessária da teoria social, a referência de Habermas a sua vinculação com a teoria crítica da Escola de Frankfurt,¹⁴ principalmente por conta da discussão de eixos temáticos como a dialética da razão e a questão do Estado.

Apesar de sua atuação conjunta, os autores frankfurtianos Habermas, Horkheimer e Adorno, dentre outros, revelam sensíveis diferenças entre si, conquanto centrem suas reflexões na competência dialógica do discurso.

Ao destacar Habermas, queremos salientar também a recuperação de suas reflexões contidas na Teoria do Razão comunicativa sobre a proposta de mudança de paradigma a partir do confronto da razão instrumental com a razão sistêmica.

A teorização de Habermas sobre o Estado e suas articulações com teorias individualistas é enfatizada pela busca por um modelo de racionalidade diferente da *razão instrumental*. Para Barbara Freitag,

Habermas inclui em sua teoria da ação comunicativa a elaboração de um novo conceito de razão, que nada tem em comum com a visão instrumental que a modernidade lhe conferiu. A concepção de uma razão comunicativa implica uma mudança radical de paradigma, em que a razão passa a ser implementada socialmente no processo de interação dialógica dos atores envolvidos em uma mesma situação. (...) Na ação comunicativa, cada interlocutor suscita uma pretensão de validade de uma maneira fundada (...),

¹⁴ “com o termo ‘Escola de Frankfurt’ procura-se designar a institucionalização dos trabalhos de um grupo de intelectuais marxistas, não ortodoxos, que na década dos anos 1920 permaneceram à margem de um marxismo-leninismo ‘clássico’, seja em sua versão teórico-ideológica, seja em sua linha militante.” (FREITAG, 2004,p.10)

isto é, com argumentos. É nisso que consiste a racionalidade para Habermas: não uma faculdade abstrata, inerente ao indivíduo isolado, mas um *procedimento argumentativo* pelo qual dois ou mais sujeitos se põem de acordo sobre questões relacionadas com a verdade, a justiça e a autenticidade. (FREITAG, 2004, p.59)

Habermas conecta a Razão comunicativa com a perspectiva deliberativa da política como alternativa à razão instrumental, recuperando assim o conteúdo emancipatório do projeto moderno e explicando as manifestações racionais do indivíduo, sobretudo as simbólicas.

Em um segundo momento, o presente texto quer analisar a compatibilidade metodológica da utilização da Teoria da Razão comunicativa na análise do discurso religioso por causa da influência dos valores religiosos nos processos políticos e eleitorais e a produção do discurso católico no sentido de concretizar ações nos espaços do Estado.

Com isso, a perspectiva habermasiana aplicada à análise do discurso religioso de confissão católica é pertinente por causa das recentes transformações e deslocamentos do campo religioso brasileiro e da interferência da religião nos espaços públicos.

1.5.1 Habermas e o espaço público:

A estrutura social do espaço público é descrita por Habermas em dois planos — o *sistêmico* e o *mundo da vida*. Esses planos se diferenciam em termos da racionalidade social das ações: ações instrumentais que são voltadas para a reprodução do sistema (mercado, poder político institucionalizado, Estado, burocracia e poder administrativo) e ações comunicativas voltadas para a autonomia deliberativa na política.

A visão sistêmica corresponde à visão do observador externo, dinamizada pela razão instrumental e seus meios de expressão econômica (o dinheiro) e política (o poder). É basicamente a reprodução material com origem nos padrões de produtividade.

A visão sistêmica coloniza outras esferas da sociedade, a saber, as definidas na concepção habermasiana de mundo da vida. Ao contrário da razão instrumental, a razão do mundo da vida é a visão de dentro da sociedade. As diferenças entre o plano sistêmico e o mundo da vida são o próprio significado da modernidade para Habermas.

Para dar sentido à razão comunicativa, o espaço público é formulado no sentido de dar condições de emancipação aos indivíduos. Para Habermas,

Espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização. Tampouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. (HABERMAS, 1997, p. 92)

Nesse sentido, Freitag considera a busca de alternativas, com exemplos práticos e do *mundo da vida*, de organização da vida cotidiana "fora" dos sistemas até agora institucionalizados:

Este é o caso dos grupos alternativos ('verdes', 'coloridos', 'pacifistas', 'ecologistas', etc.) que cada vez mais se convencem da impraticabilidade e da irracionalidade do sistema vigente cuja trajetória lhes parece conduzir inevitavelmente à autodestruição da humanidade (...) havendo um 'desinvestimento' emocional dos atores em relação à política e economia, o que provoca um risco de desassociação (...) do mundo sistêmico (da política e da economia) (2004, pp.100-101).

O paradigma weberiano da secularização ainda é o guia de muitas análises das Ciências Sociais sobre as religiões. Entretanto, outras análises, como Berger(2000) e Montero(2009;2012), reconhecem e percebem as transformações atuais no campo religioso que desafiam o paradigma da secularização.

No diálogo com a Sociologia para a compreensão da crise na sociedade moderna, Habermas encontra no pensamento de Max Weber o ponto de contato para a análise do processo de configuração do que foi denominado de "modernidade". Esta resulta em um processo que Weber chama de racionalização, cujo significado é basicamente o da submissão de diversas esferas sociais aos critérios da decisão racional.

Os padrões dessa racionalidade weberiana encontram-se na formação dos Estados modernos e sua contabilidade racional e correspondente burocracia, além de suas expressões políticas como o Parlamento, a Constituição, o Direito. Junto a isso, uma teologia sistematizada e no lugar das formas de dominação tradicionais baseadas na tradição e no carisma, encontram-se lideranças políticas consideradas como formas inéditas de legitimação do poder, agora consensual e legitimador, o que constitui a mentalidade secular .

Nesse sentido, o domínio da teoria weberiana sobre os modos de formular as questões relativas à esfera religiosa enraizou no campo das ciências sociais a percepção de que a separação entre o domínio do religioso e o domínio do político é autoevidente.

Contudo, contrariamente ao que pretendia Weber com sua noção de ação social, a perspectiva proposta por Habermas estaria vinculada à capacidade do pesquisador de descrever as ações em seus termos linguísticos, ou seja, o modo como a linguagem comum codifica a percepção do mundo e suas normas.

A própria relação entre a religião e o desenvolvimento econômico contida em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, pode ser relativizada com um viés que se afeiçoa ao catolicismo para o caso brasileiro.

Peter Berger, sociólogo da religião weberiano, observa que:

Algo como a “ética protestante” de Weber é provavelmente funcional numa fase inicial do crescimento capitalista – uma ética, religiosamente inspirada ou não, que valoriza a disciplina pessoal, o trabalho sério, a frugalidade e o respeito pelo aprendizado. O novo evangelismo na América Latina exhibe esses valores com pureza quase cristalina, (...) Inversamente, o catolicismo ibérico, como foi implantado na América Latina, claramente não estimula tais valores. [Grifo meu] (...) Um aspecto moralmente perturbador desta questão é que valores funcionais em certo momento de desenvolvimento econômico podem não ser funcionais em outro. (2000 pp.21-22).

Nesse sentido e relativizada, a secularização weberiana é contraposta à primazia simbólica e política que o catolicismo ainda conserva na passagem dos valores para as normas. Montero considerada ainda a religião formuladora do que seja o secular e o religioso no Brasil (MONTERO, 2012).

Se, como propôs Weber, o processo histórico de racionalização do mundo produziu a disjunção das esferas, para Habermas, a linguagem ocupa hoje na produção dos consensos o lugar antes garantido pelo mito e indica a busca de saídas e alternativas ao paradigma weberiano pelo caminho da redefinição e significado dos espaços públicos e privados.

Sobre a polarização entre público e privado, Paula Montero esclarece que:

Essa polarização não leva em conta que as religiões são também parte do processo de construção dos critérios que delimitam o público do privado. Além disso, permanece certa confusão conceitual no campo das ciências sociais que trata a ‘secularização’ alternativamente como categoria epistêmica e doutrina política (2012, p.169).

A autora indica também a busca de saídas e alternativas ao paradigma weberiano pelo caminho da redefinição e significado dos espaços públicos e privados. Ao redefinir o significado de espaço público, a autora afirma que o secularismo

Enquanto doutrina política do Estado, não implicou necessariamente na separação entre as instituições religiosas e as instituições governamentais. Ele colocou em jogo, ao contrário, uma dupla mutação na qual, por um lado, as demandas religiosas se representam nos fóruns decisórios e, por outro, agentes religiosos são chamados a colaborar na execução de políticas públicas. (MONTERO, 2012, p. 172).

A resposta à questão da racionalidade na cultura moderna é o avanço da razão no campo da ciência e da tecnologia, voltado para um modelo de progresso que acentua a instrumentalização com vistas ao controle do mundo. Esta é uma condição para emancipação das pessoas e da sociedade ao estabelecer uma comunicação livre de qualquer coerção.

Habermas afirma que a racionalidade se justifica na forma pela qual os sujeitos, dotados de linguagem e de ação fazem uso do conhecimento. Com isso, ele desenvolve um conceito de racionalidade que se projeta em duas direções distintas: a racionalidade instrumental e a racionalidade comunicativa. Os dois tipos de racionalidade são para Habermas originários do processo de racionalização social que ocorreu na estruturação das sociedades modernas, conforme o modelo desenvolvido por Max Weber.

Habermas reconhece que, ao contrário do que a teoria da weberiana da secularização postulava, a história da modernização não coincidiu sempre com a história da secularização.

Montero destaca igualmente o paradigma weberiano da secularização considerando-o como um instrumento pedagógico da modernidade em sociedades que não passaram por processos de revoluções burguesas, ou seja, sociedades que não experimentaram a sincronia histórica do Iluminismo. Disso, depreende-se a laicização do Estado, a valorização da ciência, da democracia, a depreciação da religião e a secularização, dentre outras características do pensamento burguês e iluminista.

Na realidade, no paradigma weberiano da secularização, a racionalização reificaria também, conforme a afirmação de Montero, as formas culturais particulares, autorreferenciadas e auto contidas das religiões não ocidentais ou, a nosso ver, não inclusas na regularidade histórica ocidental.

Se a *jaula de ferro* weberiana chegou a essas sociedades, a prisão se estabelece num nível de uma racionalização desigual que reforça noções de reencantamento de mundo (ou

encantamento). Nesse caso, o texto de Montero é fundamental para "o reconhecimento das mutações ocorridas na retórica religiosa e seu lugar na organização do espaço público, um desafio ao paradigma da secularização". (2012, p.169)

Isso, para a autora se justifica quando considera, apesar de todos os problemas, o catolicismo como religião central em sua análise.

Apesar de todas as previsões e injunções da literatura sobre a secularização, hoje é preciso reconhecer que a Igreja Católica no Brasil – ainda a mais influente instituição religiosa do país – sempre atuou, material e simbolicamente, na formulação de uma ideia de direitos (individuais, coletivos e culturais) e foi ator importante na construção de um modelo de sociedade civil. (...) O catolicismo ainda mantém, a meu ver, a primazia simbólica e política na passagem dos valores para as normas. (...) O protestantismo pentecostal nos parece ser hoje o único grande movimento religioso que, pelo seu rápido crescimento, (...) desafia essa hegemonia. Mas ele ainda não foi capaz de encontrar os meios para produzir um discurso público aceitável (MONTERO, 2012, pp. 170-172)

Com isso, a autora consegue encadear a análise da religião no espaço público como um espaço construído discursivamente e constituído de fluxos discursivos.

A saída teórica que Montero sugere é a razão comunicativa habermasiana. No paradigma de Habermas, "as controvérsias se tornam o equivalente funcional da visibilidade e esta uma fator preponderante da produção de legitimidade social" (MONTERO, 2012, p.177).

Portanto, a autora propõe uma saída metodológica para compreender as imbricações público/privado, Estado/religião a partir da abordagem da controvérsia que é, conforme a autora, "um instrumento heurístico importante para que se possa empreender uma etnografia da esfera pública capaz de superar os limites ainda muito circunscritos e autocontidos do conceito de 'campo religioso'". (2012, p.178)

É possível afirmar, a partir deste capítulo, que o sujeito na Modernidade reinventa a religião e constrói um espaço público que mesmo assim não deixa de ser menos encantado ou religioso.

Esta seção da dissertação pretendeu relacionar os fundamentos da teoria da Razão Comunicativa de Habermas na análise do discurso religioso católico e seus reflexos nas imbricações entre o público e o privado. Consideramos fundamental essa base teórica para o desenvolvimento metodológico na análise dos dados fornecidos pelos atores católicos, o que veremos em capítulo posterior.

Na teoria de Habermas, o espaço público se constitui como instância deliberativa e legitimadora do poder político para recuperar e realizar o projeto moderno, ou seja, o espaço privilegiado de disputa entre princípios divergentes de organização social com seus respectivos atores sociais, cada qual defendendo seus interesses .

A teoria da Razão Comunicativa elabora um conceito de razão diferente da razão instrumental que sustentou a criação da modernidade. Na realidade, a razão habermasiana busca o aspecto subjetivo, dotado de autonomia e efetivamente conhecedora do mundo e de seus mecanismos intrínsecos de transformação integradora de três mundos: o mundo objetivo das coisas, o mundo social das normas e o mundo subjetivo dos afetos. Enfim é o mundo integral e multidimensional do ser humano.

Habermas teoriza também sobre as dissociações institucionais e as crises da integração sistêmica. Essas crises ocorrem pela crise da racionalidade, pela crise clássica de produção material da sociedade. Ele vê, na crise da racionalidade e da legitimação, manifestações e relações diretas de tensão da sociedade com o Estado, no sentido deste atender as reivindicações por políticas públicas que contemplem a diversidade cultural existente.

A teoria habermasiana atualiza e redimensiona o modelo de Weber que está vinculado ao protestantismo. Habermas, ao direcionar sua análise também para a política, inaugurou um repertório coerente e plausível para analisar o discurso católico nas organizações como as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) e os grupos da Renovação Carismática Católica (RCC), produtores do discurso religioso.

II TRANSFORMAÇÕES DO CATOLICISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO:

2.1 Direções do Catolicismo Atual:

O período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi palco de um mundo em crise e configurou cenários de incertezas em todos os setores e aspectos da vida social. As décadas de 1950 e 1960 com a bipolarização ideológica da Guerra Fria, as guerras de libertação colonial e as de afirmação imperialista, o aumento da pobreza, a fome endêmica, a reestruturação tecnológica e produtiva do capitalismo refletiram-se diretamente no ritmo de vida das pessoas. A incidência desses fatores na vida cotidiana redimensionou as formas de viver, sentir e pensar dos indivíduos, incluídas nesse caso as novas expressões de religiosidade da modernidade contemporânea como efeito do processo de *secularização*. Como resultado desse processo, a religião se enfraqueceu na esfera da vida privada, se

imbricou na esfera pública e reforçou a individualização (BERGER, 1985,2001; CASANOVA, 1994; GIUMBELLI, 2002). Isso assinalou o declínio institucional do catolicismo contemporâneo obrigando a Igreja Católica a construir alternativas teológicas e sociais, vitais para sua reinserção junto à sociedade.

A partir da segunda metade do século XX, os rumos doutrinários da Igreja Católica no século XX mudaram sensivelmente com os *pontificados* de João XXIII (1958-1963) e do Papa Paulo VI (1963-1978). Aos poucos, surgiu uma atitude do Vaticano perante os problemas sociais que passaram a ser discutidos cotidianamente pelo mundo religioso institucional, mudando a o eixo da evangelização da Igreja Católica para problemas até então desconsiderados, como por exemplo o crescimento do neopentecostalismo e o avanço da Teologia da Libertação.

No pontificado de João XXIII, a Igreja Católica passa a ter uma posição mais ligada aos problemas do mundo terreno conforme evidenciado nas Encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963).

A *Mater et Magistra* considerou que a “socialização é um dos aspectos característicos da nossa época” e que “o progresso social deve acompanhar e igualar o desenvolvimento econômico, de modo que todas as categorias sociais tenham parte nos produtos obtidos em maior quantidade”¹⁵

Além disso, a Encíclica reafirmou o direito da propriedade, ressaltando a condição de que ela se difundisse efetivamente entre todas as classes sociais.

Na Encíclica seguinte, a *Pacem in Terris*, João XXIII reafirmou a função social da propriedade e tratou dos direitos fundamentais dos seres humanos. Fez referências à ascensão social, política e econômica das classes trabalhadoras e das mulheres.¹⁶

O pontificado de João XXIII foi marcado pela convocação do Concílio Vaticano II, em dezembro de 1961, cuja direção efetiva, no entanto, coube ao Papa Paulo VI, por conta do falecimento de João XXIII.

E sobre a igreja , conforme observou Paulo VI já no período conciliar

¹⁵Carta.Encíclica.*Mater.et.Magistra*.Disponível.em.http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_jxxiii_enc_15051961_mater_po.html . Acesso em: 26 Jan. 2014

¹⁶Carta.Encíclica.*Pacem.in.terris:a.paz.dos.povos.*.Disponível.em.<http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_jxxiii_enc_11041963_pacem_po.html >. Acesso em: 27 Jan. 2014

O pensamento, a cultura e o espírito sofrem modificação profunda, originada no progresso científico, técnico e social, como também nas correntes do pensamento filosófico e político, que a invadem e penetram. Tudo isto, como ondas do mar, envolve e sacode a Igreja. As almas, que a ela se confiam, são muito influenciadas pelo clima do mundo temporal;(...) Não foi, por exemplo, o fenômeno modernista que ainda se manifesta em várias tentativas de expressão heterogêneas à realidade autêntica do catolicismo, não foi ele um episódio duma exaltação semelhante das tendências psicológico-culturais próprias do mundo profano, que pretendiam suplantam a expressão fiel e genuína da doutrina e das normas da Igreja de Cristo? ¹⁷

A despeito da oposição de uma corrente conservadora, algumas medidas progressistas foram aprovadas no Concílio como o estabelecimento do culto em línguas nacionais, o uso dos meios de comunicação social para a divulgação da fé católica e o aumento do número de leigos na participação da vida da Igreja. Além disso, foram definidas as características de uma Igreja ecumênica, admitindo a aproximação com os não-católicos.

Assim, a convocação do Concílio Vaticano II em 1961 e o *aggiornamento* originado dele, foram decisivos para a postura de reforçar os valores religiosos, "mesmo quando muito poucas pessoas confessam ou praticam a religião que essas instituições representam"(BERGER, 2001, p.10). É o decréscimo quantitativo do catolicismo.

O *aggiornamento* é entendido como o esforço de harmonizar a Igreja, com o mundo moderno, não apenas no sentido de discutir a regulação da fé ou com a reafirmação de dogmas – a eclesiologia –, mas também questões terrenas que tomavam conta das preocupações e debates que pautaram o Vaticano na época do segundo Concílio.

Berger esclarece que noção de *aggiornamento* atualizou a Igreja, colocando-a em harmonia com o mundo moderno. Crenças e práticas religiosas agora deveriam adaptar-se ao mundo da modernidade. Assim, as respostas ao mundo secularizado vocalizaram duas estratégias para a comunidade católica, em outras palavras, rejeição e adaptação são duas estratégias possíveis para as comunidades religiosas em um mundo visto como secularizado (Cf. BERGER, 2001).

Se no século XIX, o Papa Pio X, durante o Concílio Vaticano I em 1870, reforçou os dogmas da fé, declarando a infalibilidade papal e a imaculabilidade de Maria, pouco menos de um século depois, durante o Concílio Vaticano II, Paulo VI e o *aggiornamento* se preocuparam em colocar a Igreja Católica em sintonia com o mundo moderno.

¹⁷Carta.Encíclica.*Ecclesiam.Suam*.Disponível.em<http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_pvi_enc_06081964_ecclesiam_po.html> Acesso em :23 Jan. 2014.

Portanto, se o Concílio Vaticano I estabeleceu a *rejeição*, o Concílio Vaticano II, sua grande novidade, quis a *adaptação*. Essa conjugação, no entanto, foi redimensionada no Pontificado de João Paulo II, o pontificado que legou mais visibilidade para a Igreja Católica em termos da imagem, da desenvoltura papal, das viagens e da presença midiática – *adaptação* –, mas também visível por causa na condenação da Teologia da Libertação,¹⁸ no papel desempenhado na conversão do Leste europeu e na importância doutrinária reconhecida na Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. Um exemplo de rejeição é a eleição do presidente da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, seu principal elemento, o Cardeal alemão Joseph Ratzinger saiu para a condição de Papa após a morte de João Paulo II.

A tensão dialógica existente nas estratégias de *rejeição* e *adaptação* são contextualizadas histórica e socialmente por Berger e fundamentais quando se quer analisar o catolicismo no contexto destacado Nesse sentido a oscilação e o transito dialético entre *aceitação* e *rejeição* delinearam os sinais da indefinição do catolicismo atual, conquanto rumos e posições que podem se cristalizar e isso requer uma das duas estratégias seguintes :

A primeira é uma *revolução religiosa*. Tenta-se dominar uma sociedade como um todo e torna-se obrigatória para todos uma religião contra-moderna – atitude difícil na maioria dos países do mundo contemporâneo (...)A outra maneira possível de provocar a rejeição a ideias e valores modernos na vida dos indivíduos é criar *subculturas religiosas* destinadas a evitar as influências da sociedade circundante. É uma possibilidade algo mais promissora do que a revolução religiosa, mas também é repleta de dificuldades. A cultura moderna é uma força muito poderosa, e é necessário um esforço imenso para conservar enclaves com um sistema de defesa hermético. (BERGER,2001, p.11)

¹⁸ Um dos episódios mais significativos da postura vaticana em relação à Teologia da Libertação foi a condenação em 1985, do Frei Leonardo Boff, a um ano de "silêncio obsequioso", perdendo sua cátedra e suas funções editoriais na Igreja Católica. "No dia 7 de setembro de 1984, L. Boff foi recebido pelo Cardeal Prefeito da Congregação (...).Foram objeto do colóquio alguns problemas eclesiológicos surgidos da leitura do livro « Igreja: Carisma e Poder » e assinalados na carta de 15 de maio de 1984. (...) propõe-se ir ao encontro dos problemas da América Latina e, em particular do Brasil, (...) certas opções do livro de L. Boff manifestam-se insustentáveis. (...)L.Boff afirma que houve um processo histórico de expropriação dos meios de produção religiosa por parte do clero em prejuízo do povo cristão (...). Para remediar estes inconvenientes, propõe-se um novo modelo de Igreja, no qual o poder seria concebido sem privilégios teológicos, como puro serviço articulado de acordo com as necessidades da comunidade (...). Não se pode empobrecer a realidade dos sacramentos e da palavra de Deus enquadrando-a no esquema da « produção e consumo », reduzindo deste modo a comunhão da fé a um mero fenômeno sociológico. (...) Ao tornar público o que acima ficou exposto, a Congregação sente-se na obrigação de declarar, outrossim, que as opções (...) de Frei Leonardo Boff são de tal natureza que põem em perigo a sã doutrina da fé, que esta mesma Congregação tem o dever de promover e tutelar". CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ. Notificação sobre o livro«igreja: carisma e poder.ensaios de eclesiologia militante»de.frei.leonardo.boff,o.f.m..1985.Disponível.em<http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cf_aith/documents/rc_con_cfaiht_doc_19850311_notif-boff_po.html >.Acesso em : 12.Fev.2014

Esse descompasso, denunciava que o Concílio Vaticano II foi o marco que direciona o rumo para uma compreensão sobre as mudanças da Igreja Católica .

Os conflitos entre os padrões da modernidade e os valores da Igreja Católica inseriram-se na dinâmica dos movimentos no sentido contrário ao da *secularização*, ou seja, a *contrassecularização* e a *dessecularização*. No entanto, mesmo reconhecendo a base teórica de Berger como fundamental nessa dissertação, para efeitos de um posicionamento mais atualizado e próximo a nossa realidade, Cecília Mariz (2001) preocupa-se com certas questões do autor relativas ao uso do termo *dessecularização*

Segundo a autora, Berger ao escolher o termo *dessecularização* reconhece ter existido um processo de *secularização* em algum momento

A escolha desse termo contradiz, ao menos aparentemente, sua crítica ferrenha à teoria da secularização. Apesar de reconhecer que ao se falar de dessecularização se sustenta indiretamente “a velha teoria da secularização”, Berger, em diversos momentos no texto, afirma que esse declínio da religião não foi observado. Chega a dizer, por exemplo, que o mundo hoje continua “furiosamente religioso como sempre foi, e em alguns lugares mais do que nunca”. (...) Se o mundo continua “furiosamente religioso” como sempre foi, não faz sentido empregar a palavra *dessecularização*. (MARIZ, 2001, pp.26-27).

Em termos sintagmáticos inclusive, seria apropriado o uso do termo *contrassecularização*, ao invés de *dessecularização*. Compreendemos a apropriação do termo significante *contrassecularização* por este conter no seu significado a oposição a um movimento. Nesse caso a *contrassecularização* reage à *secularização* e é processo ainda inconcluso. Por outro lado, o movimento que esvazia e enfraquece a secularização, nesse caso é considerado *como dessecularização*, movimento de contorno mais conclusivo. Em último caso o prefixo *de(secularização)* nega o sentido original de uma palavra.

E com tudo isso, Berger mesmo afirmando que a teoria da secularização está errada, não nega que a modernidade secularize em alguma medida, e que um processo de secularização e seus efeitos tenham sido frequentemente observados.

Mas onde estaria concretamente ocorrendo a *dessecularização*?

Mariz responde que:

Berger cita o caso de intelectuais de tradição islâmica que retomam sua fé (...) O termo ‘dessecularização’ talvez possa se aplicar àqueles casos do mundo islâmico, mas não ao dos pentecostais do Brasil, por exemplo, que

têm sido, em sua grande maioria, recrutados em grupos sociais com visões de mundo bem encantadas e nada seculares. (...) Outro elemento que distingue pentecostais de “fundamentalistas” muçulmanos é o fato dos primeiros não estarem preocupados em propor um Estado religioso. Sua incursão no campo da política, embora levante bandeiras religiosas, paradoxalmente tem tido um efeito relativamente secularizador – ao menos é o que podemos verificar no cenário político brasileiro. Na medida em que os pentecostais no Brasil estão contestando o monopólio católico das esferas públicas, tendem a defender a separação entre o Estado e a fé. Esses exemplos distintos apontam para a inadequação de se generalizar a dessecularização ou de negá-la por total. (...). Uma das afirmações que parece ser de maior importância nesse texto de Berger é a de que para o *entendimento do papel da religião no mundo contemporâneo não há alternativa senão fazer um estudo caso por caso que leve em conta todas as nuances e especificidades*. [Grifo nosso] (MARIZ, 2001, pp.27-28)

Para concluir esta seção, consideramos fundamental a apresentação de um quadro mais geral e atualizado do catolicismo atual no contexto da transição dos Papados de João Paulo II e Bento XVI, especialmente porque este último sempre tratou das questões da regulação da fé em termos de valores morais do catolicismo na forma do relativismo.

Faustino Teixeira (2009) observa que, dentre as condições de inserção da Igreja Católica no mundo globalizado e plural em termos religiosos, o Vaticano busca um "catolicismo firme e unido, instrumentado por clara doutrina teológica-moral" (p.163). Nesse sentido a reestruturação institucional do Vaticano e a afirmação da identidade católica são baseadas a partir de três linhas mestras: "o temor ao relativismo, a ênfase no anúncio explícito¹⁹ e a centralidade da igreja." (TEIXEIRA, 2009 p.163).

O pluralismo do mundo contemporâneo, especialmente o religioso, amplia preferências e posições no amplo mercado de ofertas identitárias. Com isso o descentramento de posições comporta seu corolário, ou seja, a relativização de escolhas.

A relativização na lógica vaticana vira preocupação e doutrina. E ao incorporar o sufixo *ismo*, vira relativismo que impede os "projetos restauradores de reconstituição de um mundo ‘curado’" por limitar o pluralismo. (BERGER E LUCKMANN *apud* TEIXEIRA, p. 163).

No seu último dia de cardinalato, Joseph Ratzinger, o futuro Bento XVI, em homilia, assim criticava o excesso de relativismo:

² Segundo Faustino Teixeira, "O anúncio explícito revela-se como a ‘prioridade permanente’ da missão, exigindo a proclamação clara da salvação oferecida por Jesus Cristo" (TEIXEIRA, 2014)

Quantos ventos de doutrina conhecemos nestes últimos decênios, quantas correntes ideológicas, quantos modos de pensamento. A pequena barca do pensamento de muitos cristãos foi não raro agitada por estas ondas – lançada dum extremo ao outro: do marxismo ao liberalismo, até ao ponto de chegar à libertinagem; do coletivismo ao individualismo radical; do ateísmo a um vago misticismo religioso; do agnosticismo ao sincretismo e por aí adiante. Todos os dias nascem novas seitas (...). Ter uma fé clara, segundo o Credo da Igreja, é frequentemente catalogado como fundamentalismo, ao passo que o relativismo, isto é, o deixar-se levar ao sabor de qualquer vento de doutrina, aparece como a única atitude à altura dos tempos atuais. Vai-se constituindo uma ditadura do relativismo que não reconhece nada como definitivo e que usa como critério último apenas o próprio “eu” e os seus apetites. (RATZINGER, 2005).

Anteriormente, afirmamos que o Concílio Vaticano II, de certa forma "abriu" a Igreja Católica para o mundo, com certa enunciação da pluralidade. Mas, conforme Teixeira enfatiza, "os tempos que se seguiram ao Concílio Vaticano II foram marcados por certa ingenuidade na aceitação desse clima plural" (p.163). O movimento que Berger enunciou de rejeição e adaptação (BERGER, 2010) norteou a convivência da aceitação aparente do liberalismo pelo Vaticano com a férrea disciplina moral de Ratzinger. Ele chamava a atenção no início do Pontificado de João Paulo II sobre a necessidade de "um novo equilíbrio depois dos exageros de uma abertura indiscriminada ao mundo" (RATZINGER *apud* TEIXEIRA, p. 164).

Com a ascensão de Ratzinger ao Papado, a primeira década do século XX pautou o rumo da Igreja Católica pela questão da condenação a valores relativizados, mundanos e moralmente repelidos pelo Vaticano.

A ênfase do anúncio explícito é uma questão mais ligada a João Paulo II. A ênfase na centralidade da Igreja Católica, presente desde os tempo de Paulo VI, continua com Wojtyła. Um tipo de evangelização que visava "também reagir ao clima de indiferença religiosa, relativização e secularismo ético quem, na visão dos bispos, marcam o tempo"(TEIXEIRA, p.167) .

Além disso, Teixeira destaca a ênfase que João Paulo II deu à figura de Cristo e por extensão à própria Igreja Católica. O cristocentismo é o guia dessa evangelização tão importante para os rumos da Igreja Católica. Assim, "Cristo é o cumprimento do anseio de todas as religiões do mundo, constituindo por isso mesmo o seu único e definitivo ponto de chegada" (JOÃO PAULO II *apud* TEIXEIRA, 2009 p.168).

Revelando, na realidade, uma visão etnocêntrica e uma centralidade verticalizada, o princípio dessa evangelização contribuiu para que o discurso do catolicismo se afastasse cada vez mais dos fiéis.

Assim, "fazer-se portador de uma verdade, em nome de Deus, não qualifica o discurso. Ao contrário, acentua seu caráter ideológico que o torna 'ilegítimo' no ato mesmo de pronunciá-lo" (BENEDETTI, 2009, p. 27).

Numa linha de análise *mais para fora* do Vaticano, Luiz Roberto Benedetti, ao contrário de Faustino Teixeira, enumera vários impasses e desafios que a Igreja Católica enfrenta no mundo atual. É uma dimensão de análise que enfoca menos os aspectos teológicos e doutrinários e enfatiza aspectos sociológicos, inclusive cotejando o catolicismo atual com a dinâmica de outras religiões.

É o caso especial da dificuldade que as instituições eclesiais têm em dialogar com o neopentecostalismo. Ao considerar essa dificuldade, Benedetti vê na realidade pentecostal "decerto mais latino-americana" (2009, p. 27), inserida "em cheio na cultura urbana pós-moderna. Traz dentro uma 'cultura' apropriada a este mundo, pronta para lidar com as dificuldades, capaz de gerar autoestima e responder aos apelos de ascensão social como graça de Deus" (p. 27). Assim diversificando expressões simbólicas, o pentecostalismo mais recente sinaliza a "salvação num mundo caótico" (p. 27), aspecto que a Igreja Católica apresenta dificuldades em retomar.

Nesse diálogo interreligioso, o chamado desafio da "nebulosa carismática" ou a invenção pelos carismáticos de "uma espiritualidade de expansão individual" (PELLETIER *apud* BENEDETTI, p. 28) revelou mais uma vez incapacidade do Vaticano de lidar com práticas novas que, no limite, corresponderiam também a um processo de evangelização.

Adiante, mesmo com a centralidade hierárquica do movimento carismático pelo Vaticano, Benedetti adverte que a dificuldade que o clero romano tem em lidar com os grupos carismáticos é mais que uma questão de cânones sagrados ou de instrução eclesial: "O que está em jogo não é a lei canônica. É a identificação grupal, fundada num sentimento individual e num laço emocional mais do que num sentido de mundo e de história." (p. 28)

Afinal Bento XVI, anteriormente como Ratzinger, acumulou experiência eclesiológica e enfatizou a questão moral, enquadrando, conforme visto, o relativismo, objetando assim o reconhecimento de identidades, mesmo aquelas sob a orientação do Vaticano, mesmo aquelas com o desejo de "um reencontro com Deus" (PELLETIER *apud* BENEDETTI, p. 28).

Afinal se uma dos aspectos da crise do catolicismo é a face da espiritualidade, o movimento carismático é espiritualidade na base, é circulação emocional cotidiana e, em

grande parte, recomposição religiosa. Deste modo, "a necessidade de manter o discurso oficial puro e integro" (BENEDETTI, p 28) afasta a Igreja Católica das condições de produção e disseminação teológicas e sociais mais propícias e mais ajustadas à modernidade atual. Seu discurso perde eficácia ou, no limite, quer resolver questões de domínio religioso em domínios políticos, de tal modo, por exemplo, que a Igreja Católica "pressiona para que a lei civil estabeleça códigos de conduta" (BENEDETTI, p.29), com um discurso cada vez mais distante de um movimento capaz de criar e fortalecer uma "interiorização de valores, normas e princípios sociais" (p.29).

Nos próximos capítulos analisaremos com mais profundidade a Renovação Carismática Católica como importante movimento de espiritualidade do catolicismo e sua inserção em caminhos seculares, o caminho da política.

2.2 O Catolicismo Brasileiro Contemporâneo: Os Progressistas Fazem Política e os Carismáticos Rezam?

2.2.1 As Comunidades eclesiais de base: a política e o novo jeito de ser igreja.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são comunidades vinculadas à Igreja Católica e seus fundamentos estão na congregação de pessoas que se organizam para cultivar a fé cristã pela reflexão bíblica em pequenos grupos que atuam na melhoria das condições do lugar onde vivem. A *práxis* democrática de tomada de decisões coletivas, pelo voto ou pela consulta direta às pessoas participantes inaugurou a "*maneira nova de ser igreja*", na definição de Leonardo Boff (1983, p.199) ou, subjacente ao espírito cristão, a Igreja que fez "a opção preferencial pelos pobres". (BOFF, 1983, p.43).

Pelo meio da hermenêutica da metodologia do *ver-julgar-agir*, as CEBs buscam analisar a realidade em que vivem (*ver*) - seus problemas de sobrevivência e, de lutas por melhores condições de vida -, julgá-la com os olhos da fé (*julgar*), buscando caminhos de ação impulsionados pelo juízo teórico à luz da fé (*agir*).

Justificadas social e politicamente de acordo com a Teologia da Libertação, as CEBs indicaram os maiores sinais da inserção social e política da Igreja Católica no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Derivaram também da necessidade de canalizar e estimular os movimentos reivindicatórios que durante a ditadura militar não podiam ser praticados pelos canais dos movimentos sindical, partidário, estudantil e associativo, considerados ilegais.

Historicamente as CEBs surgiram

Em meados dos anos de 1960 - talvez pouco antes ou pouco depois do golpe de 1964. Já em 1967 se dava conta de dezenas de comunidades em cerca de 20 dioceses no país. A idéia original era a insatisfação de um importante setor da Igreja Católica com relação ao tipo de evangelização feito até então. Este era centrado na paróquia. A estrutura paroquial era percebida (...) como um meio ultrapassado, incapaz de dar conta das necessidades dos cristãos: não formava comunidade e, sim, clientela. Havia ainda outras motivações: a Igreja não tinha uma ação pastoral forte no seio das classes populares e ela tomava consciência da expansão de outras religiões nesse mesmo meio - especialmente o pentecostalismo protestante. Esses fatores indubitavelmente tiveram um papel na criação das CEBs. (TEIXEIRA,2009, p. 58)

As CEBs apareceram no Nordeste brasileiro mas o pólo concentrador dessa nova realidade teológica foi a região Sudeste. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, são destacadas as atuações das CEBs nas cidades de Duque de Caxias, Volta Redonda, Barra Mansa e Nova Iguaçu.

As CEBs incorporaram na sua organicidade um novo sentido histórico, teológico e eclesial que se baseou na *opção pelos pobres* referendada pelo conselho episcopal reunido em Medellín naquele ano. Assim, o vínculo à Igreja institucionalizada conforme aponta Mainwaring (1989) é muito acentuado:

“Criadas a partir de 1963, formalmente nomeadas pelo Plano Pastoral Geral²⁰ por volta de 1965 e legitimadas por Medellín”. (pp. 199-200), e passaram a representar, em grande parte, a concretização do Concílio Vaticano II ao reproduzirem, de certa forma, suas características transformadoras de mundo, de abertura da igreja, tornando-se, deste modo, mais populares, politizadas e progressistas.

No Brasil, a ligação das CEBs com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) certifica sua identidade eclesial mesmo quando não reconhecidas culturalmente por uma autoridade religiosa local, diferente do que ocorreu, por exemplo, na América Central, nomeadamente na Nicarágua sandinista a partir de 1979.

Na cidade do Rio de Janeiro, a existência das CEBs é regulada atualmente pela Arquidiocese da cidade conforme o 10º Plano de Pastoral de Conjunto:

²⁰“Em 1962, ainda antes do início do Concílio Vaticano II, a CNBB lançava o Plano de Emergência para preparar a Igreja para uma profunda renovação. Teve seu foco na paróquia e no exercício do ministério sacerdotal, mas também estava orientado para as escolas católicas e para a realidade sócio-econômica. A força motivadora desta primeira tentativa de pastoral de conjunto foi muito grande. Para colocar em prática as ricas orientações do Concílio Vaticano II, a CNBB lançou, em 1966, o Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970). Foi elaborado durante a VII Assembléia Geral Extraordinária da Conferência, ainda em Roma, durante os três meses da última sessão conciliar. A proposta deste Plano era que a Igreja no Brasil se ajustasse rápida e plenamente à Igreja do Concílio Vaticano II” (SCHERER, 2004).

A consciência missionária tem crescido em nossa Arquidiocese. Entre os principais motivos desse fato destacam-se: (...) Os Círculos Bíblicos, como responsáveis diretos pela criação de novas comunidades, sementes de outras paróquias. O mesmo se diga das CEBs, verdadeira riqueza da vida em Fé em diversas comunidades, paroquiais ou não de nossa Arquidiocese. (IGREJA CATÓLICA. ARQUIDIOCESE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO, 2005, p. 126)

De uma forma geral, as CEBs sofreram uma crise de visibilidade. São poucas as que possuem o mesmo feitiço apresentado no passado. Afirma Lesbaupin (2000) que elas “estão passando dificuldades como praticamente todas as organizações populares de ação sócio-política – associações de moradores, sindicatos, movimentos reivindicatórios, de protesto – estão passando nos últimos anos” (p. 56).

Faustino Teixeira atualiza essa tendência ao afirmar que as CEBs "(...) já foram um fenômeno de grande visibilidade e exposição na mídia (...) e na última década, praticamente desapareceram do noticiário. Ao ponto que em certas análises acadêmicas as CEBs foram dadas como uma experiência do passado" (2009, p. 58).

O enfraquecimento da ditadura militar brasileira acabou diluindo em outros segmentos do movimento social, as práticas democráticas até então concentradas, em grande parte, nas CEBs.

Ao longo da década de 1980, a redemocratização fez com que sindicatos, associações de moradores, representações estudantis e partidos políticos incorporassem em seus cotidianos práticas democráticas vivenciadas pelas CEBs durante boa parte da ditadura militar.

Por outro lado, a ascensão e a consolidação do neoliberalismo no Brasil (1990-2002), com os governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, refluíram os movimentos sociais no país e desfiguraram ainda mais a visibilidade da ação sociopolítica das CEBs. Com isso, elas se voltaram para uma atuação social com uma temática diversificada, necessária e típica da reação dos movimentos sociais frente ao neoliberalismo. Os Encontros Intereclesiais das CEBs de 1992, 1997 e 2000, respectivamente em Santa Maria (RS), São Luis (MA) e Ilhéus (BA) comprovaram essa postura ao incorporar em suas celebrações litúrgicas e nos plenários de discussões, temáticas ligas as questões dos negros, dos índios e das mulheres.²¹

²¹ Cf. FERREIRA FILHO, Joaquim Alves. O catolicismo na construção da identidade do Partido dos Trabalhadores: carismáticos e libertadores nas eleições de 2004 no Rio de Janeiro. Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005

Com tudo isso, os Encontros Intereclesiais continuam a ser a vocalização das CEBs e sua dinâmica em organizar a base da Igreja Católica brasileira. Em 1975 realizou-se o Primeiro Encontro Intereclesial de CEBs em Vitória (ES). Foi o primeiro ato substancial para sistematizar as CEBs no Brasil como nova realidade eclesial. Desde então, os Intereclesiais acontecem com regularidade ²².

Mas sobre a crise das CEBs, (...) "é bem provável que o peso maior esteja no posicionamento negativo e repressor do Vaticano no pontificado de João Paulo II" (TEIXEIRA, 2009, p. 58).

As dificuldades de caráter religioso inserem-se no avanço das religiões protestantes, sobretudo o neopentecostalismo, e da Renovação Carismática Católica (RCC). Nas regiões das paróquias onde as CEBs têm alguma influência, os conflitos com RCC são mais evidenciados por serem tratados de uma disputa no âmbito do catolicismo, que se resume no questionamento dos carismáticos à tendência do engajamento dos membros das CEBs nas questões sociais e políticas.

2.2.2 A Renovação carismática católica: histórico, inserção política e impasses religiosos.

A Renovação Carismática Católica (RCC) teve origem nos EUA no final dos anos de 1960. Conhecida também como *pentecostalismo católico*, a RCC surge num momento em que o mundo vive o auge da Guerra Fria, o anticomunismo, o movimento da contracultura, as revoltas estudantis e a guerrilha na América Latina. Nos EUA, crescem os movimentos pelos direitos civis e contra a Guerra do Vietnã.

Incluídos nessa conjuntura política, destacamos mais uma vez os efeitos do Concílio Vaticano II que, com os seus fundamentos, abriu caminho para a estruturação desse importante movimento católico contemporâneo.

²² Cronologia dos Encontros Intereclesiais. Note-se em cada tema a terminologia ligada às causas populares: 1975 - Vitória/ES - Uma Igreja que nasce do Povo pelo Espírito de Deus.; 1976 - Vitória/ES - Igreja, Povo que caminha; 1978 - João Pessoa/PB - Igreja, Povo que se liberta; 1981 - Itaici/SP - Igreja, Povo oprimido que se organiza para a libertação; 1983 - Canindé/CE - Igreja, Povo Unido, semente de uma nova sociedade; 1986- Trindade/GO - CEBs, Povo de Deus em busca da Terra Prometida; 1989 - Duque de Caxias/RJ - CEBs, Povo de Deus na América Latina a caminho da libertação; 1992 - Santa Maria/RS - CEBs, Povo de Deus renascendo das culturas oprimidas; 1996 - S. Luís/MA - CEBs, Vida e Esperança nas massas; 2000- Ilhéus/BA - CEBs, Povo de Deus, 2000 anos de caminhada; 2005- Ipatinga/MG - CEBs, espiritualidade libertadora: Seguir Jesus no compromisso com os excluídos; 2009- Porto Velho/RO - CEBs: Ecologia e Missão: Do ventre da terra, o grito que vem da Amazônia!; 2014- Juazeiro do Norte/CE - Justiça e Profecia a serviço da vida: CEBs,romeiras do reino no campo e na cidade. Disponível em <<http://www.intereclesialcebs.org>>. Acesso em : 20 Fev.2014

Dentre as propostas do Vaticano II, " enfatizaram-se renovação litúrgica e bíblica, a revisão da função do leigo no mundo e na Igreja, a procura de novas relações entre a Igreja e a sociedade moderna e outras religiões" (CARRANZA, 2000, p. 27). Ao referenciar a função dos leigos na Igreja Católica, vários agrupamentos laicos formaram-se a partir das orientações do Concílio. Um deles foi a Renovação Carismática Católica que, como movimento leigo, foi prevista pelo encontro conciliar. Sua posterior criação e reconhecimento era uma questão oficial para o Vaticano e, naturalmente, para os adeptos da RCC. O reconhecimento inicia-se com o Papa Paulo VI em 1973, sendo ratificado em 1979 pelo Papa João Paulo II.

Esse ponto merece ênfase, pois nele reside a justificativa para a diferenciação da identidade do pentecostalismo católico com o pentecostalismo evangélico ou protestante. Segundo Carranza, "desde seus primórdios a RCC manifestou algumas diferenças com o pentecostalismo protestante, tais como: a concepção de autoridade, de obediência e de pertença a Igreja Católica" (2000, p. 25). Deste modo, o reconhecimento do Vaticano autenticou a identidade da RCC diante do mundo católico e religioso.

O uso da expressão *pentecostalismo católico* para denominar a Renovação Carismática Católica, nomeou-a nos seus primórdios e foi alterada estrategicamente, pois "representava um incômodo, já que pentecostal ou seita era a designação pejorativa dos evangélicos que não pertenciam as igrejas históricas" (CARRANZA, 2000, p. 35).

Mais do que semântica tal mudança teve o propósito de afastamento do ecumenismo, fundamento do Concílio Vaticano II e aparentemente representou um retrocesso na linha do ecumenismo conciliar. Essa ação de distanciamento da *abertura ecumênica* foi iniciada na mesma época que o Vaticano reconheceu a RCC. Contudo, nenhuma medida de retaliação da alta hierarquia do catolicismo sobre os carismáticos foi verificada. Assim sendo, esse ato deliberado, na verdade, acirrou as disputas e as rivalidades entre os carismáticos e os pentecostais evangélicos.

Entendemos, por isso, que a RCC é de fato um movimento que objeta o protestantismo, não o das igrejas protestantes históricas, mas o protestantismo dos prosélitos, dos pentecostais ou ainda dos neopentecostais.

A Renovação Carismática Católica tem como fundamento o resgate de práticas espirituais, litúrgicas e teológicas que, a nosso ver, reforçam a identidade religiosa católica ao retomar o diálogo transcendente. É o retorno do católico a sua igreja de origem ou, segundo Berger, "a continuidade do lugar da religião na experiência humana". (2001, p.18),

A simbologia e os rituais usados pela RCC em suas celebrações são mais uma reação visual, midiática e imediata ao avanço pentecostal. Tais práticas desempenham, de certa forma, um retorno ao catolicismo primitivo.

Além de “rezar com os braços elevados para o alto, gesto que posteriormente ficaria como marca registrada das expressões religiosas dos carismáticos” (CARRANZA, 2000, p. 24), os grupos de oração, a leitura aplicada da Bíblia, o culto a Maria (*a mariolatria*), o fervor missionário,²³ o batismo pelo Espírito Santo, a glossolalia,²⁴ a emotividade e a informalidade na comunicação com Deus são práticas que caracterizam a Renovação Carismática.

Convencionou-se afirmar que a RCC preocupa-se com o espírito e não com a política (BOFF, 2000; CARRANZA, 2000). A partir da década de 1970 houve um esforço por parte da mídia e de setores conservadores da Igreja em desgastar a imagem de católicos progressistas que se engajaram em movimentos políticos e partidários. Ao neutralizar tais segmentos progressistas, principalmente as CEBs, esse discurso reforçou o lugar-comum apontado por Carranza (2000) que afirma que “a Renovação Carismática Católica reza e as Comunidades Eclesiais de Base fazem política” (p.156). Entretanto, “desde fins da década de 70, o movimento começou a articular-se para ter cargos parlamentares e ocupar um espaço na política nacional e local” (CARRANZA, 2000, p.157).

A ocupação do espaço parlamentar pela RCC avançou na década de 1990, “tanto no exercício do voto por parte de seus seguidores quanto no lançamento de candidatos próprio” (CARRANZA, 2000, p.160). A institucionalização dessa tendência foi reforçada com a criação do Partido Solidarista Nacional (PSN), hoje denominado de Partido Humanista da Solidariedade²⁵ (PHS).

Inicialmente de declarado conteúdo religioso, seu estatuto foi modificado com o tempo. Artigo 2º - O PHS, inspirado no Ensino Social Cristão, objetiva ser expressão do Solidarismo Comunitário no campo da política. Artigo 4º - A ação partidária será balizada pelas seguintes normas: I – a

²³ Nesse sentido como uma evangelização individualizada, diferente do trabalho *pastoral* das CEBs histórica e teologicamente voltado para o conjunto.

²⁴ Suposta capacidade de falar línguas desconhecidas quando em transe religioso como no milagre do dia de Pentecostes.

²⁵ Em 28/1/2000, o Partido da Solidariedade Nacional – PSN, requereu junto ao Tribunal Superior Eleitoral mudança de nomenclatura e sigla para Partido Humanista da Solidariedade, PHS (31), publicada no Diário da Justiça de 25/8/2000. Disponível em < www.tse.gov.br >. Acesso em 04.Fev.2014.

permanente referência de Deus, cuja proteção e orientação serão invocados ao ensejo de todas as reuniões partidárias. (...).²⁶

Em 2012 uma série de mudanças terminológicas no Estatuto iniciaram o processo que em 2013 suprime a palavra Deus como balizador da atividade partidária²⁷.

No início da década de 1980 já se observam movimentos dos carismáticos direcionados à ocupação dos espaços públicos com uma participação efetiva nos processos eleitorais. Ao longo da década, candidatos a cargos parlamentares receberam o apoio direto da RCC e, divulgando suas respectivas identidades católicas carismáticas, logram sucesso ao se elegerem vereadores em cidades como Campinas (SP) ou deputados federais por estados como Minas Gerais e São Paulo, por exemplo.

Na campanha presidencial de 1994 o engajamento da RCC no processo mostra a confrontação entre Renovação Carismática Católica e Comunidades Eclesiais de Base. Conforme pesquisa eleitoral na época dessa campanha, nos dados

Apresentados pelo Datafolha, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) recebeu entre os carismáticos a maior taxa de escolha (45%) e Luis Inácio Lula (PT) apenas 21 %. A taxa de rejeição para o candidato petista, por parte dos carismáticos, foi de 49%, não ganhando dos pentecostais, que obtiveram a taxa máxima de 55,1 % (CARRANZA, 2000, p.160).

A opção por Lula foi um resultado esperado por conta do envolvimento das CEBs com o PT.

Pois o candidato de esquerda [Lula] deveria atrair mais votos do setor progressista da Igreja (CEBs), porque ambos tem pontos em comum, tanto na identificação de um projeto político socialista, quanto pela formação de lideranças populares na qual ambos compartilham uma longa trajetória (CARRANZA, 2000, p.160-161).

A opção do voto em Fernando Henrique Cardoso pelos adeptos da RCC, eleito com várias alianças conservadoras, foi um típico posicionamento de setores médios da sociedade num processo eleitoral. Isso reforçou a tendência inicial da RCC de possuir uma configuração

²⁶ Estatuto do Partido Humanista da Solidariedade(PHS),2000,Disponível em <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-humanista-da-solidariedade-de-9-1-2000>>. Acesso em 04.Fev.2014.

²⁷ .Estatuto do Partido Humanista da Solidariedade(PHS), 2013, Disponível em <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-estatuto-phs-de-16-10-2012-deferido-em-6-8-2013>>. Acesso em 04.Fev.2014.

social de classe média. Esse *ethos* destaca a postura intelectual do próprio Fernando Henrique Cardoso, “tão valorizada nos setores de classe média que vê na educação formal uma forma de manter seu prestígio, privilégio e legitimação social” (CARRANZA, 2000, p.161), ao contrário de seu oponente Lula, sabidamente desprovido de um processo de educação formal. Esse dado inclusive desqualificou Lula em vários momentos eleitorais. Assim, a valorização de um processo educacional regulado e regular, oficial e intelectualizado atua na depreciação da educação popular e de base, prática tão cara e legitimadora da atuação das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil.

Na campanha eleitoral de 2002 para a Presidência da República, o então candidato Lula redimensionou sua orientação programática através de uma política de alianças de viés conservador que modificou o caráter que o partido construiu e apresentou a sociedade durante sua existência. Ao divulgar um documento intitulado Carta aos Brasileiros,²⁸ ele sistematizou a base de uma estratégia de governo e de inserção social diferentes daquelas enunciadas pelo Partido dos Trabalhadores durante duas décadas de formação política e de militância institucional.²⁹

A divulgação dessa estratégia de governabilidade foi importante para a vitória de Lula, atraindo assim o voto de setores sociais que sempre foram refratários ao instrumental histórico de transformações do partido, dentre estes setores católicos ligados a Renovação Carismática Católica.³⁰

Constatamos então que a Renovação Carismática Católica faz política. Uma prática recente, porém planejada e crescente. A questão é a amplitude dessa prática política. Se ela seguir os princípios católicos da Fé e Política, *do ensinar a pescar*, sem o limite partidário,

²⁸ O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. (SILVA, Luís Inácio Lula da, Carta ao povo brasileiro, 22 de junho de 2002. Disponível em:< <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 01/02/2014.

²⁹ Sobre a influencia do catolicismo das CEBs na formação do Partido dos Trabalhadores ver FERREIRA FILHO, Joaquim Alves. O catolicismo na construção da identidade do Partido dos Trabalhadores: carismáticos e libertadores nas eleições de 2004 no Rio de Janeiro. Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

³⁰ Cf. FERREIRA FILHO, Joaquim Alves. O catolicismo na construção da identidade do Partido dos Trabalhadores: carismáticos e libertadores nas eleições de 2004 no Rio de Janeiro. Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005

observamos uma reconsideração da educação política popular, tendência inclusive presente em várias paróquias da cidade do Rio de Janeiro identificadas com a RCC.³¹

Se for meramente eleitoral pode estar querendo ocupar os espaços da política clientelista e, deliberadamente, confundir o espaço público com o espaço privado ao *dar o peixe*³².

A preocupação de parlamentares evangélicos com a legislação eleitoral sobre o aborto, o casamento homossexual e as pesquisas com embriões humanos, a eutanásia e a educação religiosa no ensino público, também existe entre parlamentares ligados a RCC ao legislarem em nome de Deus, criando uma espécie de fundamentalismo católico³³ como o contraponto a bancada evangélica. Seria a “busca estratégica da Igreja romanizada para recuperar sua hegemonia religiosa. própria Igreja Católica”. (CARRANZA, 2000, p. 138).

A marca política da RCC é a radical divulgação da pertença à Igreja Católica. Isso, nas relações políticas, motiva um catolicismo como fonte de valor e norma.

A RCC redimensiona sua identidade histórica e teológica e constrói uma alternativa de intervenção social inclusive em partidos políticos com referências históricas voltadas para as mudanças sociais, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT).

Os capítulos que se seguem aprofundarão essas especificidades, investigando os limites políticos e as possibilidades e eleitorais do catolicismo da Renovação Carismática dentro do Rio de Janeiro.

³¹ Cf. FERREIRA FILHO, Joaquim Alves. O catolicismo na construção da identidade do Partido dos Trabalhadores: carismáticos e libertadores nas eleições de 2004 no Rio de Janeiro. Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005

³² “Se deres um peixe a um homem faminto, vais alimentá-lo por um dia. Se o ensinares a pescar, vais alimentá-lo toda a vida”. (Lao -Tsé, fundador do taoísmo, séc VI a.C.).

³³ Sobre a questão do fundamentalismo religioso Carranza destaca que: "Segundo Gilles Kepel, três elementos são básicos para a constituição do fundamentalismo religioso: a) os princípios universais exclusivos como bem e mal, que se tornam referência na concepção de mundo dos adeptos; b) a ética-religiosa que perpassa a vida cotidiana dos fiéis, sendo um parâmetro de controle social; c) uma fonte única de interpretação de um livro sagrado, o qual contém leis e princípios divinos. Essa interpretação é intermediária entre Deus e a humanidade, tornando-se fonte de poder para os indivíduos ou grupos que se atribuem o direito de interpretação. Segundo Kepel as religiões que possuem um livro santo e uma concepção maniqueísta do mundo, bem e mal/certo e errado, terão mais propensão a se tornarem fundamentalistas (Kepel, 1991)(CARRANZA, 2005.p.364

2.2.3 Razão comunicativa e análise do discurso católico :

Esta seção quer verificar a possibilidade em termos metodológicos e sugerir a utilização da teoria de Habermas da razão comunicativa, exposta no capítulo 1, com o objetivo de aqui analisar o discurso religioso católico contido nas CEBs e na RCC

O ponto de partida para isso é o estudo "Religião e razão comunicativa: As comunidades eclesiais de base no contexto da redemocratização" que mostra as CEBs como um espaço privilegiado para a identificação e aplicação da teoria da razão comunicativa ao analisar cotidianamente o discurso religioso. (Cf. SILVA, 2002)

Ressalvamos, contudo que o estudo em questão foi produzido no ano de 2002, período no qual as CEBs entraram num período de declínio que enfraqueceu o conteúdo político e transformador desses espaços católicos.

Como visto a partir de Weber, o cristianismo é considerado uma religião com alto grau de racionalização ética. No interior do cristianismo, tem-se o protestantismo como uma vertente considerada mais racionalizada que o catolicismo. Entretanto, a 'visão de mundo' encontrada nas CEBs possui em alto grau aquela racionalidade ética da qual fala Weber, a despeito de se tratar aqui de comunidades católicas. Desse modo, o catolicismo praticado nas CEBs pode ser considerado uma visão de mundo altamente racionalizada tal qual Habermas concebe o termo. A teodicéia presente nas comunidades apresenta a desigualdade como um problema construído pela sociedade humana, trazido pelo sistema capitalista, e passível de solução por meio da ação neste mundo. É uma explicação bastante eticizada e - o que talvez seja o mais importante, secularizada, típica de uma interpretação moderna de mundo. (SILVA, 2002, pp. 124-125).

Outro fator a se considerar é a prática *desencantada* encontrada nas comunidades. É durante o processo de desencantamento que a *razão comunicativa*, sendo progressivamente liberada, vai à direção de tomar aquele lugar ocupado pela autoridade moral da religião. A preocupação maior com o mundo terreno e a identificação de seus problemas como consequência do tipo de sistema social no qual estavam inseridas demonstra como a prática das CEBs estava *desencantada*.

O consenso, mantido antigamente pelo rito sacral, é laicizado e passa a ocupar o espaço da comunicação. O consenso não é mais dado a priori, mas sim alcançado por meio de um processo argumentativo, pois as estruturas do entendimento passaram da esfera religiosa à esfera da comunicação. Isso tem consequências para a interação dos membros das comunidades enquanto função da racionalidade prática ali gestada, orientada para a política. A ideia

de que uma ética orientada por princípios possa surgir a partir de um contexto religioso é interessante para se pensar como a ética da fraternidade presente nas CEBs foi importante para que se desenvolvesse ali um germe de racionalidade comunicativa. O princípio laico norteador que se pode apontar nas CEBs é o de uma preocupação com o coletivo. Por mais que seja difícil apontar de forma conclusiva a existência de uma tendência democratizante difusa, que se direcionasse para além dos limites das comunidades, não há dúvidas de que pelo menos uma sociabilidade de esquerda ali se desenvolveu, pautada na preocupação com interesses coletivos, com o bem comum. E esta talvez tenha sido a principal contribuição das CEBs para a cultura política brasileira, principalmente porque isso aconteceu nas camadas mais desprivilegiadas de nossa população" (SILVA, 2002, p.127).

Portanto, a razão comunicativa habermasiana é um instrumental que pode ser utilizado na análise interior dos discursos católicos produtores de sentidos políticos, mesmo aqueles diferentes das práticas cebistas.

As práticas das CEBs, conforme visto, intervieram nos movimentos sociais e lutas populares brasileiras produzindo uma identidade popular própria (Cf. OLIVEIRA, 1997). Nesse sentido, o popular, "é uma categoria mobilizadora de quem deixa de ser 'massa', e torna-se capaz de influir no próprio destino" (OLIVEIRA, p.57). No refluxo da atuação política e social das CEBs o instrumental da política foi superado pelo instrumental da religião. E nas imbricações da religião com a política, o instrumental político não desapareceu, mas os discursos são produzidos com conteúdos mais espiritualizados, hierarquizados, notadamente no contexto da ação da RCC que examinaremos na próxima seção.

2.3 As CEBs e a RCC: Que Catolicismo Temos Hoje?

As tipologias que mostram a formação do catolicismo brasileiro são bem definidas por Pedro Ribeiro de Oliveira (1997). Ele enumera as três partes constitutivas do catolicismo popular, a saber: o catolicismo popular tradicional, o catolicismo romanizado, dito catolicismo de massas, e o catolicismo da libertação.

Os elementos de cada um são importantes para indicarmos de um modo mais seguro, qual o tipo de catolicismo que temos hoje.

Oliveira, ao aprofundar sua análise sobre o catolicismo brasileiro enfatiza o problema político da religião popular e suas dimensões sociais ao refletir sobre as tipologias do catolicismo popular.

O autor discorre sobre o problema político da religião popular e suas relações com a transformação social.

E utilizando um espectro bem mais amplo no espectro social e político, Oliveira quer desnaturalizar as categorias meramente binárias que oscilam entre o pólo de uma tradição esquerdista, da naturalizada expressão "*a religião é o ópio do povo*", engessada na alienação, e outro de caráter exclusivamente salvacionista e ligado aos oprimidos da sociedade.

Se, no primeiro pólo, a *tradição esquerdista* incompatibiliza a subjetividade religiosa com a racionalidade da ação política transformadora, o segundo pólo o *salvacionista* infere uma condição libertadora dada pelas religiões. Segundo Oliveira, cada um, em termos absolutos, é insuficiente para transformar a sociedade.

Para isso, Oliveira redimensiona a definição de popular desfazendo visões do senso-comum ao recuperar e atualizar análises marxistas de Gramsci, Godelier e Bourdieu que resumem a religião não como um simples reflexo das relações sociais, mas como um complexo sistema de relações simbólicas que atuam articuladamente nas estruturas de produção social de poder, incluído nesse caso o poder e a produção econômica.

Conforme Bourdieu trata-se da distinção

Entre trabalho religioso anônimo e coletivo, vale dizer, a produção do autoconsumo, e o trabalho dos especialistas para consumo dos leigos (...). A produção religiosa cabe a todos os membros de um determinado grupo, que de modo prático manejam o conjunto dos esquemas de pensamento e ações referentes ao sagrado (...). Este é o caso das religiões populares. (BOURDIEU *apud* OLIVEIRA. p.44).

Portanto são "oposições dialéticas, uma vez que o trabalho religioso anônimo e coletivo sempre coexiste uma única totalidade sistêmica de representações e práticas referentes ao sagrado" (OLIVEIRA, p. 45).

Assim os libertadores e os carismáticos teriam o espaço institucional e o reconhecimento social e necessários para a construção de um tipo de catolicismo brasileiro consoante com ao estágio atual da modernidade.

Diríamos também que a certa inquietação que Oliveira resume-se na consideração do "alargamento do campo de pesquisa" que é retomada por Cecília Mariz (2003)

Na realidade, a RCC, seria o quarto item incluído na tipologia tripartite de Oliveira e que sugere um redimensionamento do campo popular no sentido de ampliar esse campo e sua relação com a instituição da Igreja Católica no Brasil.

A reconfiguração da sociedade nos últimos 30 anos por conta da fluida modernidade esvaziou o campo de um espectro religioso, digamos mais à esquerda, popular e transformador conforme Pedro Ribeiro de Oliveira coloca ao analisar o catolicismo da libertação. Não considero coincidência a ascensão da RCC, de perfil mais conservador e propenso à hierarquização, nesse espaço de ações políticas deixado pela Teologia da Libertação. Nesse sentido concordo com autores como Brenda Carranza (2000) e Júlia Miranda (1999). Não se trata da simples oposição das CEBs à RCC ou conforme concepção naturalizada na qual "a Renovação Carismática Católica reza e as Comunidades Eclesiais de Base fazem política" (CARRANZA, 2000, p.156). A RCC também faz política! Quero dizer com isso que um viés indefinido da sociedade conforme os padrões da modernidade atual orienta a tipologia carismática.

Mas nem por isso, o catolicismo carismático estaria distante de uma concepção de religião mais popular (Cf. OLIVEIRA, 1997). Consideramos a RCC como uma religião de caráter popular, mesmo que nas suas origens seu perfil seja vinculado a setores mais conservadores. Por respeitar a hierarquia católica, a RCC está imersa no reconhecimento que a Igreja Católica deu ao "valor das expressões religiosas populares, ou, no mínimo, aprendeu a respeitá-las" (OLIVEIRA, p. 58). Assim a RCC constrói direções e caminhos na trilha de contornos populares deixada pelas CEBs.

Além do mais, a aproximação com setores mais populares da sociedade é um deslocamento estratégico para a RCC e para a própria Igreja Católica. Essa postura é suscitada inclusive nas intervenções discursivas de seus fundadores como os padres Haroldo Rahm e Eduardo Dougherty ao rebateram o caráter atribuído a RCC de ser "um movimento a mais dentro da Igreja" (MARIZ, 2003, p.173). Na realidade a RCC adquire um caráter reativo, atrativo e necessário por conta da diminuição do número de católicos no Brasil verificada na transferência quantitativa de católicos para o campo pentecostal, que é mais popular socialmente.

Conforme o padre Dougherty, Carranza (2000) destaca que "A RCC não é um movimento mas uma movimentação do Espírito Santo, há aí uma grande diferença. O movimento é para um grupo, enquanto uma renovação litúrgica, bíblica, carismática, é para todo mundo" (2000, p.38).

Ao atualizar as configurações do catolicismo brasileiro, Cecília Mariz analisa o movimento da Renovação Carismática Católica questionando se ele é uma igreja dentro da Igreja e conclui que a "rejeição da etiqueta movimento expressa, tal qual no projeto das

CEBs e dos católicos da Teologia da Libertação, o desejo de abarcar toda a Igreja e não ser algo marginal com uma organização paralela"(,2003,p.175)

Para classificar as práticas carismáticas, a autora usa ainda o termo pentecostalismo católico considerado ainda pejorativo por vários membros da RCC. Contudo, a RCC revela a aquisição de um instrumental pentecostal (efusões, glossolalia, performances, para depois ser absorvida pela hierarquia da Igreja Católica.

Uma das explicações para a sobrevivência dessa igreja (...) se encontra em sua organização caracterizada pela capacidade de controlar os desvios e manter grupos divergentes juntos. A importância dada a hierarquia e a autoridade fez com que as dissidências e rupturas que ocorreram através da história fossem relativamente pouco numerosas em relação aos conflitos e tensões que já dividiram essa instituição. Essa capacidade integrativa da organização católica se revela forte quando se compara essa igreja com as protestantes, que sofrem frequentemente cisões e se subdividem. (MARIZ,2003 p. 171)

Nesse cenário, a ascensão da RCC absorve em grande parte, mas com outro sentido mais litúrgico e espiritualizado, o trabalho das CEBs. Vislumbra-se um corte social espiritualizado na RCC.

Os aportes teóricos dessa dissertação consideram o deslocamento do fenômeno religioso na direção da desinstitucionalização ou da desregulação religiosa conforme Hervieu-Léger (1999). Afinal tratamos de uma modernidade que carece de definições Este seria um interessante ponto de chegada para a inscrição e definição do objeto estudado, se não fosse pela refutação que Cecília Mariz faz sobre tal condição ao lembrar certa *perenidade* na inserção social da religião. As organizações sociais existem e, mesmo por estarem em processo de mudança (e por isso!), continuam a transmitir e reproduzir as experiências coletivas. Em se tratando de religião, Weber é o suporte teórico que Mariz utiliza ao citar a questão do carisma e sua necessária rotinização. (MARIZ, 2003, p. 170).

Deste modo os discursos sobre desregulamentação e desinstitucionalização do fenômeno religioso são parcialmente considerados na realidade que se quer analisar. Conforme Mariz, "novas formas de viver a religião implicam novas formas de organização e/ou transformações nas instituições tradicionais, mas não a sua negação ou simples desaparecimento" (2003, p. 170).

As CEBs, esvaziadas histórica e teologicamente, continuam existindo e, na centralização conservadora promovida pelos Pontificados de João Paulo II e Bento XVI, foram devidamente incorporadas à hierarquia da Igreja. Digamos que uma domesticação do

caráter popular e transformador das CEBs abriu o espaço de produção do discurso católico para a RCC.

Com tudo isso, a RCC é o aporte canônico desse movimento de resgate da grande tradição do catolicismo. É a construção de uma subjetividade religiosa. E o contraste da RCC não se dá apenas com respeito às CEBs e à Teologia da Libertação, mas também quanto às outras formas de ser do catolicismo

Enfim, é a orientação do catolicismo para o encantamento de mundo no estágio atual da modernidade.

III VALORES RELIGIOSOS E LEGISLAÇÃO: PROPOSTAS, TENSÕES E IMPASSES:

O capítulo articula a orientação teológica católica de defesa de determinados valores morais com os movimentos sociais e reações e contestações recíprocas em torno do debate público de propostas legais referentes ao aborto, às práticas da eutanásia, a união civil homoafetiva, as pesquisas com células-tronco embrionárias, assim como a justificativa para a implantação do ensino religioso na educação pública

3.1 Valores Morais, Catolicismo e Movimentos Sociais:

Esta seção mostra a relação de determinados partidos políticos que se inserem na dinâmica da defesa dos direitos humanos e reprodutivos. Deste modo o texto articula os significados da expressão Movimentos Sociais com práticas políticas e partidárias que objetivam socialmente a construção desses direitos. A presente seção apresenta também a justificativa teórica dos valores morais na perspectiva teológica da Igreja Católica

Deste modo consideramos como exemplos de movimentos sociais envolvidos com os temas acima, o movimento LGBTTT, os movimentos de direitos humanos e reprodutivos, além de determinados setoriais partidários que pautam essas discussões. Os partidos, conforme pesquisa nos sites respectivos, que apresentam na sua estrutura de organização secretarias e setoriais ligados aos temas pesquisados são o PT, o PC do B, o PSOL, o PSC e o PSTU. Cabe ressaltar que a opção por esses partidos é justificada pelo aporte teórico e empírico da presente dissertação. Pela questão teórica, a exposição em capítulo anterior sobre os sentidos de direita e esquerda nas organizações partidárias justifica essa escolha. Por outro lado, a

análise dos dados empíricos oferecidos no capítulo final desta dissertação destaca o PSC e o PT como organizações partidárias que possuem filiados e parlamentares que se declararam católicos e tem posicionamentos bem definidos sobre os temas morais estudados.

O Diretório Regional do PT/RJ apresenta em sua página um setorial LGBTTT³⁴, outro ligado aos direitos humanos³⁵ e nenhum sobre a questão da mulher. Por outro lado, o site nacional do partido oferece um link para uma secretaria ligada à questão da mulher.³⁶ Os links do site do PT no âmbito do Rio de Janeiro apontam para a informação de que os conteúdos relativos aos setoriais estão em construção.

Cabe registrar que esse partido, a cada dois anos, muda seus quadros dirigentes através de eleições internas. Ao fechar esta dissertação, o período eleitoral interno do PT, o PED (Processo de Eleição Direta) de 2013 ainda influenciava a definição dos nomes dirigentes e seus respectivos cargos.

Já o PC do B³⁷ possui na sua organização a Secretaria Nacional da Mulher com vasto material sobre a questão. A mesma estrutura verifica-se na organização do partido no Rio de Janeiro³⁸.

Outros partidos como o PSOL³⁹ e o PSC⁴⁰ não apresentam secretarias específicas ou setoriais ligados aos temas. Contudo, um exame mais regular e acurado dos respectivos sites revela certa produção de militantes e parlamentares dos respectivos partidos sobre os temas morais desenvolvidos nessa dissertação.

O site do PCB⁴¹ oferece um link direcionado ao movimento das mulheres.

Por fim, a página do PSTU disponibiliza no link *opressões*⁴² acesso para material e notícias sobre a questão da mulher e da identidade homossexual.

Nesse sentido, nos partidos políticos e nos movimentos sociais, os valores morais e religiosos envolvidos se configuram também como valores políticos e se imbricam no Estado

34 Disponível em < <http://www.pt.rj.org.br/index.php/direitos-humanos>> .Acesso em 30 Mar.2014

35 Disponível em http://www.pt.org.br/secretarias/categoria/secretaria_mulheres>. Acesso em 30 Mar.2014.

36 Disponível em <http://www.pcdob.org.br/secretarias/secretaria-mulheres>>. Acesso em 30 Mar.2014.

37 Disponível em < <http://www.pcdob.org.br/secretarias/secretaria-mulheres> >Acesso em 30 Mar.2014.

38 Disponível em< <http://www.pcdobrj.org.br/portal> >Acesso em 30 Mar.2014.

39 Disponível em< <http://psol50.org.br/site> >Acesso em 30 Mar.2014.

40 Disponível em< <http://www.psc.org.br/rj>>Acesso em 30 Mar.2014.

41 Disponível em< <http://coletivomulheranamontenegro.blogspot.com.br>> Acesso em 30 Mar.2014.

42 -Disponível em< <http://www.pstu.org.br/luta-contra-opressoes> >Acesso em 30 Mar.2014.

e nos espaços dos poderes constituídos, envolvendo os sistemas judiciário e legislativo. São iniciativas ainda inconclusas, reversíveis, sujeitas a polêmicas e que se arrastam por anos a fio (Cf. BURITY, 2001). Dessa forma,

A crescente atividade reguladora do Estado passou a envolver áreas antes consideradas privadas, ou mesmo íntimas, na tentativa de aprofundar a racionalização da provisão social ou de resolver impasses que a ideologia do desenvolvimento identificava em sociedades em vias de modernização. (...) A ampliação da oferta religiosa e a competição entre as diferentes religiões – notadamente nos casos em que uma religião estabelecida oficialmente ou de fato, mantinha um quase monopólio da adesão e procurava falar em nome da sociedade como um todo – gerou uma busca por assegurar espaços de representação política por parte dos grupos religiosos emergentes, traduzida quer em disputas eleitorais, que no investimento de recursos públicos em iniciativas educacionais, filantrópicas ou mesmo em demandas internas das organizações religiosas (como por exemplo, cessão de terrenos para construção de templos) (Burity, 2001, p. 32).

São enfatizadas também as condições históricas e culturais que determinaram, por conta da pressão dos movimentos sociais, a construção da pauta de reivindicações de leis correspondentes aos aspectos morais listados.

Em termos da construção da lei, citaremos os principais marcos legais que objetivam regulamentar cada um dos conjuntos dos valores morais e a última tramitação nas esferas legislativas federais correspondente ao ano de 2013. A exceção é o debate sobre o ensino religioso na educação pública no estado do Rio de Janeiro por conta de legislação de 1999, precedente ao marco legal de âmbito federal que é de 2008.

O significado de Movimentos Sociais, sobretudo nas sociedades atuais, é baseado na definição de Giddens (2005) que os considera como um "tipo de atividade política não ortodoxa (...) através de tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora da esfera das instituições estabelecidas". (p. 357).

Por outro lado, conforme Bobbio (1998), as teorias que explicam os Movimentos Sociais ocupam um lugar central na teoria e na reflexão sociológicas, quer nas teorias contemporâneas, quer nas teorias clássicas.

A Sociologia Clássica demarca o significado dos movimentos sociais quando Marx, Durkheim e Weber, "veem nos movimentos coletivos um modo peculiar de ação social, (...) quer eles denotem transição para formas de solidariedade mais complexas, a transição do

tradicionalismo para o tipo legal-burocrático, quer o início da explosão revolucionária" (p. 787).

Historicamente, o significado contemporâneo dos movimentos sociais vincula-se à construção da própria cidadania na busca pelos direitos humanos. Conforme a visão clássica de Marshall (1967), o processo em questão obedeceu a uma lógica linear a partir do século XVIII com a conquista dos direitos civis como os direitos à vida, à liberdade, à locomoção, à segurança, à liberdade de consciência, incluindo opiniões religiosas. (Cf. artigo 10º da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789)⁴³.

A seguir, no século XIX, as conquistas se referem aos direitos políticos (direito de votar, direito de reunião e de organização política). Em meados do século XX, o ciclo é completado com os chamados direitos sociais, ou de terceira geração (garantia de educação, saúde, previdência), sobretudo estruturados na relação dos cidadãos com o Estado do Bem-Estar Social (o *Welfare State*).

A partir da segunda metade do século XX e com reflexos no século atual, consolida-se uma outra geração de direitos humanos sugeridos e firmados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, com reflexos também nos movimentos culturais de 1968. A Declaração incorporou, aos direitos clássicos listados, novas demandas originadas de grupos sociais com identidades específicas, especialmente aquelas baseadas na cultura e em novas percepções de mundo.

Os direitos humanos na modernidade atual compõem o quadro sensível da diversidade cultural nas relações sociais contemporâneas. Sua reivindicação gera tensões entre o Estado e a sociedade, pela extrema judicialização que serve de mediação inicial entre valores distintos e originários das questões que envolvem os indivíduos. Segundo Segato (2006),

O direito moderno encontra-se em tensão com alguns costumes não somente no caso das sociedades "simples" ou dos "povos originários", mas também no próprio Ocidente, em plena modernidade. De fato, a lei entra em rota de colisão com a moral estabelecida e com crenças arraigadas em sociedades que julgamos "modernas", erodindo o costume no seio do próprio Ocidente, quando, por exemplo, um novo código civil suprime o "chefe de família" ou a *patria potestas* exclusiva do pai e especialmente quando incorpora e constitucionaliza as convenções contra todas as formas de discriminação racial e de gênero, põe órgãos coercitivos a serviço da erradicação do racismo e sanciona leis que garantem ações afirmativas para beneficiar as

⁴³ Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br.>> Acesso em 30 Mar.2014.

mulheres, as pessoas negras ou, inclusive, os portadores de deficiências físicas (pp.209-210).

Consideramos os direitos humanos como elementos integrantes, discursivos e vocalizadores de uma política progressista e emancipatória na perspectiva da substituição e superação dos tradicionais grupos de esquerda que não souberam ou não tiveram a oportunidade de encaminhar essas questões.

Sobre isso, Souza Santos afirma que os direitos humanos estão no cerne dessa tensão:

Enquanto a primeira geração de direitos humanos (...) foi concebida como uma luta da sociedade civil contra o Estado considerado como o principal violador potencial dos direitos humanos, a segunda e terceira gerações (direitos econômicos e sociais e direitos culturais, da qualidade de vida, etc.) pressupõem que o Estado é o principal garante dos direitos humanos (1997, p. 2).

Portanto, no estágio atual da modernidade, os movimentos sociais adquirem uma feição na qual o enfoque na questão de classes se torna secundário em relação à questão cultural. Esta adquire papel mais ativo na construção de sujeitos históricos que agem coletiva e politicamente como protagonistas na perspectiva de mudanças na sociedade. São os novos movimentos sociais que tangenciam os sindicatos e os partidos, ou seja, as concepções mais tradicionais dos Movimentos Sociais construindo o discurso para o encaminhamento dos direitos humanos na modernidade atual redimensionando as fronteiras entre as esferas públicas e privadas. Conforme Alonso (2009):

As novas mobilizações não teriam uma base social demarcada. Seus atores não se definiriam mais por uma atividade, o trabalho, mas por formas de vida. Os “novos sujeitos” não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias excluídas (Touraine lista negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, intelectuais) e teriam em comum uma atitude de oposição. Seus exemplos principais são os movimentos feminista e ambientalista. (...) Os movimentos sociais nasceriam na sociedade civil e, portadores de uma nova “imagem da sociedade”, tentariam mudar suas orientações valorativas. (p.60)

É destacada também por Alonso a relação desses novos movimentos sociais com a lei, considerada não como objetivo último, mas como elemento integrante de um Estado democrático e construído cotidianamente na perspectiva democrática de uma sociedade com

valores e costumes ressignificados. Assim, os movimentos sociais aparecem "como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Em vez de demandar democratização política ao Estado, demandariam uma democratização social a ser construída não no plano das leis, mas dos costumes; uma mudança cultural de longa duração gerida e sediada no âmbito da sociedade civil" (2009, p. 61)

Mas a defasagem entre a reivindicação e a efetivação plena dos direitos humanos é o que caracteriza essencialmente a atualidade e a importância dos movimentos sociais inscritos na chamada cidadania global. A cidadania e os direitos de pretensões universais não se cumprem exatamente da mesma maneira nos diferentes contextos nacionais.

No Brasil, as reivindicações pelos direitos humanos possuem uma longa e instável história. É no final da década de 1970 que movimentos e campanhas de base social diversificada e orientações ideológicas diversas reuniram líderes políticos, intelectuais e religiosos importantes para o país ao final da ditadura militar. Essa sucessão de momentos reivindicatórios colocou a necessidade da autonomia frente a um Estado militar desgastado como a questão-chave para o momento da redemocratização institucional do Brasil e do fortalecimento dos movimentos sociais. A autonomia que se seguiu ao momento da transição democrática estende-se aos dias de hoje. Essa autonomia permitiu aos movimentos sociais a construção de uma sociedade politicamente visível e mais atuante nas configurações da renascente *democracia representativa* ou, em termos alternativos, numa *democracia participativa* (Cf. ZALUAR, 2003) mais diretamente ligada à sociedade do que propriamente ao Estado, "reforçando a manifestação da diferença e da cidadania ativa" (ZALUAR, 2003, p.211).

Deste modo, questões mais subjetivas como a autodeterminação dos povos, o direito a paz, a preservação do meio-ambiente, os direitos de identidade étnica e de gênero, a diversidade sexual e a livre opção religiosa "mobilizaram formas de **ação coletiva** em defesa de reconhecimento, justiça e participação (BURITY, 2001, p. 33)."

É de fundamental importância registrar histórica e ideologicamente que os direitos humanos clássicos arrolados foram construídos nas origens mais remotas do Estado Liberal, na sua consolidação e, sobretudo, nas suas crises e alternativas. A questão basilar desta dissertação, as relações entre religião e política e suas imbricações, não pode ser incluída nas linhas normativas do liberalismo clássico. A rigor, reservou-se à religião, em grande parte, um papel subordinado nas relações com a maioria dos Estados contemporâneos inscritos no dualismo moderno, sobretudo o do espaço público e da vida privada, da religião e da política e do profano e do sagrado.

Contudo as configurações da modernidade atual dissiparam esses contornos duais e as imbricações resultantes desse movimento modificaram substancialmente as relações entre os domínios da religião e da política.

Aos poucos, foi-se acumulando uma evidência contrária às expectativas e à eficiência do marco conceitual e institucional liberal. Da politização do catolicismo e do protestantismo histórico latino-americanos nos anos 1970 e 1980 ao crescimento vertiginoso dos pentecostais e carismáticos e a explosão de particularismos étnico-religiosos nos anos 1990 (...) tudo aponta para uma configuração do religioso que opera segundo uma lógica de **deslocamento de fronteiras e ressignificação ou redescrção de práticas**. O efeito contraditório mais marcante destes dois processos é o de que o aprofundamento da experiência religiosa como algo pessoal, individual, íntimo se dá ao par com uma desprivatização ou publicização do religioso (BURITY, 2001, pp.28-29).

Nesse sentido, a exposição teórica, enfatizada em capítulo anterior sobre o retorno do sagrado ou sobre a própria secularização ou separação entre Igreja e Estado, se dilui não por sua importância teórica, mas pelo redimensionamento do Estado Liberal. A dinâmica social correspondente coloca a temática da religião como a apropriação do espaço público por conta de ações de grupos institucionalmente religiosos ou que representem a religião, sobretudo os agentes ligados a grupos político-partidários. Enfim, é a linguagem religiosa, através da defesa de valores morais, exprimindo sua demanda por direitos humanos.

Os valores morais do catolicismo são fundamentados pelo documento vaticano. O Catecismo da Igreja Católica que expõe os elementos fundamentais da fé cristã, assim como normas de conduta para o cotidiano dos católicos.

O documento analisado, originariamente de 1997, é a versão traduzida para o português da edição típica latina de 1998 e com edição no ano de 2000. A versão impressa e completa é apresentada pelo Papa João Paulo II como resultado da conclusão de um processo iniciado no Concílio Vaticano II de 1965. O site do Vaticano disponibiliza o texto integral,⁴⁴ mas não fornece mecanismos para download do arquivo, apenas consultas em abas conforme o título ou capítulo escolhido. Optamos pela consulta ao texto impresso, pois, mesmo os dois textos não apresentando diferenças de conteúdo, a versão impressa oferece um índice analítico que facilita o *acesso* a palavras-chaves.

⁴⁴Disponível em <http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html>. Acesso em 08 Fev.2014.

A versão impressa apresenta também uma lista de siglas fundamentais para compreender a importância teológica do texto e as intervenções hierárquicas do Vaticano com respectivas justificativas patrísticas, litúrgicas, magisteriais ou hagiográficas sobre a manutenção do padrão moral e/ou sua condenação. Resumimos as intervenções vaticanas sobre os temas morais destacados, em três importantes fontes originadas da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), do Código de Direito Canônico (CIC) e as Sagradas Escrituras (SE).

Acreditamos que, em se tratando do Catecismo da Igreja Católica, a articulação desses três níveis de justificativas teológicas presentes no texto salvaguarda as preocupações morais contemporâneas da Igreja Católica. As intervenções e possibilidades de penalidades eclesiais da Congregação para a Doutrina da Fé garantem seu reconhecimento institucional através do Código de Direito Canônico e justifica as origens da moral católica nas Sagradas Escrituras.

3.2 O Discurso Católico no Debate Público sobre o Direito à Vida : Aborto, Eutanásia e Pesquisas com Células-Tronco:

Originariamente esta investigação considerou fazer em separado a análise do debate público do aborto, da eutanásia e das pesquisas com células-tronco.

Contudo o volume de debates e o ritmo acelerado dos trâmites legislativos e posicionamentos de organizações religiosas e dos movimentos sociais determinaram um redimensionamento metodológico e teórico que convergiram para a apreciação em um único bloco sobre os temas destacados.

Justificamos esse reposicionamento pela centralidade que a questão sobre os direitos individuais adquiriu nos últimos anos com seus vínculos a posicionamentos religiosos e científicos. Os grupos envolvidos atualmente na discussão pública e na construção de argumentos de condenação e de defesa dos temas, na realidade, remetem nossa descrição a uma questão fundamental: o que é o direito a vida? De que vida falamos e que vida deveríamos considerar? Assim, o aborto, a eutanásia e as pesquisas com células tronco subsumem o problema da centralidade da vida.

Nesse sentido, o aborto, a eutanásia e as pesquisas com células-tronco embrionárias têm a mesma preocupação institucional por parte dos grupos envolvidos nesse debate. Vale definir aqui o que está implicado no debate sobre o aborto, isto é, a eliminação de um feto ou embrião no útero, e nas pesquisas com células-tronco embrionárias humanas há o uso de

embriões humanos de laboratório restantes de reprodução assistida a fim de produzir linhagens de células para uso em pesquisa e futuramente em terapias contra diversas doenças caso se desenvolvam as técnicas para tanto.

A Constituição de 1988, no seu artigo 1º, estabelece a proteção da vida humana sem diferenciações. No artigo 5º do Capítulo I, referente aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, o texto garante, dentre outros direitos, a inviolabilidade do direito à vida ⁴⁵.

É um princípio importante, porém impreciso e que por isso generalizou essa garantia constitucional motivando o envolvimento de várias instâncias no debate público sobre os temas. De qualquer forma, o texto constitucional enuncia a garantia dos direitos fundamentais individuais preservando a dignidade da pessoa humana. O Artigo 5º destaca que "ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante."

Importantes e extensas considerações teóricas e empíricas sobre a definição de vida nos campos religioso, jurídico e científico são desenvolvidas por Luna (2009; 2013). A autora afirma que os

Argumentos que justificam ou recusam o uso de embriões para a pesquisa e a antecipação do parto de um anencéfalo coincidem em vários pontos porque são tributários da mesma configuração de valores e se fundamentam na mesma figura de pessoa. (...) Nesse sentido, o núcleo da argumentação muitas vezes se articula com respeito a lhes negar ou atribuir a condição de seres humanos sujeitos de direitos (2009, pp.125-126).

A discussão sobre o uso de embriões em pesquisa retoma o debate do aborto e amplia a discussão pública sobre o direito à vida. Deste modo, a "tentativa de esboçar um estatuto legal a partir da atribuição de dignidade ao embrião fora do corpo levanta a questão das fronteiras da humanidade" (LUNA, 2013, p. 80).

Os grupos que condenam radicalmente o aborto querem proteger o embrião ou feto, desta forma assegurando o mesmo valor e direitos de uma pessoa já nascida. Por extensão a própria mulher não tem o direito da escolha de ter ou não o filho. Um dos principais representantes do movimento pró-vida, a Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família "é uma organização cujo principal objetivo é divulgar e defender os valores éticos e morais da inviolabilidade da vida humana desde sua concepção e dos direitos da família."⁴⁶ Ressaltamos

45Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf>. Acesso em : 17 Mar.2014.

46 Disponível em <<http://www.providafamilia.org.br/site/quemsomos.php>> Acesso em : 17 Mar.2014.

que *movimento pró-vida* é uma expressão adjetiva que com posicionamentos filosóficos e religiosos pela defesa da vida humana desde a concepção até a morte natural, tem uma atitude social radicalmente pelo direito à vida. A Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família é uma das principais instituições de defesa dessas concepções e mantém relacionamento com os demais movimentos pró-vida no País e organizações internacionais que defendem a vida e a família.⁴⁷

Por outro lado, os grupos denominados de Pró-Escolha afirmam que sua própria perspectiva aceitaria a existência de diversas posições em relação ao aborto, inclusive sua recusa (Luna, 2013), e também pelo fato de aceitar a religião desde que ela se proponha a uma perspectiva de liberdade de escolha. Destacamos nesse caso o grupo Católicas pelo Direito de Decidir que

Trabalha na promoção da cidadania e dos direitos humanos (sexuais e reprodutivos) das mulheres, assim como luta pela igualdade nas relações de gênero, tanto na sociedade como no interior da Igreja Católica e de outras religiões, além de divulgar o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, reconhecendo sua autoridade moral e sua capacidade ética de tomar decisões sobre todos os campos de suas vidas.⁴⁸

As fontes bibliográficas selecionadas nesta dissertação ligadas às relações da religião com o debate público e parlamentar sobre o aborto, a eutanásia e as pesquisas com células tronco embrionárias vêm de estudos na área da antropologia e da sociologia como Cesarino (2007); Gomes (2009); Menezes (2009); Natividade e Lopes (2009); Luna (2010a; 2010b; 2011; 2013) e Machado (2012).

Sobre o aborto, outra fonte de análise é a base jurídica e legislativa do debate sobre a descriminalização ou a legalidade das práticas abortivas, ligadas à saúde pública, à saúde da mulher, assim como ao estatuto dos fetos. Nesse sentido, optamos por usar aspectos e informações legais envolvendo os três poderes constitutivos do Estado para situar o debate do aborto no espaço público, a arena na qual convergem todas as reivindicações dos movimentos sociais e do movimento organizado da religião. Assim sendo, a Arguição de Descumprimento

47 Existe uma organização com o nome de Pró-Vida que se apresenta, conforme pesquisado, como uma organização voltada para as práticas da autoajuda, do desenvolvimento mental e de integração cósmica. De acordo com o site, "A PRÓ-VIDA é um instituto (...) que se propõe a conduzir interessados a uma Integração Cósmica". Não encontramos nenhuma referência à defesa da vida contextualizada aos interesses desta dissertação. Disponível em < http://www1.provida.org.br/pt_BR/page/statement-of-principles > Acesso em : 18 Mar.2014.

48 Disponível em <<http://catolicasonline.org.br/institucional.>> Acesso em : 18 Mar.2014.

de Preceito Fundamental (ADPF) n° 54/2004 do Supremo Tribunal Federal (STF), a Constituição Federal de 1988, o trâmite da pauta legislativa e parlamentar sobre o aborto e o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)⁴⁹ de 2010, são considerados como produção e sistematização de uma questão que nas duas últimas décadas tem mobilizado o debate político, jurídico e religioso no Brasil.

A ADPF n° 54/2004 foi iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde e questionou a ilegalidade da interrupção voluntária da gravidez em fetos anencéfalos. Algumas instituições inscritas na audiência pública tais como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Igreja Universal do Reino de Deus, a Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, a ONG Católicas pelo Direito de Decidir, a Associação Médico-Espírita do Brasil, confirmaram a importância da sessão no sentido das conflituosas relações entre religião, política e ciência, já que alguns cientistas, deputados com vínculos religiosos e associações médicas também participaram da audiência.

A ADPF foi declarada procedente em 12/0/2012, por maioria dos votos dos ministros do STF que declararam a inconstitucionalidade da interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta criminosa tipificada nos artigos 124, 125 e 126, do Código Penal. O aborto não é considerado como crime quando a gravidez colocar em risco a vida da mulher, quando causado pela gravidez causada por um estupro conforme artigo 128, incisos I e II, ou , conforme a decisão do STF pela ADPF 54, se o feto for anencefálico

A Constituição Federal de 1988 entra nesta seleção por causa de seu significado histórico de ser o documento que legalizou a transição democrática e o fim do ciclo militar iniciados em 1985. O período da redemocratização do Brasil é o momento político mais importante para a revitalização da democracia e o crescimento dos movimentos sociais, fundamentais para qualificar a pauta de reivindicações dos direitos humanos no Brasil. Mesmo assim ressaltamos que a lei maior do país, depois de 25 anos de sua promulgação, sofreu e ainda sofre críticas por causa da ausência de regulamentações de leis e preceitos constitucionais. Esse vácuo legal e o fortalecimento da democracia potencializaram as reivindicações dos grupos sociais envolvidos, aumentando desta forma o debate e as tensões.

Contextualizadas na ordem mundial, é importante registrar também as resoluções da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada no Cairo em 1994, que considera a questão do aborto inseguro como

49 Plano Nacional de Direitos Humanos-3 Disponível em < <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf> > Acesso em : 16 Mar.2014.

problema de saúde pública, documento de que o Brasil é signatário (Cf. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento).⁵⁰

Outra referência importante sobre o tema do aborto é o documento referente a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher realizada em Pequim em 1995, que reafirma compromissos para "a plena implementação dos direitos humanos das mulheres e meninas, como parte inalienável, integral e indivisível de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais". (Cf. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, p.151)⁵¹

O debate político para a efetivação da lei produz divergências entre a defesa dos valores religiosos e orientações partidárias quando secularizadas, como a defesa do Estado laico e as expressões dos direitos humanos na garantia dos direitos individuais. Assim, o discurso moral do catolicismo, considerado como instrumento de mediação entre o católico e a busca do sagrado para as definições de mundo, transfere o seu conteúdo teológico para a prática política e parlamentar.

A perspectiva teológica e moral do aborto e sua condenação em quaisquer circunstâncias são fundamentadas pelo Catecismo da Igreja Católica (2005). Baseada na teoria da personificação imediata do feto, a proibição absoluta do aborto foi imposta em 1869 pelo Papa Pio IX que condenou todo o abortamento, em qualquer estágio da gravidez, determinando a pena de excomunhão, vigente até hoje, a quem o praticar. A postura atual da Igreja Católica é de repudiar o aborto em qualquer circunstância, alegando o início da vida desde a concepção.

No Catecismo da Igreja Católica, encontramos quatro referências diretas ao aborto como títulos das instruções morais (pp. 591-593) e quatorze referências em corpos de texto, nesse caso levando em conta os cruzamentos com palavras-chave que se referem ao direito a vida como embrião, embriões e eutanásia.

Partindo do Código de Direito Canônico que prevê a pena de excomunhão, a prática do aborto é imbricada no mundo laico pela interpretação e atualização da questão pela Congregação para a Doutrina da Fé que na instrução moral 2272 afirma que

Os direitos inalienáveis da pessoa deve ser reconhecidos e respeitados pela sociedade civil e pela autoridade política. Os direitos do homem não

⁵⁰ Disponível em <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>>. Acesso em : 18 Mar.2014.

⁵¹ Disponível em <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em :18 Mar.2014.

dependem nem dos indivíduos, nem dos pais, e também não representam uma concessão da sociedade e do Estado.: pertencem a natureza humana e são inerentes à pessoa em razão do ato criador do qual esta se origina. Entre esses direitos fundamentais é preciso citar o direito a vida e à integridade física de todo ser humano, desde a concepção até a morte. (O Catecismo da Igreja Católica, p.529, 2000)

Cruzando a palavra aborto com a palavra-chave embrião, expandimos a questão para a defesa radical da vida, o Catecismo da Igreja Católica , através sobretudo da Congregação para a Doutrina da Fé

Na instrução moral 2273 (p. 593), de responsabilidade de execução da Congregação para a Doutrina da Fé, o texto reclama da força que o Estado deverá exercer a serviço dos direitos de todos os cidadãos, particularmente dos mais fracos, nesse contexto "a criança desde o momento de sua concepção." Assim, "a lei devera prever sanções penais apropriadas para toda a violação deliberada dos direitos dela". Na continuação, a instrução 2274 (p. 593) considera que tendo em vista o tratamento como pessoa, "desde a concepção, o embrião deverá ser defendido em sua integridade cuidado e curado, na medida do possível, como qualquer outro ser humano."

Assim e estendendo para a condenação das pesquisas com células-tronco, é "imoral produzir embriões humanos destinados a serem explorados como material biológico disponível", conforme a instrução 2275 (p. 593) de responsabilidade da Congregação para a Doutrina da Fé

No Brasil, as bases da condenação ao aborto, juntamente com a pesquisa com células-tronco embrionárias e a eutanásia, são publicizadas com o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2008 pela CNBB que com o título "*Escolhe, pois a vida*", objetivou "levar a Igreja e a sociedade a defender e a promover a vida humana, desde a sua concepção até a sua morte natural, compreendida como dom de Deus e corresponsabilidade de todos."⁵²

Conforme Luna, o lema da Campanha da Fraternidade

Foi criado para fazer frente a duas questões discutidas nos últimos anos pela sociedade brasileira: 1) o esforço do Ministério da Saúde e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para reinserir o aborto como problema de saúde pública, o que seria ocasião para alterar a lei vigente; 2) a produção de embriões humanos na reprodução assistida e o uso dos excedentes em pesquisas para a produção de células-tronco (2010, p. 91).

52 Disponível em <<http://www.cnbb.org.br/campanhas/fraternidade/2173-historico-das-cfs>> Acesso em : 08 Mar.2014.

Com a ascensão em 2003 de um governo com um perfil mais popular como o do presidente Lula, o debate sobre o aborto foi intensificado e no mesmo ano a recém-criada Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres ligada à Presidência da República, lançou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em dezembro de 2004. O texto é base para uma discussão mais ampla do tema e, mesmo citando a palavra aborto apenas uma vez, enuncia a promoção dos "direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminações" (BRASIL, 2013, p. 31).

Desta forma, a Campanha da Fraternidade de 2008 reforçou o discurso e a hegemonia católicas sobre a questão da defesa da vida forma geral, "reconstituindo a atuação pública da Igreja" ponto essencial para fazer as conexões entre as demandas do documento e seu contexto amplo (LUNA 2010, p. 92).

Assim, mesmo com as mudanças dos anos de 1980 e 1990 marcadas pelo crescimento das igrejas evangélicas, especialmente dos pentecostais, em torno da disputa por espaço político, reconhecimento e legitimidade na esfera pública (GOMES, 2009), a Igreja Católica ainda é a instituição mais destacada a atuar contra a descriminalização do aborto, mesmo com os distintos modos de "ser católico", muitas vezes desvinculados das orientações institucionais (GOMES, 2009; PIERUCCI, 2009).

Mesmo que se fale em unificação dos evangélicos no parlamento, "a bancada evangélica", no debate sobre o aborto no país, alguns autores sugerem relativização, prudência e certa mistificação sobre um formato de coesão política desse grupamento religioso (MARIZ, 1998; ORO 2003; FONSECA, 2008 *apud* GOMES, 2009, pp.46-47).

Conforme Mariz (1998 *apud* GOMES, 2009), "em relação às igrejas evangélicas, não há um posicionamento unificado em relação ao abortamento, e talvez a religião não seja a única variável que afeta esse tipo de decisão".

No caso católico, mais que centralidade discursiva, a centralidade nesse caso é institucional: é a *rotinização do carisma* na expressão de Peter Berger. Com isso, a centralidade institucional também pode ser justificada por "comportamentos individuais de católicos que reinterpretem ou escolhem as orientações institucionais que serão incorporadas em seus cotidianos" (GOMES, 2009, p. 47) e refletidas mais adiante na defesa dos valores morais, nesse caso a condenação do aborto, pelo processo da "recatolização midiática" e/ou a "construção midiática do carisma" (Cf. CARRANZA, 2005; 2011).

Deste modo, além dessa defesa natural, internalizada, das posições oficiais contra o aborto na sociedade em geral, a centralidade institucional tem uma substancial defesa no

grupo de parlamentares católicos, especialmente aqueles vinculados à Renovação Carismática Católica. A forte adesão à doutrina católica e o reconhecimento hierárquico da RCC funcionam como uma extensão da centralidade institucional da Igreja Católica e que funciona dentro dos espaços públicos.

O marco legal sobre a descriminalização do aborto é o Projeto de Lei (PL) nº 1135/91 de autoria dos deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling na época parlamentares do PT apresentado em 28/05/1991. O PL em questão propôs a supressão do artigo que caracteriza crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento que alteraria o Código Penal (Decreto-lei nº 2.848 de 1940). Após um trâmite de praticamente 16 anos e de vários apensamentos ao texto original, o PL foi arquivado em 27/01/2012.⁵³

Um exame detalhado de cada texto anexado ao projeto original⁵⁴ revela, mais do que questões técnicas e/ou burocráticas do tramite legislativo, acordos políticos ou encerramento de mandatos parlamentares, a intervenção e o enfrentamento na arena legislativa de deputados representantes de posicionamentos laicos sobre o aborto e os representantes de confissões religiosas. Nomes como as das deputadas Cida Diogo (PT/RJ) e Jandira Feghali (PC do B/RJ), ambas médicas, e de José Genoíno Neto (PT/SP) defenderam, no tramite da PL, a posição e descriminalizar o aborto.

Por outro lado, os deputados Pastor Manoel Ferreira (PTB/RJ), Pastor Pedro Ribeiro (PMDB-CE), Givaldo Carimbão (PSB/AL) (católico da RCC), Eduardo Cunha (PMDB/RJ) (evangélico), Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP) (católico) e Osmânio Pereira (PTB/MG) membro da Renovação Carismática Católica, se empenharem em obstruir a votação PL 1135 até seu arquivamento. O trâmite tão longo foi produto da própria reação religiosa à proposta da descriminalização do aborto.

As práticas das incorporações, apensamentos, obstruções, arquivamentos e negociações, são denominadas por Gomes como *atravessamento*.

Os atores dessa interlocução - mesmo que tensa - não estão caracterizados por uma lógica de oposição binária na qual ou se associam à laicidade ou à religião. Os atravessamentos são evidentes constantes. Basta mencionar que os deputados Osmânio Pereira e Elimar Damasceno são, respectivamente, médico e advogado. Em suas intervenções, tais especialidades sempre fundamentam os argumentos elaborados, encompassadamente às orientações religiosas (2009, p. 60).

53 Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16299>>. Acesso em: 04 Abr.2014.

54 Disponível em< http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_arvore_tramitacoes?idProposicao=16299>Acesso em:04 Abr.2014.

Os desdobramentos desses *atravessamentos* podem ser verificados conforme exposto a seguir.

Em 11/06/2008, o Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), evangélico e membro da Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, solicitou a realização de uma audiência pública de caráter técnico com representantes de varias personalidades das áreas científicas, religiosas, políticas e jurídicas envolvidas no tema do aborto para discussão sobre o PL nº 1.135. Dentre essas personalidades,

O Ministro da Saúde, Dr. José Gomes Temporão; o Presidente da CNBB, Dom Geraldo Lyrio Rocha; o Ministro do STF, Dr. Carlos Alberto Menezes Direito; o Pastor Silas Malafaia; o Reverendo da Catedral Presbiteriana do Brasil, no Rio de Janeiro, Senhor Guilhermino Cunha; o Presidente da Convenção das Igrejas Assembleia de Deus, no Rio de Janeiro, Pastor Abner Ferreira; o Presidente da Convenção das Igrejas Assembleia de Deus, em Tocantins, ex- Deputado federal, Pastor Amarildo e a ex- Senadora Heloísa Helena.⁵⁵

A justificativa do relator baseou-se no direito à vida expresso na Constituição e na consideração do aborto como modalidade de crime contra a vida. Assim, segundo o deputado Eduardo Cunha, "não se pode admitir normas que transgridam o direito à vida para salvaguardar bens jurídicos de equivalência inferior como, por exemplo, a liberdade e a autonomia da vontade da mulher".⁵⁶

Possivelmente como reação a ameaça de arquivamento do PL, o então deputado federal José Genoíno Neto (PT) 13/08/2008 apresentou recurso nº 201/2008 junto à Comissão de Constituição e Justiça contra o arquivamento do PL nº 1135 para que o tema da descriminalização do aborto voltasse à pauta legislativa da Câmara dos Deputados.

Ainda com respeito ao aborto, é importante mencionar que o problema do aborto retornou recentemente também com o projeto de reforma do Código Penal

O marco legal que regula as pesquisas com células-tronco embrionárias é a Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005. Conhecida como a Lei de Biossegurança ela autoriza o uso de células-tronco de embriões humanos para fins de pesquisas científicas e terapia. Segundo o artigo 5º do texto da lei, "é permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-

55 Disponível em < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=399381> > Acesso em:04 Abr.2014.

56 Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=399381>> Acesso em:04 Abr.2014.

tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento (...)."⁵⁷

Contra a Lei. 11.105/2005, o então Procurador Geral da República Cláudio Fonteles ingressou, junto ao STF, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de número 3510 com o objetivo de arguir a constitucionalidade da lei, especialmente o artigo 5º e respectivos parágrafos da Lei de Biossegurança.

Conforme Amorim (2012),

Importa destacar que a professora Elizabeth Kipman Cerqueira é representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. Já a professora Alice Teixeira Ferreira integra o Núcleo de Fé e Cultura da PUC de São Paulo, uma iniciativa da Arquidiocese de São Paulo. Por sua vez, o professor Dalton Luiz de Paula Ramos, além de integrar o Núcleo de Fé e Cultura, é correspondente da Pontifícia Academia Pro Vita, entidade criada pelo Vaticano. Com referência aos cientistas Jérôme Lejeune e Gozalo Herranz se faz necessário aduzir que ambos são integrantes da Opus Dei – que é uma prelazia pessoal da igreja Católica que ajuda os cristãos comuns a procurarem a santidade no seu trabalho e na sua vida diária. Por derradeiro, seis dos nove cientistas brasileiros citados são autores de uma obra coletiva patrocinada pela Pastoral Familiar, da Igreja Católica. (...)

Contudo, mesmo com a identificação religiosa, "o bloco questionador do artigo 5º da Lei de Biossegurança não mencionou religião. (...) Os expositores alinhados com a posição da CNBB não falaram em Deus nem em religião, a fim de mostrar que seus argumentos eram fundados na Ciência" (Luna, 2013, p.79).

E em extensa e profunda análise, Luna (2013) conclui que "A estratégia parece ser usada para se obter credibilidade no debate público, conforme se constata no depoimento à imprensa do jurista [*Cláudio Fonteles*] autor da ADI 3510: 'fiz tudo à luz do direito', e na ênfase de vários especialistas em demonstrar que sua argumentação é científica e não religiosa". (p. 90). Ainda para Luna, trata-se de estratégias para produção de visibilidade e legitimidade conforme enfatizado por Paula Montero (2012) :

Para melhor compreendermos as dinâmicas de um campo religioso é necessário focar suas estratégias de produção de visibilidade. Quando os agentes religiosos têm que agir publicamente eles se veem obrigados a

⁵⁷Texto integral da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05). Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=229297&norma=250537>> Acesso em: 04 Abr. 2014.

aprender, em cada situação específica, a gramática e a semântica relacionada ao modo de organização de cada cultura pública particular. Eles o fazem geralmente no exercício da própria prática, se expondo e desafiando o senso comum (2013, p. 176).

As condições do trâmite parlamentar da proposta original da lei que descriminalizaria o aborto bem como a autorização da pesquisa com células-tronco embrionárias determinaram uma composição, uma aliança que criou outro Projeto de Lei sobre a questão da vida, o de nº 6150/2005 (O Estatuto do Nascituro) revigorando a reação religiosa ao tema. O Estatuto do Nascituro é de autoria de dois dos deputados com declarados vínculos religiosos e citados anteriormente como interventores na pauta que travou o PL 1135, o evangélico Elimar Máximo Damasceno e o católico Osmânio Pereira.

O PL em questão quer garantir a assistência e proteção integrais ao nascituro. O artigo 3º do PL é enfático: "O nascituro adquire personalidade jurídica ao nascer com vida, mas sua natureza humana é reconhecida desde a concepção, conferindo-lhe proteção jurídica através deste estatuto e da lei civil e penal."⁵⁸ O Estatuto do Nascituro também proíbe e penaliza as pesquisas com células-tronco embrionárias no Brasil conforme artigo 25 do PL: "Congelar, manipular ou utilizar nascituro como material de experimentação."⁵⁹ O texto igualmente penaliza a prática do aborto. É interessante notar que a cada lei examinada, a cada apensamento considerado, as alianças religiosas em torno da questão são mais evidentes. O texto que justifica o Estatuto do Nascituro, incorpora sugestão de outro parlamentar citado como religioso e como obstruidor do PL nº 1135, o deputado Givaldo Carimbão. Conforme o texto, "o nobre deputado Givaldo Carimbão teve a ideia de incluir o aborto entre os crimes hediondos. Tal sugestão é acolhida no presente Estatuto".⁶⁰

Por causa do objeto desta dissertação, o destaque, por sua identidade católica, é para Osmânio Pereira, na realidade, ex-deputado, pois não conseguiu se reeleger em 2010. Na sua biografia disponível no site da Câmara dos Deputados, dentre outras atividades informadas, ele participou de um grupo denominado de Pastoral Parlamentar Católica e do Grupo Parlamentar Ecumênico. Foi também presidente do Conselho Nacional da Renovação

⁵⁸Disponível<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=353042&filename=PL+6150/2005> Acesso em:04 Abr.2014.

⁵⁹Disponível<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=353042&filename=PL+6150/2005> Acesso em:04 Abr.2014.

⁶⁰Disponível<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=353042&filename=PL+6150/2005> Acesso em 03 Abr.2014.

Carismática Católica e diretor pelo Brasil do Escritório Mundial da Renovação Carismática Católica.⁶¹

Apensado ao Estatuto do Nascituro, o PL n° 6465/2005, denominado de Declaração dos Direitos do Nascituro, a nosso ver, reforçou ainda mais a posição católica na linha de defesa da vida, particularmente contra o aborto, de certa forma rompendo o *atravessamento* indicado por Gomes (2009) por conta de certa prevalência católica na condução do trâmite contra um projeto pela legalização do aborto,

De autoria de um notório membro da RCC, o deputado federal Salvador Zimbaldi (PROS-SP), a Declaração dos Direitos do Nascituro segue a mesma argumentação pró-vida de PLs anteriores e inclui um destaque para a autonomização do feto, quando em trecho do PL o autor afirma

Ser radicalmente a favor da vida humana, desde o momento de sua concepção, pois a vida do que esta sendo gerado não pertence a mãe, é um novo ser, com identidade própria e com DNA específico. Esta vida não pode ser violada ou violentada. Portanto cabe a nós legisladores como legítimos representantes do povo dar as garantias necessárias para garantir melhores condições de vida ao povo.⁶²

O Deputado Zimbaldi, conforme Carranza (2002), afirma que sua "identidade como membro da RCC está acima das questões ideológicas e partidárias" (p.163). Considera-se "como representante da RCC no Congresso, seus valores e humanismo cristão, antes que do partido" (p.168). Afirma o deputado: "Eu procurei um partido que mais se aproxima do que eu acredito" (CARRANZA, 2002, p.168). Desde 1982 na vida pública, o trânsito por cinco legendas marcou sua trajetória partidária. Inicialmente no PMDB e logo após no PSDB, partido pelo qual foi eleito vereador em Campinas/SP em 1988 e deputado federal até 2011, quando migrou para o PDT. Atualmente é filiado ao PROS/SP. Esse trânsito por várias legendas exemplificaria certa prevalência do valor religioso sobre o valor político.

O Estatuto do Nascituro foi arquivado em 2007 e o PL n° 478/2007 de autoria dos deputados federais Luiz Carlos Bassuma (PV) e Miguel Martini (MG), ligado à RCC, ganhou destaque entre os parlamentares pró-vida, repetindo o texto do Estatuto do Nascituro.

⁶¹Disponível<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74753&tipo=1> Acesso em 03 Abr.2014.

⁶²Disponível<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=365547&filename=PL+6465/2005> Acesso em: 03 Abr.2014

O deputado Bassuma é kardecista ⁶³ e foi filiado ao PT até 2009. O deputado defendeu uma posição oposta à descriminalização do aborto no Brasil divergindo das orientações do 3º Congresso do PT de 2007 que basicamente apoiou a descriminalização. Assim, setoriais de mulheres do PT pediram sua expulsão em carta à direção nacional do partido.

Conforme texto da Secretaria Nacional de Mulheres do PT,

Os deputados Luís Bassuma e [Henrique Afonso⁶⁴] se desfilaram do PT afirmando que foram “vítimas” de intolerância religiosa. Ora, nossa tradição democrática, a mesma que contribuiu com construção da limitada democracia brasileira, nos ensina que nenhuma crença deve se impor sobre a outra. Nenhuma é exclusiva no grau de verdade que carrega. Nenhuma pode ser discriminada. Daí, a compreensão nítida de que o Estado é laico, e não pode se orientar por uma ou outra religião, nem pela negação delas, sob pena de incorrer em erros que a humanidade já assistiu muitas vezes. (...) Quem praticou a chamada intolerância religiosa foram exatamente os dois parlamentares. Foram intolerantes com quem não compartilha de suas crenças (...).⁶⁵

Bassuma chegou a recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra o partido arrogando o direito constitucional de expressar livremente convicções filosóficas, religiosas ou políticas. Ao mesmo tempo, decidiu se desfiliar do PT e se filiou ao PV.

O PL n° 478/2007 também defendia a alteração do Código Penal Brasileiro para considerar o aborto como crime hediondo, proibido em todos os casos, além de proibir o congelamento, descarte e comércio de embriões humanos. O texto foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Para ser aprovado, o PL deve passar ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para, em seguida, ser apresentado e votado em plenário.

No encerrar do levantamento de dados para esta dissertação, ainda no contexto da polêmica que envolveu a nomeação do deputado federal Pastor Marco Feliciano (PSC/SP) para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) em 2013, o mesmo requereu a

⁶³ Disponível em < <http://www.bassuma.com.br/> < <http://www.bassuma.com.br/> > Acesso em: 10 Abr.2014

⁶⁴ O Deputado, atualmente no PV do Acre também afastou-se do PT. Sua biografia desperta curiosidade. Iniciou sua inserção no movimento social, na década de 1980, no Grupo de Jovem da Igreja Católica e militou com a evangélica e ex-senadora Marina Silva. Em 1997 foi eleito vereador pelo PC do B. Membro da Igreja Presbiteriana, convertido um dia antes da eleição. Em 1999 filiou-se ao PT. Disponível em < <http://www.henriqueafonso.com/biografia/> > Acesso em: 10 Abr.2014.

⁶⁵ Disponível em < http://www.pt.org.br/secretaria_noticias/view/a_intolerancia_machista_contra_as_mulheres > Acesso em: 11 Abr.2014.

presidência da Câmara dos Deputados que o PL 478/07 seja incluído na apreciação pela CDHM a fim de que a comissão se manifeste sobre o mérito da proposição alegando a necessidade de observar os Direitos do Nascituro também sob a ótica dos Direitos Humanos.

Por fim, as várias propostas de tipificação do aborto, no nosso entendimento, recaem sobre o uso da identidade religiosa como mediação com outras linguagens no embate parlamentar para a consecução da lei.

Concluindo esta seção, as questões do aborto e das células-tronco se entrecruzam, na medida que dizem respeito à definição de vida, conforme exposto na introdução do capítulo.

Conforme Luna (2009), "a tendência geral é buscar o embasamento da argumentação em dados biológicos ou naturais". Tendência que, conforme demonstrado no texto do capítulo, pode oscilar no sentido de um valor político prevalecer sobre um valor religioso ou vice-versa, adequado ao momento do debate público. É o *atravessamento* citado por Edlaine Gomes (2009). De qualquer forma são argumentos válidos, pois deslocam a questão para o indivíduo como valor (Cf. DUMONT *apud* LUNA, 2009). Ao citar Louis Dumont, Luna vai além da questão dos embriões de laboratórios e fetos anencefálicos, pois nesse caso o problema é de ontologia. Os valores identificados pela autora na argumentação sobre a condição de pessoa incluem a viabilidade, a individualidade, a relacionalidade e a perfectibilidade.

O conceito de viabilidade "desloca o foco da mãe para o feto ou embrião" (Luna, 2009, p.149). A individualidade analisada por Luna reveste-se do valor "de que o feto tem vida individual e que o embrião é indivíduo autônomo desde a fecundação(..) pontos que pretendem provar a condição de pessoa" (2009, p. 149).

Ao contrário da individualidade, a relacionalidade "aponta o caráter social do ser humano. Feto e embrião só são gente se reconhecidos pela mãe, e mesmo pela sociedade, portanto, não são pessoas em abstrato e dependem do corpo materno para seu desenvolvimento" (Luna, 2009, p.149).

O conceito de perfectibilidade, associado ao valor da individualidade, segundo Luna,

Ilumina os critérios usados para negar ou atribuir a condição de pessoa: quando se reduz o embrião inicial a um aglomerado amorfo de células, desfaz-se a impressão do indivíduo caracterizado por sua dotação genética única..O conjunto de células (...) não seria uma pessoa, pois várias ausências o marcam (...) o feto anencefálico define-se pela ausência do que seria a propriedade essencial da espécie humana: a racionalidade.(2009, p.149)

Deste modo admite-se o debate público que incorpore enunciados científicos, mas que se reveste de questões mais amplas, de caráter ontológico e antropológico.

Afinal, os *tecnofetos* (BOLTANSKI, 2004 *apud* LUNA, 2009) desestabilizam as fronteiras entre humanos e não humanos (LUNA, 2009, p.151). No processo de criação de novos sujeitos ou por manipulação ou por preservação, "antes embutidos no corpo materno, parecem adquirir vida própria, autônoma e individual (p.151). E de acordo com Cesarino (2006), "Nestes casos, as fronteiras do mundo natural não aparecem como dadas, podendo ser amplamente negociadas por outros atores que não seus representantes 'oficiais', os cientistas — e efetivamente o são, inclusive em arenas decisórias institucionais como os legislativos nacionais (p. 372).

Assim como Luna (2009), Cesarino também cita Dumont. Ao criticar o estágio atual da modernidade, esta autora considera que o "mundo natural dos modernos só pode ser objetivo, pois os valores foram deslocados para o foro individual, fazendo da natureza sem o homem, um mundo do qual o homem se retirou deliberadamente sobre o qual ele pode, assim, impor sua vontade" (DUMONT, 2001 *apud* CESARINO, 2006, p. 374). É o que autora denomina de "desengajamento" como condição para o estatuto de humanidade entre os modernos.

Assim, ao deslocar o debate público sobre a questão da vida e do indivíduo para o centro das relações sociais da modernidade atual, as autoras destacam, no limite, a questão da racionalidade.

Se, por um lado, Luna, inclui a racionalidade como propriedade essencial da espécie humana e que define o indivíduo, Cesarino enfatiza a questão num plano mais social ao enfatizar a "ciência enquanto meio exclusivo de acesso ao mundo natural dos modernos" (2006, p. 372).

E ao ressaltar que um valor intrínseco e tão caro à modernidade clássica, como a crença inabalável da razão e da ciência típica do Iluminismo, assume uma condição de valor essencialista, isso, na modernidade atual, configura-se como numa nova moral que é "sustentada pelos benefícios virtuais prometidos pelos avanços tecnológicos que, equivale a dizer, virtualiza também a própria condição do indivíduo antropológico.

Na realidade, a imbricação desses valores responde pela própria condição do estágio da modernidade e atual, com as condições e características típicas de um período de transição.

3.2.1 O debate público sobre a eutanásia:

Etimologicamente, eutanásia deriva do grego *eu* (bom) e *thanatos* (morte) que significa à *boa morte, a morte calma, a morte tranquila*; o “ato de proporcionar morte sem sofrimento a um doente atingido por afecção incurável que produz dores intoleráveis”; direito de matar ou morrer por tal razão (Cf. DICIONÁRIO HOUAISS) ⁶⁶.

De uma forma geral, juridicamente entende-se como o direito de matar ou o direito de morrer, em virtude de razão que possa justificar semelhante morte, em regra, provocada para término de sofrimentos. A crônica parcimônia em regulamentar a Constituição de 1988 e a revisão do Código Penal iniciada em 2012, em grande parte, criam margens de interpretação que são usadas pelos grupos que defendem ou se opõe a prática da eutanásia.

O Código Penal vigente desde 1940, mesmo com várias emendas e atualizações ao longo dos anos, não considera a eutanásia como crime. No entanto, o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 236 de 2012, conhecido como o novo Código Penal, apresenta em seus títulos Crimes contra a Pessoa e Crimes contra a Vida a tipificação da eutanásia como crime prevendo detenção.

Conforme anteprojeto: "Matar por piedade ou compaixão, paciente em estado terminal, imputável e maior a seu pedido, para abreviar-lhe sofrimento físico insuportável em razão de doença grave: Pena - de dois a quatro anos" ⁶⁷. O PLS tramita na Comissão de Constituição e Justiça e sua última movimentação é de 23/12/2013, conforme o site do Senado Federal.

Baseado em levantamento de Menezes (2009), apresentamos os projetos de lei específicos sobre a eutanásia utilizados como base legislativa considerando os polos da legalização e da criminalização da prática.

A defesa da eutanásia é sistematizada pela primeira vez em termos legislativos com o Projeto de Lei (PL) n° 4.662/1981 de iniciativa do Deputado Inocêncio Oliveira, na época integrante do Partido Democrático Social (PDS).

O projeto foi apresentado num momento da história país correspondente a ditadura militar, momento de controle e silenciamento dos movimentos sociais. O próprio partido de Inocêncio na época da apresentação do PL correspondia à continuação da Aliança

66 HOUAISS, Antônio. Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa. [S.I]: Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.1 Versão 1.0 1- CD-ROM

67 Disponível em < <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=111516&tp=1> > Acesso em 27 Abr.2014.

Renovadora Nacional (ARENA) que sustentou politicamente a série de governos militares. Assim a questão vincula-se mais à biografia e vínculo profissionais e corporativos do parlamentar do que propriamente a um momento político de reivindicação. Parlamentar desde 1975, o deputado em questão tem formação profissional de médico, atividade que, no entanto, não exerce desde quando se elegeu deputado federal, cargo que exerce até hoje. Profissionalmente ainda foi membro da Sociedade de Medicina de Pernambuco. O deputado Inocêncio Oliveira, hoje filiado ao Partido da República (PR), foi membro também do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), segundo sua biografia disponível no site da Câmara dos Deputados. O CDDPH é integrante da estrutura da Secretaria de Direitos Humanos responsável pelo Programa Nacional de Direitos Humanos e ligado diretamente à Presidência da República.

Do ponto de vista católico, a eutanásia é a negação do direito à vida humana. Na época do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica denunciou os crimes contra a vida, como são "toda a espécie de homicídio, o genocídio, o aborto, a eutanásia e o próprio suicídio voluntário". (Const. Past. *Gaudium et Spes*, n. 27).

João Paulo II sistematizou assim a condenação a eutanásia.

Ora, é necessário declarar uma vez mais, com toda a firmeza, que nada ou ninguém pode autorizar a que se dê a morte a um ser humano inocente seja ele feto ou embrião, criança ou adulto, velho, doente incurável ou agonizante. E também a ninguém é permitido requerer este gesto homicida para si ou para um outro confiado à sua responsabilidade, nem sequer consenti-lo explícita ou implicitamente. Não há autoridade alguma que o possa legitimamente impor ou permitir. Trata-se, com efeito, de uma violação da lei divina, de uma ofensa à dignidade da pessoa humana, de um crime contra a vida e de um atentado contra a humanidade.

No Catecismo da Igreja Católica encontramos cinco referências diretas à eutanásia. A primeira delas, conforme o texto original afirma que "a eutanásia direta consiste em pôr fim à vida de pessoas deficientes, doentes ou moribundas. É moralmente inadmissível" (p. 594).

A CDF atualiza e tipifica o tema "como assassinato gravemente contrário à dignidade da pessoa humana e ao respeito pelo Deus vivo (...) ato assassino, que sempre deve ser condenado e excluído. Portanto, "a eutanásia voluntária, sejam quais forem as formas e os motivos, constitui um assassinato" (p. 603). "Toda a vida humana, desde o nascimento da concepção até a morte, é sagrada, porque a pessoa humana foi querida por si mesma à imagem e à semelhança de Deus vivo e santo"(p. 603) .

3.3 A União Civil Homoafetiva:

Esta seção quer destacar duas que consideramos as principais reivindicações do movimento LGBTT: a criminalização da homofobia e o reconhecimento da união civil homoafetiva e seus respectivos trânsitos legislativos em nível federal. A presente análise põe em foco também outras arenas onde o embate se dá, especialmente aquelas "nas quais os poderes religiosos e GLBT⁶⁸ se enfrentam" (NATIVIDADE e LOPES, 2009, p. 71).

A justificativa para agregar ao título da seção a questão da criminalização da homofobia reside no fato de que esta é uma bandeira de lutas do movimento gay mais complexa do ponto de vista de sua inserção nos movimentos sociais

Consideramos a união civil homoafetiva como um aspecto que, ao mesmo tempo que é relacionado a identidade individual, é diretamente combatido pelos preceitos religiosos católicos.

No Catecismo da Igreja Católica, encontramos cinco referências diretas que justificam moralmente os impeditivos da união homoafetiva. Na realidade, não há nenhuma citação sobre a união civil como não poderia deixar de ser diferente. O domínio religioso por si só considera a união entre duas pessoas a partir do valor da cerimônia religiosa, acima da união civil.

Contudo, a instrução moral 2333 (p. 605), ao referenciar o sexto mandamento, "não cometerás adultério" (Ex 20,14), afirma que "cabe a cada um, homem e mulher, reconhecer e aceitar sua *identidade* sexual" (p. 605). A castidade, no limite, seria a atitude recomendável para, através da amizade ao próximo, evitar o desrespeito à identidade de gênero.

A aceitação da castidade seria a condição para a aproximação das pessoas homossexuais ao mundo cristão. A homossexualidade é considerada pela instrução moral 2357 (p. 610) do Catecismo da Igreja Católica como depravação grave, intrinsecamente desordenada e contrária à lei natural, conforme as Sagradas Escrituras.

Assim, "as pessoas homossexuais são chamadas a castidade. Pelas virtudes de autodomínio, educadoras da liberdade interior, às vezes pelo apoio de uma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem se aproximar, gradual e resolutamente, da perfeição cristã." (p. 611).

68 Os autores, em nota de pé de página (p.72) consideram a mudança da sigla de GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) para LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) por força do próprio movimento social e a ênfase nas identidades coletivas. Conforme, já indicado em nota anterior, esta dissertação usa a sigla LGBTT: (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) utilizada para identificar todas as orientações sexuais minoritárias e manifestações de identidades de gênero divergentes do sexo designado no nascimento.

O marco legal da união civil homoafetiva é o Projeto de Lei nº 1151, de 1995 da então deputada federal Marta Suplicy (PT/SP) que regulamenta a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Após uma longa tramitação, em 2001 o PL foi retirado da pauta de votações e arquivado por causa de um acordo entre os líderes dos partidos. Foi substituído pelo PL 5003/2001, o PL da Lei Anti-homofobia, da deputada federal Iara Bernardi (PT/SP), que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas.

Durante a tramitação do PL 5003/2001, outros projetos foram apensados ao mesmo por terem conteúdo semelhante. O tramite da lei original apresenta, conforme o site da Câmara dos Deputados, vários apensamentos.

Em 2003 foram apresentados os PLs de nº 5 (Deputada Iara Bernardi-PT/SP), nº 381 (Deputado Maurício Rabelo-PL/TO) e nº 829 (Deputado Lincoln Portela- PL/MG). Os dois primeiros Projetos de Lei justificaram o apensamento por conta por discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual, definindo os crimes resultantes da discriminação. O terceiro PL, além de seguir a justificativa anterior, inclui também no seu texto a punição para os crimes de discriminação ou preconceito contra um povo, incluindo as manifestações antissemitas.

Ao longo do ano de 2004 três PLs foram incorporadas ao PL original. O PL nº 3770 (Eduardo Valverde - PT/RO) estabeleceu a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade e preferência sexual, o PL nº 3143 (Laura Carneiro - PFL/RJ, atual DEM) definiu os crimes de preconceitos de raça ou de cor ou orientação sexual e o PL nº 4243 (Edson Duarte - PV/BA) pretendeu regulamentar o crime de preconceito por orientação sexual.

De uma forma geral, os PLs apresentados pretenderam modificar o Código Penal, a Lei nº 2848 de 1940. As bases dos Projetos de Lei destacados acima derivam do artigo 140 do Código Penal que contem uma difusa penalização por conta de "injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro".⁶⁹ Seu texto original, obviamente, não faz referências a amplitude das identidades culturais, étnicas sexuais, que compõem o quadro das opções e requisições individuais de gênero, sexo, etnia características da modernidade atual.

Por força do regimento da Câmara dos Deputados;⁷⁰ o PL 5003/2001 foi enviado ao Senado Federal e com nova numeração, passou a ser conhecido como o PLC (Projeto de Lei

69 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 10 Abr.2014.

70Regimento da Câmara dos Deputados do Brasil. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1989/resolucaodacamaradosdeputados-17-21-setembro-1989-320110-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 10 Abr.2014.

da Câmara) 122 /2006, que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, estabelece as tipificações e delimita as responsabilidades do ato e dos agentes ⁷¹.

No ano de 2007, o PLC 122/2006 foi recebido pela Comissão de Assuntos Sociais e a ex-senadora Fátima Cleide(PT-RO) foi designada para ser relatora da proposição. No Senado, o PLC 122/2006 ainda tramitou na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) em estado de designação de relator, antes de ir a plenário conforme os trâmites e a data de 23/12/2013.

Assim, os trâmites longos, os encerramento de mandatos de parlamentares proponentes das leis, as novas negociações políticas entre parlamentares , as pautas travadas e a crônica falta de regulamentação da Constituição de 1988 acarretaram apreciações em separado de aspectos componentes das reivindicações básicas do movimento LGBTT . Além dessas questões de natureza parlamentar e política,

Na tramitação dos projetos identificamos ora o uso retórico de argumentos centrados numa leitura literal da Bíblia (acima dos direitos dos homossexuais está a palavra de Deus), ora argumentos laicos (a inconstitucionalidade da proposta). Os impactos do poder religioso na tramitação de PLs se fazem sentir, sobretudo, por meio de uma forte atuação de sujeitos portadores de valores religiosos que, através da proposição de emendas e outras ações, objetivam retardar as discussões e a tramitação de propostas contraditórias com suas visões de mundo.(Natividade e Lopes , p. 95)

Esses aspectos esgotaram-se no âmbito legislativo e no limite federativo, o Supremo Tribunal Federal foi acionado como arena de deliberação de constitucionalidade na questão da união civil homoafetiva, de natureza pública, contínua e duradoura, formada com o objetivo de constituição de família.

Em 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal, na ocasião do julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 4277 e da ADPF (Arguição de descumprimento de preceito fundamental) nº 132 reconheceu, por unanimidade, a união estável entre pessoas do mesmo sexo em todo o território nacional. ² Na realidade, a decisão do STF partiu do princípio constitucional dos direitos fundamentais como a igualdade, a liberdade e a proibição de qualquer forma de discriminação. A votação dos juízes contextualizou o artigo 226, parágrafo

71 Projeto de Lei da Câmara (PLC)122/2006. Disponível em< <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=45607&tp=1>>. Acesso em 06 Abr.2014.

3º da Constituição Federal: "A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento."⁷²

A ADIn nº 4277⁷³, declara que é (a) obrigatório o reconhecimento no Brasil, da união entre pessoas do mesmo sexo, como entidade familiar, desde que atendido os requisitos exigidos para a constituição da união estável entre homem e mulher; (b) que os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis estendem-se aos companheiros nas uniões entre pessoas do mesmo sexo.

Portanto, em relação o papel do Estado na proteção à família, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento." Com o julgamento da ADI 4277, passa-se a abranger no conceito de entidade familiar também as uniões entre pessoas do mesmo sexo..

Um dos votos, o do Ministro Marco Aurélio é o mais interessante em tratando da influência dos valores religiosos na votação da matéria. O Ministro enfatizou a separação que existe e deve existir entre os conceitos morais/religiosos e a aplicação dos direitos civis. Constatou ainda que, mesmo o Brasil sendo um país laico, o fundamentalismo religioso ainda influencia no avanço do tema da homoafetividade, sobretudo na tramitação dos projetos legislativos e comentou que entendimentos antagônicos têm origem na discriminação e no preconceito religiosos. Para isso, utilizou, dentre vários argumentos, trechos de texto acadêmico do Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual⁷⁴: "**São irrelevantes**, do ponto de vista jurídico, **as opiniões morais ou religiosas** que condenam as relações homossexuais. Ainda que tais opiniões constituíssem o pensamento hegemônico hoje nos órgãos políticos representativos (Congresso Nacional e Presidência da República), **nem a maioria**, nem mesmo a unanimidade dessas opiniões **está acima da Constituição**" (Grifos do Ministro).⁷⁵

72 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 16 Abr.2014.

73 Disponível <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400547&tipo=TP&descricao=ADI%2F4277>>. Acesso em 18 Abr.2014.

74 Memorial de *amicus curiae* apresentado pelo representante legal, Thiago Bottino, do grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual. Equiparação da união estável entre pessoas do mesmo sexo a entidade familiar. RDA – Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 256, p. 343-81, jan./abr. 2011. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/8508/7254>> Acesso em 18 Abr.2014.

75 Disponível <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400547&tipo=TP&descricao=ADI%2F4277>>. Acesso em 16 Abr.2014.

Assim, o Ministro Marco Aurélio justificou seu voto considerando

Incorreta a prevalência, em todas as esferas, de razões morais ou religiosas. Especificamente quanto à religião, não podem a fé e as orientações morais dela decorrentes ser impostas a quem quer que seja e por quem quer que seja. As garantias de liberdade religiosa e do Estado Laico impedem que concepções morais religiosas guiem o tratamento estatal dispensado a direitos fundamentais, tais como o direito à dignidade da pessoa humana, o direito à autodeterminação, o direito à privacidade e o direito à liberdade de orientação sexual. A ausência de aprovação dos diversos projetos de lei que encampam a tese sustentada pelo requerente, descontada a morosidade na tramitação, indica a falta de vontade coletiva quanto à tutela jurídica das uniões homoafetivas. As demonstrações públicas e privadas de preconceito em relação à orientação sexual, tão comuns em noticiários, revelam a dimensão do problema (...). É bom e necessário que assim seja, pois alguns dogmas ou orientações religiosas muitas vezes se chocam com princípios e garantias da Constituição da República Federativa do Brasil (p. 5-6) ⁷⁶

Em 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprova a Resolução 175 ⁷⁷ que dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. que obriga os cartórios de todo o país a celebrar esse casamento civil.

3.4 O Ensino Religioso e a Educação Pública

Esta última seção quer mostrar como a Igreja Católica atualmente influencia e pressiona o Estado e os sistemas de educação para a implantação do ensino religioso na educação pública do estado do Rio de Janeiro.

É importante frisar que, em termos da inserção do tema na agenda dos movimentos sociais ligados à educação pública, as principais entidades representativas da categoria de professores da rede estadual do Rio de Janeiro, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE)⁷⁸ e a União dos Professores Públicos no Estado (UPPE-Sindicato),⁷⁹ não

⁷⁶Disponível<<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400547&tipo=TP&descricao=ADI%2F4277>>. Acesso em 16 Abr.2014.

⁷⁷

Disponível<http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf>. Acesso em 16 Abr.2014.

⁷⁸Disponível em <<http://www.seperj.org.br>> Acesso em 21 Abr.2014.

⁷⁹ Disponível em <<http://www.uppes.com.br>> Acesso em 21 Abr.2014.

têm na pauta de suas discussões e preocupações o debate sobre o ensino religioso no âmbito da educação pública, pelo menos conforme se verificou nas pesquisas realizadas nos respectivos sites e por observações de campo, como em assembleias, movimentos grevistas e conversas com profissionais da educação. Assim optamos por destacar entidades institucionalmente envolvidas com a questão, como o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER)⁸⁰ e a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ)⁸¹.

O tipo de ensino religioso que está em questão é o confessional, que baseia os seus princípios, objetivos e forma de atuação numa religião, diferenciando-se, portanto, das escolas laicas.

Os documentos aqui analisados correspondem à Lei Estadual 3459/2000 que determinou no âmbito do estado do Rio de Janeiro a implantação do ensino religioso confessional nas escolas públicas estaduais, as leis federais 9.394/96 e 9.475/97 que correspondem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Decreto Legislativo 698 de 2009 que aprovou o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil expressa no acordo entre o Brasil e a Santa Sé (a Concordata do Vaticano de 2008).

A discussão sobre o caráter religioso da educação pública no Brasil tem suas origens na própria construção da República em nosso país. A promulgação da Constituição republicana de 1891 consagrou a separação entre Estado e Igreja e os princípios da liberdade religiosa, da secularização e da laicidade no Brasil. Funções anteriormente exercidas pela Igreja Católica passaram para o Estado como a extinção do padroado e do beneplácito imperiais e garantiu a liberdade de culto Assim essas condições derivaram a base do ensino público laico e completamente dissociado da influência religiosa.

Contudo, após a Constituição de 1891, os fundamentos das constituições brasileiras acerca da organização da educação pública apresentam uma organização distinta da desvinculação do Estado com o ensino religioso.

A Constituição de 1934 definiu o ensino religioso "de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais

80 Disponível em < <http://www.fonaper.com.br/> > Acesso em 16 Abr.2014.

81 Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/principal>> Acesso em 14 Abr.2014.

ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais".⁸²

Após a ditadura do Estado Novo (1937-1945), a Constituição liberal de 1946 considerou o ensino religioso como "disciplina dos horários das escolas oficiais, e de matrícula facultativa (...) ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável."⁸³

A seguir, a Lei que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, a Lei 4024 indicou em seu artigo 97 que "O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos. § 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva."⁸⁴

Já em plena ditadura militar, a Constituição de 1967 considerou o ensino religioso "de matrícula facultativa, (...) disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio."⁸⁵ A emenda constitucional número 1/1969 manteve a mesma redação da Constituição de 1967.

A reforma do ensino de 1971, através da Lei 5692, considerou "o ensino religioso, de matrícula facultativa" e "disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus, conforme expressa seu Artigo 7º, Parágrafo Único".⁸⁶

Com a redemocratização, a Constituição de 1988, no seu artigo 210, parágrafo primeiro afirma que "O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental".⁸⁷

O artigo 5 define que

82 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm> Acesso em 14 Abr.2014.

83 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm> Acesso em 16 Abr.2014.

84 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm> Acesso em 16 Abr.2014.

85 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm> Acesso em 16 Abr.2014.

86 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm> Acesso em 16 Abr.2014.

87 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 16 Abr.2014.

É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; II - recusar fé aos documentos públicos; III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

O texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), de dezembro de 1996, determina que

O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter: I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável ministrada por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.⁸⁸

Por outro lado, a nova redação da LDB 9394/96, através da Lei n.º 9.475 de 1997, considera o ensino religioso, de matrícula facultativa e

Parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.⁸⁹

Portanto, conforme resumos dos textos constitucionais, o ensino religioso é previsto na organização da educação pública brasileira desde a Constituição Federal de 1934 incluído também na Carta vigente. Conforme Giumbelli,

O ensino religioso como disciplina é atualmente um domínio sob a pressão de forças que exigem diálogo com a sociedade e atenção à diversidade. Essa

88 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 16 Abr.2014.

89 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19475.htm> Acesso em 16 Abr.2014.

pressão fica evidente no artigo que trata do assunto na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Nele, assegura-se o custeio estatal da atividade e exige-se “o respeito à diversidade de cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo” (art.33 da Lei 9475). Podemos entender isso como o registro da abertura de um domínio conquistado e explorado secularmente pela Igreja Católica no Brasil em direção a uma composição que fosse mais representativa da mencionada ‘diversidade cultural religiosa’. Nesse sentido é que se pode ler a indicação, na mesma lei, de que “os sistemas de ensino ouvirão entidade civil constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (2010, p.40)

A análise do autor nos leva a inferir que a abertura do domínio da religião, quebrando a hegemonia exercida durante séculos pela Igreja Católica na sociedade brasileira, teve reflexos na educação pública e no ensino religioso, abrindo lugar para outras religiões notadamente os evangélicos. As respectivas imbricações nos espaços públicos de outras religiões pressionaram o Estado e as instâncias legislativas no sentido de que seus conteúdos religiosos fossem introduzidos na educação pública.

No caso do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 3459/2000 (ANEXO B), de autoria do ex-deputado católico Carlos Dias (PP), implantou o ensino religioso confessional nas escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro. A lei foi sancionada em 14/09/2000 no governo do atual deputado federal Anthony Matheus Garotinho, evangélico da Igreja Presbiteriana⁹⁰.

Em oposição à lei 3459, o deputado estadual Carlos Minc (PT) apresentou no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro uma representação requerendo inconstitucionalidade da lei. O Tribunal só reconheceu a inconstitucionalidade no artigo 5º relativo à contratação dos professores.

Segundo Giumbelli e Carneiro, o papel da Igreja Católica na definição dos rumos tomados pelo ensino religioso no Rio de Janeiro foi decisivo. Ela esteve ao lado de Carlos Dias na proposição do marco jurídico e há indicativos de que a União dos Juristas Católicos influenciou na decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro quanto à representação de Minc no que se refere à lei 3459. A mesma fonte menciona a ação da Pastoral dos Políticos Católicos por ocasião da discussão do veto da governadora (2004, p. 16)

Em 2003, o deputado Minc apresentou o Projeto de Lei nº1840/2000, (ANEXO C) que substituiria a Lei 3459. O artigo 1º do PL alternativo modificava a lei original com a inclusão no texto das expressões destacadas, "respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil" e, proibição do "estabelecimento de qualquer primazia entre as diferentes doutrinas religiosas"

⁹⁰ Disponível em < <http://www.deputadogarotinho.com.br/perfil.html>> Acesso em 19 Abr.2014.

No mesmo ano o projeto é votado e aprovado na ALERJ, mas vetado pela governadora Rosinha Garotinho, evangélica⁹¹.

Outro elemento dessa reação católica no campo da educação e do ensino religioso mesmo discordante da LDB em vigor, é o Acordo assinado no dia 13 de novembro de 2008 entre o Brasil e a Santa Sé, acordo esse aprovado na Câmara dos Deputados em 26 de agosto de 2009 e no Senado Federal em 7 de novembro de 2009 com o objetivo de se instituir o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, a chamada Concordata do Vaticano.

O que deve ser ressaltado no texto da chamada Concordata do Vaticano e usado como dado qualitativo nesta análise, é o artigo 11 do texto que afirma no seu parágrafo 1º que

O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação (...) em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa.⁹²

A questão é saber como a Igreja Católica se movimenta também por conta da aplicação dessa lei durante o governo Sérgio Cabral (2007-2014).

Em 2008, a proximidade do governador Sérgio Cabral (PMDB) com o então Presidente Lula era notória. Alianças políticas, acordos administrativos, ocupação de cargos pelo PT no governo do PMDB de Cabral e a ajuda financeira ao estado do Rio de Janeiro fizeram parte de uma plataforma de governo de cooperação. Nesse período, a rivalidade política entre Garotinho e Cabral aumentou e por acordos típicos da linguagem oblíqua da política brasileira, sendo o próprio Lula signatário do Acordo com o Vaticano e também adversário de Garotinho, o que talvez possa ter contribuído para que o ensino religioso no Rio de Janeiro fosse entregue à Igreja Católica.

Registramos que o ex-governador Cabral nunca revelou uma identidade católica que pudesse ser considerada como um valor acima da política, assim como o próprio Lula. A

⁹¹ Em 2004 a governadora se envolveu numa polêmica em entrevista concedida ao jornal O GLOBO, por ser adepta do criacionismo, teoria sobre a origem do mundo e dos seres humanos baseada na interpretação textual da Bíblia. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/em-2004-polemica-do-criacionismo-5295298#ixzz30MVJgMMS>> Acesso em 19 Abr.2014.

⁹² Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccj/vi1_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm> Acesso em 19 Abr.2014.

Coordenação de Ensino Religioso da SEEDUC/RJ desde 2009, seguramente, é exercida por católicos, o que não significa que a influência evangélica não seja considerada ou tenha sido excluída.

A sistemática de aplicação do ensino religioso na educação pública do Rio de Janeiro pode ser dimensionada a partir da organização do último concurso realizado pela Secretaria de Educação para o provimento de cargos de professor de ensino religioso

Realizado em junho de 2013, o concurso ofereceu vagas para todas as regiões do estado. O edital de convocação seguiu a sistematização utilizada em outros concursos das disciplinas que compõem o chamado núcleo comum. Conforme verificado no edital, publicado no Diário Oficial do estado em 13 de março de 2013, não há nenhuma referência, menção, obrigatoriedade ou vínculo com denominações religiosas no sentido de condicionar a inscrição. A reafirmação do princípio constitucional de que "o Ensino Religioso, de matrícula facultativa, será ministrado em caráter confessional e plural, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo" justifica a realização do concurso.

Ainda conforme o edital, a habilitação mínima para o exercício do cargo de professor de Ensino Religioso do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio é a de qualquer curso de Licenciatura Plena. Contudo, um dos requisitos para o exercício do cargo é o do "credenciamento emitido pela Autoridade Religiosa competente dos Credos credenciados na Secretaria Estadual de Educação até a publicação deste edital: Católico, Evangélico, Judaico, Espírita, Umbandista, Messiânico, Mórmon e Islâmico", ou ainda: "Ter sido credenciado pela Autoridade Religiosa competente, que deverá exigir do candidato comprovante de formação religiosa obtida em instituição por ela mantida ou reconhecida, nos termos do inciso II do artigo 2º da Lei nº 3.459, de 14/09/2000" (Ver ANEXO B).

No caso do credenciamento do credo evangélico, não há nenhuma diferenciação de denominação comunitária religiosa, o que não corresponde às informações e declarações de religiosidade do Censo de 2010 do IBGE. Os dados do Censo apresentam a denominação Evangélica divididos em dois grande grupos, os Evangélicos de Missão , com 6 subdivisões de denominações religiosas e os Evangélicos Pentecostais com 13 subdivisões de denominações religiosas, além de informações sobre outras comunidades religiosas evangélicas, tendência que é crescente e regular segundo constatado em medições censitárias (Cf. JACOB *et alii.*, 2003; BRASIL, 2012).

A obrigação admissional do professor de ensino religioso, por si só produz estranhamento em termos de formação profissional por ser diferenciada. Como questionam

Giumbelli e Carneiro: "Como entender que a formação de professores do ensino religioso seja distinta da dos demais docentes do ensino fundamental? Nesse caso, o dilema deriva de uma questão básica: no Rio de Janeiro o ensino religioso foi entendido como formação religiosa. No entanto, a formação docente deve ser entendida como formação profissional, e não constitui formação religiosa" (2006, p. 21).

Além disso, um dos grupos religiosos que mais cresce no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, o dos sem religião, não foi contemplado no credenciamento.

Pode-se pensar que o fato de um indivíduo se declarar sem religião não significa, *ipso facto*, que ele seja ateu. Apesar dessa tendência, não se deve desconhecer também a religiosidade do povo brasileiro, no sentido mais amplo do termo. Assim, sem dúvida, uma fração importante das pessoas que se dizem sem religião acredita em Deus, sem participar, no entanto, das instituições religiosas e sem se sentir pertencendo a uma comunidade confessional. Nesse sentido, mais que o crescimento do ateísmo, trata-se, ao que tudo indica, de um enfraquecimento das religiões como instituições. (JACOB *et alii...*, 2003, p.115)

Mas como estruturar o ensino religioso frente à diversificação de opções religiosas e com professores declaradamente sem religião? O que está em jogo nesse questionamento é a própria separação do Estado da religião.

O que gostaríamos de questionar é em que medida é possível atender à diversidade religiosa dentro da escola, estruturando o ensino religioso por credos, tendo em vista as atuais mudanças ocorridas no campo religioso brasileiro? (...) Esse debate é bastante complexo e abarca sérias questões que tanto dizem respeito às definições sobre o Estado, a religião e o espaço público, quanto ao cotidiano escolar, sobre as condições concretas em que este ensino vêm sendo ministrado nas escolas. (...) Em relação a este último aspecto, resultados preliminares de pesquisas e observações vêm apontando a predominância entre os professores de ensino religioso em escolas estaduais no Rio de Janeiro, apesar da diretriz recebida estar pautada na confessionalidade, de uma preocupação em oferecer aos alunos uma discussão mais ampla sobre alguns 'valores', que entendem fazer parte da formação do cidadão (GIUMBELLI e CARNEIRO, 2006, p.21).

Os professores concursados, portanto, para ministrar o ensino religioso tiveram de ter o aval de alguma denominação religiosa. Assim, tendo em vista o aumento acelerado da oferta religiosa, Giumbelli e Carneiro perguntam se "a implantação do ensino religioso, enquanto uma política pública, não estaria pondo em questão a própria função social dessa escola, na

medida em que se está afirmando que alguns de seus conteúdos e de sua gestão ficariam sob a orientação das chamadas 'denominações religiosas'.

Entretanto, a análise do Currículo Mínimo do Ensino Religioso ⁹³ da Secretaria de Educação revela um caráter plural e abrangente do ensino religioso. e as condições pelas quais ele se estrutura nas escolas públicas. O Currículo Mínimo é a orientação programática das disciplinas que compõem o currículo escolar.

Na descrição desse currículo, encontramos tópicos para estudos que, por exemplo, enfocam a caracterização do sagrado, as matrizes religiosas orientais e ocidentais, as religiões no Brasil, com destaque para a presença das religiões indígenas e africanas na cultura brasileira, os diálogos entre fé, ciência e cultura e razão, a função da religião na sociedade contemporânea e questões sobre Bioética e Biodireito. Ressaltamos que não há sugestões de conteúdos específicos ou de bibliografia especializada.

Isso, contudo, não revela as dubiedades do ensino religioso no Rio de Janeiro. As orientações da Coordenação de Ensino Religioso vão além da questão pedagógica.

Para dinamizar a implantação do Ensino religioso, criou-se o cargo de articulador religioso, que pode ser ou não professor regente. Dentre outras funções, o articulador é o elo com as Autoridades Religiosas e a Secretaria de Educação. Além disso, tem a obrigação funcional de organizar reuniões com professores de seu credo, credenciar professores para encontros e fóruns sobre religião, e implementar "as ações do Ensino Religioso do credo junto às unidades escolares, criando oportunidades de atividades"⁹⁴ como "celebrações, encontros para alunos, pais e funcionários, em cooperação com os demais professores regentes do Ensino Religioso, para que possam fortalecer as relações fraternas." Finalmente, esse Articulador Religioso, deve "acompanhar as ações do Ensino Religioso de seu credo nas unidades escolares".⁹⁵

De certa forma, a própria indefinição gera confusão e inquietação nos alunos que, no entanto, identificam com clareza, por conta de aulas de disciplinas do núcleo comum, que a religião possui espaços próprios para suas manifestações fora das aulas de ensino religioso.

⁹³SEEDUC/RJ-Currículo Mínimo do Ensino Religioso. Disponível em <http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/cm_materia.asp?M=22> Acesso em 20 Abr.2014.

⁹⁴ SEEDUC/RJ-Coordenação de Ensino Religioso-Orientações básicas para o Ensino Religioso nas Escolas Estaduais. Disponível em < <http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/orientacoes%20rj.pdf>>. Acesso em 22 Abr.2014.

⁹⁵ SEEDUC/RJ- Coordenação de Ensino Religioso-Orientações básicas para o Ensino Religioso nas Escolas Estaduais. Disponível em < <http://www.edulaica.net.br/uploads/arquivo/orientacoes%20rj.pdf>> Acesso em 22 Abr.2014.

Usando palavras dos próprios alunos: a igreja, o templo, o terreiro, o centro. Enfim, o espaço privado.

Minha condição de professor permitiu ter acesso a essas informações com os alunos, e conversas informais com outros profissionais revelaram que pelo menos dois professores em distintas regiões do estado possuem identidade religiosa diferente daquela vinculada ao credenciamento pela Autoridade Religiosa. Os casos foram de católicos e de evangélicos, mas não foi possível obter maiores explicações por parte dos profissionais envolvidos.

A presente seção encerra-se com base em Caputo (2012), autora que apresenta de maneira sistematizada ao longo de seu texto importantes dados sobre a implantação do ensino religioso na educação pública do Rio de Janeiro. Selecionamos um trecho em especial que revela a dubiedade sobre a questão.

A autora entrevistou o então coordenador do Ensino Religioso no Rio de Janeiro em fevereiro de 2011, o professor Raimundo Nonato⁹⁶, que afirmou:

Que o plano da Coordenação de Ensino Religioso é organizar turmas específicas formadas por credo dos alunos. Assim, alunos e alunas católicas estarão em uma sala específica para receber uma aula específica de sua religião confessada no ato da matrícula. Alunos evangélicos da mesma forma, e todos os credos credenciados idem. Em virtude de tantas dificuldades materiais de nossa rede pública, é difícil imaginar a viabilidade de tal proposta. Além disso, se o objetivo é diminuir preconceitos, partilhar saberes, pluralizar conhecimentos e significações, pergunto: o que os alunos católicos aprenderão apenas com alunos católicos em uma sala de aula? E os demais credos credenciados? Nada além daquilo que já aprendem e praticam seja em suas famílias ou religiões próprias. (p. 207)

É possível depreender do entendimento das autoridades em cargos de coordenação que o Ensino Religioso Confessional não é aceitável tanto no que planeja como no que pratica atualmente pelo governo do estado do Rio de Janeiro.

O debate sobre a implantação do ensino religioso no estado do Rio de Janeiro ainda carece de definição sobretudo política que acaba refletindo no cotidianos de unidades escolares que foram obrigadas a implantar o ensino religioso como disciplina regular na grade de horários.

96 Conforme nota da autora, "Na época, essas informações foram passadas pela então coordenadora Valéria Gomes que permaneceu no cargo até 2009, sendo substituída pelo também católico Raimundo Nonato Coelho, professor de Ensino Religioso na rede, desde 1967. Em 3 de março de 2011, assume outra professora católica: Maria Beatriz Leal, atual coordenadora. Todos os coordenadores até agora foram católicos"

IV CATOLICISMO E POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO: TENSÕES, CONSENSOS E SUPERAÇÕES:

4.1) Introdução:

O objetivo deste capítulo é analisar aspectos da identidade católica reivindicada e usada como recurso político nos processos eleitorais ocorridos entre 2006 e 2012 na cidade e no estado do Rio de Janeiro.

Na continuação, o capítulo oferece dados empíricos e documentais que mostram como a identidade católica é construída e exercida a partir das intervenções dos respectivos atores nos espaços da política, considerados aqui como espaços do militantismo partidário, da arena eleitoral e das intervenções parlamentares

O capítulo, inicialmente, apresenta uma breve referência sobre os significados de representações sociais ancoradas nas contribuições da teoria social clássica de Durkheim e Weber. O texto vai se fundamentar em Bourdieu para, a partir do conceito de *habitus*, ter instrumental para analisar a memória dos atores, conforme os dados empíricos apresentados nas seções subsequentes do capítulo.

A seção **Cenários** recorta territorialmente o objeto estudado e justifica a importância da cidade e do estado do Rio de Janeiro por conta de mensurações censitárias que apontam essas unidades federativas como centro do decréscimo do catolicismo, dentre outras novas configurações religiosas. A seção também recorta politicamente o tema e atualiza as diferenciações clássicas de direita, centro e esquerda, posicionando os atores católicos nessas divisões ideológicas. Além disso, a seção oferece referências teóricas para a compreensão da questão política sobre a oposição entre esquerda e direita, especialmente no caso brasileiro.

A seção seguinte, **Atores**, apresenta os atores católicos envolvidos nesta pesquisa, suas trajetórias e os critérios de suas escolhas para as análises qualitativas correspondentes.

E finalmente, a seção **Discursos** analisa dados empíricos obtidos através de questionários semi-estruturados aplicados aos atores católicos (Ver ANEXO 1), além de exposição documental de peças de propaganda eleitoral (Ver ANEXOS). Nessa parte do texto dados são apresentados no sentido de expor a percepção de agentes católicos na política.

A posterior análise dos dados recorre à memória dos atores a partir de suas histórias de vida e narrativas pessoais. A análise qualitativa dos dados, principalmente, será utilizada para revelar uma dimensão subjetiva do objeto de estudo ao cruzar os dados obtidos com os

processos legislativos e sociais das leis relativas aos valores morais do catolicismo , conforme exposto no capítulo 3.

4.2 Representações:

4.2.1 Representações sociais:

Nas Ciências Sociais, o conceito de representações sociais tem o sentido de analisar e perceber a relação do indivíduo com o mundo

Nos termos das teorias clássicas, Durkheim, ao diferenciar representações individuais e coletivas, conclui que a sociedade apresenta elementos preeminentes em relação ao indivíduo. Em seus estudos sobre as formas elementares da religião, ele demonstra como a religião surgiria da coesão, dos momentos de efervescência emocional, tornando-se assim expressão simbólica e forma de representação da sociedade.

Durkheim "afirma que a sociedade cria a religião quando está em efervescência. (...) Os indivíduos se encontram num estado psíquico tal que sentem o efeito de forças impessoais, imanentes e transcendentais; esta interpretação da religião se baseia numa explicação (...) segundo a qual a efervescência social é *favorável* ao surgimento da religião." (Aron, 2003, p. 520). É uma reflexão que prima pela objetividade ao invés do enfoque subjetivo.

Em Weber, seu conceito de ação social vincula-se a interações dos sujeitos e é baseada na compreensão da conduta humana a partir de uma ação social dotada de sentido, ou seja, a busca da justificativa das ações subjetivas elaboradas pelo indivíduo (a *compreensão da ação*). Weber investiga como essas ações subjetivas se apresentam exteriormente ao indivíduo: é a *explicação da ação*..

Conforme Aron, "Weber parte da distinção entre quatro tipos de ação: a ação racional com relação a um objetivo (...), a ação racional com relação a um valor, a ação afetiva ou emocional e, por último, a ação tradicional". (2003, p.727). Assim, só existe ação social, quando o indivíduo estabelecer determinado tipo de comunicação, a partir de suas ações com outros indivíduos.

A sociologia da religião de Weber enfatiza princípios religiosos nas relações entre o espírito do capitalismo e a ética protestante, ou seja, as representações sociais contidas na religião.

Para Bourdieu, a idéia de representações sociais está presente no conceito *de habitus* que articula as idéias e as práticas sociais.

Conforme este autor, *habitus* são:

Sistemas de posições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares", sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro (BOURDIEU *apud* MICELI, 1987: XL). (...) sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados. (*ibid.*: XLI)

O *habitus* para Bourdieu, cria relações que possibilitam a comparação, o confronto e a superação entre a objetividade e a subjetividade. Bourdieu ao propor superar tanto o subjetivismo quanto o objetivismo, "se insere naquela corrente de síntese, para qual a dialética entre indivíduo e sociedade é fundamental" (DOMINGUES, 2008, p. 61). Assim, o *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar

A interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade, ou seja, o modo como a sociedade torna-se depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social existente. (Wacquant, 2007, p.8)

A noção de *habitus* encerra uma importante característica relacionada a esta parte da dissertação. O *habitus* "é o princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo, é produto de toda a história individual" (BOURDIEU 1990, p.131).

O *habitus*, "responde pelo pólo da ação, em grande parte pela memória social e, mais modestamente, pela criatividade e pela mudança social." (DOMINGUES 2008, p. 59).

Ressaltamos que importante também é a noção de *campo* em Bourdieu . O campo é o local onde se manifestam relações de poder, em torno de interesses específicos que caracterizam uma determinada esfera da vida social. Desta forma, o campo abarca o *habitus*.

A existência de campos diferentes entre si, com várias particularidades e interrelações como o campo social, o religioso, dentre outros, que "em consequência das suas funções e do seu funcionamento (ou, mais simplesmente, das fontes de informação respectivas), denunciam de maneira mais ou menos clara propriedades comuns a todos os campos" (BOURDIEU, 2006, p. 67)

Bourdieu refere-se à memória como categoria descritiva. Consideramos essa categoria fundamental para as análises de biografias pessoais, políticas e religiosas dos agentes católicos envolvidos nesta dissertação. As próximas seções abordarão através de histórias pessoais, trajetórias de vida, enfim, narrativas que compõem um quadro empírico das relações do catolicismo com a política no Rio de Janeiro na perspectiva dos atores selecionados.

Assim, a narrativa é

Biográfica ou autobiográfica, como a do entrevistado que se "entrega" a um entrevistador, propõe eventos que, apesar de não se desenrolarem todos, sempre, na sua estrita sucessão cronológica (...) tendem a, ou pretendem, organizar-se em sequências ordenadas e de acordo com relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia (o entrevistador e o entrevistado) têm de certo modo o mesmo interesse em aceitar o *postulado do sentido da existência* contada (e, implicitamente, de qualquer existência) (BOURDIEU, 2001, p. 75).

Deste modo, o *habitus* bourdieusiano articula, no sentido da memória, sujeito e estrutura, conhecimento e realidade.

4.2.2 Cenários :

O corpo metodológico e epistemológico desta seção sugere três níveis para a compreensão do problema nas suas dimensões geográficas, políticas e teórico-sociológicas.

O primeiro elemento ao investigar as relações do catolicismo com a política é o necessário recorte geográfico, no qual o estado e a cidade do Rio de Janeiro são destacados por conta de mensurações e interpretações censitárias que apontam nessa realidade federativa uma forte redução do número de fiéis ao catolicismo, além de uma multiplicidade de

representações religiosas (Cf. LEITE, 2003; JACOB et al., 2003; NÉRI, 2011; BRASIL, 2012).

Desde o primeiro recenseamento em 1872 até a década de 1970, o perfil religioso da população brasileira conservou como característica fundamental a hegemonia da filiação à religião católica apostólica romana resultante do processo histórico de colonização do País e do atributo estabelecido de religião oficial do Estado até a Constituição da República de 1891 (Cf. BRASIL, 2012).

Nas duas décadas seguintes, 1980 e 1990, o padrão apontado começou a mudar e no decênio subsequente é verificada uma redução do crescimento institucional dos adeptos ao catolicismo mesmo com o aumento do número absoluto de católicos, descompasso explicado pelo crescimento mais lento do número de católicos em comparação a população total do país (Cf. JACOB *et alli*., 2003).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) resume esse quadro da seguinte forma:

No Censo Demográfico 1991, foram registradas mudanças expressivas na composição religiosa da população brasileira, notadamente, o crescimento do segmento populacional que se declarou evangélico, (...) o segmento católico, embora majoritário, deu continuidade à tendência de declínio (...). O Censo Demográfico 2000 mostrou acentuada redução do percentual de pessoas da religião católica romana, (...) o aumento do total de pessoas que se declararam evangélicas, (...) e sem religião. (...) (BRASIL, 2012).

A essa realidade de declínio crônico do número de adeptos ao catolicismo são agregados também outros dois aspectos censitários, tais como o aumento do número dos *sem religião* e o crescimento da diversidade religiosa, incluído o crescimento dos evangélicos, que comprovam o perfil cada vez mais religioso da sociedade brasileira.

Desta forma, o Censo Demográfico de 2010 apresenta resultados que comprovam o crescimento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil, apontando uma maior pluralidade religiosa especialmente nas áreas mais urbanizadas e populosas do país, particularmente as do Rio de Janeiro.

Essa realidade é comprovada por Néri ao afirmar que o “Estado do Rio é o segundo menos católico e religioso” (2011, p. 32). Conforme o autor, “menos da metade da população fluminense se diz católica (49,83%), a penúltima unidade da federação apenas atrás de Roraima (...) o Estado do Rio de Janeiro é 2º no ranking da menor religiosidade com apenas,

15.95% de sua população sem religião” (p. 48). A divulgação dos dados do Censo de 2010 oficialmente confirma os estudos de Néri.

Porém, mais que uma oferta ampla, o Rio de Janeiro é a unidade da federação brasileira na qual progressivamente o decréscimo quantitativo do catolicismo e aumento do número dos *sem-religião* é mais expressivo em termos numéricos.

O Rio de Janeiro é de todos os estados brasileiros, o mais diverso em termos religiosos. Ali, o número de católicos diminuiu nos últimos dez anos, de 67,65% para 57,16%. O percentual dos sem religião também cresceu no período, passando de 13,94% para 15,53%, o maior do país. Quanto a taxa dos sem religião, vale lembrar que a cidade do Rio de Janeiro é a mais cosmopolita do país, com um amplo contingente de camadas médias e abastadas intelectualizadas. Por outro lado e em sentido inverso, também é notável nesta cidade a circulação religiosa com a adesão a novas religiões diferentes da religião de origem (LEITE, 2003, p. 69-71).

Essa dimensão cultural elevou a cidade do Rio de Janeiro a uma condição federativa peculiar. Capital do Brasil durante praticamente dois séculos e espaço de uma experiência autoritária e administrativa que foi a cidade-estado da Guanabara até 1975, a cidade do Rio de Janeiro desenvolveu e até hoje preserva sua condição de *capitalidade*, ou seja "a constituição de uma certa esfera simbólica originada de uma maior abertura às novas idéias" (AZEVEDO, p. 45, 2002) que distingue a cidade das outras unidades federativas "por ter uma maior capacidade de operar sínteses a partir das diversas idéias que recepciona" (p. 45).

Portanto, pode-se "pensar que o fato de um indivíduo se declarar sem religião não significa, *ipso facto*, que ele seja ateu (...). Assim, sem dúvida, uma fração importante das pessoas que se dizem sem religião acredita em Deus. Sem, participar, no entanto, das instituições religiosas e sem se sentir pertencendo a uma comunidade confessional" (JACOB *et al.*, 2003, p. 115).

Mas, se a análise do catolicismo pelo Censo de 2010 entre a cidade do Rio de Janeiro e a região metropolitana fluminense indica decréscimo no número de adeptos do catolicismo, ao mesmo tempo, há exceções como a cidade de Japeri, com uma porcentagem de católicos que chega a 68% (JACOB *et alii*, 2003, p. 16-17). Deste caso, poderíamos deduzir que a atração ao catolicismo diminui na periferia metropolitana e cresce novamente na periferia mais distante. Quando o caráter urbano tende a desaparecer ou se matizar em relação ao espaço rural ou nos espaços intermediários entre urbano e rural, esse movimento mostraria a

capacidade da Igreja Católica de manter seus fiéis resistentes às mudanças existentes entre as populações rurais, mais tradicionais. (Cf. JACOB *et alii*, 2003).

Acontece que, conforme demonstrado em capítulos anteriores, as orientações da Igreja Católica no Brasil são depositárias também da herança teológica e da dinâmica social e política das comunidades libertadoras e das carismáticas. As CEBs e a RCC integram um quadro mais amplo de orientações para o rumo do catolicismo. Deste modo, o citado caso de Japeri, constatado em campo durante processo eleitoral, mostra que nesse município a marca identitária do catolicismo das CEBs e da Teologia da Libertação é muito relevante.

Mas esse raciocínio não é mecânico. Se fosse, o mesmo Censo de 2010 não indicaria que os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, espaços privilegiados de atuação das CEBs nos anos 1980, apresentam redução no número de católicos (Cf. BRASIL, 2012).

O segundo elemento converge para a ideologia política e com o sentido de relacionar os posicionamentos dos agentes católicos no espectro político-partidário e os entendimentos desses sujeitos sobre mudanças sociais.

Ao aprofundar a pesquisa sobre valores e orientações morais do catolicismo nos espaços da política, a presente dissertação investiga também se a condição de filiação dos católicos a partidos políticos considerados de esquerda gera conflitos com orientações políticas mais secularizadas.

Mas ao recorrer à variável ideologia e fixar o termo esquerda com o significado de mudanças sociais, surge uma confusão conceitual em relação ao uso do termo *partido político de esquerda*. Isso ocorre por conta das categorias da modernidade atual, líquidas, indefinidas e em construção. Por isso certa revisão teórica é fundamental para vincular nosso objeto de estudo a uma ancora teórica minimamente segura.

A partir de um quadro geral, recorreremos inicialmente, a Norberto Bobbio que procura elucidar tal confusão conceitual. Ele nos diz que oposição *direita e esquerda* ainda pode ser usada para identificar e definir o antagonismo de posições políticas diferentes no mundo atual. Nesse sentido, o autor relata que esquerda e direita são

termos que a linguagem política passou a adotar no decorrer do século XIX, e preserva até hoje, para representar o universo conflituoso da política.(p. 108).(…) Não obstante as repetidas contestações, a distinção entre direita e esquerda continua a ser usada.(…) Em outras palavras: desde que "direita" e 'esquerda' continuam a ser usadas para designar diferenças no pensar e no agir políticos, qual a razão, ou quais razões, da distinção? (BOBBIO, 2011, p. 89).

Historicamente, o divisor entre as posições de direita e de esquerda no campo político e social está no valor da igualdade.

Concordamos com Bobbio (2011), quando este considera que "o homem de direita é aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a tradição; o homem de esquerda, ao contrário, é aquele que pretende, acima de qualquer outra coisa, libertar seus semelhantes das cadeias a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe, etc." (p. 97).

Contudo a realidade social é bem mais matizada que uma simples oposição binária.

Direita e esquerda são considerados movimentos e doutrinas não homogêneos (...) como, à esquerda, comunismo e socialismo democrático, e, à direita, fascismo e conservadorismo (...) tais movimentos, embora não sendo homogêneos, podem estar, em situações excepcionais de crise, potencialmente aliados (BOBBIO, 2011, p.135).

A realidade social matizada em situações excepcionais de crise permite entendermos a própria condição da modernidade atual. Contudo, o caminho teórico deste autor não aprofunda significados relativos aos marcadores sociais que indicam as diferenças, mais do que as econômicas, especialmente as culturais. E conforme será demonstrado no capítulo a seguir, a verificação dos dados empíricos que envolvem agentes católicos na política partidária revela desvios, recuos e ressignificações dos conceitos e posicionamentos esquerda-direita.

Os motivos que explicam a mudança desse eixo de explicação, relacionado à queda do Muro de Berlim em 1989 com todos os seus simbolismos e, sobretudo as múltiplas clivagens nas quais a vida contemporânea se estrutura. "De fato na maior parte dos séculos XIX e XX a dicotomia esquerda-direita mostrou-se útil para simplificar as disputas políticas. Esta utilidade contribuiu decisivamente para fixá-la como sendo o critério por excelência que definia as posições dos agentes políticos. Mas, a partir do final do século XX, há uma crescente dificuldade para aplicá-la"(MIGUEL, 2010, p. 31).

Segundo Miguel (2010), "a dicotomia esquerda-direita contempla uma única dimensão, isto é, impõe uma destas clivagens como sendo a única importante. Mas diferentes grupos sociais podem definir diferentes hierarquias de prioridades" (p.33).

Para efeitos de demarcação ideológica do campo partidário, o termo *esquerda* é considerado também a partir de outros referenciais teóricos do campo das Ciências Sociais, incorporando importantes aspectos metodológicos da Ciência Política. Autores como Schmitt (1997), Limongi e Figueiredo (1995), Rodrigues (2002), Singer (2002), Krause e Schmitt

(2005), Miguel (2010) e Bobbio (2011) contribuem para a análise do discurso político, como composição ideológica dos eleitores e a lógica das coligações partidárias. A complexidade da estrutura partidária brasileira deve ser enfatizada também nesse caso para a correção de eventuais posicionamentos políticos divergentes, considerando que as relações entre as variáveis coligações e regionalismo modificam a variável ideologia.

Além dos critérios acadêmicos enfatizados, a classificação dos partidos como de *esquerda* ou *direita* segue critérios históricos e de representatividade junto ao eleitorado desde 1980, ano da criação de partidos políticos.

O ano de 1980 pode ser identificado como o primeiro momento de referência do atual sistema pluripartidário brasileiro. Data daquele ano o processo de criação de partidos, resultado da reforma partidária de 1979 que pôs fim ao bipartidarismo vigente durante a ditadura militar e representado por ARENA e o MDB. Foram criados então os seguintes partidos: Partido Democrático Social (PDS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Popular (PP).⁹⁷ Em 1985, com a Emenda Constitucional nº 25 e a ampliação do pluripartidarismo, surgiram outros partidos no cenário político brasileiro como o Partido da Frente Liberal (PFL, atual DEM) em 1985 e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988.⁹⁸

Destaco também a classificação de Schmitt (1997) que utilizou, além de critérios baseados em afinidades ideológicas, alianças partidárias, a sabedoria convencional da sociedade. Levando em conta essa classificação, fizemos considerações também a partir dos registros oficiais existentes no Tribunal Superior Eleitoral.

Considero aqui as matrizes Democratas (DEM, antigo PFL que mudou de designação no ano de 2007), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido dos Trabalhadores (PT) como os principais partidos de direita, centro e esquerda respectivamente. Tais partidos se uniram a outros partidos por afinidades ou, de certa forma, contribuíram para a criação de agremiações conforme referências ao PFL (atual DEM) e ao PSDB.

Os partidos destacados e suas fusões e incorporações, desde as eleições presidenciais de 1989, capitaneiam a dinâmica parlamentar na formação de blocos e acordos e atuam em

⁹⁷ Criado em 1980 após a reforma partidária e extinto no ano seguinte. Posteriormente sua convenção nacional determinou sua incorporação ao PMDB. Não confundir com o atual Partido Progressista que também é identificado pela sigla PP.

⁹⁸ Atualmente existem 30 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>, acessado em 26/01/2013. (ANEXO A)

coligações reforçando certas afinidades. Isso não quer dizer que estas agremiações não possam recuar em suas posições e incorporar preceitos conservadores ou ser extintas ou ainda incorporadas por outras (BOBBIO, 2011).

Portanto, a definição do campo partidário de esquerda refere-se também ao acúmulo de experiências históricas e sociais desses partidos na história recente do país.

Finalmente, o terceiro aspecto é o da teoria sociológica que produziu importantes estudos sobre religião e a política, investigando a medida pela qual os valores sagrados da religião e os valores secularizados da política chocam-se e interpenetram-se.

Nesse sentido, as relações das esferas da religião com as da política influenciam os valores religiosos dos agentes que nos espaços do Estado buscam a participação nos espaços de discussão, deliberação e execução de políticas públicas.

Assim, não se pode mais ignorar

A visibilidade pública da religião na cena contemporânea. Quer no plano da cultura e do cotidiano, quer no da esfera pública e da política, os atores religiosos movimentam-se e trazem a público sua linguagem, seu ethos, suas demandas, nas mais diversas direções (...) esses processos contribuem para caracterizar formas pluralistas e dialógicas de convivência e de enfrentamento de problemas sociais e políticos (...) (BURITY, 2008, p.2).

Igualmente importante Novaes (2002) teoriza acerca dessas imbricações entre religião e política reconhecendo "as especializações, historicamente construídas, sem reificar a oposição entre o político (locus da razão, da ordem pública) e o religioso (locus do simbólico, da ordem da vida privada). Trata-se, de apreender os efeitos da religião sobre a política e vice-versa." (p. 63).

Nesse sentido, a sociologia política estabelece, de uma forma geral, justificativas sobre as relações entre o Estado brasileiro e a influência do catolicismo.

Deste modo, Mainwaring (1985) afirma que

Qualquer exame da Igreja e da política deve levar em consideração o caráter institucional da primeira. A fé é um fenômeno suprarracional e paira sobre todos os outros valores. A Igreja tem início nessa fé, mas, como toda instituição, ao desenvolver interesses, então tenta defendê-los. O objetivo principal de qualquer Igreja é propagar sua mensagem religiosa. Todavia, dependendo da percepção que tenha dessa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses tais como a sua unidade, posição em relação a outras religiões, influência na sociedade e no Estado (...). Essas preocupações facilmente levam à adoção de métodos que são inconsistentes quanto aos objetivos iniciais. (...) A defesa de interesses organizacionais não

é necessariamente contrária à adoção de uma fé sincera, nem significa que a pura crença só ocorra fora da Igreja institucional. Em algumas concepções de religião, a defesa tradicional de interesses convencionais é essencial para a promoção da fé. Dentro dessa ótica, já que a salvação só pode advir através da instituição, a Igreja [Católica] necessita desses recursos para desempenhar sua missão com eficácia. (pp. 15-16).

Em outro nível de operação teórica, a visão sobre a instituição Igreja Católica e suas relações com o poder político é justificada pelo próprio Vaticano que fundamenta essa realidade ao considerar que

Faz parte da missão da Igreja emitir juízo moral também sobre as realidades que dizem respeito à ordem política, quando o exigam os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas, empregando todos os recursos – e somente estes – que estão de acordo com o Evangelho e com o bem de todos, conforme a diversidade dos tempos e das situações. (GAUDIUM ET SPES: O CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA: p. 586-587)

A investigação, sobretudo, quer saber se a reivindicação da identidade católica nas esferas políticas, partidárias e eleitorais é uma reação ao avanço da participação dos neopentecostais na política. As participações de atores religiosos em disputas políticas e embates eleitorais foram investigados por autores como Miranda (1999), Coradini (2001), Novaes (2002), Machado (2003; 2012), Machado e Mariz (2004), Burity (2008), Silveira (2008), Mariano (2011) e Pierucci (2011) que desenvolveram exames críticos sobre as interrelações entre as esferas religiosas e políticas, nesse caso, assinalando o predomínio de evangélicos vinculados à origem pentecostal.

Machado e Mariz (2004) observaram que nas eleições gerais de 2002 houve uma reação ao crescente número de evangélicos nos processo eleitoral com

O surgimento de candidatos que adotavam a identidade católica como principal recurso eleitoral. Embora a Teologia da Libertação tenha sempre defendido a união fé e política, seus militantes evitavam usar a identidade ou símbolos especificamente católicos na propaganda eleitoral. A prática política dos católicos vinculados a essa vertente progressista era adotar a identidade do pobre, do oprimido ou excluído. Em geral os líderes, que se formaram em comunidades de base e pastorais católicas, se afiliavam ao PT e exploravam a identidade de sua comunidade ou do trabalhador e evitavam falar da Igreja Católica (2004, p. 12.).

Portanto, as autoras mostram que mesmo fazendo referência a um instrumental tão visível e contestador à hierarquia católica, os militantes políticos ligados à Teologia da Libertação evitavam revelar seu pertencimento católico. A visibilidade, mais para a hierarquia da Igreja Católica do que para a comunidade de fiéis, possivelmente, também contribuiu para essa ocultação identitária por conta de repreensões e enquadramentos teológicos.

Por outro lado, num espaço de menos de uma década, a transformação é visível e a eventual ocultação de identidades religiosas não é mais regra e sim, uma posição estratégica na ocupação dos espaços públicos entre católicos e pentecostais. Atualizando a questão, Machado (2012) afirma que:

As últimas três décadas na sociedade brasileira foram marcadas não só pela retomada da democracia como também pelo acirramento da competição no interior do campo religioso e pela crescente participação dos segmentos evangélicos pentecostais na política partidária e nas disputas eleitorais. Reflexo do declínio contínuo do número de católicos e da correlacionada difusão das igrejas pentecostais nos setores médios e pobres da população brasileira, a inserção crescente dos atores na política partidária veio acompanhada da criação no interior das estruturas eclesiais do campo evangélico de instâncias de formação de lideranças que pudessem defender os interesses das igrejas nas casas legislativas e junto às esferas do poder executivo nos governos municipais, estaduais e federal. Numa disputa por fiéis, que é ao mesmo tempo exógena e endógena, os grupos evangélicos acabaram por encontrar na via da política partidária uma forma de combater as prerrogativas históricas da Igreja Católica (no campo da educação, da saúde, da assistência social, na concessão dos meios de comunicação, etc.) e ampliar sua capacidade de influência na sociedade brasileira (p. 26-27).

Assim, Machado descreve a ocupação do espaço público e dos poderes por evangélicos, desafiando as prerrogativas da Igreja Católica.

A realidade empírica dessa investigação indica sinais de que os valores religiosos podem ser os elementos desintegradores, irruptivos, transversais e, talvez, ressignificadores dos valores políticos qualitativamente acima e mais importante do que o valor da esquerda ou da direita. Enfim seria a confirmação de certa prevalência da religião sobre a política. Afinal, o objeto dessa dissertação inscreve-se em aspectos da fluidez de uma sociedade que pode cristalizar alguns aspectos mais de outros.

4.2.3 Atores:

A justificativa básica da inclusão dos nomes a seguir é o vínculo católico declarado. Consideramos também a trajetória política militante e, conforme o caso, a parlamentar dos atores católicos selecionados.

O uso da identidade católica é considerado também como um dos recursos que compõem uma candidatura. Conforme Coradini (2001), "boa parte do conjunto de candidatos mantém alguma forma de vinculação com o catolicismo enquanto trunfo eleitoral. As bases dessa vinculação, no entanto, dependem das respectivas modalidades de inserção social e política de cada candidato, mas que não deixa de obedecer a alguns padrões definidos." (p 124).

Relevamos ainda a seleção de nomes⁹⁹ - os atores católicos-, escolhidos por conta de trajetórias comuns por conta da minha militância no PT na cidade do Rio de Janeiro. Fui militante e dirigente de base, filiado regularmente, o que no PT permite ao seu integrante votar e ser votado nos seus processos eleitorais internos, como, por exemplo, no meu caso já que fui candidato a direção de zonal Ainda participei de núcleos de formação política, como ouvinte e como falante, o que contribuiu para, além de crescimento intelectual, um reconhecimento político por outros militantes partidários e uma percepção de questões sobre as relações religião e política colocadas atualmente como objetos de pesquisa acadêmica que já se delineavam no cotidiano das práticas partidárias

Desta forma criei vínculos políticos junto a atores e apreendi histórias pessoais que contribuíram para analisar os dados fornecidos por esses atores católicos.

⁹⁹ Para efeitos de informação outros atores católicos devidamente documentados e que atuam na política são os constantes da lista abaixo: **José Zumba (PSOL)**: Ligado a Dom Mauro Morelli Foi vereador em Duque de Caxias pelo PT e diretor geral de Segurança Alimentar e Nutrição Sustentável do Conselho Nacional de Segurança Alimentar ligada ao Programa Fome Zero do primeiro Governo Lula.; **Jorge Florêncio (PT)**: O início de sua história política vincula-se à Igreja Católica junto ao bispo da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, Dom Mauro Morelli .Foi vereador (1997/2000) de São João de Meriti. Foi Presidente do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores; **Luiz Sérgio (PT)**: Militou em Comunidades Eclesiais de Base em Angra dos Reis na década de 1980. Nas eleições de 2006, junto com o vereador Reimont, produziu material de campanha recorrendo à identidade católica. Deputado Federal desde 1999. Foi Ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais, de janeiro de 2011 a janeiro de 2012, Ex-Presidente do Diretório Regional do PT do Rio de Janeiro. Atualmente é Deputado Federal. **Chico Alencar (PSOL)**: Ligado à Teologia da Libertação e a esquerda católica, foi diretor da Juventude Estudantil Católica (JEC), no Rio de Janeiro entre 1966 e 1967. Foi vereador no Rio de Janeiro por dois mandatos, de 1989 a 1992, e de 1993 a 1996 e Deputado Estadual de 1999 a 2002 pelo PT.. Exerce o terceiro mandato de Deputado Federal; **Inês Pandeló (PT)** : Participou na Igreja Católica, das Comunidades Eclesiais de Base, Grupos de Reflexão. Coordenadora Diocesana de Catequese e membro da Pastoral da Juventude e da Pastoral Operária. Está no 3º mandato de Deputada Estadual. Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher;; titular da Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional.

Assim, os vínculos estabeleceram em maior ou menos grau, laços de sociabilidade que permitiram conhecer e observar de uma maneira privilegiada os atores, através de participação comum em processos eleitorais propriamente ditos, panfletagens, fóruns, setoriais e reuniões partidárias, assim como processos internos eleitorais, conversas informais, observações de pronunciamentos e discursos, posições convergentes e divergentes no espectro político, compartilhamento de preferências pessoais, reuniões em espaços católicos e também os aspectos não ditos, como expressões faciais, inflexão da voz ou elementos intercorrentes, tais como silêncio, hesitações, risadas, especialmente no nível da análise dos dados originados das entrevistas. Enfim, sociabilidades com contatos não anônimos e regulares.

Enfim, posso afirmar que durante um bom período de anos, "vivi para a política", na acepção de Weber, um exercício de uma atividade "que permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma causa que dá significação [à] vida" (WEBER, 2002, p. 68).

Afastei-me desse partido há cinco anos. Mesmo assim as relações construídas politicamente não foram completamente dissolvidas. Elas são relações respeitadas e de reconhecimento por ações e práticas. Fui politicamente próximo de alguns atores entrevistados e/ou listados, porém, compartilhei o palanque, mas não o púlpito. As identidades religiosas nunca foram usadas nesse processo de proximidade.

A proximidade partidária, criou também um distanciamento, natural e necessário, nas relações de pesquisador com o entrevistado, no meu reconhecimento de agora como acadêmico e não mais como militante. Não sei até que ponto as falas dirigidas a mim e os dados revelados construíram um discurso dotado de um sentido daquilo que Geertz chama de *ética da imprecisão*, aquela posição discursiva "repleta de sugestões retóricas" (GEERTZ, 2012, p.136).

Com tudo isso, encontramos problemas ao realizar determinadas entrevistas. Quatro nomes previamente selecionados por motivos diversos que exporemos a seguir, não concederam as entrevistas pessoais.

Para a presente pesquisa foram usadas quatro entrevistas realizadas em agosto de 2013 e feitas com os deputados estaduais Robson Leite (PT) e Márcio Pacheco (PSC), com o vereador Reimont (PT) e com o militante do PT Mozart Chalfun. A previsão inicial era a utilização dos dados de mais quatro entrevistas que não foram realizadas por causa de imprevistos justificados ao longo do capítulo. As entrevistas que não foram realizadas seriam feitas com a deputada estadual pelo Rio de Janeiro Myriam Rios (PSD), com o ex-deputado federal pelo PT Antonio Carlos Biscaia, com a professora Nazareth Barreto (PT) e com o

vice-prefeito do Rio de Janeiro Adilson Pires (PT). Além das entrevistas feitas em 2013, dados originários de entrevistas anteriores foram utilizados na análise. Em 2005, foram realizadas entrevistas com Robson Leite, na época militante do PT, com Adilson Pires, na época vereador da cidade do Rio de Janeiro pelo PT e também Nazareth Barreto. Em 2011, por conta de pesquisa acadêmica, voltei a entrevistar Nazareth Barreto

O primeiro ator católico selecionado é o vice-prefeito **Adilson Pires** do PT, que também a apresentou problemas quanto à entrevista programada.

Adilson Pires (PT), vice-prefeito do Rio de Janeiro eleito em 2012 em coligação com Eduardo Paes (PMDB), é também Secretário Municipal de Desenvolvimento Social. Exerceu seis mandatos de vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Seu vínculo com a Igreja Católica resume-se a atuação em pastorais na Zona Oeste do Rio de Janeiro nos anos 1980 e 1990 mais precisamente na comunidade de Vila Aliança, domicílio atual e base política e eleitoral. Conforme entrevista concedida no ano de 2005¹⁰⁰ mostrou afinidades com a Teologia da Libertação. Aos 14 anos, Adilson Pires já fazia parte da Pastoral da Juventude onde se tornou coordenador da Catequese do Vicariato Oeste. Daí foi alçado à condição de coordenador da Pastoral do Trabalhador.

Em relação à impossibilidade de realizar a entrevista pessoal, sua assessoria de imprensa ofereceu, em resposta a meu primeiro contato, quinze minutos de entrevista. O dia da entrevista marcada, o dia seguinte a resposta, coincidiu com atividades profissionais e escassez de tempo de deslocamento para o local da entrevista. Tentei remarcar, não obtive resposta e no último e-mail enviado para sua assessoria, no início de novembro de 2013, tentei utilizar um outro recurso metodológico: solicitei as respostas do questionário de entrevistas por e-mail, também sem retorno. Contudo, alguns elementos contidos em entrevista anterior serão usados no cruzamento com as questões morais do catolicismo na política.

Outro nome escolhido foi o de Nazareth Barreto (PT). Integrante da Renovação Carismática Católica, é apresentadora dos programas Bom Dia Catedral e Terço Mariano na Rádio Catedral FM ¹⁰¹ de propriedade da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Formada em Teologia pela PUC/RJ, foi candidata a vereadora em 2004, 2008 e 2012. Em 2011 coordenou o Pólo Rio da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) da Secretaria de Assistência

¹⁰⁰ Cf. FERREIRA FILHO, Joaquim Alves. O catolicismo na construção da identidade do Partido dos Trabalhadores: carismáticos e libertadores nas eleições de 2004 no Rio de Janeiro. Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁰¹ Disponível em < [http:// www.radiocatedral.com.br](http://www.radiocatedral.com.br)> Acesso em 29.Abr.2004

Social e Direitos Humanos do governo do Estado do Rio de Janeiro, cargo politicamente vinculado ao ex- Deputado Federal Antonio Carlos Biscaia, ex- Subsecretário dessa Secretaria

Nazareth se comprometeu a responder o questionário. Os contatos foram feitos por e-mails, por rede social¹⁰² e telefonemas. Porém, problemas familiares como o falecimento de ex-marido abalaram Nazareth. Nosso último contato foi feito por email em 30/10/2013. Além disso, quando conversamos por ocasião do primeiro contato telefônico, ela perguntou por que eu abandonei a militância no PT. Tive a intuição que esse afastamento partidário atrapalhou a presteza informativa e dialógica de Nazareth demonstrada em outros momentos como em entrevista de 2005,¹⁰³ na campanha de 2008, na qual cheguei ao limite das fronteiras entre a militância e a pesquisa acadêmica, e também na última entrevista que fiz com ela em 2011 por conta de uma pesquisa com Cecília Mariz¹⁰⁴.

Nazareth deu uma informação importante sobre outro agente católico selecionado, **Antonio Carlos Biscaia**. Segundo ela, Biscaia teria saído do PT descontente com os rumos do governo Dilma Rousseff, fato que efetivamente ocorreu em 2013. Fiz contato com Biscaia por e-mail solicitando uma entrevista pessoal, o que não ocorreu.

Biscaia foi Procurador-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, entre 1984 e no ano de 1991, deputado federal nos períodos 1999/2000, 2003/2007 e 2008/2010, Secretário Nacional de Justiça e Secretário Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça entre 2007 e 2008. Foi também Subsecretário de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro do Governo Sérgio Cabral durante a titularidade em 2011 do atual prefeito de Niterói, Rodrigo Neves¹⁰⁵.

¹⁰² Perfis no Facebook: Disponível em <<http://www.facebook.com/nazareth.barreto.9?fref=ts>> ; Disponível em <<https://www.facebook.com/nazareth.barreto.75>>. Acesso em: 24 Abr.2014.

¹⁰³ Cf. FERREIRA FILHO, Joaquim Alves. O catolicismo na construção da identidade do Partido dos Trabalhadores: carismáticos e libertadores nas eleições de 2004 no Rio de Janeiro. Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁰⁴ Católicos Carismáticos e protestantes pentecostais: uma relação de amor e ódio? Projeto de pesquisa coordenado por Paul Freston (responsável), Cecília Loreto Mariz, e Maria das Dores Campos Machado. Informações constantes no meu Currículo Lattes .Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/1514417746885320>>.

¹⁰⁵ O caso de Rodrigo Neves nos parece o caso do uso instrumental do valor religioso num processo político e eleitoral. Ele foi eleito deputado estadual em 2010 e, antes, em maio de 2010, contribui com um texto num informativo religioso de Nazareth Barreto, utilizando expressões como o Bem Comum, Doutrina Social da Igreja e valores cristãos. Pelo que consta nas nossas pesquisas, Rodrigo Neves nunca declarou publicamente sua identidade católica para fins de eleição ou de demarcação política. (ANEXO-D).

Atualmente, Antonio Carlos Biscaia está no Ministério Público do Rio de Janeiro e é também Membro da União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro.¹⁰⁶

A opção pelo nome de Biscaia atendeu a dois critérios. O primeiro refere-se a um tipo de identidade católica, que diferente de origens no movimento sindical ou no militância partidário, se desloca desse pólo e, conforme Coradini (2001), cria uma terceira vinculação

Mais diretamente com o polo tido como conservador e cuja apropriação é baseada mais em seus "produtos" doutrinários ou, então, mais diretamente dirigidos a noções tais como "família", práticas religiosas, e assim por diante. Dentre os candidatos em pauta, esse é o caso, particularmente dos que fazem parte da Associação de Parlamentares Católicos, (...) se notabilizam como líderes do catolicismo conservador (p.124).

Ao citar a Associação de Parlamentares Católicos, Coradini não generaliza. Seu objeto de pesquisa é limitado ao Rio Grande do Sul em momento eleitoral específico.

Contudo o conteúdo político e a origem social de associações desse tipo, por observações e inferências, revelam um caráter mais conservador e positivista no trato da questão social. Essa afirmação cruza-se com o segundo critério de seleção de Biscaia como ator católico nas arenas política e religiosa. Nas campanhas eleitorais de que participou, notadamente em 2006 e 2010, Biscaia produziu panfletos de propaganda específicos para católicos e para panfletagens em portas de igrejas externando opiniões contrárias a descriminalização do aborto, por exemplo (ANEXO-E; ANEXO-F). Biscaia fez as chamadas "dobradas", fecom outros candidatos católicos como o atual deputado federal Alessandro Molon (PT)¹⁰⁷ e o vereador Reimont (PT) que já foram candidatos a deputados estaduais

O nome do deputado federal **Alessandro Molon** foi excluído da lista de entrevistas. Reconhecemos a importância parlamentar no PT e no campo católico, mas em outras duas ocasiões de pesquisas acadêmicas os contatos iniciais não foram retornados, revelando certo descaso pela pesquisa.

Em 2006, conversei rapidamente com o deputado numa reunião plenária partidária e ele negou que fizesse parte da RCC. Passei a observá-lo melhor e nas eleições que se seguiram, Molon fez várias dobradas eleitorais com outros candidatos católicos do PT

¹⁰⁶ O site da União de Juristas Católicos apresenta problemas de acesso desde o ano passado pelo menos. Contudo, o último acesso a página apresenta o nome de Biscaia como membro da referida associação. Disponível em <<http://www.juristascatolicosrj.org>>. Acessado em 19 Abr. 2014.

¹⁰⁷ Integrante da Renovação Carismática Católica e do Movimento Fé e Política. Deputado estadual de 2002 a 2010. Em 2008, disputou a eleição para a Prefeitura do Rio pelo PT. Atualmente é Deputado Federal pelo PT.

(ANEXO-G;ANEXO-H). Para a pesquisa atual, mesmo assim, enviei dois e-mails para a assessoria do deputado na tentativa de obter o questionário de entrevistas respondido por e-mail. Mais uma vez não obtive retorno,

Contudo, dados, informações e documentos, dos outros atores católicos ajudaram a certificar a participação de Molon no catolicismo, analisada por Machado e Mariz (2004):

Molon teve uma votação significativa [eleições de 2002], colocando-se em segundo lugar no ranking dos deputados estaduais mais votados de seu partido. Na realidade esse resultado advém do fato de ter sido apoiado tanto pelos católicos vinculados à Teologia da Libertação, quanto pelos membros do movimento carismático. (...) esse político participa do movimento de inspiração carismática *Deus é Dez* que reúne jovens em shows com músicas religiosas, desenvolvendo trabalhos em várias pastorais sociais. Desta forma, a eleição de Alessandro Molon expressa certa aproximação entre grupos da Teologia da Libertação e grupos da RCC. (p.43).

Outro ator católico escolhido foi o vereador **Reimont**¹⁰⁸ (PT). Professor estudou Filosofia e Teologia. Foi frei franciscano e pároco da Igreja dos Capuchinhos no bairro da Tijuca no Rio de Janeiro, abandonou as ordens religiosas e se filiou ao PT em 2001. Foi candidata a deputado estadual em 2006 e em 2007 exerceu cargo na estrutura da assistência social do primeiro governo de Sérgio Cabral Cabral (2006-2010), subordinado ao ex-vereador Edmilson Dia Pereira do PT, evangélico.¹⁰⁹

Eleito vereador em 2008, foi líder da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara Municipal RJ, vice-líder do Bloco de Esquerda, formado por PT, PDT, PSB e PCdoB. Participou na Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Prevenção às Drogas. Reeleito ao cargo de Vereador em 2012.

O contato feito para entrevista pessoal com Reimont foi prontamente respondido e a entrevista transcorreu sem maiores problemas, a não ser pelas manifestações populares ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em agosto de 2013 que fizeram com que a entrevista fosse feita numa sala anexa a Câmara e longe do gabinete do vereador.

¹⁰⁸ Reimont nasceu numa cidade do interior de Minas Gerais chamada Conceição do Mato Dentro, no ano de 1961". Sua mãe era costureira e seu pai foi alfaiate e também era oficial de justiça, ambos católicos..

¹⁰⁹ No primeiro governo Sérgio Cabral, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, teve como uma das titulares a ex-senadora Benedita da Silva e a ex-deputada estadual Jurema Batista como presidente da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), ambas evangélicas e do PT.

A escolha pelo vereador Reimont, além dos critérios metodológicos e teóricos mais gerais expostos anteriormente, ocorreu por conta de um momento pessoal no qual a minha militância no PT ocorria de uma forma regular. O partido sempre foi marcado por uma luta interna muito tensa e definida em dois pólos de disputa política. Um grupo, considerado como reformista e, outro, mais a esquerda que defendia o resgate do socialismo no partido. Reimont, na sua primeira campanha eleitoral, se aproximou do grupo mais a esquerda. Nas eleições de 2006 para deputado estadual (ANEXO-I), obteve uma votação expressiva de pouco mais de 10.000 votos, se considerarmos que foi a sua primeira experiência eleitoral.

Uma das marcas de sua campanha ao parlamento foi o diálogo tenso que manteve com a Arquidiocese do Rio de Janeiro por conta da sua prática distinta das orientações da cartilha divulgada pelo hierarquia católica orientando o voto católico em 2006 (ANEXO-J). Contudo, o candidato Reimont demonstrou um potencial de crescimento eleitoral por conta de defesa de posições políticas mais à esquerda e, em termos religiosos, e por um movimento de aproximação e resgate de certas práticas políticas da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base.

Observei, durante a eleição de 2010, essa postura em determinadas áreas da Baixada Fluminense como Japeri e Nova Iguaçu nas quais religiosos com vinculações a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Fizeram celebrações e encontros com o então candidato Reimont.

Reimont representa o padrão do ator católico que privilegia a própria organização religiosa sem, no entanto, fazer da parte da rígida hierarquia católica: ele é ex-padre (ou padre casado para alguns) (ANEXO-L).

Deste modo, "os candidatos vinculados ao catolicismo ocupam uma posição extrema, na medida em que, apesar de haver somente um que pode ser considerado profissional da Igreja, enquanto padre, o número de outros que mantêm esse tipo de vínculo é muito importante" (Coradini, 2001, p.123).

O Concílio Vaticano II, dentre outras medidas, reconheceu a importância do investimento na formação dos leigos em função de sua autonomia no trânsito religioso e no diálogo interreligioso. É uma forma de descolamento da hierarquia, tangenciando-a, mas não abandonando a centralidade eclesial do catolicismo pela ausência da aposição do cargo ao nome eleitoral ou parlamentar. Nesse sentido, estariam os leigos, diáconos e ex-padres, que é o caso de Reimont.

Robson Leite¹¹⁰ é outro ator católico selecionado para esta pesquisa. É deputado estadual pelo PT e apresentador do programa Um Mundo Novo na Radio Catedral FM. Integra as Pastorais Sociais da Igreja Católica e os Círculos Bíblicos do Vicariato de Jacarepaguá, na Paróquia de Nossa Senhora do Loreto. Integra o Movimento Nacional Fé e Política e o Núcleo São Pedro do PT de Jacarepaguá no Rio de Janeiro. Foi candidato a Vereador da cidade do Rio de Janeiro em 2008 pelo PT. O Deputado concedeu a entrevista prontamente.

Conforme depoimento em seu site, Robson Leite declara que iniciou sua militância nas Pastorais Sociais da Igreja,

Onde aprendi a fundamentar sempre minhas ações nos pilares da justiça, da fraternidade e da solidariedade. A lutar por um mundo onde o Bem Comum seja um valor imprescindível e esteja acima dos interesses individuais. Acreditando na educação como meio de libertação e transformação da sociedade, atuei também como educador popular em núcleos de pré-vestibulares comunitários da Baixada e Zona Oeste, desde 1998 até o ano passado [2012], quando me licenciiei em virtude das eleições.¹¹¹

A justificativa para a inclusão do nome do deputado estadual Robson Leite (PT) nesta pesquisa obedece aos aspectos a seguir.

O deputado Robson destaca atualmente a luta pelo Bem Comum e seu trabalho como educador popular vinculado aos movimentos sociais.(ANEXO M).Importante também divulgação dos temas sociais vinculados as Campanhas da Fraternidade no seu espaço parlamentar na ALERJ .como foi em 2012(ANEXO N)

Assim o significado de Bem Comum é uma referência importante para o trabalho político e parlamentar de Robson. Em pesquisa acadêmica realizada anteriormente em 2005, e por meio de entrevista concedida a esse autor¹¹², Robson já dizia que "a proposta do Evangelho de Jesus Cristo é uma proposta libertadora no sentido de você promover o Bem Comum, de você pensar no coletivo em detrimento ao individual."

Desta forma, o significado de bem-comum é um critério importante para justificar a escolha por esse ator católico. A doutrina do bem-comum compõe a Doutrina Social da Igreja

¹¹¹ Disponível em <<http://www.robsonleite.com.br/trajetoria>>. Acesso em: 24 Abr.2014.

¹¹² Cf. FERREIRA FILHO, Joaquim Alves. O catolicismo na construção da identidade do Partido dos Trabalhadores: carismáticos e libertadores nas eleições de 2004 no Rio de Janeiro. Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

Católica que justifica a relação fé e política. Duas importantes fontes teológicas vaticanas destacam a questão do bem-comum.

A primeira delas é a Encíclica *Pacem in Terris* enunciada pelo Papa João XXIII:

O bem comum consiste no conjunto de todas as condições de vida social que consintam e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana. Ora, a pessoa humana, composta de corpo e alma imortal, não pode saciar plenamente as suas aspirações nem alcançar a perfeita felicidade no âmbito desta vida mortal. Por isso, cumpre atuar o bem comum em moldes tais que não só não criem obstáculo, mas antes sirvam à salvação eterna da pessoa. (*Encíclica Pacem In Terris* 1963).

A segunda fonte é o Catecismo da Igreja Católica. Nele encontramos 64 referências ao Bem Comum em termos de instruções morais. As referências se cruzam com palavras-chaves e expressões tais como ação, justiça social, autoridade legítima, autoridade civil, Estado, comunidade política, direitos políticos, economia, greve, lei, liberdade religiosa, propriedade privada e unidade da cidade.

A instrução moral 1925 do Catecismo (p. 510) define resumidamente o bem comum como "o respeito e a promoção dos direitos fundamentais da pessoa; a prosperidade ou o desenvolvimento dos bens espirituais e temporais da sociedade; a paz e a segurança do grupo e de seus membros."

Afora as justificativas e teológicas pela opção do nome do deputado Robson, a justificativa de seu nome em termos políticos e sociais, corresponde à análise de Coradini que vê na rede de agentes políticos oriundos de organizações católicas, "diferentes tipos de vínculos com as mesmas, e nas mais diferentes esferas sociais, particularmente no sindicalismo, nos 'movimentos sociais' e, por extensão, no militantismo partidário". (2001.p.123).

O outro nome selecionado foi o de **Mozart Chalfun** (PT).¹¹³ Consultado sobre a entrevista, o Mozart respondeu ao questionário. Militante e filiado ao PT desde a década de 1980, ele é professor de História e dirigente do Centro Comunitário Paulo da Portela (CCCP Paulo da Portela) de Oswaldo Cruz, na cidade do Rio de Janeiro. O CCCP Paulo da Portela é um centro comunitário de capacitação profissional.¹¹⁴ É parceiro do Centro de Assessoria ao Movimento Popular – CAMPO criado em 1987, com a ideia de fortalecer os grupos populares

¹¹³ Mozart Chalfun nasceu na cidade Rio de Janeiro no ano de 1966. Sua mãe era Do lar e seu pai foi Fiscal de bonde, ambos católicos

¹¹⁴ Disponível em < <http://cccppaulodaportela.webnode.com.br/sobre-nos>> Acesso em: 10 Abr.2014.

de baixa renda do Grande Rio de Janeiro. Conforme o site do CAMPO ¹¹⁵, "Entre seus fundadores, estão pessoas engajadas e com atuação ligada à Igreja Católica, principalmente com trabalhos sociais a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que apostavam na mobilização e na conscientização, principalmente dos jovens, para o fortalecimento e o desenvolvimento comunitário."

Mozart foi candidato a vereador em 2012 e obteve 8.521 ¹¹⁶ votos, o que foi correspondente a 0,23 % dos votos válidos, número insuficiente para se eleger.

Seu perfil em redes sociais ¹¹⁷ revela através de fotos e comentários, além do histórico de sua trajetória militante no PT, uma participação ativa e destacada em eventos que envolveram política e religião no ano eleitoral de 2012, junto a outros atores destacados nesta dissertação, como o deputado estadual Robson Leite e o vereador Reimont.

Conforme consta no perfil de Mozart no Facebook, em 23 de abril de 2012, ele e o vereador Reimont participaram de pelo menos um evento de debates católicos sobre a Campanha da Fraternidade daquele ano que usou o tema "Fraternidade e Saúde Pública". Imagens ¹¹⁸ desse evento mostram indicações claras de debates em torno da questão da anencefalia, inferindo que a discussão foi centrada no tema do aborto, valor moral explorado no capítulo 3.

Por conta dos constantes debates entre os católicos, independentemente do período eleitoral, um registro oportuno foi a presença do ex-deputado estadual Paulo Amorim ¹¹⁹ no evento sobre a Campanha da Fraternidade de 2012

No início dos anos de 1980, Amorim, ligado ao catolicismo progressista do PT, assumiu a direção nacional da Pastoral Operária na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, região da sua base eleitoral. Eleito deputado estadual em 1990, exerceu o mandato até 1994. A campanha que o elegeu em 1990 contou com o apoio, dentre outros nomes, do Frei Clodovis Boff e de Adilson Pires, que na época era vereador pelo PT na cidade do Rio de Janeiro, ambos ligados também ao catolicismo progressista das CEBs e da Teologia da Libertação. E mesmo considerando as mudanças do campo religioso brasileiro, salienta-se

¹¹⁵ Disponível em <<http://www.campo.org.br/>> Acesso em: 24 Abr.2014.

¹¹⁶ Disponível <<http://www.tre.rj.gov.br/site/eleicoes/2012/resultados/municipio/arquivos/2012/turno1>> Acesso em: 10 Abr.2014.

¹¹⁷ Disponível em <<https://www.facebook.com/mozartpt>> Acesso em: 10 Abr.2014.

¹¹⁸. Disponível <<https://scontent-gru.xx.fbcdn.net/hphotosprn1.jpg>> Acesso em: 10 Abr.2014

¹¹⁹ Disponível em <<https://www.facebook.com/pbeac>> Acesso em: 10 Abr.2014.

aqui a observação da pesquisadora Ana Amélia da Silva quanto à permanência do aprendizado ocorrido nas CEBs:

Toda aquela movimentação, todo aquele apreço pelo igualitarismo e pela justiça social não poderiam ser esquecidos num piscar de olhos. Onde foram parar, então? (...) No caso das CEBs, pouquíssimas são as que restam hoje com a mesma conformação de outrora. Contudo, o aprendizado que se deu em seu interior, principalmente no sentido de passar para seus participantes as noções de igualitarismo e justiça tão caras à sociedade ocidental moderna, parece ter ficado, parece ter sido estabelecido na personalidade daqueles indivíduos (SILVA, 2003, pp.128-129).

Durante o processo eleitoral de 2012, Mozart teve ligações políticas com Robson Leite. Na campanha para vereador no mesmo ano, Mozart produziu panfleto eleitoral com o apoio de Robson e com referências à religião católica (ANEXO O). Ressaltamos que o panfleto foi obtido em frente a Igreja de São Geraldo no bairro de Olaria no Rio de Janeiro.

Nesse caso, a região não é tão importante, mas sim a regularidade que encontramos ao verificar durante os processos eleitorais observados a grande quantidade de panfletos dirigidos a comunidade católica em determinadas paróquias da cidade, especialmente nos domingos e nos dias de votação. Militantes e cabos eleitorais que panfletaram em pelo menos duas paróquias, a citada São Geraldo e a de Nossa Senhora de Fátima no Méier, que Nazareth Barreto frequenta, criaram um termo interessante e revelador de uma panfletagem diferenciada por textos dirigidos aos católicos: a "boca de missa", termo utilizado como contraponto a tão conhecida "boca de urna".

Pelos menos em dois militantes (e a palavra *militante* foi enfatizada e preferida no lugar de cabo eleitoral) observamos uma postura diferente na aproximação com o eleitor abordado na panfletagem. Ao invés de entrega rápida e mecânica da propaganda eleitoral, a panfletagem era precedida de cumprimentos formais e logo a seguir uma exposição dos motivos pelos quais o candidato pleiteava o cargo, junto a uma referência direta a identidade católica do candidato. Observamos que esse vínculo fez com que a maioria das pessoas abordadas pelos militantes guardasse o documento.

Tal atitude diferencia-se da prática costumeira, tensa e muitas vezes remunerada da "boca de urna". Nesse tipo de panfletagem, costuma-se verificar uma quantidade muito grande de material eleitoral dispensado pelo eleitor. No fim da "boca de missa" outra constatação: o número de panfletos dispensados pelos eleitores foi ínfimo.

Outro nome católico selecionado para a entrevista foi o do deputado estadual **Márcio Pacheco** (PSC), que é integrante da Renovação Carismática Católica (ANEXO P) Atendeu prontamente o pedido de entrevista pessoa que gerou uma articulação espontânea de sua assessoria com o deputado federal Hugo Leal (PSC), também católico (ANEXO Q). A assessora de Márcio Pacheco sugeriu uma entrevista por e-mail com o deputado e se encarregou de entrar em contato com o parlamentar solicitando a resposta do questionário de entrevistas por email. Não houve retorno. O deputado Hugo Leal não estava na lista de agentes católicos selecionados.

Conforme sua apresentação no site da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), o deputado Márcio Pacheco

Ao lado de grandes lideranças da Arquidiocese do Rio de Janeiro como o Padre Zeca, foi um dos idealizadores do maior evento de evangelização de jovens do Brasil o “Deus é Dez!” (...). Na vida pessoal vem trilhando um projeto de evangelização há 20 anos em comunidades católicas e, atualmente, tendo sido voluntário da Rádio Catedral 106,7 FM, da TV Canção Nova e da TV Século 21. (...) Causas centrais na vida política de Márcio Pacheco: a Defesa da Vida e a Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. (...) fundou o Instituto Eu Defendo tendo como objetivo a busca pela defesa e a valorização da pessoa humana, desde a concepção até a morte natural. Fruto do trabalho do Instituto Eu Defendo e de mais de 200 voluntários em todo o Rio de Janeiro foram coletadas mais de 100 mil assinaturas contra a aprovação da descriminalização do aborto no Brasil. Em 2008, com o lema “Vote a favor da Vida!” foi reeleito com quase 30 mil votos sendo o vereador mais votado de seu partido em todo o Brasil. No dia 1º de Fevereiro de 2011, tomou posse como Deputado Estadual (ANEXO R) na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), disposto a ser nesta casa um missionário político a serviço da vida.¹²⁰

Outro ator selecionado foi a deputada estadual **Myriam Rios** (PSD).

Contudo, mesmo após duas visitas ao gabinete da parlamentar, conversas com seus assessores e o envio de quatro e-mails solicitando a entrevista, ela não foi realizada. A assessora de nome Luciana, por e-mail, em 22 de agosto de 2013, informava: " Ela será submetida a uma cirurgia delicada nos próximos dias e não queremos atrapalhar o seu trabalho". Solicitei então o preenchimento do questionário e seu posterior envio para meu e-mail. Não recebi mais resposta do contato.

¹²⁰Biografia do Deputado Estadual Márcio Pacheco. Disponível em <<http://www.alerj.rj.gov.br/common/deputado.asp?codigo=358#>> Acesso em: 10 Abr.2014

No seu site verifiquei sua atividade entre os meses de agosto e dezembro e não encontrei alusão a afastamento por motivos de cirurgia, tampouco doença. Em sites de busca, no período de agosto a dezembro de 2013, nenhuma referência foi encontrada. Verifiquei a lista de presença de deputados as sessões da ALERJ e a deputada Myriam Rios foi uma das mais assíduas, faltando a uma sessão no mês de outubro de 2013.

A parlamentar se apresenta como Atriz e Missionária Católica.(ANEXO S;ANEXO-T)

Em seu primeiro mandato como Deputada Estadual, (...) além de ser atriz e missionária da Canção Nova há nove anos. (...) Através de um trabalho social feito como missionária durante um ano com os egressos do sistema sócioeducativo, especialmente os da Fundação Santo Expedito em Bangu, Myriam Rios, entendeu que poderia fazer algo a mais pela população vindo a se candidatar à Deputada Estadual,(..) Como missionária católica da comunidade Canção Nova, Myriam Rios, luta para manter os princípios da família e incentiva a disseminação da religião no Estado, apoiando o turismo Religioso (...) ¹²¹

4.2.4 Discursos:

Nesta parte do texto dados empíricos são apresentados no sentido de expor a percepção dos agentes católicos selecionados e a dimensão de suas percepções sobre importantes questões políticas, morais e institucionais vinculadas ao catolicismo conforme o roteiro de entrevistas utilizado (APÊNDICE 1). Deste modo, na seqüência do texto, enfatizaremos o cruzamento dos dados teóricos desenvolvidos ao longo dessa dissertação com os dados empíricos no sentido de comprovar os objetivos desta pesquisa.

A análise dos dados quer responder se as intervenções políticas, partidárias e eleitorais da Renovação Carismática Católica (RCC) são reações ao avanço do neopentecostalismo na esfera pública. Nesse sentido, o texto quer mostrar também como a RCC constrói, no campo religioso brasileiro atual, um tipo de catolicismo diferente e complementar à tipologia da formação católica examinada no capítulo 2 e conforme análises de Pedro Oliveira (1997), Brenda Carranza (2000;2001), Sílvia Fernandes (2001) e Cecília Mariz (2003).

Assim, a RCC é destacada por suas reconfigurações morais e teológicas atinentes a pertença católica - a arena religiosa, e por sua atuação no espaço publico- a arena política

¹²¹ Biografia da Deputada Estadual Myriam Rios. Disponível em< <http://www.alerj.rj.gov.br/common/deputado.asp?codigo=392>> Acesso em 19 Abr.2014.

Deste modo, a aplicação dos questionários buscou também investigar a influência dos valores morais do catolicismo ao interpretar a questão social no Brasil na arena política, entendida aqui na sua dimensões eleitorais, partidárias e parlamentares e, conforme objetivos iniciais, relacionadas as políticas públicas vinculadas à união civil homoafetiva, o aborto, a eutanásia, a pesquisa com células-tronco embrionárias humanas e o ensino religioso em escolas públicas.

Em função da impossibilidade de citar entrevistas ou discursos inteiros, apresentam-se aqui recortes das falas que ressaltam os objetivos desta dissertação. Os recortes são comparados com falas correspondentes de outros atores por estes ocuparem o mesmo espaço de investigação.

Consideramos válido o método comparativo na pesquisa social. Frederik Barth destaca e encoraja o trabalho comparativo para procurarmos elementos minimamente semelhantes quando afirma que "essas comparações que cruzam um campo de diversidade ajudam-nos a estabelecer as dimensões de variação e, conseqüentemente, as dimensões na nossa própria descrição dos fenômenos que estudamos" (2000, p.200) e "nas conotações de símbolos explicitamente semelhantes em diferentes contextos e lugares" (2000, p. 195). Deste modo poderemos encontraremos regularidades, deslocamentos, transformações e indícios paradigmáticos.

As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2013. É importante registrarmos que, apesar da proximidade social, partidária, institucional, parlamentar e, sobretudo, religiosa entre os entrevistados, em nenhuma momento o entrevistador comentou ao entrevistado sobre a aplicação dos questionários aos outros atores listados.

As entrevistas tiveram início com o seguinte questionamento sobre a trajetória dos atores na Igreja Católica.

Todos os entrevistados declararam, a exceção de Marcio Pacheco ¹²², a religião católica como religião de seus pais.

Segundo o parlamentar, seu pai "Se reconhecem católicos, mas não praticantes(...)[a mãe] durante um período viveu muito na espiritualidade da umbanda, voltou ao catolicismo mas sem ser praticante." (**Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013**).

O depoimento revelou ainda que ele iniciou sua trajetória católica praticamente sozinho, sem a família: " Aos 12 anos fui a um grupo jovem em Sorocaba[SP] e fiz meu primeiro encontro de jovens. Conheci minha primeira paróquia. Meu irmão e meu

¹²² Nasceu 1975 na cidade de Sorocaba, SP. O pai era comerciante e a mãe Do lar.

frequentamos a igreja praticamente sozinho, sem a família, só nós". (**Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013**).

Sua vida efetiva na Igreja Católica inicia-se com sua mudança para a cidade do Rio Janeiro e desde esse marco afirma sua pertença a RCC: "Com 16 para 17 anos me mudei para o Rio de Janeiro conheci um grupo ligado a RCC, a Comunidade Bom Pastor. Dali conheci o movimento. Era um movimento que me atraía muito por que tinha muita musicalidade, uma vivencia de fé muito alegre e não sai mais Há 21 anos em 1992. Eu conheci a RCC e ingressei no movimento. Sou membro efetivo da RCC" (**Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013**).

A Comunidade Bom Pastor é uma comunidade de leigos, "uma associação de fiéis (...) vivendo as graças da Renovação Carismática Católica. (...) Caminhamos plenamente inseridos na Igreja¹²³. Foi certificada hierarquicamente pela Igreja Católica em outubro de 2010¹²⁴.

O significado dessas comunidades de leigos- as *novas comunidades* católicas -, se por um lado reforça a orientação conciliar do Vaticano II de valorizar o papel do leigo dentro da igreja, por outro lado operou uma transformação da espiritualidade dentro da própria igreja. Esse processo contribuiu para a pentecostalização católica proposta pela RCC. Assim, "floresceram no século XX associações laicais e movimentos eclesiais, cuja novidade seria a incorporação de leigos nos quadros da retransmissão da tradição e na missão de evangelizar, dantes tarefa reservada ao clero" (CARRANZA e MARIZ, 2009, p.140).

A Comunidade Bom Pastor, na verdade o Grupo Jovem da Comunidade Bom Pastor- a exemplo de outras comunidades católicas, insere-se no que Carranza e Mariz (2009) denominam de comunidade de Vida e comunidade de Aliança, cujas diferenças residem na concepção dos modos de vida e compromissos. A Comunidade Bom Pastor é uma comunidade de Aliança, "na qual jovens, homens e mulheres consagrados em celibato, compartilham da mesma casa e das tarefas para sua manutenção. (2009,p.147).

Deste modo as análises de Carranza e Mariz fazem sobre as novas comunidades católicas partem do que as autoras denominam de resultados de uma "corrente espiritual, que

Fermentaria no interior da RCC formatos singulares de agregação religiosas: as Novas Comunidades, sob o influxo da espiritualidade carismática elas retomariam o ideário de vida comunitária cristã (...) identificadas com a preocupação da hierarquia de perder a cada censo seu rebanho para os

¹²³ Disponível em http://www.combompastor.com.br/site/home/redirect.asp?menu=quem_somos Acesso em 20 Abr.2014.

¹²⁴ Disponível <http://www.combompastor.com.br/site/doc/decreto_cbp.jpg> Acesso em 19 Abr.2014.

pentecostais protestantes. De tal modo que, enquanto surgia uma RCC, organizada burocraticamente na geografia celestial, por meio de secretarias, conselhos e representantes as novas comunidades nasciam, estruturavam-se e disseminavam seu ideal, nos anos 70 e 80, época de franca pujança da Teologia da Libertação.(2009,p.141).

Se a Comunidade Bom Pastor certificou a entrada de Marcio Pacheco na RCC, pesquisas no site do parlamentar e links correlatos, não mostram mais menções a sua participação nessa comunidade.

De qualquer forma, o que levou o parlamentar a se aproximar e permanecer na RCC continua sendo um elemento importante de expressão de sua fé. Sua entrevista revela que a opção que fez inicialmente pela RCC, foi pela "musicalidade uma vivencia de fé muito alegre, o que ocorre hoje de fato. (...) É assim que eu vejo a RCC. Ela tem a graça de mover a igreja em muitas áreas importantes, uma delas é o sentimento, a emoção, o canto, ela usa instrumentos importantes que o humano precisa, Ela faz chorar, rir, ela emociona, ela envolve, ela usa o canto como um instrumento importante, a oração. O beato João Paulo II . usou a frase mais coerente sobre a RCC: não é um movimento da igreja, é a igreja em movimento. É assim que eu vejo a RCC. " **(Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013).**

Por outro lado, para o vereador Reimont

A RCC tem seu espaço.Quando eu dirigi a Paróquia dos Capuchinhos tinha uma proximidade muito grande com os amigos da RCC.Dizia a eles: temos que louvar mas temos que ter o pé no chão.Temos que louvar mas temos que entender como a vida esta seguindo.Acho que a RCC teve muitos avanços, ela tem seu espaço e precisa ser respeitado o espaço dela.Mas ela precisa, cada vez mais, talvez isso é o que mais falta, é entender a catolicidade.A catolicidade é a universalidade, eu sou católico, eu sou universal, universal no sentido de que a igreja ela é um todo, a todos deve acolher. A atuação da RCC a meu ver ela é crescente, mas ao mesmo tempo ela não conseguiu a conviver com outras manifestações que tem mais sintonia com a realidade. **(Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013).**

O entrevistado Márcio Pacheco também é músico e ampliou sua colaboração e participação em outros grupos e instituições católicas como a Pastoral da Sobriedade que atua na Prevenção e recuperação da dependência química, a Rádio Catedral, os canais de televisão Canção Nova e Século 2 e o movimento Evangelizar é Preciso.

Coordenado pelo Padre Reginaldo Manzotti, o movimento Evangelizar é Preciso oferece em seu site a possibilidade do visitante acessar ambientes litúrgicos e ritualísticos do catolicismo como a capela, a Bíblia, a novena e a vela, todos de caráter virtual, além dos

pedidos de oração on-line, elementos que Carranza (2009; 2011) e Camurça (2009) denominam de catolicismo midiático, importante face do catolicismo brasileiro no sentido de expandir e dar visibilidade a Renovação Católica.

Ponderamos que a visibilidade do Padre Manzotti é um sinal de superação de um paradoxo de origem da RCC que é a autonomia dos leigos na tarefa de evangelizar competindo com os membros consagrados religiosamente e que são os símbolos da pertença hierárquica católica tão apregoada pela RCC. Conforme Carranza (2000),

A autonomia que os movimentos leigos trazem na sua origem e que, na prática, os autonomizam perante a Igreja Católica, ao contrário do que se afirma no discurso de pertença incondicional à Igreja, muitas vezes nega-se com o gesto de serem seus grupos comunidades fora das iniciativas pastorais e paroquiais nas quais estão inseridos, vindo a ser estruturas paralelas dentro da própria Igreja (...) Isso provoca [temor] pela falta de controle por parte dos padres e bispos; o fato de a RCC ter diretrizes próprias (nacionais e internacionais) o que faz com que o movimento torne-se autônomo (p. 133-134).

O Padre Manzotti, além de reforçar atualmente a inserção de Márcio Pacheco na RCC, é mais um exemplo, depois da onda do Padre Marcelo Rossi, que revela a importância do sacramento da ordem e do vínculo hierárquico para a missão de evangelizar, mesmo com o aspecto midiático acentuado. Nesse sentido, a RCC o mantém e reforça, de certa forma, seu vínculo com Igreja Católica operando uma transversalidade com elementos do mundo leigo - no caso de Márcio Pacheco o elemento liberado para *fazer política* e o mundo institucional católico, nos diálogos entre leigos e religioso. Seria o indício de uma tipologia diferente do catolicismo brasileiro?

Os outros atores entrevistados revelaram uma trajetória dentro da Igreja Católica vinculada à própria relação familiar.

Robson Leite tem 42 anos e é de família católica¹²⁵: "Desde pequeno eu frequento a Igreja Católica, mas o meu despertar mesmo para dentro da igreja foi fazendo o curso de crisma em 1989. Depois as Pastorais Sociais e a Pastoral de Juventude na Paróquia Nossa Senhora do Loreto em Jacarepaguá". (**Entrevista, Robson Leite, 19/08/2013**).

Mozart, de família católica, tem 48 anos e revela que sua trajetória na Igreja Católica "começa como coroinha na Igreja de São Judas Tadeu em Bangu. Fui do grupo jovem,

¹²⁵ Robson nasceu na cidade Rio de Janeiro no ano de 1972. Sua mãe era Do lar e seu pai foi oficial do Corpo de Bombeiros.

Crisma, CEBs e dois anos no seminário São José (...), pastoral do trabalhador, catequista. Hoje sou do Apostolado da Oração com pouca participação dentro da Igreja" **(Entrevista, Mozart Chalfun, 04/09/2013).**

Uma trajetória diferente é revelada pelo vereador Reimont que tem 52 anos. Ele afirmou que sua trajetória na Igreja Católica foi um caminho muito longo:

Eu fiz um caminho muito longo na Igreja Católica. Fui batizado muito novo, com dias, como era tradição naquela época, década de 60. Depois eu fui me preparando para o sacramento, primeira eucaristia, catequese, crisma. Depois eu fui para o seminário quando tinha com 15 anos de idade e no seminário eu passei por todas as etapas. [na] ordem franciscana capuchinha, onde eu estava [cidade de Santa Teresa, ES] ordenei-me sacerdote, Em 2002 eu licenci-me do sacerdócio, eu deixei o exercício do sacerdócio e aí fui lecionar, fui dar aulas. (...) eu continuo com adesão incondicional a minha fé e uma adesão estreita a minha igreja deixar (...) participo ativamente naqueles espaços que me são possíveis participar, (...)trabalho um pouco em assessoria de algumas Comunidades Eclesiais de Base e um pouco, estudos bíblicos e algumas comunidades que me pedem. Essa é a minha trajetória na Igreja Católica. **(Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013).**

O fato que não foi verbalizado na entrevista de Reimont foi o seu afastamento do sacerdócio em 2002 por ter se casado no âmbito civil. Sua opção de foro íntimo foi usada como elemento de detração por elementos religiosos mais conservadores na sua campanha a deputado estadual em 2006.

Na mesma campanha, durante uma atividade em um centro comunitário no município de Nova Iguaçu, os elementos religiosos presentes junto a militantes do PT, muitos ligados a experiências nas Comunidades Eclesiais de Base e na Comissão Pastoral da Terra, referiram-se a Reimont como padre casado, conduzindo o ex-frei para iniciar a oração coletiva do Pai Nosso que abriu uma reunião de campanha. São práticas feitas por aqueles que integram estruturas da igreja mais próximas a parcelas pobres da população, como as práticas das Comunidades de Base das décadas 1970 e 1980.

A trajetória católica de Reimont sugere que desde o seminário sua concepção de igreja aproximava-se muito da CEBs e da Teologia da Libertação, na medida em que a política foi um elemento importante na sua formação .

Conforme entrevista a Secretaria de Comunicação do PT/RJ, Reimont declarou que "Estava no seminário para me formar como frei Capuchinho, na cidade de Santa Teresa, quando me envolvi na luta pela terra. Foi um momento difícil, nosso grupo foi perseguido

pela ditadura. Nessa mesma época, participávamos da discussão de fundação do partido dos trabalhadores, no chamado movimento pró-PT. Não pude me filiar por conta de minha formação no seminário."¹²⁶

Reimont transita entre a súbita laicidade e a controvérsia canônica se ele é padre casado ou ex-padre. Para o Código de Direito Canônico, o exercício do sacerdócio é originado no direito divino. Assim a autoridade eclesiástica não pode ser excluí-lo, mas pode limitá-lo e suspendê-lo temporariamente para o exercício do sacerdócio. Assim, o Cânone 1041 afirma os "impedimentos para exercerem as ordens já recebidas, (...) para quem tiver atentado casamento, mesmo só civil" (Código de Direito Canônico, 2007.p. 183). A condição de padre casado ou padre licenciado não existe no Código de Direito Canônico.

Nazareth Barreto, também vinculada a Igreja Católica e militante do PT, ocupou o mesmo espaço eleitoral de Reimont na região da Grande Tijuca durante as eleições de 2008 a 2012 (ANEXOS U;ANEXO V;ANEXO W).Disputaram o mesmo tipo de voto, o voto católico, fizeram panfletagens nas mesmas paróquias da região, concorreram ao mesmo cargo de vereador porém militaram em campos políticos distintos no PT. Se Nazareth, entre 2008 e 2010, teve ligações com o ex-deputado federal Vladimir Palmeira, Reimont foi eleito vereador em 2008 e reeleito em 2012 a partir do momento que se aproximou de um grupo menos a esquerda do partido ligado ao deputado federal Luiz Sérgio e ao deputado estadual Gilberto Palmares. Em 2012, Nazareth Barreto disputou a eleição para vereadora pelo PT em coligação com o PMDB que elegeu o atual prefeito do Rio Eduardo Paes .Ele também produziu um panfleto eleitoral específico dirigido aos católicos. O panfleto (ANEXO X) foi recolhido durante observação na Paróquia Nossa Senhora de Fátima que, conforme já foi destacado, é a igreja que Nazareth freqüentou até pelo menos o ano de 2012.

Nazareth, que se declara da RCC, comentou que para a Teologia da Libertação, "as pessoas acreditam que o padre pode ser um homem casado". **(Entrevista, Nazareth Barreto, 13/07/2011).**

Assim Reimont se revela adepto do catolicismo popular que é aquele das CEBs e da Teologia da Libertação.

Nós temos no Rio de Janeiro algumas comunidades de base. Nós temos comunidades de base em Jacarepaguá, na comunidade Shangri-Lá, a comunidade Padre Josimo e temos lá em Santa Cruz a comunidade Santa Veridiana. São essas duas que eu acompanho um pouco mais. (...) , esse

¹²⁶ Disponível em <<http://www.pt.rj.org.br/index.php/noticias/111-entrevista-com-o-vereador-reimont>> Acesso em 19 Abr.2014.

movimento que algumas pessoas acham que já terminou que já acabou que já se extinguiu, ele mantém-se vivo e eu na medida em que posso tenho sido ativo frequentador e participante desse processo. Eu na verdade quero dizer é que a Teologia da Libertação ela existe desde sempre e existindo desde sempre, ela continuara para sempre enquanto alguém pensar na religião com uma perspectiva mais de esquerda, mais de busca de soluções dos problemas sociais, enquanto pensar a fé ligada estreitamente a vida, enquanto resistir as Comunidades Eclesiais de Base a leitura ecumênica da palavra de Deus, os encontros ecumênicos e interreligiosos, enquanto isso existir a TL estará fomentando esses caminhos e estará viva .Então eu acho grande contribuição para a humanidade. **(Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013).**

A mesma percepção sobre as Comunidades Eclesiais de Base e sobre a Teologia da Libertação está presente nas entrevistas de Robson Leite e Mozart Chalfun.

Segundo Robson Leite, "a Teologia da Libertação foi importante numa fase da minha vida, quando na Pastoral de Juventude trabalhou com jovens , com pessoas , com padres .Não existe nenhuma teologia que não seja libertadora, organiza muito a minha vida, de lutar pela justiça, contra um mundo opressor." **(Entrevista, Robson Leite, 19/08/2013).**

Segundo Mozart, a Teologia da Libertação é a "busca do Deus vivo, presente no dia a dia, que clama e luta ao lado dos empobrecidos na construção de uma sociedade justa e fraterna." **(Entrevista, Mozart Chalfun, 4/09/2013)**

O deputado Macio Pacheco é o contraponto a essa dimensão contemporânea positiva que os entrevistados anteriores verbalizaram sobre as CEBs e a Teologia da Libertação. Quando perguntado sobre o tema ele respondeu que

A Teologia da Libertação teve seu papel. Despertou debates na sociedade, debates sociais importantes, debates a nível da proteção da terra, de reforma agrárias importantes, da questão de que não se olha o céu se não tem os pés no chão, não se ama a Deus se não determinar a vida ao próximo. A Teologia da Libertação, em algum momento dessa vida ela, em minha opinião, desviou a espiritualidade na visão do Cristo enquanto o ser de Deus e analisou muito mais a humanidade dele (...) vejo isso com preocupação por que nós não podemos "desdivinizar" Jesus e apenas humaniza-lo, como alguém muito bom que veio para transformar o mundo.(...) Tudo isso é bom, mas não adianta nada também dedicar a minha vida inteira pela terra se eu creio num Cristo que me leva a vida eterna.Tudo isso passa.Então a Teologia da Libertação não pode se esquecer de que nosso fim não esta aqui, mesmo que toda luta seja justa, mesmo que toda luta pela terra,pelo igual, mesmo que tudo isso seja justo.Nós encontramos Jesus Cristo para não viver aqui, para viver com ele, (...) Eu acho que a Teologia da Libertação, só pensa, só tem pensado em uma das vertentes que é a humanização do Cristo social e eu creio em Cristo que é Deus. **(Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013).**

Contudo, Marcio considerou a RCC contraponto à Teologia da Libertação. Ele percebe sinais de aproximação entre esses dois tipos de catolicismo, o libertador e o carismático, ao avaliar que

A RCC nos seus 40 anos de história, ela hoje está sendo chamada a fazer um outro ponto. Hoje há um debate na RCC nacional, inclusive acabei de sair de um evento, que é o Encontro Nacional de Promoção Humana e Fé e Política, onde um bispo de Marajó [Melgaço, Pará], Dom Ascona, menor IDH do país, a Prelazia dele, e ele faz um debate, um chamamento aos membros da RCC, dizendo "não adianta só rezar", por que um renovado carismático que faz o louvor e que entra na espiritualidade do sobrenatural não pode permitir que uma criança morra de fome. Então é urgente que o movimento da RCC, já vem fazendo, desperte a ação social concreta, por isso missões como a missão Marajó, missão na África, missionários da RCC estão se envolvendo em ações sociais reais e concretas na questão da luta pela terra, na questão da luta pela vida, no combate ao aborto, nas legislações, um trabalho efetivo na vida pública, um caráter absolutamente de apoio social. A Renovação precisa fazer isso. Houve um tempo em que ela não fez, que ela só pensava no sobrenatural. Esta havendo uma mudança fundamental na RCC no mundo hoje que eu preciso me envolver. (...) É o contraponto. **(Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013).**

Mas seria contraponto ou proposta de substituir a espiritualidade da Teologia da Libertação pela espiritualidade da RCC? Contrapor pressupõe coexistência e o discurso do parlamentar de que Renovação precisa se envolver e direcionar sua espiritualidade para as questões terrenas e sociais infere exclusão. Afinal, segundo ele, a Teologia da Libertação só tem pensado em uma das vertentes que é a humanização do Cristo e não há espaço para ela pensar também na espiritualidade. Postura parecida a de Márcio é registrada em entrevista do Padre Marcelo Rossi, indicada por Silvia Fernandes: "Quero frisar que não tenho nada contra a Teologia da Libertação, (...) mas sou contra todo tipo de radicalismo, falta de equilíbrio. (...) ficou na parte social e esqueceram da parte espiritual" (2001, p. 87).

Assim a Renovação Carismática Católica assumiria o papel político e transformador que um dia foi exercido pela Teologia da Libertação e pelas Comunidades Eclesiais de Base. Seria outro indicio de uma tipologia diferente do catolicismo brasileiro?

Sobre a questão, Fernandes (2011) contribui com importantes reflexões sobre a questão. Segundo a autora, "as lideranças do MRCC não parecem tão convencidas quanto a um redirecionamento do Movimento. O *outro* na visão dos membros dessa tendência seria o diferente cabendo a oposição, ou simplesmente o diverso, cabendo a conciliação? Incorporar as temáticas do *outro* representaria sinal de obediência institucional para o MRCC ou mais do que isso, o Movimento estaria passando por reformulações de suas práticas? (2011, p. 89)

Não queremos aprofundar as questões de formação sobre a RCC e a Teologia da Libertação que já foram apresentadas em capítulo anterior. O importante nesta parte da dissertação é a voz da empiria dos atores e seu dialogo com a teoria constatando certas características dos catolicismos de tipo carismático e de tipo libertador presentes nas falas dos entrevistados, especialmente para desnaturalizar a afirmação de que a RCC apenas reza e as Comunidades Eclesiais de Base somente fazem política.(Cf. Carranza, 2000).

As posições e opiniões dos atores sobre os formatos carismático e libertador do catolicismo brasileiro refletem uma realidade tensa e polarizada, para não falar de , de certa forma,naturalizada.

De qualquer forma, vale o posicionamento de outro ator católico, Mozart Chalfun, que indica a superação da dicotomia rezar x fazer política, recorrendo a uma importante análise de Clodovis Boff sobre o tema.

Mozart, que teve experiência ceibista, ao analisar a RCC diz que "temos uma parte que dialoga com outros movimentos. Isso é positivo, mas temos uma parte, que é maioria, que evangeliza pelo medo, perseguindo, patrulhando, evangelizando através do medo de não ter direito ao milagre e como única verdade. Gosto muito de um texto do Clodovis onde ele avalia a TL e a RCC. Mais ou menos isso, 'A TL tem que rezar mais e a RCC tem que participar, caminhar e atuar mais ao lado dos pobres" (**Entrevista, Mozart Chalfun, 4/09/2013**).

Inferimos que o texto seja Carismático e libertadores na Igreja (2000), no qual Clodovis Boff analisa a questão e diz que "arrancando de perspectivas diferentes e às vezes sem perceber ou confessar a RCC e a TdL, estão se aproximando uma da outra. A RCC partiu da transformação pessoal e está descobrindo a necessidade da transformação social, enquanto os 'libertadores ' partiram do social e redescobrem o pessoal "(p.51).

E concluindo, Boff "percebe mais composições do que oposições. Ou seja, (...) a transversalidade ao confronto. Será que, do casamento entre a linha carismática e a libertadora, não poderá nascer um novo tipo de militante: o 'militante aeróbico' ou o 'libertador dançante'?" (BOFF, 2000, p.53).

E cabe outra questão: será que essa possível recomposição do campo católico brasileiro não será elemento para conter os avanços de outras religiões, explicitamente as religiões evangélicas? Um dos elementos de contenção desse avanço seria o da participação cada vez maior de atores católicos nas esferas políticas. O acesso aos dados qualitativos dos atores atuantes nos campos religioso e político, com seus cruzamentos informativos e teóricos, admitem a validação dessa possibilidade.

Afinal, ao serem perguntados sobre a atuação das igrejas evangélicas pentecostais e seus representantes na política brasileira, os atores entrevistados foram unânimes em reconhecer o crescimento desse grupo no parlamento e, mais, ao uso instrumentalizado da política a serviço da religião.

Assim sendo, o deputado Robson Leite afirma que "algumas [igrejas evangélicas] têm uma visão equivocada da política, se instrumentalizam dela para defender os interesses particulares das igrejas. Na verdade deveriam lutar pelos interesses da sociedade, de mudar o mundo. Esse é o grande problema de algumas igrejas pentecostais." (**Entrevista, Robson Leite, 19/08/2013**).

Concordando com ele, Mozart afirma não gostar "de generalizar, mas a participação dos representantes religiosos, com raras exceções, é de manutenção da política de submissão e exploração do povo, usando do dinheiro e da troca de favores por voto e apoio político, resumindo, uma vergonha" (**Entrevista, Mozart Chalfun, 4/09/2013**).

A percepção por parte dos entrevistados da troca de favores, do clientelismo político e do uso do dinheiro público para reforçar uma linha assistencialista dos políticos evangélicos são aspectos examinados como rigor e profundidade por Machado (2003; 2006).

Reimont e Marcio recorrem ao parlamento ao expor a percepção sobre os evangélicos na política, e também constata a instrumentalização da política feita por esse grupo religioso:

Seus representantes na política estão fazendo seu papel da seguinte maneira: mais organizados, (...) eles veem na política um plano efetivo de mudanças, ou seja, eles querem ocupar esse espaço e a Igreja Católica não nomina seus candidatos ou representantes, o que por um lado é positivo mas por outro lado, não tem com quem contar na hora que precisa defender questões pontuais efetivas por que acaba não tendo aqueles que o representa. A igreja evangélica vai em pouco tempo avançar muito e dominar os parlamentos do Brasil por que eles se organizam de forma muito mais efetiva. (...) O que me dizem é que as pessoas são chamadas a votar baseadas na opinião do pastor "por que Deus mandou". Mas eu não sou evangélico e não vou a igreja para ouvir isso. (...) Mas os evangélicos conseguem se organizar de forma a participar efetivamente da vida política das comunidades é verdade e vai ter um avanço imenso no Brasil. (**Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013**).

Contudo, sua convivência com parlamentares evangélicos,

É excelente, nenhuma polêmica em plenário, são absolutamente respeitadores (...). Convivo com dois que são da Universal, especialmente a Universal por que se fala muito. Tenho amizade com os dois, comungamos do mesmo ideal em alguns momentos e nossas controvérsias são no âmbito da fé, não do âmbito político. Mas eles tb tem suas escolhas políticas da

bancada, de governo, não é diferente do encaminhamento do cotidiano. Fui colega de vereadores ligados a bancada evangélica e como deputado nunca tive problemas. (Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013).

As divergências no âmbito político são superadas pelas composições e acordos entre bancadas e de coligações partidárias em torno dos governos estadual. Contudo, as questões da fé são as que permeiam o objeto desta dissertação, que nesta seção, em sua parte final, analisará a percepção dos valores morais do catolicismo imbricados na política de cada ator católico entrevistado.

O deputado Marcio Pacheco considerou a instrumentalização da política pelos evangélicos e não revelou que controvérsias da fé são sugeridas nas relações com os evangélicos no parlamento. A questão é que as relações entre evangélicos e católicos no parlamento em geral e na ALERJ, a casa legislativa de Pacheco, não é tão tensa e controversa em matéria de fé, como opinou o deputado. Não são mais alianças tão pontuais, e independem de manobras táticas, estratégicas ou ideológicas que são típicas do mundo da política. O número de partidos que compõem as comissões e as representações dos deputados não oferecem opções políticas que correspondam a diversidade ideológica. Isso é confirmado teoricamente na introdução desse capítulo na análise de valores políticos de direita - esquerda e valores políticos. As escolhas são feitas pelo valor religioso, posições fundamentais para que atores religiosos ao legislarem sobre temas moralmente controversos, como o aborto e a eutanásia, a pesquisas com células tronco, e a união civil homossexual, por exemplo, constituam frentes parlamentares com força suficiente para rejeitar qualquer proposta contrária aos valores morais religiosos.

Márcio Pacheco é publicamente contra o aborto. Em seu site ¹²⁷ encontramos a informação de que é fundador do Instituto Eu Defendo que afirma "a Dignidade da Pessoa Humana expressa multiformemente da concepção à morte natural", ¹²⁸ que é linkado nos sites da RCC Nacional ¹²⁹ e do Movimento em Defesa da Vida da Arquidiocese do Rio de Janeiro. ¹³⁰

¹²⁷ Disponível em <<http://www.marciopacheco.com.br>>. Acessado em 26.Abr.2014. O site de Márcio Pacheco é bem organizado e interessante. Na realidade é um portal que na sua apresentação oferece duas opções de navegação e consultas, com diversos links para a sua vida religiosa e outros tantos para a sua vida parlamentar.

¹²⁸ Disponível em <<http://eundefendo.blogspot.com.br/2009/07/instituto-eu-defendo-defesa-da-vida-em.html>> Acessado em 26.Abr.2014.

¹²⁹ Disponível em <<http://www.rccbrasil.org.br/portal>>. Acessado em 26.Abr.2014.

¹³⁰ Disponível em <<http://www.defesadavida.com/index.php>>. Acessado em 26.Abr.2014.

Em 2011, o deputado Marcio Pacheco apresentou a ALERJ, o Projeto de Resolução de Nº 07 criando a Frente Parlamentar em Defesa da Vida, "Em face das recentes manifestações de diversas autoridades, claramente favoráveis à legalização do aborto, e, por via de consequência, de tudo o mais de nefasto que acompanha essa prática desumana, os Deputados assinados, que rejeitam veementemente o aborto, vêm comunicar a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, como forma de lutar contra essa insidiosa manobra, neste Parlamento e em qualquer foro a que tenham acesso."

O projeto acabou apensado a um projeto de mesmo teor, o Projeto de Resolução nº 26/2007 que criou a Frente Parlamentar Cristã em Defesa da Vida e da Família de autoria dos Deputados Édino Fonseca, Armando José, Edson Albertassi, Fábio Silva, Domingos Brazão, Alessandro Calazans e Antonio Pedregal, estes dois últimos sem mandato atualmente.

A composição religiosa dos parlamentares que criaram a frente, não deixa dúvidas sobre a influência em outros parlamentares, como foi o caso de Márcio Pacheco. Os deputados Édino Fonseca, Armando José e Edson Albertassi são pastores da Assembléia de Deus, Domingos Brazão tem vínculos com a Igreja Comunidade Evangélica, o deputado Fabio Silva é filho do ex-deputado e pastor evangélico Francisco Silva e tem ligações com o ex-governador Garotinho, também evangélico. Já o ex-deputado Pedregal é marido da ex-vereadora da cidade do Rio Janeiro Neide Pedregal, evangélica também.

Consideramos assim que Márcio Pacheco ao apresentar seu projeto após o projeto original marcou sua posição como líder católico e elemento de destaque na atuação católica parlamentar.

Assim a constituição desta frente, é motivo para confirmar as relações entre parlamentares católicos e evangélicos no sentido de defesa dos interesses morais e religiosos.

O vereador Reimont ao ser perguntado sobre os evangélicos na política, responde que

É muito desagradável, quando a gente vai falar, eu que estou no parlamento há cinco anos, dá a impressão que a gente esta falando de A, B ou C. Eu vejo em alguns movimentos da ocupação da igreja evangélica dos espaços políticos, (...) quase como um caminho de corpo, de corporativismo, de eu estou aqui para defender a minha igreja, defender a igreja tal. Acho que as igreja evangélicas pentecostais elas tem isso muito claro, nesse sentido há uma falha muito grande. Qual é a falha? A falha é de misturar as estações, é de usar a política para alcançar o parlamento, alias de usar a igreja, a religião, a fé das pessoas para alcançar o parlamento e de estar no parlamento para servir a igreja. Nós estamos no parlamento para servir ao povo. Eu vejo essa falha. É possível que ela [a falha] aja em parlamentares católicos. Não é incompatibilidade [entre católicos e evangélicos] ,há uma tensão. Eu mesmo no parlamento, quando surge algum assunto ligado a

dimensão religiosa, eu costumo ter posicionamentos muito diferentes dos parlamentares evangélicos, até por que eu acho que, as vezes, no meu dia a dia, no meu cotidiano, percebo que eles fazem essa manobra para estar a serviço da igreja e no meu entendimento não se pode estar a serviço de uma igreja. Eu jamais procurarei o meu bispo para dizer a ele, o senhor lá na Câmara Municipal tem um vereador da Igreja Católica. Eu sou em vereador de Igreja mas eu não sou um vereador da Igreja. Acho essa distinção importante, talvez isso nos distingue. (...) Eu não estou lá para defender as causas da igreja. Eu queria preservar nomes, por dimensão ética. **(Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013).**

Contudo, existe uma diferença entre os dois parlamentares, Marcio e Reimont sobre as relações entre católicos e evangélicos na política. Reimont, ao contrário de Márcio, revelou a pressão e, se não deu nomes, acusou a interferência dos evangélicos em projeto de leis¹³¹ que são respaldados juridicamente pelo corpo de direitos individuais existente na Constituição Federal.

Desta forma o depoimento de Reimont seguiu sua percepção da prática parlamentar dos evangélicos.

Vou dar um exemplo: eu apresentei um projeto de lei [PL Nº 1252/2011], ele regulamenta um pouco a assistência religiosa nos hospitais; Esse PL criaria uma Coordenadoria de assistência religiosa nos hospitais composto por membro de todas as religiões, porque nós temos algumas denúncias de abusos nas enfermarias dos hospitais onde grupos grandes vão e impõem atendimento religioso aos enfermos e no meu entendimento, aliás a Constituição Federal diz claramente, assistência religiosa é um direito do enfermo e não é um direito do credo religioso. E se ela é um direito do enfermo, o enfermo tem que requisitar e quando requisita, a instituição religiosa tem o direito de dar (...). Os vereadores da bancada evangélica que não queriam regulação nesse espaço, (...) acabaram fazendo uma pressão muito grande dentro da Câmara Municipal para que o meu projeto recebesse parecer de inconstitucionalidade. E de fato, meu projeto foi considerado inconstitucional. Quando terminou a legislatura eu apresentei de novo [PL Nº 304/2013]¹³² e agora eu estou negociando para que ela tenha [o parecer de] constitucionalidade. E uma vez dado o parecer inconstitucional, esse projeto morre e ele não vai as outras comissões, não tem recurso, se tiver unanimidade no voto não há recurso. **(Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013).**

¹³¹ O projeto de lei nº 1252/2011, que regulamenta a prestação de assistência espiritual e religiosa hospitalar no município do Rio de Janeiro

¹³² Disponível em <<http://www.camara.rj.gov.br/index.php?m1=home>>. Acesso em 19 Abr.2014.

Em pesquisas encontramos o nome da vereadora evangélica Márcia Teixeira (PR) ¹³³ que afirmou a inconstitucionalidade do projeto de Reimont porque fere a liberdade de crença.¹³⁴

Os dois casos analisados revelam o que Machado (2006) apontou em pesquisas sobre o crescimento dos evangélicos na política na perspectiva do valor religioso estar acima do valor político ou ideológico.

Afirma a autora que, "o caminho para a compreensão do estatuto da religião no mundo moderno seria abandonar o viés ideológico que caracteriza como ilegítima toda e qualquer atuação pública das religiões e verificar as diferentes possibilidades de articulação dos grupos confessionais com a sociedade política" (2006, p. 19).

As opiniões dos entrevistados sobre política e religião recorreram às categorias direita-esquerda e centro para se posicionarem no espectro político.

A presente investigação pergunta se afinal o valor político modifica o valor moral religioso ou ele se mantém como opção no espectro político? O valor religioso é um dos componentes da modernidade atual que dissolve as esferas políticas? Esse ponto foi teorizado no capítulo 4, ou seja, se os posicionamentos políticos de direita e de esquerda sofreram modificações no mundo atual.

O deputado Robson Leite afirmou que considera a "política como instrumento de luta, de emancipação. (...) Eu sou um cara de esquerda, pelos valores sociais, pela luta contra o grande capital que atrapalha a política de uma maneira geral" (**Entrevista, Robson Leite, 19/08/2013**).

Para Mozart, "política é uma ação em conjunto na luta por condições de vida e direitos. A religião é a busca do Bem Comum, logo não conseguiremos seguir nossa religião sem uma atuação política (...). Identifico-me como de esquerda, sou a favor do serviço público, da distribuição de renda, contra o acúmulo de capital (...)" (**Entrevista, Mozart Chalfun, 4/09/2013**).

A busca do Bem Comum, conforme exposto anteriormente nesta seção, é um valor da prática política e parlamentar de Robson Leite. Esse valores aproximaram os dois

¹³³ Além de Márcia Teixeira, esposa do apóstolo Ezequiel Teixeira, da igreja Projeto Vida Nova, a bancada evangélica na legislatura 2013-2016 da Câmara Municipal do Rio é composta dos seguintes vereadores (14% dos 51, crescimento de 75%.) Jorge Braz (PMDB), João Mendes de Jesus (PRB) e Tânia Bastos (PRB), ligados a Igreja Universal do Reino de Deus, Alexandre Izquierdo (PMDB), apoiado pelo pastor Silas Malafaia da Assembléia de Deus Vitória em Cristo, Eliseu Kessler, (PSD) da Assembléia de Deus, o médico Jorge Manaia (PDT) apoiado pelo missionário R .R. Soares da Igreja Internacional da Graça de Deus.

¹³⁴ Disponível em <<http://www.paulopes.com.br/2012/03/vereador-quer-abrir-hospitais-para-mais.html#ixzz308le5LRi>> Acesso em 19 Abr.2014.

atores. Ambos militam partidariamente num espectro político considerado mais a *esquerda* no PT. Mozart, ao analisar a Igreja Católica na atualidade e demonstrar otimismo com o Papa Francisco, tem "a esperança que a Teologia da Libertação, mais madura, volte a ganhar espaço no meio do clero e dos leigos influenciando positivamente nossa Igreja Católica" (**Entrevista, Mozart Chalfun, 04/09/2013**).

Em termos religiosos, Robson e Mozart valorizaram e vocalizaram o repertório consagrado pelas práticas das Comunidades Eclesiais de Base nos anos 1970 e 1980 e que permearam as opiniões políticas destes dois entrevistados.

Foram utilizadas no discurso dos atores expressões e palavras-chaves correlatas ao aprendizado *cebista* como distribuição de renda, Deus Vivo, direitos, acúmulo de capital, emancipação, questão agrária. Um dos elementos mais significativos no histórico da prática social das CEBs é o processo de construção da identidade dos pobres.

Para Reimont, política e religião tem a ver com a totalidade do ser humano. Não as considera como esferas autônomas que se misturam, mas como uma esfera pertencente a própria dimensão humana.

A religião (...) é algo inerente a toda a vida humana. (...) essa possibilidade de ligar a gente, ligar a nossa vida, ligar a nossa história, a nossa existência à um passado e a um futuro, de dizer assim (...) Então, a religião é essa ligação de toda essa história com o transcendente, toda essa história com Deus, (...) E aí nesse sentido o que é a política? Política é a discussão da daquilo que organiza a vida das pessoas (...) não consigo conceber uma religião que seja alijada da política. Eu não consigo conceber uma política que não tenha nela aspectos da dimensão religiosa por que o ser humano não é um ser de gaveta, que você abre uma gaveta e aqui é a gaveta da política, abre outra gaveta da religião, abre outra aqui é a gaveta profissional, abre outra e aqui é a gaveta da família. Não! O ser humano ele é uma totalidade e por ser uma totalidade quando ele vem para política ele traz consigo as dimensões religiosas da sua vida e quando ele está na religião, quando ele exerce a sua dimensão religiosa ele leva o seu aspecto político. (...). Então nesse sentido, no meu entendimento a vida se torna mais plena e mais abundante quando a política se torna mais correta. Quando a política é imperfeita, quando a política não é a política correta, quando é uma política diminuída, quando é uma política apequenada, (...) Não se admite que uma use a outra para se estabelecer. Elas permanecem com o seu protagonismo próprio, e portanto elas convivem, devem conviver harmoniosamente e não uma abafando a outra. **Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013**.

Ao analisar a política e seus parâmetros clássicos direita-esquerda, o vereador Reimont parece confirmar as análises que Miguel (2010) e Bobbio (2011) fazem sobre as representações políticas.

O primeiro autor mostra que, tão importante quanto às diferenças econômicas, que são marcadores clássicos da dicotomia direita-esquerda, as diferenças e relações culturais ressignificam os marcadores sociais e sua utilização como categorias no espectro político. Bobbio relaciona direita e esquerda, respectivamente a práticas políticas conservadoras e progressistas (avançadas, nas palavras do entrevistado Reimont).

Reimont diz que

Quando a gente fala nesse fenômeno de direita e esquerda, nos estamos dizendo de um pensamento mais avançado, de um pensamento mais aberto e de um pensamento mais conservador (...) "a política de esquerda é aquela política que não tem medo das manifestações da rua¹³⁵. Política de esquerda é aquela que não tem medo de dialogar com o diferente, (...) é aquela que não tem medo de dialogar com aquilo que é tabu, é que estabelece na verdade uma rompimento desse muro de separação entre a fé e a vida, entre a discussão do parlamento e a discussão das ruas.

Com um discurso típico de suas campanhas eleitorais, ele afirma que tem se:

Esforçado para estar no espectro de um político de esquerda, eu quero estar num espectro político de esquerda que entende o socialismo cristão (...), discutindo a questão do socialismo sem deixar de lado a minha dimensão de fé. (...) sou da Igreja Católica. (...) mesma forma que eu procuro ser cristão, eu digo, eu procuro ser de esquerda." **(Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013).**

Sobre esse trecho da entrevista duas questões são salientadas no sentido de posicionar o entrevistado ao objeto desta pesquisa.

A primeira questão é sentido da solução ideológica que Reimont deu ao ser questionado sobre esquerda-direita.

A rigor quando se fala de socialismo, também se fala de comunismo e outras expressões correlatas como, por exemplo, o socialismo cristão. Reimont se reivindica do socialismo cristão, a nosso ver, exercendo sua condição de liberdade individual perante a hierarquia da Igreja Católica por conta de seu afastamento do clero. Ele se define como socialista, se define como político de esquerda, mas de um tipo de socialismo baseado na

¹³⁵ Essa entrevista seria concedida no gabinete do vereador, porém ele estava com outros dois vereadores, Renato Cinco e Eliomar Coelho, ambos do PSOL, em frente à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, como ele mesmo disse, "no meio do povo", por conta das manifestações relacionadas à instalação da CPI dos transportes públicos na cidade do Rio de Janeiro. A entrevista foi realizada num prédio anexo a Câmara dos Vereadores pois seu gabinete estava fechado por questões de segurança

Doutrina Social da Igreja que não é reconhecido e tampouco aceito pelo Magistério da Igreja Católica que sempre se posicionou contra o socialismo, com qualquer tipificação.

A Igreja Católica, sobretudo a partir de fins do século XIX, condenou qualquer forma de socialismo e de comunismo também, considerando-os como idéias de mundo conflitantes com a doutrina católica. Na verdade, o catolicismo social ou socialismo cristão, também criticou o capitalismo expressando a intenção de "humanizá-lo" (Cf. AQUINO, 1999).

As críticas ao socialismo ganharam intensidade a partir do pontificado do Papa Leão XIII. A encíclica *Rerum Novarum*¹³⁶ de 1891, afirma que "a teoria socialista da propriedade coletiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles membros a que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade pública."

Na encíclica *Quadragesimo Anno*¹³⁷ de 1931, o Papa Pio XI, "ratificou as críticas contra o socialismo marxista" (Aquino, 1999, p.340) ao afirmar que o socialismo "quer se considere como doutrina, quer como fato histórico, ou como ação, (...) não pode conciliar-se com a doutrina católica; pois concebe a sociedade de modo completamente avesso à verdade cristã. (...) Socialismo religioso, socialismo católico são termos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista".

Na encíclica seguinte, a *Mater et Magistra*¹³⁸ de 1961, o Papa João XXIII reafirmou que "entre comunismo e cristianismo, [...] a oposição é radical, e acrescenta não se poder admitir de maneira alguma que os católicos adiram ao socialismo moderado: quer porque ele foi construído sobre uma concepção da vida fechada no temporal, (...) quer ainda porque lhe falta todo o princípio de verdadeira autoridade social."

O Papa João Paulo II, através da encíclica *Centesimus Annus*¹³⁹ de 1991, enfatizou que os socialistas excitam, nos pobres, o ódio contra os ricos, (...) ele [o socialismo] considera cada homem simplesmente como um elemento (...) de tal modo que o bem do indivíduo aparece totalmente subordinado ao funcionamento do mecanismo econômico-social (...) O homem é reduzido a uma série de relações sociais, e desaparece o conceito de pessoa como

¹³⁶ Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html> Acesso em 19 Abr.2014.

¹³⁷ Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html> Acesso em 19 Abr.2014.

¹³⁸ Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater_po.html> Acesso em 19 Abr.2014.

¹³⁹ Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus_po.html> Acesso em 20 Abr.2014.

sujeito autônomo de decisão moral. Desta errada concepção da pessoa, (...) se questiona ulteriormente onde nasce aquela errada concepção da natureza da pessoa e da subjetividade da sociedade, é necessário responder que a sua causa primeira é o ateísmo.

No Catecismo da Igreja Católica (2005), a instrução moral 2425 (p.626) diz que "A Igreja rejeitou as ideologias totalitárias e ateias, associadas, nos tempos modernos, ao comunismo ou ao socialismo."

A segunda questão extraída da entrevista do vereador Reimont é sobre ser católico.

Ao longo da entrevista, em vários momentos, Reimont declarou sua pertença à Igreja Católica, mas não propriamente ao ser católico, mas sim a condição de ser cristão.

Segundo ele

Ser católico é fácil. Ser católico você vai à missa aos domingos, você se confessa uma vez por ano e se você ficar um ano, dois anos, três anos sem fazer nada disso um dia você vai lá, se reconcilia e volta tudo ao normal e está integrado, está inserido. (...) Ser cristão não, ser cristão é uma tarefa difícil. **(Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013).**

Pierucci utiliza a expressão "É fácil ser católico" quando afirma que a religião católica "não precisa ser seguida à risca pela maioria dos fieis. Reside nisso parte da força do catolicismo, mas grande parte também, de sua fraqueza(...) A igreja católica exige muitíssimo de uns poucos (monges e freiras, bispos e padres) e pouco, bem pouco dos muitos." (2009 p.15). Caberia perguntar: E os que transitam entre os poucos e os muitos?

Já afirmamos que o entrevistado transita entre a condição de atual leigo e de ex-sacerdote. Suas elaborações amplas sobre as questões inquiridas a ele, possivelmente são resultados desse transito, dessa condição de quem já foi religioso e de quem teve uma formação para o sacerdócio. Seria a metáfora do "ouvido musical" para a religião utilizada por Antonio Flávio Pierucci?

Possivelmente o entrevistado percebe que entre os pólos de católicos, exista um espaço entre a lentidão clerical e hierárquica em dar respostas ao catolicismo e a grande maioria dos católicos que Pierucci destaca como não praticantes de sua religião. No seu caso esse espaço de afirmação católica, é a política, é o parlamento.

Assim, o vereador Reimont elabora um discurso autônomo e sugere soluções para a crise do catolicismo brasileiro como o ecumenismo e o dialogo interreligioso.

Segundo o entrevistado,

Para falar para fora, primeiro tem que falar para dentro. Eu acho que as igrejas cristãs, nós todos, e aqui tem a mea-culpa, nós todos temos a obrigação cristã que o batismo nos impõe, que a nossa fé nos impõe de dialogar. Então, a primeira coisa é um diálogo ecumênico e interreligioso. Mais do que ecumênico. Saindo das raízes do cristianismo, além de dialogarmos entre nós, dialogarmos com as outras religiões. A partir desse diálogo,(...) Eu quero ver as igrejas cristãs, a igreja católica e as outras denominações cristãs, eu quero vê-las dizendo, por exemplo, sobre os problemas da juventude no Brasil, (...) Tem muitos problemas que a igreja tem a obrigação de dizer. É uma obrigação batismal, crismal, catecumenal, é de aprendizado. Nós não podemos abrir mão disso. Então eu acho que, esses problemas, nós podíamos muito bem abordá-los e mais do que eu abordá-los, nós podíamos pautar a sociedade, pautar os governos, não para que os governos nos atendam e tragam benesses para nós, com autonomia, mas pautar os governos para dizer aos governos que o poder que emana de Deus porque emana da vida e a vida é dada por ele, esse poder tem que ser exercido em função do povo. **(Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013).**

Márcio Pacheco percebe e assim expõe a crise política e ideológica dos partidos brasileiros: "os partidos políticos hoje se confundem no que diz respeito a direita e esquerda em seus conceitos porque se havia antigamente uma identidade entre elas, hoje elas se misturam, os partidos acabam se apoiando uns aos outros e perdem um pouco essa identidade do que é direita e do que é esquerda." **(Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013).**

Ele se diz de centro:

Me considero alguém de centro, defendo posições absolutamente conservadoras, mas também milito em áreas sociais importantes que a esquerda defende. Portanto eu me consideraria alguém de centro. (...) eu me considero alguém que tem visões conservadoras e portanto seria apontado com alguém de direita, mas minha ação parlamentar se apoia em muitas visões progressistas na linha da esquerda,(...) que vem defendendo a questão social no Brasil há muitos anos, defendendo os mais pobres,(...) defendendo os direitos dos trabalhadores, oprimidos, a visão do direitos daqueles que não tem os seus direitos garantidos. Não que a direita não faça isso, mas a esquerda chama a direita de reacionária e que não defende direitos progressistas. **(Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013).**

Na ocupação de espaços na política partidária pela RCC, a postura conservadora de Márcio Pacheco foi observada e chamou a atenção de outros atores católicos durante a processo eleitoral de 2004 que o elegeu vereador do Rio de Janeiro.

Segundo o deputado Robson Leite afirmou na época : “Não é uma cara militante de algum movimento social, não é um cara ligado à associação de bairros, não é um cara ligado

às questões de fé e política. É da Renovação Carismática Católica e cantava numa banda. E ganhou um monte de votos em função disso” (**Entrevista, Robson Leite, 9/04/2005**)¹⁴⁰.

Por causa desses dados e da autoatribuição de conservador, os valores morais do catolicismo tem muita relevância em seu mandato. Conforme ele mesmo afirma na apresentação de seu site: "Hoje estou na política com uma única missão: defender a vida e a dignidade humana".¹⁴¹ Os significados de defesa da vida e a dignidade humana foram analisados no capítulo 3. Márcio é coerente neste sentido: legisla sobre questões sociais, mas mantém certa transversalidade com os valores morais do catolicismo que são defendidos na arena parlamentar.

Sua trajetória parlamentar, de vereador do Rio de Janeiro e de deputado estadual é voltada, dentre outros segmentos, para as pessoas com deficiência física, em termos de prover-las de melhores condições de mobilidade urbana, atendimento de saúde, lazer e trabalho por exemplo. Essa é uma preocupação social. Ao mesmo tempo, quando perguntado sobre as pesquisas com células-tronco, Márcio Pacheco separou a concepção religiosa da concepção social

Tenho duas opiniões porque milito numa área onde essa pesquisa é muito defendida que é a área da pessoa com deficiência. As pesquisas com células-tronco embrionárias humanas elas têm falado midiaticamente, inclusive de dar expectativas e esperança de vida para pessoas com deficiência, poderiam elas, inclusive, voltar a ver, andar, ouvir. (...) não posso ser contra essa realidade. Porém eu sou contra as pesquisas com células-tronco embrionárias, mas não sou contra as pesquisas com células-tronco humanas, (...) Por que banalizar a vida num embrião e matar o embrião que poderia potencialmente ser uma vida? (...) É uma banalização total da vida. E fazer do embrião que é o início da vida plena de um adulto, um mercado. Esse é o medo. Então eu sou contra porque é preciso que se invista mais nas pesquisas com células-tronco humanas adultas que tem hoje efetividade, basta que a ciência se debruce sobre isso as pesquisas com células-tronco humanas darão o mesmo resultado. (**Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013**).

Sobre o aborto os atores se posicionaram da seguinte forma:

O deputado Robson Leite pediu, antes de gravar sua entrevista, para não responder as questões do bloco relativo aos valores católicos e a legislação sem maiores explicações,

¹⁴⁰ Cf. FERREIRA FILHO, Joaquim Alves. O catolicismo na construção da identidade do Partido dos Trabalhadores: carismáticos e libertadores nas eleições de 2004 no Rio de Janeiro. Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁴¹ Disponível em < <http://www.marciopacheco.com.br>> Acesso em 19 Abr.2014.

mesmo com minha insistência. Contudo, em entrevista concedida em 2005, antes de ser parlamentar, Robson fez extensas considerações sobre os valores morais do catolicismo, especialmente sobre o aborto. Alguns dados serão devidamente revelados nesta dissertação, pois, mesmo com a distância cronológica, eles revelam as posições de um ator católico que na época era militante político do PT. Perceberemos, ao longo deste capítulo, que as opiniões de Robson Leite expostas a seguir, são coerentes e afinadas com as intervenções de outros atores católicos entrevistados.

Ao ser perguntado sobre a lei de obrigatoriedade do ensino religioso na escola pública, Robson afirmou ser contra. Enfatiza o interesse dos evangélicos na implantação do ensino religioso público. Segundo ele, a proposta precisava ser mais debatida, mais aprofundada na própria Igreja.

É muito mais interessante você ensinar ética nas escolas. É mais importante à gente trabalhar a formação da consciência cidadã do aluno do que obrigatoriamente ensinar uma religião, seja ela qual for. Vale lembrar que a Governadora está se utilizando desta lei para proliferar a cultura evangélica dentro das escolas públicas. É preciso mostrar agora, por exemplo, o que o governo estadual está fazendo. Está contratando professores evangélicos, para fazer aquela coisa horrorosa, aquele processo de forçar a barra em cima dos alunos com relação a religião evangélica. **(Entrevista, Robson Leite, 09/04/2005).**

Sobre o aborto, Robson diz:

Eu particularmente sou contra, é uma questão de direito humano, independente de religião. Não vejo ninguém falar, por exemplo, sobre a criança. Como é que fica a vida do feto? Isso também é outra questão complicada e que também precisa ser aprofundada em diversos aspectos. Quem vai defender a vida da criança que já sente dor, sofre e participa, obviamente, da pior maneira? É a vida dela. (...). Eu questiono, por exemplo, essa questão da mãe que foi estuprada. Será que a mãe precisa passar por um segundo grande trauma através do aborto? Os traumas psicológicos da mulher que pratica o aborto precisam ser levados em consideração. Tem que ser feito um debate sobre isso. Um debate envolvendo a igreja também. **(Entrevista, Robson Leite, 9/04/2005).**

A inferência ao direito a vida aproxima Robson da defesa dessa condição ao analisar a questão das células-tronco.

Quando nós partimos para a discussão das células-tronco, por exemplo, acho que existem muito mais aspectos que permeiam essa discussão. (...) deveria

ter tido uma discussão muito mais pautada pela questão da ética, da bioética. Sou a favor de um amplo debate. A igreja tem que participar desse debate. (...) Fico preocupado porque às vezes eu percebo que as pessoas que precisam dessas pesquisas não têm conhecimento científico para dizer se é só essa a alternativa, a de usar células-troncos oriundas dos embriões? Só existe essa alternativa? Isso tem que ser mais aprofundado. (**Entrevista, Robson Leite, 9/04/2005**).

Em outra parte de sua entrevista, no ponto ainda sobre o aborto, Robson dimensiona o papel do parlamentar ao enfrentar a questão, citando a deputada federal Jandira Feghalli. Nas eleições de 2006, Jandira candidata ao Senado, foi envolvida numa campanha polêmica organizada pela Frente Carioca em Defesa da Vida¹⁴² que distribuiu panfletos contra a sua candidatura por ela ter relatado o PL n° 1135/91 que descriminaliza o aborto, conforme exposto no Capítulo 3.

Minhas observações de processo eleitorais registram que o panfleto de fato existiu. Possuo o documento recolhido na região da Maré no Rio de Janeiro no dia da eleição de 2006. Seu formato em tamanho de pôster impossibilitou sua digitalização para fins de Anexo Curiosa e sintomaticamente, o documento foi recolhido próximo a cabos eleitorais de Francisco Dornelles, o outro candidato ao Senado na época e que acabou sendo eleito também com o apoio do deputado estadual Marcio Pacheco da RCC. O panfleto, apesar de ter sido atribuído à Frente Carioca em Defesa da Vida, é apócrifo, assim como outros que foram produzidos e circularam também nas eleições municipais de 2008 (ANEXO-Y; ANEXO Z).¹⁴³ O panfleto mostra a figura caricatural de Jandira, ensangüentada, com traços demonizados e inscrições de que a candidata era a favor do aborto de forma indiscriminada.

A polêmica envolveu também o então Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eusébio Oscar Scheid notificado pelo Tribunal Eleitoral do Rio De Janeiro que promoveu

¹⁴² Frente Carioca em Defesa da Vida. Disponível em < <http://jandiranao.blogspot.com.br/>>. Acesso em 6 Mai. 2014.

¹⁴³ Os panfletos em anexo foram recolhidos em momentos eleitorais e regiões distintas. São documentos apócrifos que usam uma linguagem superficial, agressiva, naturalizada, obviamente fundamentalista em termos religiosos e visualmente de qualidade simples. Talvez a simplicidade visual seja um subterfúgio para marcar ainda mais o caráter apócrifo. De qualquer forma faz uso do valor religioso como recurso eleitoral, não importando aqui a questão ética. O documento do ANEXO Y de 2010 invoca o parentesco do Bispo Edir Macedo da IURD com o Senador Marcelo Crivella. O documento pede que, por vários motivos, o católico não vote em Crivella para o Senado. A questão é que na eleição de 2010 para o Senado do RJ Marcelo Crivella recebeu o apoio direto do ex-presidente Lula, o maior cabo eleitoral da então candidata a presidência da República Dilma Rouseff que defendeu a descriminalização do aborto em entrevista quando ministra das Minas e Energia, e depois negou esse posição na campanha presidencial. O documento do Anexo Z foi recolhido pelo de uma igreja a de Nossa Senhora de Fátima no Méier, RJ, no dia do segundo turno da eleição pra Prefeito do Rio de Janeiro em 2008, disputado entre Eduardo Paes e Fernando Gabeira. O texto do panfleto é dirigido diretamente a Gabeira.

buscas dos panfletos dentro da Cúria e depois expediu proibição de os bispos e padres abordarem o assunto em seus sermões. Na época, a Canção Nova, da RCC, saiu em defesa do Cardeal alegando "o direito e o dever diante de Deus de alertar seus filhos sobre aqueles que atentam contra a vida humana!"¹⁴⁴

O papel do parlamentar, do mandatário, nessa hora é não ser dono da verdade. Fico muito preocupado nessas horas quando eu vejo que alguns parlamentares parecem ser donos da verdade, a favor do aborto. Um parlamentar brilhante como a Jandira Feghalli, uma mulher de luta, uma mulher maravilhosa, mas que é radicalmente a favor do aborto com uma postura de médico, com uma postura de mulher, do direito de escolha. E o direito de escolha do feto? Da criança que perde a oportunidade de nascer? O debate tem que ser mais aprofundado no campo da ética, dos especialistas em bioética. Vamos ouvir as experiências que já existem no mundo. É esse o tipo de debate que tem que ser levado à frente. Não é chegar lá, colocar os deficientes físicos para fazer pressão nos deputados e pronto **(Entrevista, Robson Leite, 9/04/2005)**.

Sobre a união civil homossexual, Robson separa os valores políticos e jurídicos dos valores morais e religiosos, porém o valor católico é o que conclui sua narrativa, assim como outros atores católicos que foram entrevistados para esta pesquisa,

Acho que é um ponto delicado a questão do homossexual que vive com outro durante muitos anos e hoje não existir qualquer mecanismo que reconheça essa união do lado civil levando-se em consideração a partilha de bens. Isso é importante. Sem, por outro lado também, dizer que você está revendo valores de família, valores morais que são importantes para defender e incentivar a promoção da família. Mas você também não pode fechar os olhos para essa camada da população. São homossexuais e, a Igreja Católica, dentro da sua doutrina, não recrimina o homossexual. O problema é que ela tem uma postura fechada em relação à castidade. Ela não recrimina o homossexual, porém exige castidade da pessoa. Da mesma forma que ela exige a castidade de quem não é homossexual. Até hoje existe isso. Uma questão de fé. É uma questão que também tem um aspecto moral e um aspecto social que precisam ser considerados. **(Entrevista, Robson Leite, 9/04/2005)**.

O vereador Reimont aponta uma questão interior, de foro íntimo para ser contra o aborto: "se eu for incitado a me posicionar sobre o aborto em uma votação, eu serei contrário, quero deixar isso claro, tem que ser honesto na minha fala com você e não falar o que, às

¹⁴⁴ Em defesa de Dom Eusébio. Disponível em <<http://formacao.cancaonova.com/diversos/em-defesa-de-dom-eusebio>> Acesso em 6 Mai.2014.

vezes, as pessoas estarão querendo ouvir, as pessoas que vão ler a sua pesquisa." (**Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013**).

Aponta também que por ser uma parlamentar de esquerda, seja esperado dele o valor secularizado da política, "um posicionamento que é alardeado pela esquerda" (**Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013**).

Contudo, relaciona a reformulação da saúde no Brasil como passo importante para preencher o espaço entre o dualismo verificado nesta pesquisa dos grupos Pro-Vida e Pro-Escolha. Reimont fala em aspectos preventivos: "Nesse caso deveríamos trabalhar muitas questões. Trabalhar, por exemplo, a questão do planejamento familiar, a questão da conscientização da juventude, da prevenção contra a gravidez", assim como o "atendimento as mulheres que tem direito a extrair o feto conforme a legislação brasileira." (**Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013**).

Sobre a atuação da Igreja Católica em relação ao aborto , ele afirma que

A igreja precisa avançar um pouquinho mais na questão dos métodos contraceptivos, tem que discutir um pouco mais isso. A igreja nesse sentido é mais conservadora do que eu. Eu penso um pouco mais avançadamente , não estou falando pela igreja, estou falando por mim. Eu sou favorável a vida, eu não sou favorável, se tiver assim , vamos agora aprovar o aborto, o que as pessoas apontam é discutir a questão da legalização, Essa é a discussão dada, mas por uma questão de foro íntimo de formação, eu sou contrário a qualquer interrupção de gravidez. (**Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013**).

O deputado Márcio Pacheco é contra o aborto em todos os aspectos,

Inclusive no previsto nas causas excludentes de ilicitude¹⁴⁵ previstas no Código Penal. O Brasil precisa encontrar alternativas para o aborto. Defendo teses aqui, minha tese de doutorado ¹⁴⁶ é discutir o tempo do aborto, a hora do aborto é assassinato, a hora de tirar a criança. O Brasil como país grande precisa defender o nascituro no ventre e buscar alternativas, a ultima delas a adoção para acolher essa mãe até o tempo que a mãe possa dar a criança a adoção. Mesmo nos casos mais graves aonde o Brasil permite o aborto, eu

¹⁴⁵ Exclusão de ilicitude é uma causa excepcional que retira o caráter antijurídico de uma conduta tipificada como criminosa. Não caracterização da criminalidade em virtude da presença de um fato que torna a conduta jurídica, do ponto de vista objetivo. Há os casos legais como o estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular do Direito. Disponível em < <http://jb.jusbrasil.com.br/definicoes/100001445/exclusao-da-ilicitude?ref=home>> Acesso em 2 Mai.2014.

¹⁴⁶ Márcio Pacheco é formado em Direito, pós-graduado em Ciência Política, e faz doutorado em Direito na área de Direito da Família.

acho que o Brasil pode achar alternativas que é o perigo da gestante e os casos de estupro , mesmo nesses casos eu tenho opinião contrária. **(Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013).**

Mesmo sugerindo a alternativa da adoção (subentendida a ação do Estado nesse caso) como uma solução fora das ações punitivas morais e religiosas, sua elaboração tem vínculo com códigos de reinterpretação da realidade baseados numa ética religiosa específica,

A partir de uma visão de pobreza e necessidade ou, mais especificamente, de ajuda aos necessitados. Como consequência, configura-se uma concepção e um conjunto de práticas políticas com base na ‘urgência’ ou, conforme a categoria mais comumente utilizada (...) em busca de resultados ‘práticos’ e na recusa da aceitação de polêmicas de ordem mais explicitamente ideológica (...) mais que ‘politizar’ determinadas esferas e ‘questões sociais’ trata-se de apropriar dos cargos políticos a serviço da religião e da filantropia(...) não havendo uma adesão a uma moral cívica conforme a qual a ‘solução’ desses problemas estaria na política. (Coradini, 2002,p.125)

E como uma espécie de síntese das falas de Reimont e Márcio, Mozart também é contra o aborto; "Só acho que a igreja tem que tratar isso com mais coragem e honestidade e não como um crime e muito sentimentalismo alienante." **(Entrevista, Mozart Chalfun, 4/09/2013).**

Portanto, a condenação às práticas abortivas, é fundamental na vida política de Márcio Pacheco.

Mais uma vez, Robson Leite, antes de ser deputado, percebia nos processos eleitorais a atuação de Márcio, "que foi eleito pelo Partido Social Cristão, (...) da Renovação Carismática Católica. Associava o PT e a Nazareth ao aborto. Isso dificultou um pouco o nosso trabalho [trabalhou na coordenação religiosa da campanha de Nazareth em 2004]. Vinculou-se erroneamente a imagem do PT a de um partido a favor do aborto. Isso a gente ouve muito na igreja e o Márcio Pacheco falava isso: não vota na Nazareth porque o PT é abortista (sic)." **(Robson Leite, Entrevista, 09/04/2005),**¹⁴⁷

Ao vincular o PT à defesa do aborto, Pacheco transformou a “arena política numa arena moral, na qual a Igreja Católica tem o dever de moralizar” (Carranza p.306).

¹⁴⁷ Cf. FERREIRA FILHO, Joaquim Alves. O catolicismo na construção da identidade do Partido dos Trabalhadores: carismáticos e libertadores nas eleições de 2004 no Rio de Janeiro. Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

Nazareth Barreto, em dois momentos, tem uma posição definida sobre o aborto. Ela também comenta e confirma a tensão eleitoral em 2004:

Discordo radicalmente do aborto. Em qualquer circunstância. Quando fala de vida eu sou muito radical. Sou radical a ponto de dizer que seu você não defende a vida no seu nascedouro, no seu principio, enfim a criança, na sua primeira formação, você perde a força e a coerência para defender as crianças que estão passando fome, que estão drogadas.(...) O discurso abortista(sic)foi articulado em varias paróquias O discurso que eu tinha me transformado em abortista (sic) porque eu era do PT. Inclusive, pessoas ligadas a campanha do Marcio Pacheco falaram isso em panfletagens na minha paróquia, no Loreto [Nossa Senhora do Loreto, Jacarepaguá].(...) “Nazareth, eu não vou votar em você por que eu não confio no PT. O PT é abortista(sic) . Eu falei: Ele não é abortista(sic) . Sou uma pessoa livre para votar nas questões morais, de foro intimo. O PT não fecha questão sobre isso. **(Nazareth Barreto ,Entrevista,06/05/2005)**

E com uma fala muito próxima à verificada na entrevista de Reimont, Nazareth coloca o aborto como política de saúde pública.

Como enfatizar a questão do aborto sem falar de uma política pública que olhe para a mulher que hoje em dia no Brasil? A realidade das famílias, a mulher não é sozinha, lidando com todo os seus problema. Por que o aborto? Não é o aborto. É a condição social. Então abordar um ponto só, isso é uma deformação tanto da política quanto da religião. O aborto é a consequência. Eu brinco assim, que a última a abortar é a mulher. O pai já abortou antes do seu projeto de vida, a sociedade já abortou aquela criança por que não da estrutura nenhuma para aquela mulher. E a mulher se vê sozinha, sem cultura, sem uma orientação. Quem vive nesses meios de comunidade bem pobre sabe disso. **(Nazareth Barreto, Entrevista, 13/07/2011)**

Um ator que não foi possível entrevistar conforme explicado acima , Antonio Carlos Biscaia, tinham posições políticas comuns a Nazareth dentro do PT, inclusive produzindo juntos material político de campanha eleitoral. Destacamos anteriormente que Biscaia produziu panfleto específico contra o aborto para uma de suas campanhas .

Conforme informado também , ele é Membro da União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro que, junto com a correspondente associação de São Paulo, protocolou, em abril de 2012, memorial sobre a ADPF 54 , analisada no capítulo 3 sobre a descriminalização do aborto. Conforme o memorial, "Em respeito ao direito maior que todo o ser humano tem, desde a concepção, que é o direito à vida, é que as duas Uniões apresentam este memorial

para reflexão dos ínclitos Ministros da Suprema Corte deste país, esperando seja desprovida a presente ADPF 54, como de Direito e da mais lídima JUSTIÇA!"¹⁴⁸

Ainda nas percepções sobre as questões morais, no capítulo anterior analisamos os tramites legislativos e as dimensões morais que envolvem a eutanásia e o aborto numa única seção por tratarem fundamentalmente da questão do direito e da defesa da vida.

Os atores mais diretamente ligados a essa questão, Reimont e Márcio Pacheco, são contra a prática da eutanásia e assim responderam as questões.

Para Reimont, "A vida não pode ser interrompida, desde a sua concepção até seu natural declínio. (...) Então é a preservação e a defesa da vida desde sua concepção no ventre materno até seu natural declínio. Como a eutanásia é uma interrupção da vida, é tirar a vida do outro, por que consideramos que o outro sofre, não tem retorno a sua saúde, (...) numa dimensão daquilo que é de foro íntimo, eu sou contrário, eu sou favorável de que a vida decline naturalmente." (**Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013**).

Por sua vez, Márcio Pacheco afirma:

Sou contra a eutanásia. O Brasil pode caminhar perfeitamente para os casos ligados a ortotanásia [morte natural; boa morte, supostamente sem sofrimento. É ser contrário à obstinação terapêutica]. ou seja dar as medidas paliativas da boa morte, ou seja, uma vez imaginando que a pessoa não tenha de fato mais condições, dar todas as condições para que ela tenha uma boa passagem, dar a ela a possibilidade médica de não fazer como que a própria medicação a faça sofrer mais, ou seja, buscar esse caminho intermediário mas nunca tirar a vida, nunca determinar de imediato. (**Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013**).

Sobre a união civil homoafetiva, Reimont se declarou favorável diferenciando a união civil homoafetiva e casamento religioso,

Não é admissível, no meu entendimento, que alguém compartilhe a vida com outro alguém durante 10, 20, 30, 40 anos e só por que são do mesmo sexo, essas pessoas, depois que um deles parte, não tem o direito, direito a pensão, aos bens, à proteção do Estado, os direitos que um casal tem, né? (...) o Estado não legisla obrigando as religiões a fazerem um casamento religioso de duas pessoas do mesmo sexo oficialmente, mas considero que a bênção de Deus está posta, não tenho problemas com isso, Deus abençoa seus filhos independente das opções que seus filhos fazem porque senão Deus deixa de ser Deus (**Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013**).

¹⁴⁸ Texto disponível em < http://journalsantuاريو.wordpress.com/2012/04/13/anencefalia_juristas>. Acessado em 19 Abr.2014.

Por outro lado, Márcio Pacheco coloca no mesmo patamar a união civil e o casamento, "o que se chamaria no direito brasileiro de casamento (...). O que o casamento heterossexual e o casamento homoafetivo teriam de iguais? Na questão eminentemente do direito, o direito de previdência, os direitos patrimoniais. Eu não posso ser contra e não serei jamais contrário. Acho que as pessoas precisam ter seus direitos civis garantidos". **(Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013).**

Contudo, diz Márcio

Antropologicamente, o casamento ele é uma relação heterossexual para a procriação e para o nascimento efetivo de filhos, esse é o fim primeiro, eu não posso colocar no mesmo patamar das relações um casamento homoafetivo de um casamento heteroafetivo. Portanto neste aspecto temos que trazer dois direitos distintos e criar uma nova denominação, não são iguais. Eu não posso ter no mesmo lugar, fazendo um casamento civil, homem com homem, mulher com mulher por que são conceitos diferentes, são duas relações antropológicas diferentes que podem ser resguardados direitos particulares mas que não são iguais. (...) Portanto não sou contrário que eles tenham direitos civis garantidos. **(Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013).**

A análise desta parte de um trecho da entrevista de Pacheco aponta uma perspectiva funcionalista ¹⁴⁹ nas respostas religiosas aos direitos sexuais das pessoas LGBTT, pautadas pelas questões sobre união civil e direitos previdenciários e patrimoniais.

Essas respostas religiosas, conforme Natividade e Lopes,

¹⁴⁹ A teoria funcionalista quer explicar as características sociais em termos das funções desempenhadas por instituições e suas consequências como um todo no sentido das mudanças sociais promoverem harmonia e equilíbrio institucional na sociedade. Por outro lado, se o sentido dessas mudanças forem opostas a harmonia e ao equilíbrio sociais ele gera aspectos de disfunção. Essa disfunção revela a preocupação funcionalista com as forças de integração social diferentes das forças relativas aos conflitos sociais. Na acepção de Giddens (2005), o funcionalismo é a perspectiva teórica baseada na noção de que a melhor maneira de explicar os acontecimentos sociais é em termos das funções que eles desempenham, ou seja, de suas contribuições para a continuidade de uma sociedade. Baseia-se em uma visão da sociedade como um sistema complexo, cujos diversos elementos trabalham conjuntamente de um modo que precisa ser entendido (2005, p. 568). O funcionalismo é uma corrente sociológica que "tem suas origens em fontes variadas. Durkheim é, diretamente nas ciências sociais, seu principal expoente original, mas outros autores devem a ele ser somados" (DOMINGUES, 2008, p. 37). O conceito de função aparece em obras de Durkheim como em *A divisão do trabalho social* e as funções da divisão do trabalho, mostrando quais as necessidades sociais ela atendia. Do mesmo modo, *As formas elementares da vida religiosa* mostram as funções dos cultos, ritos e crenças na sociedade (Cf ARON, 2002). Assim, o funcionalismo *durkheimiano tem uma função integradora por conta de* seus métodos de investigação comparativos entre as sociedades, suas interdependências e, sobretudo, a preservação do ambiente social. Segundo Durkheim, "O nosso método não tem nada de revolucionário. É até num certo sentido, essencialmente conservador, uma vez que considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais elástica e maleável que seja não é, no entanto, modificável à nossa vontade." (DURKHEIM, 1973, p.376).

Se constroem a partir do entrecruzamento entre os temas família, homossexualidade e casamento. As discussões dos direitos sexuais esbarram nas concepções religiosas sobre esses temas. Por um lado, reproduz-se o estigma social de que a homossexualidade é alvo, e por outro, constrói-se o casamento e a família como instituições santas, que devem ter sua pureza e santidade resguardadas do perigo representado pela homossexualidade (2009, p. 93).

Partindo da constatação de que o funcionalismo é integrador, "é preciso reconhecer (...) que de fato alguns autores colocaram particular ênfase nas normas sociais para pensar a integração da sociedade. Esse é caso principalmente de Talcott Parsons (DOMINGUES, 2008, p. 39).

Articulado, portanto, à perspectiva funcionalista revelada pelo deputado Márcio Pacheco, para Talcott Parsons, "uma das funções da família é a estabilização da personalidade. O casamento entre homens e mulheres adultos é o arranjo pelo qual personalidades adultas se apóiam e se mantêm saudáveis" (GIDDENS, p.155. 2005).

Na conclusão desta seção apresentamos dados referentes à questão do ensino religioso na educação pública do estado do Rio de Janeiro e a influencia da Igreja Católica na implantação desse tipo de ensino.

Na conclusão desta seção apresentamos dados referentes à questão do ensino religioso na educação pública do estado do Rio de Janeiro e a influencia da Igreja Católica na implantação desse tipo de ensino.

A organização da educação pública religiosa corresponde à Lei Estadual 3459/2000 conforme destacado no capítulo 3. Porém, em termos políticos, nos últimos seis anos assistimos a um arranjo entre o prefeito da cidade do Rio de Janeiro Eduardo Paes com o governador Sérgio Cabral, ambos do PMDB, no sentido de criarem ações administrativas, políticas e eleitorais unificadas. Além disso, a cidade do Rio de Janeiro possui o status de centro político e sua influência é muito grande nos sentidos que envolvem a administração pública, além de suas referências culturais.

Os atores católicos ao serem perguntados se o ensino religioso deve ser implantado nas escolas públicas, responderam de maneira diversa a pergunta.

Segundo Reimont, "Considero primeiro por que é um direito. Considero que deve ser aplicado" (**Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 09/08/2013**).

Já Marcio Pacheco afirmou: "Acho sim. Ensino religioso confessional plural" (**Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013**). Ambos recorrem à Constituição Federal para fundamentar suas opiniões.

Reimont afirma que

Ensino religioso é direito das crianças, é direito das famílias, e por ser direito das famílias o Estado tem a obrigação de oferecer e as famílias tem o direito de optar de quererem ou não, Quero relembrar o que diz o artigo 210 da Constituição Federal : "Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental." Então se a Constituição garante nós temos como legisladores de trabalhar para que seja aplicada."

Mozart é contra o ensino religioso público: "Defendo o Estado laico. Matéria supostamente tratadas no ensino religioso tem que ser incluídas no currículo escolar, em sociologia ou história, temas de cidadania, participação da sociedade e história da religião." **(Entrevista, Mozart Chalfun, 04/09/2013).**

Possivelmente por conta de sua formação como professor, Mozart tenha se referido a uma solução para a questão do ensino religioso no Rio de Janeiro olhando para o caso concreto do estado de São Paulo;¹⁵⁰ A solução que o poder publico deu em São Paulo contempla a transversalidade ao diluir o conteúdo do ensino religioso nas disciplinas de Filosofia, Ciências Sociais e História. Não se trata de aprofundar o caso paulista nesta pesquisa. Contudo, a legislação de São Paulo gerou importantes resultados para as relações entre laicidade e religião. Nesse caso, o "Estado não se reconhece como devedor do credo cristão e faz da regulamentação do ER um mecanismo de regulação da religião na esfera pública" (LUI, 2007, p. 348).

Reimont também avalia o ensino religioso, para além da questão constitucional, como "um ensino de transversalidade, é um ensino que ajuda a dialogar, que trabalha as questões humanas, que abre o humano para acolher outros conhecimentos, outros aprendizados. Os

¹⁵⁰ "A aprovação da lei no Estado de São Paulo originou-se de um projeto de lei, sob o n.º 1.036 em 1999, encabeçado pelo deputado católico José Carlos Stangarlini (PSDB/SP), representante e membro da Renovação Carismática Católica em São Paul." Os termos da legislação estadual para a implantação do ER em São Paulo. (...) Em 9 de março de 2001 foi promulgada a lei paulista, mas em 27 de julho do mesmo ano o Conselho Estadual de Educação – CEE – aprovou a Deliberação n.16, que delimitou os requisitos de formação do professor de ER da seguinte maneira: “de 1ª a 4ª série para portadores de diploma de magistério ou licenciatura em Pedagogia, com habilitação no magistério de 1ª a 4ª do ensino fundamental, com o ER definido como ‘tema transversal’(...) Para os professores de ER de 5ª a 8ª, exigiu-se graduação em Filosofia, Ciências Sociais ou História, abordando temas relacionados à “história das religiões” e que levassem o aluno à apreensão de valores relacionados à cidadania. "(p.335-336)." A regulamentação também (...)excluiu profissionais de Ciências da Religião em prol de maior neutralidade em sala de aula."(p.336). Ver LUI, Janayna de Alencar. **Entre crentes e pagãos: ensino religioso em São Paulo.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.37, n.131, p.333-349, maio/ago. 2007, Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a0637131.pdf>>. Acessado em 29.Abr.2014.

país tem o direito de optar, mas o Estado não tem a opção de colocar ou não colocar: ele tem a obrigação. **(Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 9/08/2013).**

No entanto, Giumbelli e Carneiro consideram que o oferecimento do ensino religioso nas escolas públicas

Não pode ser tratado simplesmente como mais um componente curricular. Por trás desse tema está encoberta uma série de questões bem mais amplas, como a que envolve a dialética entre secularização e laicidade no interior de contextos socioculturais específicos. Ou seja, tal fato nos remete a uma discussão que emerge da vida pública, desde a instauração da República: a que se refere aos distintos sentidos atribuídos à noção de laicidade do Estado (especificamente, o estatuto da religião na escola), bem como ao direito da liberdade religiosa garantido pela Constituição (2004, p. 2)

As intervenções de Reimont e Márcio revelam o direito a liberdade religiosa onde há espaço para diferentes opções religiosas,.

Reimont revela o direito de não ter religião nenhuma quando afirma que "O Estado é laico, mas o povo é religioso e o estado não é uma figura na nebulosa, o Estado é uma figura que é composta por cidadãos e os cidadãos desse Estado são religiosos ou não, são crentes ou não. Por serem crentes ou não, tem o direito" **(Entrevista, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, 9/08/2013).**

Marcio refere-se ao direito natural, o *jusnaturalismo* (Cf. BOBBIO, 1998). Para o deputado, antes de o Estado garantir o direito da educação religiosa, o indivíduo tem a opção do ensino religioso conforme seu credo. Mas como expressar o credo em igualdade de condições? O Estado concederia o direito a educação religiosa como forma de compensar uma diferença econômica.

Na escola pública eu não tenho essa opção O pai não pode dizer eu quero , que meu filho que eu não tenho condição de pagar ao entrar na escola ele possa ter aula de religião evangélica, ele possa estudar na escola pública a religião católica .Esse direito só é dado no Brasil para quem paga (..) Para quem não paga a escola p Estado é laica (..) Para quem paga o Estado não é laico.Meu filho estuda no Santo Agostinho , por que eu quero que ele estude lá(...) Por que eu posso ter essa opção e a pessoa que trabalha na minha casa a minha secretária, diz que eu quero que meu filho tenha aula de religião na escola.A minha religião na escola faz parte da cultura do Brasil .Eu sou da umbanda e quero que meu filho estude umbanda na escola, por que é a cultura do meu país. **(Entrevista, Márcio Pacheco, 29/08/2013)**

Na realidade as falas de Reimont, Márcio Pacheco e Mozart, assim como o processos instituidores do ensino religioso no Rio de Janeiro e São Paulo, confirmam o que Emerson Giumbelli afirma. Segundo esse autor,

O Estado moderno nunca se desinteressou da religião e de que a 'religião' ao reivindicar seus direitos teve de considerar o Estado. Ou seja, o próprio modo pela qual a modernidade define a 'religião' estabelece um vínculo estrutural com o Estado. Sendo assim, o foco analítico deve recair sobre as formas de relação entretidas entre Estado e religião, considerando-se o modelo de separação como apenas uma de suas modalidades. (2002, p.50)

Assim, mais do que justificar seu discurso pelo ethos religioso católico correspondente, a modalidade política dos atores entrevistados modela-se também pela recorrência a Constituição Federal como o elemento garantidor do direito ao ensino religioso. A reivindicação pelo ensino religioso no espaço público também é uma dimensão da nova dinâmica que os movimentos sociais brasileiros, especialmente na década de 1980, imprimiram na reivindicação dos direitos de cidadania com o crescimento da participação democrática. Isso, conforme Montero, são os "novos arranjos políticos de modo a ampliar a base de representação nos processos decisórios" (2012, p. 172).

Deste modo, a dinâmica dos movimentos sociais brasileiros, incorporou uma "maior responsabilidade decisória para os cidadãos comuns, padres, pastores e outros representantes de diferentes religiões conquistaram muitas posições nos novos fóruns criados para deliberar questões relativas à implementação de políticas públicas" (MONTERO, 2012, p.172).

Este capítulo mostrou então os posicionamentos parlamentares e militantes de atores católicos que mostram suas influências como agentes envolvidos na elaboração e na execução de políticas públicas

São percepções e observações empíricas que confirmam hipóteses, indicativos teóricos e procedimentos sobre a relação entre os valores católicos e suas aplicações no mundo da política que serão exploradas com maior densidade analítica e conclusiva no capítulo a seguir.

V CONCLUSÕES

Inicialmente, esta dissertação teve como objetivo básico compreender qual a atitude de atores católicos na compreensão de valores religiosos postos em discussão pública nos espaços da política. As contribuições teóricas expostas ao longo do texto sobre as imbricações da política com a religião mostram a face da religião inserida em um processo de desinstitucionalização ou ainda de (re)institucionalização, na medida em os espaços públicos e os do mundo da política recebem cada vez mais a influência religiosa. Para isso, realizamos uma revisão de literatura sobre o significado de religião nas perspectivas de autores clássicos da teoria sociológica, junto a autores mais contemporâneos.

Assim, o capítulo 1 teve a preocupação de sintetizar os significados de religião para os diversos autores no sentido de, ao longo do texto, possuímos uma âncora teórica segura, a fim de compreender melhor a dimensão da religião na modernidade atual.

Este estudo apresentou alguns limites, sobretudo aqueles ligados ao aspecto numérico das entrevistas e dos dados que poderiam ser mais diversificados se não fossem os contratempos do campo de pesquisas. Contudo, acreditamos que nossa relativa vinculação com o objeto pesquisado, assim como as trajetórias políticas comuns com os atores entrevistados, de certa forma, contribuíram para diminuir esses limites. Por isso tudo, os resultados dessa investigação conformam-se com os objetivos iniciais, a saber, a influência dos valores religiosos na política e como a expressão da identidade católica interpreta os valores morais destacados.

A moral do catolicismo exposta nessa pesquisa destacou as questões sobre o direito a vida relacionadas ao aborto, a eutanásia e as pesquisas com células-tronco embrionárias. Tão importante quanto os valores da vida foram destacados também os valores morais católicos diante das uniões homoafetivas e o aspecto do ensino religioso público.

Mesmo com as limitações, o trabalho empírico respondeu aos objetivos propostos. Deste estudo empírico obtiveram-se alguns resultados.

Em primeiro lugar, constatamos que as constantes intervenções políticas, partidárias e eleitorais da Renovação Carismática Católica (RCC) são reações ao avanço do neopentecostalismo na esfera pública. As opiniões e análises de todos os entrevistados foram unânimes em reconhecer o avanço evangélico na política. O instrumental teórico sobre a RCC, aliado a base de dados, confirmou a postura atual de carismáticos, como Marcio Pacheco, por conta da necessidade hierárquica do catolicismo em recuperar espaços, posições e influência cultural na sociedade brasileira. Nesse caso, a política é hoje a arena privilegiada.

Algumas naturalizações foram confrontadas com as respostas dos atores católicos envolvidos nesta parte da dissertação, como o caso da Renovação Carismática Católica e sua condição de apenas rezar e não fazer política. Os atores Reimont, Mozart e Robson, ao assumirem esse o binarismo, optaram pelo pólo das Comunidades de Base. O deputado Márcio Pacheco optou pelo fazer política mas também por rezar. Assim, o capítulo 2 procurou desnaturalizar essa situação e indicou sinais de que na RCC de hoje há um relação com o popular mais acentuada que em outros tempos. Provavelmente são mudanças nas concepções classistas da sociedade como avaliamos. Mas também acreditamos, em grande parte, ser um conjunto de táticas para conter o avanço das religiões evangélicas, conforme exposto no referido capítulo.

Em segundo lugar, percebemos que o valor da moral católica na dinâmica do catolicismo contemporâneo brasileiro no seu recorte fluminense vem superando o valor secularizado da política. Acreditamos que esse movimento não se trata de uma simples substituição binária, ou seja, sai a política, por conta da crise das ideologias e entra a religião. Novas formas de fazer política podem contemplar o religioso. É o encantamento pela política destacado no título desta dissertação.

Existem variações que não deslocam o centro dessa constatação. Por exemplo, todos os atores se pronunciaram contra o aborto. Porém variações sobre a preservação da saúde da mulher ou da consideração da questão abortiva como questão de saúde pública foram registradas nas falas dos atores. No andamento do texto, pela quantidade de informações sobre parlamentares sobre leis relativas às questões morais, foi realizada uma modificação de forma a contemplar uma tendência no debate público sobre a moralidade católica: a consideração pelo direito à vida. Assim, a eutanásia e as pesquisas com células-tronco embrionárias foram rejeitadas como era esperado em se tratando de valor moral.

Tão importante quanto a defesa do valor religioso diante da arena política é a separação entre esferas civis e religiosas sobre, por exemplo, a união civil homoafetiva. Todos os atores entrevistados separaram o direito previdenciário e patrimonial do que seria o registro religioso de uma união homossexual ou o reconhecimento como casamento e não uma parceria civil. Não verificamos nas respostas dados pesquisa documental dos entrevistados a de quaisquer aspectos condenatórios da prática homoafetiva, considerada pela Igreja Católica como prática de depravação grave, desviante e contrária a lei natural (Cf. O CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2000).

Por outro lado, segundo a maioria dos dados informados e examinados, constatou-se que o ensino religioso deve ser implantado na educação pública. Tivemos a percepção de que

para alguns atores, o ensino religioso seria uma espécie de reequilíbrio de forças tendo em vista o pioneirismo evangélico nessa questão, conforme demonstramos no capítulo 3.

A exceção de Mozart Chalfun houve a concordância dos outros entrevistados selecionados para a atual pesquisa. sobre o ensino religioso. Cabe registrar que Mozart não vive o mundo parlamentar. Os parlamentares são investidos de atribuições e, como verdadeiras vocalizações institucionais, defendem os valores e os interesses da Igreja Católica. O sentido da defesa e da concretização dos objetivos da Concordata do Vaticano sobre a defesa do ensino católico nas escolas públicas feitos pelos outros entrevistados. é exemplar no. Os parlamentares Reimont e Marcio Pacheco entenderam a questão do ensino religioso como direito constitucional, muito possivelmente entendo essa questão também como elemento tático da estratégia vaticana para a implantação do ensino religioso no Brasil. Talvez estejamos diante do caso não da instrumentalização do valor religioso pela política mas do próprio valor religioso se manifestando acima do valor da política.

A vinculação de Mozart com a política é o mundo militante e partidário que, em grande parte e por causa da confusão ideológica entre valores de direita e esquerda exposta amplamente nesta dissertação, provavelmente o coloca numa patamar de relativo idealismo em temas da política. Não que atores como o entrevistado citado sejam desprovidos de capacidade analítica e discernimento sobre as relações entre religião e política. A questão é que a ausência de interação com o mundo político na qualidade de parlamentar possivelmente, seja o resultado da ausência de atribuições sociais e requisições eleitorais fundamentais para a investidura do cargo parlamentar (Cf. CORADINI 2000). Mas essa constatação não é definitiva. As variáveis da modernidade atual, as da própria política e da afirmação cada vez maior do valor religioso, certamente farão com que outros militantes partidários de identidade católica se elejam parlamentares em processo eleitorais futuros.

A pesquisa quis contribuir também para o conhecimento específico da legislação produzida sobre a questão moral religiosa e seus trâmites legislativos e seus desdobramentos para os cotidianos dos indivíduos beneficiários ou requisitantes dos direitos originados dessa legislação.

Para finalizar, consideramos a importância e a atualidade deste estudo devido à rapidez das mudanças sociais e, no nosso caso, das configurações religiosas. Consideramos também a possibilidade de que essa investigação contribua, de alguma forma, para outros estudos mais aprofundados no campo da sociologia da religião.

VI . REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.2, n.4, p.5-28, jun.1987.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n.76, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Abr. 2014.
- AMORIM, F. B. S. ADI nº 3510: a atuação da AGU na defesa das pesquisas com células-tronco. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 17, n. 3402, 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/22877>>. Acesso em: 08 Abr. 2014.
- AQUINO, R. S. L. et alii. *História da sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ARON, R. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- AZEVEDO, A. N. A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In: AZEVEDO, A. N. (org.). *Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002.
- BARTH, F. Metodologias comparativas na análise dos dados antropológicos. In: BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. pp. 187-200.
- BARTH, F. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa . 2000.
- BENEDETTI, L.R. Novos rumos do catolicismo. In: Novas CARRANZA, B.; MARIZ, C.; CAMURÇA, . (Org.). *Comunidades Católicas: em busca do espaço pós-moderno* Aparecida, SP: Idéias & Letras: 2009.
- BERGER, P.L. . A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-23, 2001.
- BERGER, P.L. *O Dossel Sagrado*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BERGER, P.L. e LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BOBBIO, N. . *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BOBBIO, N. *Dicionário de política* Brasília, DF. Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOFF, C. *Carismáticos e libertadores na Igreja*. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, RJ, fasc. 237. Editora Vozes, 2000
- BOFF, L. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1983.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: Bourdieu. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 2011. pp. 53-59

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. 2012. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf> Acesso em: 07 abr. 2013.

BURITY, J. A. Religião, política e cultura. *Tempo social*, São Paulo, v. 20, n. 2, Nov. 2008. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702008000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Fev 2014.

CAPUTO, S. G. Questões sobre gestão, formação e avaliação a respeito do ensino religioso na escola pública do Rio de Janeiro. *Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 21, n. 38, p. 199-213, jul./dez. 2012. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v21n38/v21n38a17.pdf>>, Acesso em 30 Mar. 2014.

CARRANZA, B. *Movimentos do catolicismo brasileiro: cultura, mídia, instituição*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000373145>>. Acesso em 07 Abr. 2014.

CARRANZA, B. *Catolicismo Midiático*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2001.

CARRANZA, B. *Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2000.

CARRANZA, B.; MARIZ, C. Novas comunidades católicas: por que crescem ? In: CARRANZA, B.; MARIZ, C.; CAMURÇA, M. (Org). *Novas Comunidades Católicas*: Aparecida, SP: Idéias & Letras: 2009.

CASANOVA, J. A religião não se foi embora, só mudou de face e de lugar: Entrevista [05 de dezembro de 2008]. Disponível em <<http://religionline.blogspot.com.br/2008/12/religio-no-se-foi-embora-s-mudou-de.html>> Acesso em 10 Dez. 2013.

CASANOVA, J. As religiões estão se tornando cada vez mais globais: Entrevista. [09 de abril de 2012]. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/508258>> Acesso em 03 Jan. 2013.

CASANOVA, J. *Public Religions in the Modern World*. The University of Chicago Press, 1994.

CESARINO, L.N. Nas fronteiras do "humano": os debates britânico e brasileiro sobre a pesquisa com embriões. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2007. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132007000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 Abr. 2014.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CIPRIANI, R. *Manual de Sociologia da Religião*. São Paulo: Paulus, 2007.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO - CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA - 4ª edição revista - Editorial A. O. – Braga, Portugal. 2007

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL -PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO 1966-1970, 2004 .Disponível em <http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_view/140-77-plano-de-pastoral-de-conjunto> >. Acesso em : 07 Jan. 2013.

CORADINI, O. L. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 2001.

COSTA, J. *Sociologia da Religião*. Aparecida, SP: Santuário, 2009.

DOMINGUES, J. M. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DURKHEIM, E.(1912) *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção Os Pensadores.

ENGELS, F (1895). *Contribuição Para a História do Cristianismo Primitivo*. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1895/mes/cristianismo.htm>>. Acesso em : 07 Jan. 2014.

FERNANDES, S. R. A. Diferentes olhares, diferentes pertencas: Teologia da Libertação e MRCC, REVER, *Revista de Estudos da Religião*, PUC São Paulo, nº. 3, 2001, pp. 76-92.

FERREIRA FILHO, J, A. O catolicismo na construção da identidade do Partido dos Trabalhadores: carismáticos e libertadores nas eleições de 2004 no Rio de Janeiro. Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FREITAG, B. *A Teoria Critica Ontem e Hoje*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC,1989.

GIDDENS, A. *Sociologia*.Porto Alegre: Artmed ,2005

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIUMBELLI, E. A religião nos limites da simples educação: notas sobre livros didáticos e orientações curriculares de ensino religioso. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2010, v.53, nº1. Disponível em <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ra/v53n1/a02v53n1.pdf>> Acesso em 28 Jan. 2014.

GIUMBELLI, E. *O Fim da Religião: Dilemas da Liberdade Religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

GIUMBELLI, E.;CARNEIRO, S. S. Religião nas escolas públicas: questões nacionais e a situação no Rio de Janeiro. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 2. 2006.Disponível em <http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/19/13>>. Acesso em 03 Jan. 2013.

GIUMBELLI, E.; CARNEIRO, S.S. Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro: Registros e Controvérsias. *ISER*, Rio de Janeiro, 2004 Disponível em:<http://www.iser.org.br/website/arqantigo/files//comunicacoes_do_iser_60.pdf>.Acesso em 28 Mar.2014

GOMES, E.C.A religião em discurso: a retórica parlamentar sobre o aborto In: Duarte et al. *Valores religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.(

HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HERVIEU-LÉGER, D. *O Peregrino e o Convertido*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

HERVIEU-LÉGER,D.;WILLAIME, J.P. *Sociologia e Religião-Abordagens Clássicas*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.

IGREJA CATÓLICA, O Catecismo da Igreja Católica. Edição Típica Vaticana, São Paulo, SP; Edições Loyola, 2000[ed. revisada de acordo com o texto oficial em latim].

IGREJA CATÓLICA. ARQUIDIOCESE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - 10 ° Plano de Pastoral de Conjunto: Ninguém te ama como eu! : Orientações específicas (2004 – 2008). Arquidiocese do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: Nossa Senhora da Paz Editora, 2005.

JACOB, C.R. et al. *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil*.Rio de Janeiro Edições Loyola- PUC/RJ, 2003.

KRAUSE, S e SCHMITT, Rogério Augusto (orgs). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ. Fundação Konrad Adenauer, 2005.

LEITE, M.P. Novas relações entre identidade religiosa e participação política. In: BIRMAN, P.(Org.). *Religião e espaço público*. São Paulo. Attar, 2003.

LESBAUPIN, I. Comunidades de Base e Mudança Social. Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 2000, pp.54-79.

LIMONGI, ; FIGUEIREDO, A. C, *Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994*, Dados, 38(3), 1995.

LÖWY, M. Marx e Engels como sociólogos da religião. *Lua Nova*, São Paulo, n. 43, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451998000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Dez.2013.

LÖWY, M. Marxismo e religião: ópio do povo? In: Boron, A; *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* 2007. Disponível em <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap. 11. doc](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.11.doc)> Acesso: em 12 Dez.2013.

LUCKMANN, T. *La Religión Invisible*. Salamanca, Ágora, 1973.

LUI, J, A. *Entre crentes e pagãos: ensino religioso em São Paulo. Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.37, n.131, p.333-349, maio/ago. 2007, Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a0637131.pdf>>.Acesso:em 29.Abr.2014.

LUNA, N. Aborto e células-tronco embrionárias na campanha da fraternidade: ciência e ética no ensino da Igreja.*Revista Brasileira de Ciências Sociais.*, São Paulo , v. 25,n. 74,out. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em:09 fev. 2014.

LUNA, N. As novas tecnologias reprodutivas e o estatuto do embrião. *Revista Gênero*, Niterói, v.3,nº1,p.83-100,2002.

LUNA,N. Embriões de laboratórios e fetos anencefálicos: a constituição de sujeitos de direitos no debate público. In: Duarte et al. *Valores religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.(

MACHADO, M. D. C.. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006

MACHADO, M.. D. C.. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 25-54, 2012.

MACHADO, M.D.C. Existe um estilo evangélico de fazer política? In:BIRMAN, P.(Org.). *Religião e espaço público*. São Paulo. Attar, 2003.

MACHADO, M.D.C.;MARIZ, C.L. Conflitos religiosos na arena política: o caso do Rio de Janeiro *Ciencias Sociales y Religión / Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 6, n. 6, 2004.

MAINWARING, S. *Igreja católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas* (Porto Alegre), v.11, n.2, p.238-258, 2011. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/9647/6619>. Acesso em : 30 Set.2012.

MARIZ, C. L. A Renovação Carismática Católica Uma igreja dentro da Igreja? *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 2003: pp.169-186

MARIZ, C. L.; LOPES, P. V. L. O reavivamento católico no Brasil e o caso da Toca de Assis. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Org.). *Catolicismo plural*. Petrópolis: Vozes, 2009. p.75-108.

MARIZ, C. L. Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger. *Religião & Sociedade*, 2001 abr., Rio de Janeiro.

MARX, K. *O capital*.(1867) Vol. 1. São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Economistas.1982.

MARX, K.(1844) Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. Disponível em:<<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/criticafilosofiadireito/introducao.htm>>. Acesso em: 11 Jan. 2014.

MENEZES,R.A.Projetos de lei em torno da eutanásia:entre poder médico, autonomia e valores religiosos. In: Duarte et al. *Valores religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.(

MIGUEL, Luis Felipe. Os partidos brasileiros e o eixo esquerda-direita. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org) *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*- Co- Edição: Konrad Adenauer, Rio de Janeiro. Ed. UNESP, São Paulo. 2010.

MIRANDA, J. Carisma, *Sociedade e Política: novas linguagens do religioso e do político*. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1999.

MONTERO, P. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32,n. 1, 2012. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010085872012000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 Ago. 2013.

MONTERO, P. Jürgen Habermas: religião, diversidade cultural e publicidade.*Novos Estudos CEBRAP*, 2009, n.84: pp. 199-213.

NATIVIDADE, M.; LOPES, P.V. L. Os direitos GLBT e as respostas religiosas: da parceria civil à criminalização da homofobia. In: Duarte et al. *Valores religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

NEGRÃO, L.N. Nem "jardim encantado", nem "clube dos intelectuais desencantados".*Revista Brasileira de Ciências Sociais*..São Paulo,v. 20,n. 59,Oct. 2005 Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092005000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jan 2014

NERI, M C. *Novo Mapa das Religiões*. Rio de Janeiro, RJ: FGV/CPS, 2011.

NOVAES, R. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, L C. (Org.). *Política e cultura: século XXI*. Rio de Janeiro, RJ. Relume-Dumará: ALERJ, 2002.

OLIVEIRA, P.R.. Adeus à Sociologia da Religião Popular, In: *Religião e Sociedade* vol. 18, n. 2. Rio de Janeiro, 1997 pp. 43-62.

PIERUCCI, A F. Secularização em Max Weber:da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.13,n.37,1998.Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>

php?script=sci_arttext&pid=S010269091998000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Jan.2013.

PIERUCCI, A. F. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2005

PIERUCCI, A.F. É fácil ser católico. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES,R. (Org). *Catolicismo Plural: dinâmicas contemporâneas*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

PIERUCCI, A. F. "Religião". Folha de São Paulo, São Paulo, 31 dez. 2000. Caderno Mais, p. 21. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs3112200019.htm>.> Acesso em: 19 Jan.2013.

RATZINGER, J. A ditadura do relativismo. 2005. Disponível em <http://www.quadrante.com.br/artigos_detalhes.asp?id=49&cat=6 . Acesso em :19 Jan. 2013.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, Ideologias e Composição Social: Um estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo, SP. Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SCHERER, Dom Odilo Pedro. Plano de Pastoral de Conjunto, 1966-1970 -Nova Publicação. 2004. Disponível em: < <http://www.cnbb.org.br/secretariadogeral/docs76e77.php> >. Acesso em :21 Abr 2005.

SCHMITT, R. A. Rio de Janeiro: Multipartidarismo, competitividade e realinhamento eleitoral In: LIMA JÚNIOR, O (Org). *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências*, Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

SILVA, A.A :*Religião e razão comunicativa: as Comunidades Eclesiais de Base no contexto da redemocratização*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13052003-170836/>>. Acesso em:04 Ago 2013.

SILVEIRA, E. J. S. Terços, “Santinhos” e Versículos: A relação entre Católicos Carismáticos e a Política. *Revista de Estudos da Religião* - REVER PUC/SP, março / 2008 . Disponível em http://www4.pucsp.br/rever/rv1_2008/t_silveira.pdf.>Acesso em : 12 Dez.2012.

SINGER, A. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo. EDUSP, 2002.

TEIXEIRA, F. A conjuntura internacional católica. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Org.). *Catolicismo Plural: dinâmicas contemporâneas*.. Petrópolis: Vozes,

TEIXEIRA, F. O Testemunho no mundo plural. Disponível em <<http://www.iserassessoria.org.br/novo/arqsupload/88.DOC>>.Acessado em 23 Jan.2014

WACQUANT, L. Notas para Esclarecer a Noção de Habitus. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa-v. 6 n.16, abril de 2007. Disponível em < [http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSE%206\(16\)%20Abril%20de%202007.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSE%206(16)%20Abril%20de%202007.pdf)>. Acesso em: 15 Abr 2014.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, SP. Livraria Pioneira Editora, 1987.

WEBER, M. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo, SP. Martin Claret, 2002.

WEBER, M. *Economia e Sociedade-Volume 1*. Brasília, DF. Editora Universidade de Brasília, 2009.

ANEXOS

ANEXO-A: QUADRO DOS PARTIDOS POLÍTICOS REGISTRADOS ¹⁵¹

N	SIGLA	NOME
1.	PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
2.	PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
3.	PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
4.	PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
5.	DEM	DEMOCRATAS
6.	PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
7.	PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
8.	PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
9.	PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO
10.	PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
11.	PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
12.	PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
13.	PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
14.	PV	PARTIDO VERDE
15.	PTdoB	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL
16.	PP	PARTIDO PROGRESSISTA
17.	PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
18.	PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
19.	PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
20.	PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
21.	PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO

¹⁵¹ Disponível em < <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>> .Acesso em : 26 Jan.2014

22.	PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA
23.	PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL
24.	PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL
25.	PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
26.	PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
27.	PR	PARTIDO DA REPÚBLICA
28.	PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
29.	PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE
30.	PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL
31.	PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL
32.	SD	SOLIDARIEDADE

ANEXO-B:LEI Nº 3459, DE 14 DE SETEMBRO DE 2000**DISPÕE SOBRE ENSINO RELIGIOSO CONFSSIONAL NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

O Governador do Estado do Rio de Janeiro,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina obrigatória dos horários normais das escolas públicas, na Educação Básica, sendo disponível na forma confessional de acordo com as preferências manifestadas pelos responsáveis ou pelos próprios alunos a partir de 16 anos, inclusive, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Rio de Janeiro, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Parágrafo único – No ato da matrícula, os pais, ou responsáveis pelos alunos deverão expressar, se desejarem, que seus filhos ou tutelados freqüentem as aulas de Ensino Religioso.

Art. 2º - Só poderão ministrar aulas de Ensino Religioso nas escolas oficiais, professores que atendam às seguintes condições:

I – Que tenham registro no MEC, e de preferência que pertençam aos quadros do Magistério Público Estadual;

II – tenham sido credenciados pela autoridade religiosa competente, que deverá exigir do professor, formação religiosa obtida em Instituição por ela mantida ou reconhecida.

Art. 3º - Fica estabelecido que o conteúdo do ensino religioso é atribuição específica das diversas autoridades religiosas, cabendo ao Estado o dever de apoiá-lo integralmente.

Art. 4º - A carga horária mínima da disciplina de Ensino Religioso será estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação, dentro das 800 (oitocentas) horas-aulas anuais.

Art. 5º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir concurso público específico para a disciplina de Ensino Religioso para suprir a carência de professores de Ensino Religioso para a regência de turmas na educação básica, especial, profissional e na reeducação, nas unidades escolares da Secretaria de Estado de Educação, de Ciência e Tecnologia e de Justiça, e demais órgãos a critério do Poder Executivo Estadual.

Parágrafo Único – A remuneração dos professores concursados obedecerá aos mesmos padrões remuneratórios de pessoal do quadro permanente do Magistério Público Estadual.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2000.

ANTHONY GAROTINHO
Governador

ANEXO -C:PROJETO DE LEI Nº 1840/2000**EMENTA:**

DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI Nº 3459, DE 14 DE SETEMBRO DE 2000 QUE DISPÕE SOBRE ENSINO RELIGIOSO CONFSSIONAL NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Autor(es): Deputado CARLOS MINC, PAULO PINHEIRO, ANDRÉ CECILIANO, ARMANDO JOSÉ, ARTUR MESSIAS, CHICO ALENCAR, CIDINHA CAMPOS, EDSON ALBERTASSI, HÉLIO LUZ, ISMAEL DE SOUZA, JAMIL HADDAD, LAPROVITA VIEIRA, WALNEY ROCHA

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**RESOLVE:**

Art. 1º - A Lei nº 3459 de 14 de setembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 1º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas estaduais de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo ou o estabelecimento de qualquer primazia entre as diferentes doutrinas religiosas.

Art. 2º - O Sistema Estadual de Ensino regulamentará os procedimentos para a definição dos conteúdos de cada ciclo de conhecimento, ouvida entidade civil constituída pelas diferentes denominações religiosas.

Art. 3º - O Sistema Estadual de Ensino estabelecerá as normas para a habilitação e admissão de professores concursados de Ensino Religioso e tomará as medidas necessárias para a capacitação docente.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em 90 (noventa) dias a serem contados da sua publicação.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, de outubro de 2000.

ANEXO-D:
BOLETIM INFORMATIVO DE NAZARETH BARRETO- 2010

O BEM COMUM

Bem Comum é o conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um de seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição, em sua dignidade, enquanto pessoa humana, contemplando todas as suas expressões de vida.

Podemos considerar como condições essenciais que contribuem para a dignidade humana as seguintes questões: alimento, roupa, habitação, educação, respeito, trabalho, direito de agir segundo a norma reta de sua consciência, informação conveniente, constituir família, proteção à vida particular e a justa liberdade também em matéria religiosa.

Por isso, não basta ter o conhecimento básico desses princípios, é necessário criar condições para que eles existam e para isso tem de se trabalhar muito.

Entendemos, portanto, que criamos condições para que em nosso país, estado e cidade, o Bem Comum prevaleça, nas vezes que lutamos para que aja maior número de empregos formais; lutando pelo fortalecimento econômico da indústria e comércio; quando acompanhamos e contribuimos, de alguma forma a expansão do ensino público em todos os níveis, inclusive o técnico; e acima de tudo



naquilo que tem se mostrado um drama: a questão da moradia nas nossas cidades. Cada vez que cada um de nós, ao seu modo e dentro de sua possibilidade, busca a verdade sobre todos os acontecimentos que envolvem essas questões, e procura contribuir para a melhoria e o crescimento, na realidade está, na sua simplicidade, construindo o Bem Comum que a Doutrina Social da Igreja ensina e pede. Pensando assim, temos de acreditar e agir, porque afinal, quando cada um de nós faz a sua parte, juntos podemos construir um país mais justo, solidário, inspirado nos valores cristãos, como todos queremos!

RODRIGO NEVES, sociólogo e deputado estadual.

"Expressar-se de modo correto e possuir um texto claro, conciso, coerente, e sem erros propicia CREDIBILIDADE."

Odete Cavalcante.

Professora com mestrado e especialidade em Língua Portuguesa, com mais de 25 anos de experiência em revisões e criações de textos, assessoria na preparação de trabalhos acadêmicos, com ajuda na elaboração coesa e coerente de textos para a expressão clara das ideias.
Ligue: 3234-3915 ou 9225-2567.



Boletim de Opinião e Evangelização Nazareth Barreto nº 8 - Maio de 2010

DEUS É MISERICÓRDIA



Lembro-me de ter ouvido muitas críticas, quando decidi levar para rádio, no início de 1997, o Terço da Misericórdia, pelo Renova Rio, ainda na Rádio Catedral. Alguns diziam, que por ser às 15:00h, no meio do programa, quebraria o ritmo, outros que por ser um terço, ficaria enfadonho; alguns comentavam que ninguém conhecia, mas a crítica maior era que seria mais uma devoção entre tantas da nossa Igreja. Fato é que, tendo sido eu, por toda minha vida, uma pessoa confiante e entregue a Misericórdia Divina, sabia que era, exatamente isso, que consolaria milhares de pessoas, em uma intercessão.

Conheci o terço através de uma amiga que me contou a boa nova: "em Vila Valqueire havia uma Igreja da Divina Misericórdia e que eu iria adorar, pois lá havia encontrado orações e escritos que eu sempre citava!". É bom esclarecer que eu citava por pura inspiração, pois jamais havia lido nada sobre a Misericórdia fora da Bíblia, e minha amiga sabia disso. Assim que pudemos, fomos lá e esse foi o meu primeiro contato pessoal com o terço, e foi marcante. Anos antes, quando eu participava do programa da Rosa Mística, na Rádio Imprensa, às 05:00 h, o Terço da Misericórdia acontecia momentos. Com certeza absoluta, em qualquer lugar, hoje, quando se coloca no ar é recorde de audiência. Por que será? Bom marketing? Fácil e rápido de se orar? Fica para alcançar

os pedidos? NADA DISSO !!!

A oração do Terço da Misericórdia apenas nos faz mergulhar naquele que é MISERICÓRDIA E LUZ! Não estou usando nenhuma figura de linguagem. Estou falando de Sua essência: o Ser de Deus é assim: Misericórdia e Luz! E a Sua Palavra está cheia dessa revelação, senão vejamos, procure raciocinar e, ao mesmo tempo, contemplar comigo:

Deus é Amor (1 Jo4,8,10.16), a Palavra é contundente: "Aquele que não ama não conhece a Deus, porque Deus é Amor" continua afirmando: "...nisto consiste o amor: não em termos nós amado a Deus, mas Ele ter-nos amado" e explica como "enviando seu Filho para expiar os nossos pecados" continua, "... Deus é Amor, e quem permanece no Amor permanece em Deus."

E Misericórdia é o Amor em sua face mais extremada, estende-se até aquela situação, pessoa, acontecimento em que todos já perderam prazer, paciência, visão de soluções, palavras, explicações, desculpas, quando o perdido parece até que perde sentido e, por fim, qualquer esperança, perde-se tudo, não resta mais nada. Ai, então, encontra-se o espaço, diria o habitat natural, para acontecer a Misericórdia. Ela é o Amor que envolve toda situação de miséria, indigência.

Se, de fato é assim, então, a toda Palavra de Deus é pura Misericórdia. Sua maior definição, ao meu ver, é em 1 Cor13. O Apóstolo Paulo, inspirado descreve a "Caridade", que é o Amor, portanto, Misericórdia, da forma mais exímia que alguém poderia ter feito, afirmando, no início que sem ela nada tem sentido ou valor: "é paciente, é bondosa. Não tem inveja, não é orgulhosa, não é arrogante, nem escandalosa, não busca seus próprios interesses, não se irrita, não

ANEXO-E:
ANTONIO CARLOS BISCAIA -PANFLETO ELEITORAL- 2006



A Igreja e o momento eleitoral

Vivemos tempos de eleições, de definições de rumos, de busca de novos caminhos para o povo brasileiro. Lembramos as palavras de João Paulo II, "Os fiéis leigos não podem de maneira nenhuma abdicar de participar na política..." CL, nº 42 (1989). Com fé, nossa participação e a certeza em Deus, teremos um novo Congresso Nacional, eleito com os princípios da ética e da justiça social em consonância com nossa determinação cristã. O Deputado Federal Antonio Carlos Biscaia tem exercido o seu mandato como parlamentar na Câmara Federal, dedicando-se inteiramente em defesa das causas sociais e da Igreja. Como membro da Frente Parlamentar de Defesa da Vida, esteve à frente das lutas contra iniciativas de lei que legalizem o aborto. Segundo Biscaia "o aborto é um crime hediondo que tira a vida de pessoas indefesas". Sua convicção em defesa da vida reitera o firme propósito de impedir também a utilização em pesquisas de células tronco de embriões humanos.

BISCAIA espera contar com seu apoio e seu voto.

ANTONIO CARLOS BISCAIA, como Procurador-Geral de Justiça por três mandatos, comandou a luta contra o crime organizado, a máfia do jogo do bicho e os fraudadores da previdência social. Exerce o mandato de Deputado Federal pelo PT-RJ, com atuação destacada, tendo sido incluído pelo DIAP (Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar), por dois anos, como um dos 100 parlamentares mais influentes do

Congresso Nacional. Presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e atualmente preside a CPMI dos Sanguessugas.

- Membro da União de Juristas Católicos
- Foi assessor da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz
- Integrante da Pastoral dos Políticos Católicos
- Membro da Frente Parlamentar em Defesa da Vida
- Membro do Conselho Consultivo da PUC

COMITÊS: **Centro:** Rua da Assembléia 93, sala 307. Tel: 2544-8323

Tijuca: Rua Carlos de Vasconcelos 166, 2º andar, sala 7.

Niterói: Rua Presidente Backer 142, Icaraí.

www.biscaia.com.br biscaia@br.inter.net

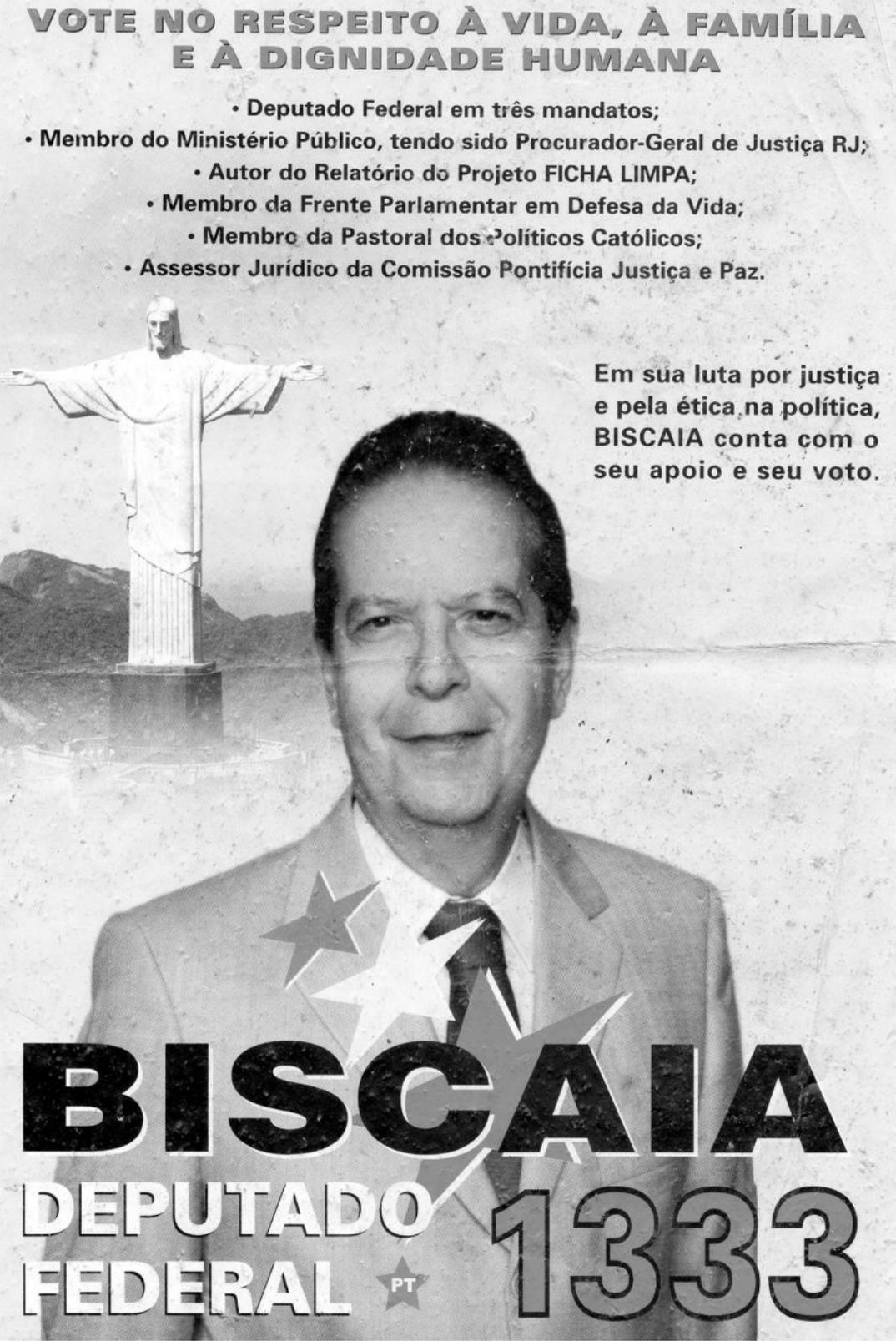
Lula Presidente - 13 / Vladimir Governador - 13 / Jandira Senadora - 651

**ANEXO-F:
ANTONIO CARLOS BISCAIA - PANFLETO ELEITORAL - 2006**

**VOTE NO RESPEITO À VIDA, À FAMÍLIA
E À DIGNIDADE HUMANA**

- Deputado Federal em três mandatos;
- Membro do Ministério Público, tendo sido Procurador-Geral de Justiça RJ;
 - Autor do Relatório do Projeto FICHA LIMPA;
- Membro da Frente Parlamentar em Defesa da Vida;
 - Membro da Pastoral dos Políticos Católicos;
- Assessor Jurídico da Comissão Pontifícia Justiça e Paz.

Em sua luta por justiça
e pela ética na política,
BISCAIA conta com o
seu apoio e seu voto.



BISCAIA
DEPUTADO
FEDERAL  **1333**

**ANEXO-G:
NAZARETH BARRETO E ALESSANDRO MOLON - PROPAGANDA ELEITORAL
2008/RJ**

PARA RENOVAR O RIO TEM QUE TER FÉ,
E QUEM TEM FÉ VOTA

Nazareth 





VEREADORA

13010

PARA RENOVAR O RIO TEM QUE TER FÉ,
E QUEM TEM FÉ VOTA

 **Nazareth** 

VEREADORA

13010 

Nazareth Barreto, carioca, professora, é uma mulher de Deus, uma mulher do Rio de Janeiro, que acredita nos valores do Evangelho para Renovar o Rio.

Conhecedora da doutrina social da Igreja, é mulher de fé, de garra, que deseja colocar sua experiência e determinação à disposição do povo da nossa cidade na **Câmara de Vereadores**. Iniciou seu trabalho como comunicadora na **Rádio Imprensa**. Criou e apresentou o programa **Renova Rio** nas rádios **Catedral** e **Carioca**.

Estudante de Teologia, com mais de trinta anos de dedicação em trabalhos pastorais na **Paróquia Nossa Senhora de Loreto**, em Jacarepaguá, e de evangelização na **Renovação Carismática**, atualmente trabalha junto aos **Padres Antônio José (Meier)** e **Marcos Willian (Botafogo)**.

Nazareth atua efetivamente na divulgação e defesa do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e na melhoria dos Conselhos Tutelares, sendo professora do curso de extensão da UERJ responsável pela formação de novos Conselheiros.

Uma mulher que tem fé na vida e fé no Rio de Janeiro. Acredita que com trabalho sério e ético é possível fazer nossa cidade voltar a ser realmente maravilhosa.

Estará junto com você na luta para:

- Defender os direitos da **criança e do adolescente** e os direitos da **mulher**, lutando contra a violência, a discriminação e a falta de oportunidade.
- Implementar o **Orçamento Participativo**, no qual a parceria entre a sociedade civil e governo decide o destino dos recursos municipais.
- Priorizar, no orçamento municipal, recursos para a **educação**, garantindo um ensino de qualidade e melhores condições para os profissionais da rede pública.
- Criar e ampliar as **vagas nas creches municipais** para que mais mulheres tenham acesso ao mercado de trabalho formal.
- Investir no **aumento do número de Conselhos Tutelares** e na melhoria de suas estruturas.

NAZARETH E MOLON JUNTOS PELO RIO!

Tel.: 2567-4821 – E-mail: nazarethbarreto@oi.com.br
www.nazareth13010.can.br

MOLON 
PREFEITO

Vice: Lúcia Tinha

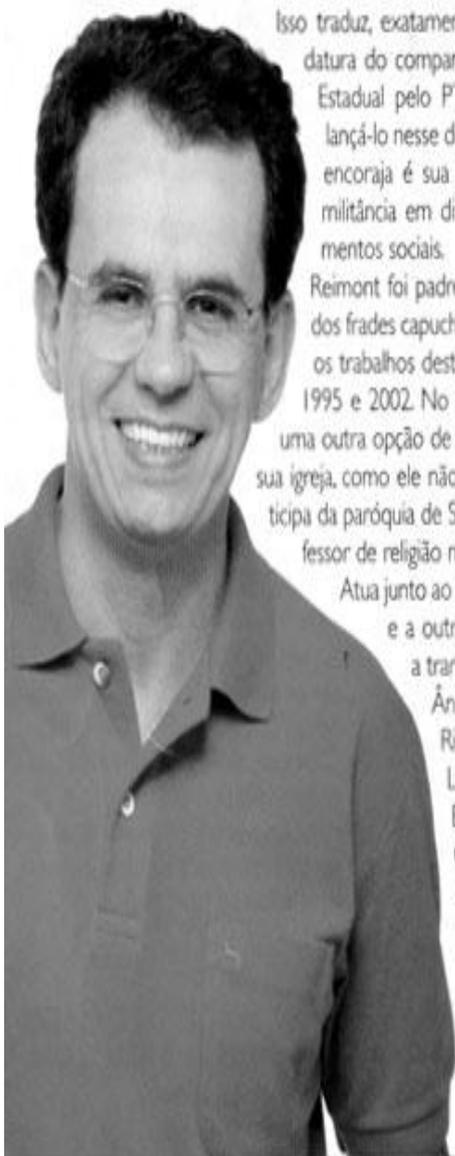
ANEXO-H:
REIMONT E ALESSANDRO MOLON - PROPAGANDA ELEITORAL 2008/RJ

VEREADOR
REIMONT
13333
Compromisso com a Fé
e a Ética na Política



**ANEXO-I:
REIMONT - PROPAGANDA ELEITORAL- 2006/RJ**

POLÍTICA, ÉTICA E FÉ



Isso traduz, exatamente, o que significa a candidatura do companheiro Reimont a Deputado Estadual pelo PT e a nossa motivação em lançá-lo nesse desafio. Sem dúvida, o que nos encoraja é sua brilhante história de vida e militância em diferentes movimentos e segmentos sociais.

Reimont foi padre da Igreja de São Sebastião dos frades capuchinhos na Tijuca - Rio e dirigiu os trabalhos desta Paróquia entre os anos de 1995 e 2002. No final de 2002, resolveu fazer uma outra opção de vida, sem deixar a sua fé e a sua igreja, como ele não cansa de afirmar. Hoje, participa da paróquia de São Camilo na Usina e é professor de religião no Instituto Abel em Niterói.

Atua junto ao Instituto de Prevenção a Aids e a outros movimentos que buscam a transformação da sociedade. É o Âncora do Programa Boas do Rio da Rádio Livre 1440 AM - Licenciado para a Campanha Eleitoral.

Casado - tem uma filha de 2 anos - está no mundo da política para dar o seu testemunho cristão que nunca pode se separar do projeto de construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna e que inclua a todos.

Durante 05 anos, teve um programa na Rádio Catedral às 22:00 - "Frei Reimont e Você". Deste programa surgiu o projeto de escrever um livro com suas reflexões sobre a mais bela oração que Jesus nos ensinou. Quem leu este livro, entendeu o Pai Nosso, Fé e Compromisso Social, aí se articulam.

Você que conhece o Reimont, apresente-o a seus amigos. Você que não o conhece, aproveite esta oportunidade, conhecendo-o através do livro, do testemunho de outras pessoas, pessoalmente em um de nossos encontros, ou pela página na internet www.reimont2006.xpg.com.br.

Vamos levá-lo à Assembléia Legislativa porque depositamos nele a confiança de que será um Deputado sensível às necessidades de nosso povo e comprometido com a fé, com a política, com a ética e com a transformação. Esta luta é nossa. Juntos, vamos chegar à Vitória.

NÚCLEO BARBOSA LIMA SOBRINHO

Reimont - Tel: 21 2284 23 24
www.reimont2006.xpg.com.br

Reimont
DEPUTADO
ESTADUAL 13333

Lula Presidente - 13 / Vladimir Governador - 13 / Landira Senadora - 651

ANEXO J- CARTILHA DE ORIENTAÇÃO ELEITORAL /2006 ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO



6 Apoiar propostas que ajudem a **diminuir o desemprego e a exclusão social**. É de responsabilidade do Município, em parceria com a sociedade civil, criar programas, por exemplo:

- de capacitação e treinamento;
- de formação na área da informática e da computação;
- de promoção de atividades comunitárias;
- de criação de cooperativas;
- de apoio às famílias de baixa renda etc.

7 Analisar se o candidato defende a **liberdade de educação e a formação integral do ser humano**, inclusive em sua dimensão religiosa. Neste sentido, verificar se o candidato se compromete em regulamentar, da melhor maneira possível, a Lei Municipal nº 3.228/2001 "Sobre o **Ensino Religioso Confessional nas Escolas da Rede Pública de Ensino do Município do Rio de Janeiro**".

8 Apoiar propostas que defendam a **infância e a adolescência**, tais como:

- o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- o fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
- a criação de uma escola digna e de qualidade para todos.



A **política** é espaço do bem comum. Pode ser, portanto, entendida como uma forma de praticar a caridade, na medida em que, através dela, o bem e a justiça podem chegar a todos, sobretudo aos mais necessitados. Para isso, é preciso que a ação política seja baseada em valores éticos. A transformação da realidade segundo os critérios do Evangelho é, também, uma forma de evangelizar.

O **processo eleitoral** é uma boa oportunidade para pensarmos mais profundamente sobre as soluções que queremos para a nossa Cidade Maravilhosa, confiando o seu destino a representantes nossos que sejam responsáveis e comprometidos com projetos que transformem a realidade atual num espaço de paz e harmonia, incluindo a todos de modo justo e fraterno.

9 Prestigiar os candidatos que se comprometam com a **questão ecológica, o meio-ambiente e o turismo**, tão importantes em nossa Cidade Maravilhosa.

10 Incluir a **defesa da dignidade e dos direitos dos idosos** como uma das prioridades de governo, bem como facilitar para todos:

- o atendimento à saúde;
- o acesso a remédios;
- o transporte público gratuito.



Do alto do Corcovado, o Cristo Redentor abre os seus braços perenemente sobre a Cidade Maravilhosa. A cidade está, ela mesma, identificada com essa imagem do Cristo de braços abertos e acolhedores. Pedimos que o seu amor nos sustente e nos conduza sempre em nossas opções. Façamos destas eleições um gesto de amor à cidade e a cada irmão ou irmã.



Arquidiocese do Rio de Janeiro

Voto consciente: dever do cristão



Arquidiocese
do Rio de Janeiro

Dez orientações para o voto consciente

A Igreja não tem partido nem candidatos. Mas é sua obrigação orientar os fiéis sobre os princípios que devem nortear o eleitor católico. Estes princípios se fundamentam na Ética Cristã e na Doutrina Social da Igreja. Com o objetivo de propor o voto consciente e responsável para Prefeito e Vereador, em outubro próximo, levamos à sua reflexão alguns elementos que deverão ser considerados na hora da sua escolha eleitoral:

1 Conhecer as **idéias e valores** do candidato e sua **história pessoal**. Só assim é possível avaliar bem os compromissos da campanha eleitoral. Decência pessoal e escala de valores, orientada para o interesse público, é o que se deve buscar num candidato.

2 Considerar os seus projetos, se estão de acordo com os do partido a que ele está filiado, pois ao votar em um candidato vota-se também num **partido** e, por vezes, ajudando a eleger outros candidatos do mesmo partido. É preciso conhecer os programas e a filosofia do partido.

3 Lutar **contra todas as formas de corrupção**. Para isso:

- apoiar mecanismos de controle social do uso do dinheiro público e das prioridades do Governo;
- colaborar para que a Lei nº 9.840, sobre a ética nas eleições, seja conhecida e aplicada;



- colaborar na criação de comitês locais para a fiscalização do processo eleitoral, a fim de garantir uma eleição sem corrupção;
- denunciar o uso da máquina administrativa do Estado ou Município para favorecer determinados candidatos;
- denunciar a compra de votos através de dinheiro ou promessas de vantagens pessoais;
- denunciar quem obrigue os eleitores a votar em determinados candidatos, seja por meio de ameaças, seja através de pressão religiosa.

4 Votar em candidatos cujas propostas **defendam a vida e a dignidade do ser humano em qualquer circunstância**. A vida humana é sagrada, desde sua concepção até a morte natural. Defender a vida inclui:

- combater o aborto e a eutanásia;
- defender os direitos dos mais pobres e necessitados.

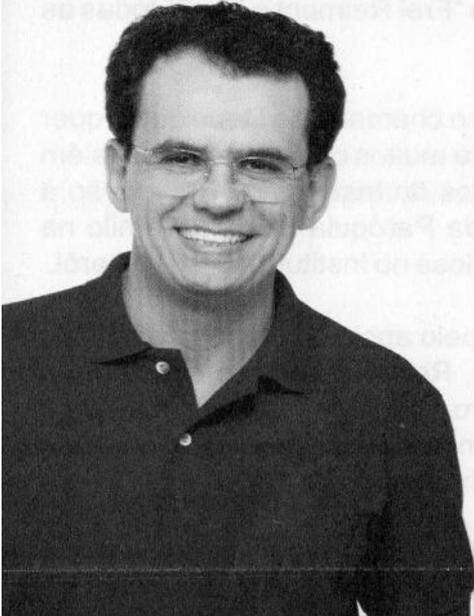
5 Considerar propostas que ajudem a construir a **Cultura da Paz**, através:

- de campanhas de educação para a paz;
- da defesa dos direitos humanos;
- de projetos de inclusão social;
- de programas contra as diversas formas de violência e discriminação;
- do combate a qualquer forma de tortura.



ANEXO-L:
REIMONT - PROPAGANDA ELEITORAL- 2006

**"Lembra do Frei Reimont?
Ele agora
é candidato"**



Reimont
13333
DEPUTADO ESTADUAL

PT - PSB UM RIO DE TODOS

Fé, Política e Ética



“ Reimont é um candidato disposto a moralizar Assembléia Legislativa do Rio e defender os direitos dos mais pobres. ”

Frei Betto



“ Vamos trabalhar para que você consiga a sua eleição e o seu nome honrado e seu trabalho dedicado dignifiquem sempre o legislativo do Estado do Rio de Janeiro. ”

Antônio Puhl
Diretor Pedagógico - Instituto Abel
Ex-Presidente da Associação das Escolas Católicas



“ Se você está cansado de corrupção, vote em Reimont, nele eu aposto. ”

Frei Isidoro Mazarollo
Doutor em Teologia, Biblista e Prof. da PUC

Lula - Presidente Vladimir - Governador Jandira Feghali - Senadora
www.reimont2006.xpg.com.br - Comitê (21) 2284-2324

**ANEXO -M:
INFORMATIVO MANDATO DO DEPUTADO ESTADUAL ROBSON LEITE- 2012**

A POLÍTICA E O BEM COMUM

“Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível.”

São Francisco de Assis

Mais um dia. Mais um ano. Mais um Natal. No ritmo acelerado de nossas vidas, muitas vezes passamos por essa época sem uma reflexão.

Nesse momento onde as pessoas reúnem os mais próximos, se abraçam e buscam por novos sonhos, porque não voltar um pouco o olhar para o outro? Não falo aqui de caridade, mas de uma reflexão mais profunda, conforme vemos no Evangelho.

Desde meus tempos de militância na Pastoral de Juventude, uma questão sempre me guiou: a necessidade de colocar em prática os ensinamentos cristãos, de que tão bem falamos. Mais do que o discurso, a prática se faz necessária, com um único objetivo: o bem comum e a construção do Reino de Deus, aqui e agora.

Nessa perspectiva, encontrei na política um espaço de atuação que pode render muitos frutos e em meu primeiro ano como deputado estadual alcançamos diversas vitórias – uso aqui o pronome nós, pois não se tratam de conquistas individuais, mas resultadas de um trabalho coletivo e em prol do bem comum. Tenho a convicção de que muito ainda podemos avançar, e por isso convido a todos e todas a participarem dessa construção.

A política é apenas um espaço, entre tantos. Que neste período possamos refletir sobre o nosso papel na transformação de nossas vidas e de nosso mundo, por uma realidade mas justa, solidária e igualitária. Há que se encontrar um caminho, um novo caminho, e este é um propício momento para ouvirmos, vermos e sentirmos o que nos apresenta o próprio menino Jesus.

Paz e Bem.

Robson Leite

Deputado Estadual

Robson Leite

*o bem comum
acima de tudo*

**“Não há verdadeira paz
sem vir acompanhada de
igualdade, verdade, justiça,
e solidariedade.”**

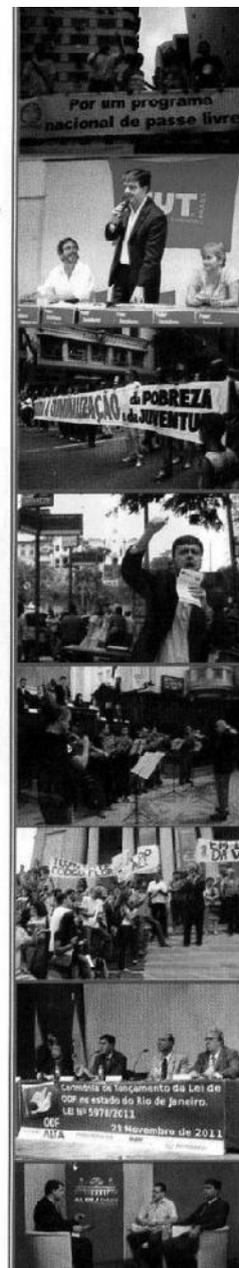
João Paulo II

www.robsonleite.com.br
facebook.com/robson.leite
twitter.com/robson_leite

contato@robsonleite.com.br

ALERJ
Prédio Anexo
Rua Dom Manuel, s/n
Pça XV - Gabinete T05
(21) 2588-1227

Escritório Jacarepaguá
Estrada de Jpa, 6526
Sala 202 - Anil
(21) 3903-5568/ 3183-0548



ANEXO-N
CAMPANHA DA FRATERNIDADE NA ALERJ 2012- MANDATO ROBSON LEITE

★ Campanha da Fraternidade é aberta na Alerj

SÁUDE Ver-Julgar-Agir - essa é a metodologia que nos orienta anualmente durante a quaresma, na reflexão da Campanha da Fraternidade (CF). Ela propõe que, além de refletirmos sobre o tema proposto pela CNBB, nos organizemos e realizemos ações práticas para transformar nossas realidades. Com esta visão, assim como no ano passado, o mandato participativo Robson Leite realizou na Alerj uma Sessão Solene de abertura da CF 2012. O evento aconteceu no Plenário Barbosa Lima Sobrinho e reuniu mais de 150 pessoas, com a proposta de fomentar o debate e propor ações relacionadas ao tema da campanha deste ano: "A fraternidade e Saúde Pública".

Em sua fala, o deputado Robson Leite lembrou de campanhas anteriores e da relevância da mobilização gerada pela CF, capaz de estimular debates no interior da sociedade brasileira, na direção da construção de um mundo mais justo. Sobre o tema da campanha deste ano, Robson destacou a importância da participação da população para a melhoria da saúde pública no país:

"O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos melhores do mundo em seu desenho, mas a implementação é falha, deixando a desejar principalmente para os mais pobres. Precisamos fortalecer as ferramentas de participação da população na fiscalização da



gestão do SUS - como os conselhos de saúde - para melhorarmos o gerenciamento da saúde pública brasileira", defendeu o deputado.

Também participaram do debate o secretário executivo do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (COSEMS-RJ), Rodrigo Oliveira; Dom Nelson Francelino, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro; o diácono Sérgio Catão; Carmen Swire, coordenadora arquidiocesana da CF; e o diácono de Duque de Caxias Sebastião Bernardes.

Contribua com o mandato participativo Robson Leite. Envie suas propostas para a saúde pública fluminense para contato@robsonleite.com.br.

ANEXO O
PROPAGANDA ELEITORAL MOZART - 2012/RJ

EU APOIO O MOZART



Beto Schneider
MEESC e Escola Santo André
Paróquia São Brás

"Quando conheci o Mozart, percebi que ele tinha uma vida dedicada às causas sociais. Estou com ele porque sei que atuará fundamentado nos valores cristãos."



Guilherme Alves
Produtor Artístico Católico
e Catequista RICA

"Mozart é ético, jovem e idealista. Defende a primazia do trabalho sobre o capital e o meio ambiente sustentável. Por isso, com muita alegria e esperança, eu e muitos amigos vamos votar nele para vereador."



Angelina
Secretária do Vicariato
Suburbano

"O Mozart é um amigo de caminhada e nas diversas atividades do Vicariato Suburbano. Seu trabalho e histórico são reflexos de uma vida fundamentada no Cristo libertador."



Eiel Júnior
Cantor católico Paróquia
Divino Salvador

"Acredito que assim como a música leva os homens até o coração de Deus a política a serviço do Bem Comum eleva a dignidade humana. Mozart é um exemplo disso."



Tonico
Grupo de Fé e Política
Paróquia Nossa Senhora
do Loreto

"Votar no Mozart é optar pela dignidade e pela transparência na conquista do Bem Comum a todos os homens de Boa Vontade."



Jô Fernandes
Ministra Extraordinária
da Sagrada Comunhão

"Conto com sua dedicação, respeito e força de trabalho junto aos menos favorecidos da nossa cidade do Rio de Janeiro, por isso voto Mozart!"

A PARTICIPAÇÃO DO LEIGO NA POLÍTICA

No ano em que celebramos os 50 anos do Concílio Vaticano II, ainda é urgente e fundamental que o católico esteja aberto ao mundo e atuante em sua modificação. O povo organizado deve se engajar na luta por mudanças e pela instauração do Reino de Deus. Participar do processo político é buscar as mudanças necessárias para que alcancemos uma sociedade justa.

WWW.MOZARTPT.COM.BR

(21) 9758-9872 - MtE | (21) 9342-6862 - Cedlha

VEREADOR

MOZART
13513

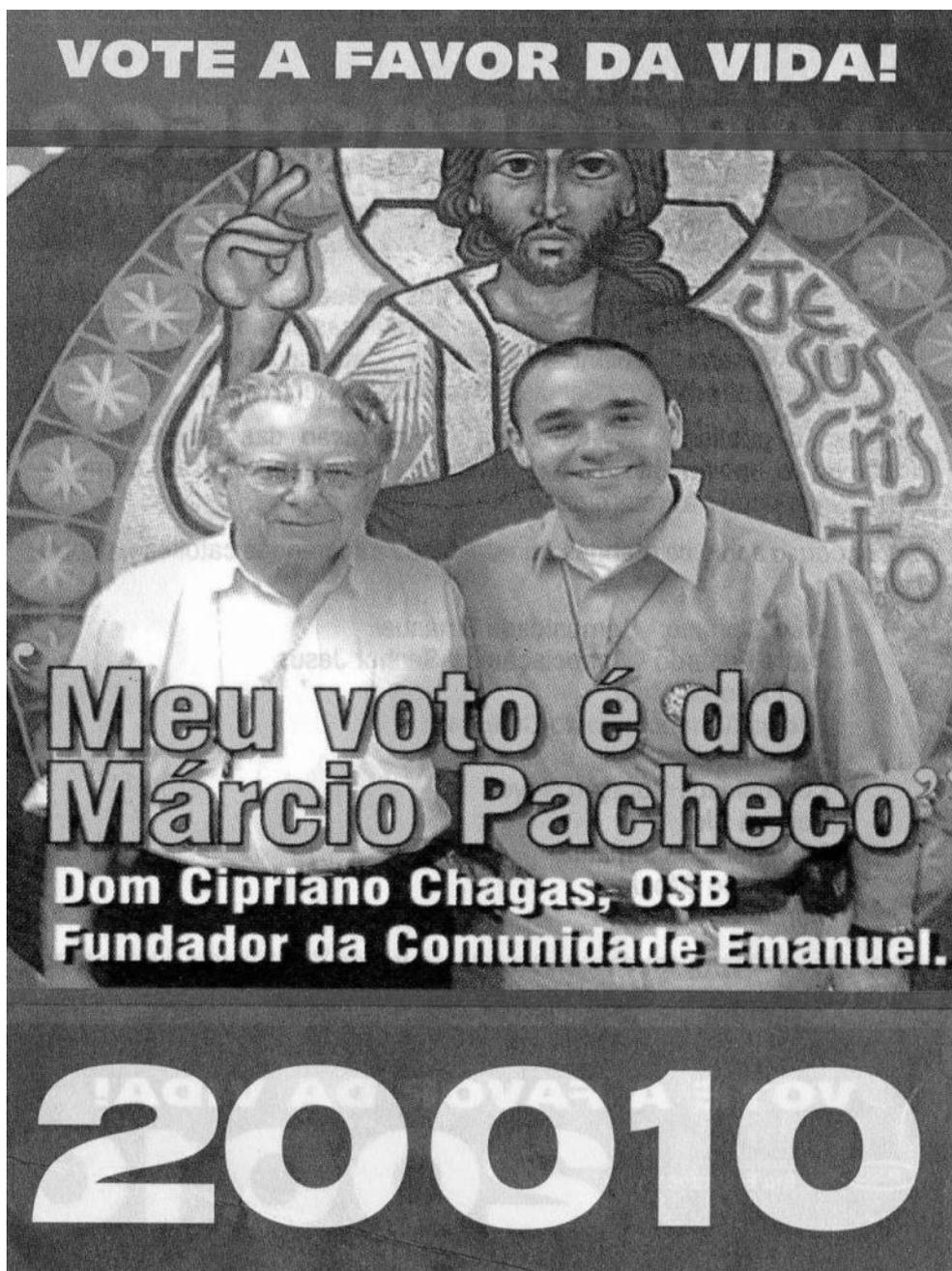


Um Rio pra Gente



**MOZART RECEBE O APOIO
DO DEPUTADO ESTADUAL ROBSON LEITE**

**ANEXO P:
PROPAGANDA ELEITORAL MARCIO PACHECO - 2010/RJ**



ANEXO Q:
PROPAGANDA ELEITORAL HUGO LEAL - 2010/RJ



**VOTE Nº
2010**

**HUGO
LEAL**

DEPUTADO FEDERAL

www.deputadohugoleal.com.br

governador Sérgio Cabral 15 • senador Picciani 155

COMPROMISSOS ASSUMIDOS:

- 1 Valorizar o voto, que decide a vida pública do nosso país nos próximos anos.
- 2 Defender a dignidade dos cidadãos e da vida em todos os seus estágios, desde a concepção até a morte.
- 3 Defender a Família, com propostas concretas, segundo o plano de Deus.
- 4 Apoiar a liberdade de Educação, pela qual os pais têm o direito de educar os filhos segundo a visão de vida que julgarem mais adequada.
- 5 Lutar pelo ensino religioso, de acordo com o princípio constitucional da liberdade religiosa, reconhecido também no recente acordo entre Brasil e Santa Sé.
- 6 Defender o princípio da solidariedade segundo o qual o Estado e as famílias devem ter atenção preferencial pelos pobres e excluídos.
- 7 Assegurar o pleno exercício dos direitos sociais: trabalho, moradia, saúde, educação e segurança.
- 8 Difundir o princípio de subsidiariedade para que grupos, associações e famílias possam exercer uma cidadania ativa e gestora, sem interferências do Estado.
- 9 Lutar pela construção de uma Cultura da Paz, particularmente na educação e na defesa da infância e da adolescência.

Hugo é uma pessoa de caráter indiscutível, um grande estadista do nosso tempo, um político jovem de propostas concretas.

Padre Gustavo Pereira
Igreja Nossa Senhora de Copacabana

Com seu grande projeto Lei Seca, Hugo tem colaborado para amenizar o sofrimento das pessoas. E quantas foram as vidas!

Padre Claudio do Santos
Igreja Divina Espírito Santo, no Atacadão

Hugo defende nossos conceitos e doutrina. Precisamos de pessoas de fé à frente do Parlamento, batalhando por justiça.

Padre Flávio Vitor
Igreja Nossa Consolidação, em São Cristóvão

Devemos acreditar naqueles que amam Deus, não apenas nesses dias de eleições. O Senhor precisa de testemunhas honestos.

Padre Silvio
Coordenador de RCC da Igreja Nova de Patrimônio, em Santíssima

NESE EU VOTO

AUTOR DA LEI SECA

NESE EU VOTO **VOTE Nº**

HUGOLEAL2010

DEPUTADO FEDERAL

Siga   

www.deputadohugoleal.com.br

ANEXO R
PROPAGANDA ELEITORAL MARCIO PACHECO - 2010/RJ

CNPJ: 09.848.228/0001-00 CNPJ: 08.147.832/0001-47 TIRAGEM: 20.000

Apresentou mais de 70 Projetos

Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência

Eleito o Político do Ano

Criou a "Semana do Artista Especial"

Líder do Movimento "Eu Defendo"

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida.

Vote a Favor da Vida!

VEREADOR
MÁRCIO PACHECO
www.marciopacheco20010.com.br

VEREADOR
MÁRCIO PACHECO
www.marciopacheco20010.com.br

Vote a Favor da Vida!

PSC **COLIGAÇÃO Rio Esperança** **Político: Filipe Pereira 20**
com Reginaldo Vitorino

**ANEXO S:
INFORMATIVO DEPUTADA ESTADUAL MYRIAM RIOS -2011**

CONVITE

A Deputada Estadual
Myrian Rios
convida para os encontros do
GRUPO DE ORAÇÃO

LOUVOR - MÚSICA - ADORAÇÃO
Com orações de Cura e Libertação

Toda quinta-feira:
11h30m às 12h30m

Toda última quinta-feira do mês: Santa Missa

LOCAL: ALERJ
Auditório Senador Nelson Carneiro
(6º andar do prédio anexo da ALERJ)
Contamos com você!

ALERJ
Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Myrian Rios
juntos somos mais

ANEXO T:
INFORMATIVO DEPUTADA ESTADUAL MYRIAM RIOS -2011

**Juntos
pelo Rio**

«Jesus disse-lhes: Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração e de toda a tua alma e de todo o teu espírito. Este é o máximo e o primeiro mandamento. E o segundo é semelhante a este: Amarás o teu próximo como a ti mesmo.»

Mt 22, 37-39

Myriam Rios
juntos pelo Rio

acesse meu site: www.myriamrios.com.br

Juntos nas redes sociais >>     

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ANEXO U:
NAZARETH BARRETO -PANFLETO ELEITORAL- 2008

PARA RENOVAR O RIO TEM QUE TER FÉ,
E QUEM TEM FÉ VOTA

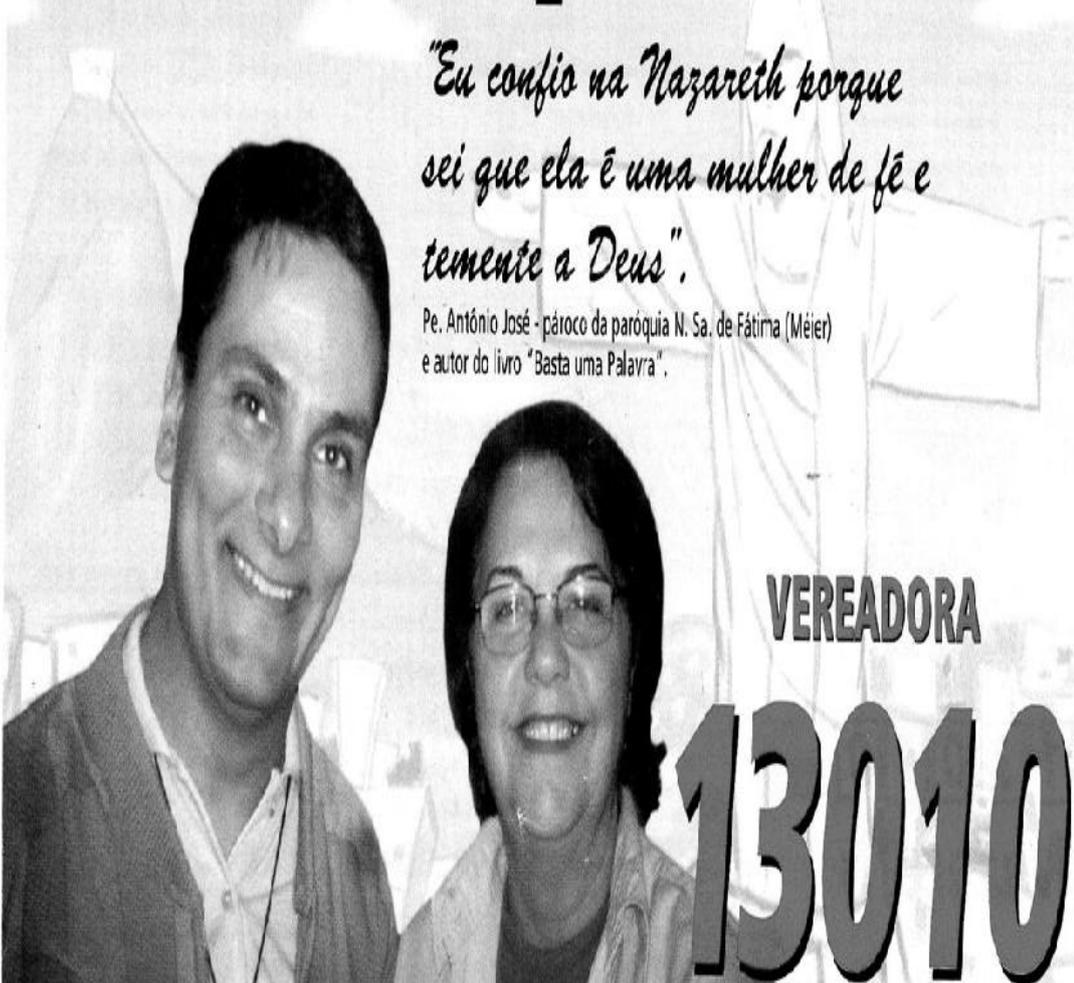
Nazareth  

"Eu confio na Nazareth porque sei que ela é uma mulher de fê e temente a Deus".

Pe. António José - pároco da paróquia N. Sa. de Fátima (Meier) e autor do livro "Basta uma Palavra".

VEREADORA

13010



**ANEXO-V:
NAZARETH BARRETO -PANFLETO ELEITORAL- 2012**



ANEXO- W:
 NAZARETH BARRETO -PANFLETO ELEITORAL- 2012

Um **NOVO** TEMPO está chegando!

PT

Nazareth 13010 Vereadora
Barreto

Somos um Rio
 Prefeito **EDUARDO PAES 15**

OS DEZ MANDAMENTOS
 DE nossa luta política

- 1- Lutar pela defesa da vida em todas as instâncias e situações, pelos direitos humanos desde o nascimento até à morte;
- 2- Trabalhar pela construção de um Centro de Saúde da Mulher;
- 3- Divulgar o Estatuto da Criança e Adolescente, defender seus direitos assim como os direitos da mulher, lutando contra a violência, a discriminação e a falta de oportunidades;
- 4- Implementar o combate à exploração sexual de menores;
- 5- Incentivar o Orçamento Participativo, no qual a parceria entre a sociedade civil e governo decide o destino dos recursos municipais;
- 6- Priorizar no orçamento municipal, recursos para a educação, garantindo um ensino de qualidade e melhores condições para os profissionais da rede pública;
- 7- Ampliar o número de vagas nas creches municipais para que mais mulheres tenham acesso ao mercado de trabalho formal;
- 8- Investir no aumento do número de Conselhos Tutelares e na melhoria de suas estruturas;
- 9- Estimular a ampliação do Programa da Saúde da Família;
- 10- Dar assistência ao combate às drogas, pela elaboração de uma política pública de prevenção, combate e construção de clínicas de tratamento, em especial, ao usuário de crack.

Uma mulher que tem fé na vida e fé no Rio de Janeiro. Acredita que com trabalho sério e ético é possível fazer nossa cidade continuar a ser realmente maravilhosa.

13010
Nazareth Barreto

Para transformar o Rio em um Rio de Deus



Nazareth Barreto, carioca, professora, teóloga: uma mulher de Deus, uma mulher do Rio de Janeiro, que acredita nos valores do Evangelho para transformar o Rio num Rio de Deus.

Conhecedora da Doutrina Social da Igreja e mulher de fé, de gera, que deseja colocar sua experiência e determinação à disposição do povo da nossa cidade na Câmara de Vereadores. Iniciou seu trabalho como comunicadora na Rádio Imprensa. Criou e apresentou o programa Jovens Rio, e atualmente apresenta o programa BOM DIA CATEDRAL, na Rádio Catedral FM.

Para Vereadora Nazareth Barreto **13010**

COLIGAÇÃO SOMOS UM RIO
 PREFEITO EDUARDO PAES 15
 VICE ADILSON PIRES

PARA ajudar nossa campanha entre em contato:
 nazarethbarreto@gmail.com
 TELS: 7817-4207 / 3181-3459

ANEXO X
PROPAGANDA ELEITORAL - EDUARDO PAES- 2008/RJ

EDUARDO PAES PREFEITO **15**

PORQUE VOTAR EM EDUARDO PAES:

- 1. Homem de Família**, defensor dos valores éticos e morais que fundamentam a vida cristã.
- 2. Defende o Ensino Religioso** nas Escolas Públicas Municipais.
- 3. Une o Rio** porque sabe a importância de juntar forças para melhorar a cidade com ações políticas baseadas em valores éticos.
- 4. Defende a Vida** e a dignidade das pessoas em qualquer circunstância.
- 5. Conhece Bem o Rio** e sempre defendeu a melhoria da nossa cidade.
- 6. Defende a Dignidade e os Direitos dos Idosos** com projetos para cuidar da Melhor Idade.
- 7. É Contra a Legalização das Drogas.**
- 8. Sua orientação política** é pautada em princípios fundamentados na Ética Cristã e na Doutrina Social.
- 9. Vai Diminuir o Desemprego** apoiando proposta e projetos que ajudem a reduzir a exclusão social.
- 10. Administrador Capaz e Realizador Competente** mostrando sua ética pessoal e a escala de valores.

COMPROMISSO COM OS VALORES DA FAMÍLIA

Dia 26 vote no candidato que defende os valores em que você acredita. Vote em Eduardo Paes.

Vice: Muniz
 Coligação Unidos pelo Rio:
 PMDB - PP - PTB - PSL

EDUARDO PAES PREFEITO **15**

**ANEXO-Y:
DOCUMENTO ELEITORAL APÓCRIFO - ELEIÇÕES DE 2010/RJ**

Católico
não vota em Crivella.



Edir Macedo, tio de Crivella
e chefe da Universal.

Crivella, ex-bispo
da Universal.



- Crivella é apoiado pela Igreja Universal.
- A Universal apoia o aborto.
- A Igreja Universal chutou a imagem de Nossa Senhora.
- Crivella, como senador, trabalhou fortemente contra o acordo do Vaticano com o governo brasileiro.

Veja no verso por quê.

**ANEXO-Z:
DOCUMENTO ELEITORAL APÓCRIFO - ELEIÇÕES DE 2008/RJ**

Depende de Você!

<p>Para refletir com sua consciência perante Deus</p>

Você tem coragem de votar em:

- candidato que defende a legalização das drogas;
 - candidato que defende o aborto;
 - candidato que defende a legalização da prostituição;
 - candidato que importou cinco quilos de maconha da Hungria;
 - candidato que defende a legalização da maconha e seu uso mais amplo possível;
- candidato que sugere criação do fundo para mudança de sexo;
 - candidato que se coloca frontalmente contra o ensino religioso nas escolas públicas;
 - candidato que é proibido de entrar em outros países por causa de sua conduta;

Pense bem nisso!!!!!!

Mais importante do que votar,
é saber em quem votar.

Vote consciente é um dever,
não seja conivente,

Serão 4 anos de Governo !

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

PRIMEIRO BLOCO: DADOS GERAIS

1. Ano e lugar de nascimento:
2. Profissão dos pais:
3. Religião dos pais:
4. Formação escolar:
5. Profissão:
6. Qual a sua trajetória na Igreja Católica?

SEGUNDO BLOCO: RELIGIÃO E POLÍTICA

1. A religião tem a ver com a política? Como?
2. O que diferencia a direita e a esquerda na política, em sua opinião? Você se identifica com alguma dessas classificações?
3. Qual a sua opinião sobre a Teologia da Libertação?
4. Que tipo de problemas públicos as igrejas (cristãs em geral) deveriam abordar. Como seria essa abordagem?
5. Que acha da atuação das igrejas evangélicas pentecostais e seus representantes na política brasileira?

TERCEIRO BLOCO: RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA

1. Qual sua opinião sobre a Igreja Católica na atualidade?
2. O que acha da atuação da RCC no catolicismo de hoje?
3. O que acha do comportamento político da RCC nas eleições e no Parlamento?

QUARTO BLOCO: VALORES CATÓLICOS E LEGISLAÇÃO

1. Qual a sua opinião sobre o aborto?
2. Qual sua opinião sobre as pesquisas com células-tronco embrionárias humanas?
3. O que acha da união civil homoafetiva?
4. O que acha da eutanásia?
5. Considera que o ensino religioso deve ser implantado nas escolas públicas? Por quê?